

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Alexandre Assis Tomporoski

**O polvo e seus tentáculos:**  
*A Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações  
impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.

Florianópolis – SC  
2013



Alexandre Assis Tomporoski

**O polvo e seus tentáculos:**

*A Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e as transformações  
impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal de Santa Catarina,  
como requisito parcial para a obtenção do Título de  
Doutor em História.

Orientador: Prof.º Dr.º Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis – SC  
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Tomporoski, Alexandre Assis

O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. [tese] / Alexandre Assis Tomporoski ; orientador, Paulo Pinheiro Machado – Florianópolis, SC, 2013.

282 p. ; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Contestado, Lumber Company, trabalhadores...I. Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

## **Banca Examinadora**

---

Prof.º Dr.º Paulo Pinheiro Machado (orientador) – UFSC

---

Prof.º Dr.º Alexandre Fortes – UFRRJ

---

Prof.º Dr.º Miguel Mundstock Xavier de Carvalho – UFFS

---

Prof.º Dr.º Rogério Rosa Rodrigues – UDESC

---

Prof.º Dr.º Adriano Duarte – UFSC



## AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho tornou-se viável em função da colaboração de um grande número de pessoas.

Aos professores do programa de pós-graduação em História da UFSC, em especial, ao João Klug e Adriano Duarte, cujas disciplinas ministradas e interlocução estabelecida foram fundamentais para a consecução do trabalho.

A CAPES, pela bolsa disponibilizada, a qual fomentou e viabilizou a pesquisa.

Aos membros da banca, pelo aceite do convite e, especialmente, em tempo exíguo para apreciação do trabalho.

Ao meu orientador, professor Paulo Pinheiro Machado, pela paciência, e, principalmente, pela generosidade com que atua em nível profissional.

Aos meus grandes amigos, Diego e Wilmar, pelos momentos especiais, pela troca intelectual e por compartilharem comigo a curiosidade pelo desconhecido e a indignação com as mazelas do mundo.

Aos meus pais, Assis e Lili, por sempre me incentivarem a continuar estudando, mesmo com todas as dificuldades estruturais.

A minha irmã Rosane, pelos exemplos cotidianos de luta e superação. Ao meu cunhado, Roberto, pelas palavras de conforto e por sempre estar disposto a compartilhar um copo de cerveja para acalmar os nervos e o coração. Aos meus sobrinhos, Gui e Gu, com quem compartilho momentos de alegria e descontração.

Ao meu irmão, Junior, que, desde sempre, foi um incentivador, e que sacrificou seus próprios sonhos para tornar possíveis os sonhos daqueles que ama. Também por ser o interlocutor mais próximo, além de leitor e revisor dedicado das páginas que se seguem.

A minha sogra, Dona Áurea, principalmente por ocupar a minha função de pai enquanto a atenção destinada ao meu filho era ocupada por pessoas que viveram e morreram há tantos anos.

A minha esposa Vivian, pela paciência, apoio, companheirismo, e por me fazer entender o que significa amar outro ser humano em sua totalidade. A minha enteada Julia, que cresceu ao longo desses anos e cada vez mais tem meu orgulho e minha admiração, um ser humano muito especial.

E ao meu filho Joaquim, que chegou durante essa tese e encheu nossas vidas de alegria e esperança. E por me fazer rir quando, nos momentos

mais difíceis, se aproximava, apontava para os amontoados de livros e anotações e dizia: “Esse é trabalho do papai? É do Quim Quim? Esse é amarelo?”. Isso mesmo filho, esse é do Quim Quim.

Talvez um dia, não mais existam aramados  
E nem cancelas, nos limites da fronteira  
Talvez um dia milhões de vozes se erguerão  
Numa só voz, desde o mar as cordilheiras  
A mão do índio, explorado, aniquilado  
Do Camponês, mãos calejadas, e sem terra  
Do peão rude que humilde anda changueando  
É dos jovens, que sem saber morrem nas guerras  
América Latina, Latina América  
Amada América, de sangue e suor  
Talvez um dia o gemido das masmorras  
E o suor dos operários e mineiros  
Vão se unir à voz dos fracos e oprimidos  
E as cicatrizes de tantos guerrilheiros  
Talvez um dia o silêncio dos covardes  
Nos desperte da inconsciência deste sono  
E o grito do sepé na voz do povo  
Vai nos lembrar, que esta terra ainda tem dono  
E as sesmarias, de campos e riquezas  
Que se concentram nas mãos de pouca gente  
Serão lavradas pelo arado da justiça  
De norte a sul, no Latino Continente

*Dante Ramon Ledesma*



## RESUMO

Esta tese examina a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* – colonizadora e madeireira norte-americana – e as transformações decorrentes de sua atuação sobre a região do planalto contestado, entre os anos de 1910 a 1940. O modo de vida da população daquela região, antes do advento da companhia, consistia de práticas e costumes amplamente estabelecidos, os quais foram contrapostos às novas relações suscitadas pela empresa, resultando em diferentes formas de resistência dos mais pobres contra a inserção do capital estrangeiro, tanto através da eclosão do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, quanto pela deflagração de greves pelos trabalhadores da companhia. Com seu processo industrial altamente mecanizado e sua atuação predatória, a *Lumber* provocou profundas alterações nas relações econômicas, políticas, laborais, ambientais e socioeconômicas. Sua inserção na região também afetou as conturbadas e complexas relações políticas locais, num contexto marcado pela influência do coronelismo.

**Palavras-chave:** *Lumber Company* – planalto contestado – transformações.



## ABSTRACT

This thesis examines the Southern Brazil Lumber and Colonization Company and the resulting changes of its presence in Contestado region from 1910 to 1940. The life style of population of that region, before the company's rise, consisted in practices and customs widely established which were conflicting to the new relationships supported by the company, resulting in different ways to resist such as the Contestado rebellion, from 1912 to 1916, and strikes of lumber's workers. This resistance was notably led by poorest people against a foreign capital insertion. The Lumber's highly industrialized process caused deep changes on economic, political, labored, environmental and social relationships. Its presence in that region also influenced local and complex political relationships in a patron-client dominated society.

**Key-words:** *Lumber Company* – Contestado region – changes.



## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande e cidades mais importantes da região. In: DIACON, Todd A. Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991, p. 47. ....	31
Imagem 2: Oswaldo de Oliveira.....	43
Imagem 3: Homenagem a Oswaldo de Oliveira organizada no município de Três Barras, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do Museu de Três Barras.....	45
Imagem 4: Dídio Augusto.....	51
Imagem 5: As instalações industriais da <i>Southern Brazil Lumber and Colonization Company</i> , s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras.....	101
Imagem 6: A derrubada dos pinheiros sendo realizada pelos trabalhadores da <i>Lumber Company</i> . Foto: Claro Iansson. In: VALENTINI, 2009, p. 176.....	104
Imagem 7: Trabalhadores descarregando dormentes utilizados para o avançamento dos trilhos do ramal ferroviário, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do MTB. ....	107
Imagem 8: Turma de trabalhadores ao lado de um dos guinchos da companhia <i>Lumber</i> utilizado para a extração da madeira nas matas, s/d. Imagem digitalizada. MTB.....	108
Imagem 9: Guincho da companhia em trabalho de arrasto das toras do interior da mata até a margem dos trilhos, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do MTB. ....	111
Imagem 10: Embarque de vagões com toras na mata. O trabalho era efetuado com a ajuda de guinchos movidos a vapor comprimido, s/d. Imagem digitalizada. MTB.....	114
Imagem 11: Locomotiva da companhia com foguista, manobreiro e maquinista, s/d. Imagem digitalizada. MTB.....	117
Imagem 12: Tanque semelhante ao que causou a morte do operário Estanislaw Lascosky, s/d. Imagem digitalizada. Museu de Três Barras. ....	119
Imagem 13: Vista parcial da serraria da <i>Lumber</i> . Imagem digitalizada. MTB. ....	122
Imagem 14: Chegada das toras à serraria da <i>Lumber</i> . Imagem digitalizada, s/d. MTB. ....	124

Imagem 15: Toras rolando em direção a um “carro serrar”, responsável pela transformação das toras em pranchões, s/d. Imagem digitalizada. MTB. ....	126
Imagem 16: Um pequeno operário entre a mão de obra da <i>Lumber</i> , s/d. Imagem digitalizada. MTB. ....	127
Imagem 17: Esteira de distribuição de tábuas recém serradas para a sessão de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB. ....	130
Imagem 18: Vista parcial do setor de empilhação da <i>Lumber</i> , ao centro vagonetes carregados com tábuas recém serradas são levados para os estaleiros de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB. ....	131
Imagem 19: Trabalhadores formando estaleiros com a madeira recém serrada. Neste pátio aguardavam o transporte para exportação, s/d. Imagem digitalizada. MTB. ....	134
Imagem 20: Trem carregado com a madeira da <i>Lumber</i> na estação ferroviária de Três Barras, pronto para partir. ....	134
Imagem 21: Casas dos trabalhadores especializados da <i>Lumber</i> . In: Valentini, Delmir José. Atividades da <i>Brazil Railway Company</i> no sul do Brasil, op., cit., p. 157. ....	165
Imagem 22: Habitantes de um dos acampamentos da <i>Lumber</i> . Note-se o grande número de crianças, a proximidade e a precariedade das construções, s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo do MTB. ....	166
Imagem 23: Acampamento da <i>Lumber</i> sendo deslocado. É possível ler a anotação: “Moving Camp – Barra Grande”, s/d. Imagem digitalizada MTB. ....	168
Imagem 24: Trens carregando casas em momento de movimentação de um acampamento, s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo MTB. ....	169
Imagem 25: Hospital da <i>Lumber Company</i> , imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras. ....	171
Imagem 26: Hospital da <i>Lumber Company</i> , imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras. ....	171
Imagem 27: Armazém central da <i>Lumber Company</i> . In: Valentini, op. cit., p. 188. ....	173
Imagem 28: Interior do cinema da <i>Lumber</i> , s/d. MTB. ....	174
Imagem 29: Trabalhadores da <i>Lumber</i> , em 04 de julho de 1912. ..	175
Imagem 30: Trabalhadores da <i>Lumber</i> e o diretor gerente da companhia, em 04 de julho de 1913. ....	176

Imagem 31: Celebração do 04 de julho (não há referência ao ano). Note-se a participação das famílias dos funcionários da companhia.....	177
Imagem 32: Homens do corpo de segurança da <i>Lumber</i> . In: CONTESTADO, op. cit., p. 75.....	180
Imagem 33: Homens do corpo de segurança do Paraná em alerta aguardando ataque dos rebeldes. Setembro de 1914. ....	181
Imagem 34: Trabalhadores da <i>Lumber Company</i> em greve, 1917.	190
Imagem 35: Trem descarrilado. Em primeiro plano Haakon Smargraw. Imagem que compõem o acervo do Museu de Três Barras.....	237



## LISTA DE MAPAS

Imagem 1: Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande e cidades mais importantes da região. In: DIACON, Todd A. Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991, p. 47. ....31



## **LISTA DE SIGLAS**

**AFJC** – Arquivo do Fórum de Justiça de Canoinhas

**AHMC** – Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas

**AN** – Arquivo Nacional

**APESC** – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

**BN** – Biblioteca Nacional

**BPESC** – Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

**BPP** – Biblioteca Pública do Paraná

**FCC** – Fundação Cultural de Canoinhas.

**MTB** – Museu de Três Barras



## SUMÁRIO

Introdução.....	25
CAPÍTULO 1: “ERA TUDO IGUAL, NÓIS PELEAVA JUNTO”: TRABALHO, SOCIABILIDADE E SUBSISTÊNCIA NO PLANALTO CONTESTADO. ....	55
1.1 O planalto contestado .....	57
1.2 O modo de vida do sertanejo no planalto contestado .....	61
1.3 As relações de solidariedade.....	68
1.4 As relações conflituosas .....	85
CAPÍTULO 2: DO CEPO AO VAGÃO, SOBRE SANGUE E FARRAPOS: O PROCESSO INDUSTRIAL DA <i>LUMBER COMPANY</i> . .....	101
2.1 “ <i>Do cepo ao vagão</i> ”: o serviço das matas .....	104
2.1.1 Os Guinchos e a “ <i>colheita do dólar</i> ” .....	107
2.2 O transporte: trabalhadores, equipamentos e matéria-prima. ...	117
2.3 O beneficiamento da madeira.....	122
2.3.1 Empilhação .....	129
2.3.2 A fábrica de caixas .....	135
2.4 “ <i>De mãos dadas</i> ”: A <i>Lumber</i> e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande .....	137
CAPÍTULO 3: OS TRABALHADORES DA <i>LUMBER COMPANY</i> : COSTUMES, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA. ....	145
3.1 Os trabalhadores da <i>Lumber Company</i> .....	147
3.2 O capital e o modo de vida sertanejo: ataque, cerceamento e resistência. ....	150
3.3 A moradia dos trabalhadores da <i>Lumber</i> .....	162
3.3.1 A vila operária .....	164
3.4 O aparato institucional da <i>Lumber Company</i> .....	169
3.4.1 A apropriação do aparato institucional pelos trabalhadores da <i>Lumber Company</i> .....	182
3.5 Mobilizações e lutas .....	186
3.5.1 As greves na <i>Lumber</i> .....	190
3.6 Ideias em movimento .....	205
CAPÍTULO 4: “GURI DE ÓCULOS, EM TRÊS BARRAS, NÃO SE APRUMAVA”: DISPUTAS SOBRE O PODER LOCAL EM UMA	

REGIÃO COM GRANDE INDÚSTRIA – O CASO DA <i>LUMBER COMPANY</i> .....	215
4.1 O Coronelismo.....	216
4.2 O Coronelismo e sua influência no estabelecimento do poder político no planalto contestado.....	222
4.3 O Coronelismo e a <i>Lumber Company</i> na região do planalto contestado .....	227
4.3.1 “ <i>Ser apanhado ou deixar-se prender</i> ”: Os acidentes de trabalho e as estratégias da <i>Lumber Company</i> para reduzir seu impacto econômico. ....	231
4.3.2 As demandas fundiárias da <i>Lumber Company</i> na região do planalto contestado .....	245
4.5 Coronelismo, capital estrangeiro e luta de classe .....	250
4.6 Uma nova autoridade: o tenente Câmara.....	253
4.7 “Guri de óculos, em Três Barras, não se aprumava” .....	255
4.7.1 Olhando através de um crime .....	259
Considerações Finais .....	265
FONTES .....	269
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	275

## Introdução

Esta pesquisa proveio da necessidade de se investigar o impacto resultante da atuação da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, companhia madeireira e colonizadora norte-americana, instalada na região do planalto contestado<sup>1</sup> e que iniciou suas atividades operacionais no mês de novembro de 1911. A *Lumber* foi utilizada como um ‘trilho’, um caminho, a partir da qual a análise foi conduzida em busca de respostas para a questão que se propunha: Quais as transformações impingidas pela *Lumber Company* sobre aquela região e sua população, e, em contrapartida, o que aquelas pessoas fizeram para se opor e resistir a tal processo e às mudanças decorrentes dele, que afetaram sua forma de viver?

O período de abrangência desta pesquisa compreende os anos de 1910 a 1940, os quais foram caracterizados por profundas mudanças, tanto no âmbito internacional quanto na sociedade brasileira.

A década de 1910 foi marcada – no plano internacional – pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, a eclosão de uma revolução socialista e a instauração do fordismo – o qual transformaria definitivamente o modo da sociedade humana produzir bens de consumo. No âmbito nacional, a década foi caracterizada por uma série de lutas sociais ocorridas por todo o país, tais quais a Revolta da Chibata (1910), o movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) e a ampla mobilização operária entre 1917 e 1919. Entretanto, do ponto de vista político, vigorava o pacto instituído em 1898 – pelo então presidente da república, Campos Salles – denominado política dos governadores, ou política do café com leite – gradativamente interpretado pelos historiadores como instável e marcado por uma relação frágil entre Minas Gerais e São Paulo – que objetivava, principalmente, um acordo básico entre a união e os estados. Além disso, intentava reduzir o impacto dos conflitos entre as oligarquias, confinando-os aos seus próprios estados. Dessa forma, os conflitos regionais não gerariam instabilidade política no plano nacional.

---

<sup>1</sup> A expressão ‘planalto contestado’ foi forjada pelo professor Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, ao analisar a devastação da floresta com araucária realizada pela *Lumber Company*. A expressão designa a área que corresponde ao atual planalto norte catarinense, desde o município de Mafra (divisa com Rio Negro) até Porto União e Caçador. A expressão é mais eficiente para definir a região sob análise, pois o atual município catarinense de Três Barras foi, até 1916, território paranaense contestado por Santa Catarina. CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010, p. 200.

A década de 1920 caracterizou-se por intensas transformações. Após uma década de otimismo e crescimento econômico, a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, demonstrou – de forma ainda mais clara – os problemas que o sistema capitalista poderia gerar. No Brasil, onde também as mudanças transcorriam rapidamente, uma série de eventos alterou de forma expressiva a sociedade brasileira. Apenas no ano de 1922, a título de exemplo, foi realizada a Semana de Arte Moderna, ocorreu a fundação do Partido Comunista e desenvolveu-se o movimento tenentista, indicadores de que profundas transformações iriam ocorrer, as quais questionariam os padrões políticos e culturais da Primeira República. No campo econômico, a década de 1920 foi marcada por um maior desenvolvimento das atividades industriais, indício do processo de complexificação da economia brasileira. As mudanças econômicas incorreram na ampliação dos setores urbanos, com o incremento das camadas médias e da classe trabalhadora, além da diversificação de interesses entre as próprias elites econômicas.<sup>2</sup> A atuação conjunta desses elementos de transformação seria um importante estímulo a alterações no panorama político em vigência, atingindo a própria estrutura das oligarquias da Primeira República.

A política dos governadores representou a sustentação dos grupos dominantes nos estados por parte do governo federal. Em contrapartida, os governadores apoiavam a política do Presidente da República, votando com o governo no Congresso. O mesmo tipo de acordo era reproduzido entre os governadores e as lideranças locais, os coronéis, que exerciam controle sobre determinada região, através de sua força armada pessoal, seu prestígio social e, em menor importância, do controle do eleitorado rural.

No início da década de 1920, o coronelismo começou a apresentar sinais de enfraquecimento em decorrência dos graves conflitos que emergiam no interior das oligarquias – aonde podemos alocar os enfrentamentos ocorridos na região do planalto contestado, onde estava estabelecida a *Lumber Company*.

A década de 1930 foi marcada pela crise econômica iniciada com o *crack* da Bolsa de Nova York, no ano de 1929. Esse fato, associado às transformações anteriormente citadas, resultaram – em âmbito nacional – numa drástica ruptura em consequência do movimento político-militar do ano de 1930, e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, onde permaneceria pelos quinze anos subsequentes, naquela que ficou conhecida como ‘A Era Vargas’.

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

O movimento de 1930 consolidou-se mediante a união de forças bastante heterogêneas, as quais, após a vitória, entraram em conflito devido à divergências em relação ao futuro do processo. Dois possíveis caminhos surgiram: aquele que conduzia o movimento a medidas mais centralizadoras e autoritárias; e o outro, que direcionava a diretrizes mais liberais e a busca por maior autonomia regional. As disputas foram intensas e resultaram na exclusão de importantes grupos que intentavam chegar ao poder. O rebentar da revolução constitucionalista de 1932 resultou em derrota militar dos paulistas e vitória do governo central, mas, apesar disso, a constituição foi votada e, em junho de 1934, promulgada pelo presidente eleito Getúlio Vargas. A constitucionalização do país implicou em radicalização política. Desse modo, dois importantes movimentos obtiveram visibilidade em meados da década de 1930: a Ação Integralista Brasileira (AIB), de cunho nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de oposição à Vargas e que reunia, principalmente, socialistas, comunistas e nacionalistas. Em novembro de 1935, eclodiram levantes comunistas, os quais foram rapidamente contidos, porém, o “perigo vermelho” converteu-se na justificativa ideal para o governo intensificar a repressão, controlar a sociedade e, paulatinamente, fechar o regime.

O incremento da repressão – iniciado em 1935 – resultou no golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Vargas promulgou nova constituição, que tinha como base a centralização política, a intervenção do Estado e um modelo antiliberal de organização da sociedade. As liberdades civis foram suspensas, o Congresso dissolvido e os partidos políticos extintos. A repressão policial instalou-se em toda parte. No Brasil ocorriam profundas mudanças, o país que era agrário e exportador principiou a transformar-se numa nação urbana e industrial. Com suas medidas centralizadoras, Vargas aumentou o controle sobre as oligarquias regionais através da diminuição da autonomia dos estados.<sup>3</sup>

No ano de 1939, eclodiu a Segunda Guerra Mundial, ocasionando profundas transformações em todos os países, e, no Brasil, motivou o governo a nacionalizar uma série de companhias estrangeiras, entre elas a *Lumber Company*.

Estas transformações também se manifestaram na região do planalto contestado, especialmente a partir do advento da *Lumber*. As relações sociais, econômicas, políticas e laborais foram profundamente alteradas, e, além

---

<sup>3</sup> PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

disso, sua atuação também resultou em ingente transformação do meio, em função da devastação ambiental perpetrada pela empresa.

Anteriormente ao advento da *Lumber Company*, a maioria das cidades do planalto catarinense originou-se de um processo histórico que teve sua gênese com o ‘Caminho de Tropas’, o qual ligava o planalto, as províncias platinas, o antigo distrito das Missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e à cidade de Sorocaba, ponto de chegada do gado e das tropas oriundas do extremo sul. A passagem das tropas resultou na formação de muitas fazendas de invernada e criação, locais utilizados para descanso e engorda dos animais, após longos trechos percorridos: “a Vila de Lages era um ponto de pouso das tropas que demandavam a província de São Paulo; isto também concorreu para a formação das vilas de Curitiba e Campos Novos”.<sup>4</sup> O comércio trazido a reboque pelo Caminho de Tropas foi considerado pelas províncias como tributável, fato que gerou conflitos relacionados à colocação de barreiras fiscais que pretendiam tributar os produtos comercializados pelos tropeiros, como, a título de exemplo, a erva mate.

Esse processo também ocorreu na área localizada ao norte do planalto, na região de Canoinhas e Três Barras. Ali, além do tropeiro paranaense ou sul-rio-grandense, havia grande número de imigrantes – principalmente poloneses, alemães e ucranianos<sup>5</sup> – que adentraram na região já a partir da década de 1890 e dedicaram-se ao trabalho agrícola em pequenas propriedades ou atividades comerciais e outras ocupações nas áreas urbanas.<sup>6</sup>

Os imigrantes que adentraram na região pelo estado do Paraná, desembarcavam em Paranaguá e Antonina e, em seguida, eram conduzidos até Curitiba, de onde partiam para as colônias a que estavam destinados. Nestas

---

<sup>4</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004, p. 60-4.

<sup>5</sup> É difícil e problemático definir e denominar esses grupos como poloneses, alemães e ucranianos. Normalmente essas nomenclaturas são arbitrárias, supõem a ideia de grupos coesos, unificados e monolíticos, o que geralmente não ocorria na prática devido as inúmeras fissuras existentes entre eles, tanto em decorrência das distintas regiões de origem como de seus diferentes dialetos. Outro problema refere-se às denominações recebidas por esses grupos ao chegarem ao Brasil, confundindo-se russos, poloneses, ucranianos, etc. Conforme o *Censo Demográfico de 1920*, a população estrangeira em Canoinhas, além de outras etnias, era composta por 625 poloneses (335 mulheres e 290 homens); e 536 russos (226 homens e 270 mulheres). No entanto, neste censo de 1920, a categoria “ucranianos” nem sequer constava nas opções da pesquisa. Dados do IBGE.

<sup>6</sup> Houve uma leva ainda mais antiga de imigrantes alemães encaminhados para a região de Rio Negro ainda em 1829.

colônias, reorganizavam sua vida social e religiosa, construindo igrejas, sociedades recreativas e escolas.<sup>7</sup>

É preciso considerar que toda aquela região estava sob litígio, envolvida na disputa de fronteiras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a chamada *Questão de Limites*.<sup>8</sup> Com a inserção da *Lumber Company* na região de Três Barras, vastas áreas desmatadas foram loteadas e vendidas pela empresa a colonos do leste europeu, ali estabelecidos por ação do estado do Paraná com o intuito de povoar o território contestado e obter controle efetivo sobre a região. Esse processo elevou acentuadamente o fluxo de imigrantes em toda aquela área.<sup>9</sup> A imigração polonesa para o estado do Paraná foi marcada por dois grandes picos: o primeiro, ocorrido no período entre 1890 e 1896, quando adentraram no estado cerca de vinte e oito mil imigrantes, e o segundo ocorrido no período entre 1907 e 1914, com a chegada de outros vinte e sete mil poloneses. Os alemães também foram assentados na região durante a segunda metade do século XIX, e desenvolveram atividades ligadas à criação e lavoura.

No início do século XX, com o surgimento de vilas como Curitiba e Campos Novos e as colônias de São Bento e Campo Alegre – estas colônias foram fundadas como tentativa de colonização por imigrantes alemães a partir de Joinville – a região passou a ser ocupada por fazendas e lavouras. Por iniciativa do estado de Santa Catarina, a partir do núcleo de São Bento, em 1889, os catarinenses estabeleceram o povoado de Canoinhas. Em 03 de julho de 1902, a vila de Canoinhas foi erigida a distrito de Curitiba, emancipando-se em 12 de setembro de 1911. Por outro lado, o Paraná investiu na fundação de vilas a partir de Rio Negro, como Três Bar-

---

<sup>7</sup> WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos Professores, 1967, p. 112

<sup>8</sup> A Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina, iniciada em 1853, arrastara-se sem solução definitiva até o ano de 1917. Embora o litígio territorial entre os dois estados não tenha sido determinante para a eclosão do conflito, a disputa incitou ódios e inimizades locais, bem como promoveu atritos nas regiões fronteiriças. A cobrança de impostos e a distribuição de terras a particulares, por parte dos Estados litigantes, também foram fatores que contribuíram para elevar a tensão. In: VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 67 a 69; MONTEIRO, Douglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e o Contestado”. In: FAUSTO, Boris [et al] (org.) *O Brasil Republicano, 2: Sociedades e Instituições (1889-1930)*. 5. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997, p. 71.

<sup>9</sup> Três Barras foi município paranaense até o ano de 1917, quando pelo Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina passou a integrar o estado catarinense na condição de distrito de Canoinhas.

ras<sup>10</sup>, Papanduva, Colônia Lucena (Itaiópolis) e Valões (Irineópolis). Exemplarmente, há o caso da Colônia Antonio Olinto, a qual foi instaurada pelo Paraná em meio à crise de divisas com Santa Catarina. Esta colônia localizava-se trinta quilômetros ao norte da colônia Lucena (atual município de Itaiópolis), ao longo do Rio Negro, sendo que ali os paranaenses promoveram o assentamento de imigrantes. No ano de 1910, a colônia Antonio Olinto contava mais de dois mil poloneses e ucranianos residentes, dentre os quais, grande parte do grupo que seria empregado como trabalhadores da *Lumber Company*.<sup>11</sup>

De modo geral, os moradores destas vilas e cidades que não eram imigrantes, compunham um tipo étnico não muito preciso denominado “caboclo” ou “sertanejo”, o qual é apropriadamente percebido se caracterizado pelo seu modo de vida, tradições e costumes, em detrimento da simples ideia de mistura étnica entre indígenas e descendentes de lusos.

A região possuía contingentes consideráveis de população negra e mestiça, o tropeiro de origem paranaense ou sul rio-grandense, além dos imigrantes que ocuparam aqueles territórios a partir do final do século XX, como alemães; austríacos; espanhóis; galeses; holandeses; poloneses; portugueses; russos e ucranianos.

O surgimento da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* está conectado ao processo de construção de uma ferrovia que interligaria os estados do sul do Brasil. Para este fim, o governo brasileiro estabeleceu contrato com a *Brazil Railway Company*, empresa responsável pela construção do caminho de ferro que cruzaria o planalto norte de Santa Catarina, tendo como pontos de partida e de chegada as cidades de Itararé em São Paulo e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, respectivamente. A construção desta grande linha férrea alterou o modo de vida das populações residentes nas regiões por ela atravessada, aumentando o valor econômico das terras, agravando problemas sociais e influenciando diretamente na deflagração do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, na região fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

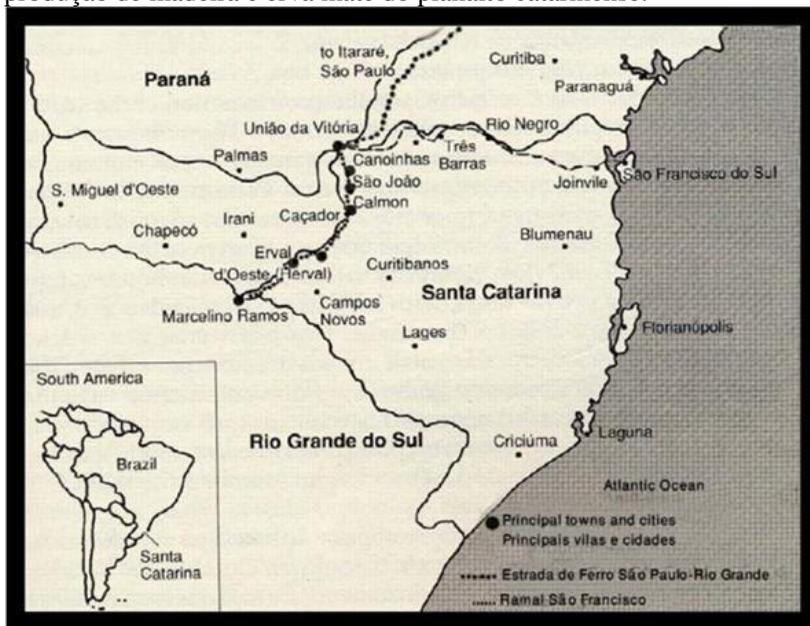
Em 1910, foi encerrada a construção do trecho que rasgava o território catarinense, num total de trezentos e oitenta quilômetros, entre a cidade de União da Vitória, no Paraná e Marcelino Ramos, no rio Uruguai. Sete anos mais tarde, o ramal que interligava União da Vitória e a cidade portuá-

---

<sup>10</sup> O distrito de Três Barras foi criado pela Lei N.º 1304 de 1º de Abril de 1913, compondo o município paranaense de Rio Negro.

<sup>11</sup> DIACON, Todd A *Milenarian vision, capitalist reality*. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991, p. 51.

ria de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, foi concluído e colocado em operação. A conclusão deste ramal permitiu o rápido escoamento da produção de madeira e erva mate do planalto catarinense.



**Imagem 1: Mapa da ferrovia São Paulo - Rio Grande e cidades mais importantes da região. In: DIACON, Todd A. Milenarian vision, capitalist reality. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991, p. 47.**

O contrato para construção da ferrovia estabeleceu que a empresa responsável pela empreitada – a *Brazil Railway Company* – teria direito a explorar as terras adjacentes à linha tronco, numa extensão de até quinze quilômetros para cada lado do leito da linha férrea.

Essas terras eram cobertas por milhões de pinheiros araucária, imbuías, canelas pretas, cedros e cabriúvas. Objetivando extrair e exportar esta madeira de alto valor econômico e, mais tarde, vender parte daquelas terras a imigrantes europeus, foi constituída uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Em 1910, a *Lumber* instalou em Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, uma moderna serraria.

A empresa instituiu um processo industrial altamente mecanizado, com elevada organização técnica. O início do processo ocorria com o corte das toras no meio da floresta, tarefa executada por grupos de trabalhadores que se embrenhavam nas matas, selecionavam e serravam as árvores. Em seguida, as toras que jaziam no chão eram presas por longos cabos de aço – cada qual com centenas de metros de comprimento – e içadas por guinchos movidos a vapor comprimido. As enormes toras eram arrastadas até a margem dos ramais ferroviários, construídos pela própria empresa, que poderiam atingir até trinta quilômetros de extensão. Ao serem arrastadas, destruíam toda a vegetação existente no percurso, ou seja, árvores menores, espécies economicamente menos interessantes e também grandes quantidades de árvores de erva mate, cuja extração consistia em recurso preponderante para a sobrevivência da população pobre que habitava a região. Após chegar a beira dos trilhos, o mesmo guincho erguia as toras e as colocava sobre vagões que eram conduzidos até o engenho da serraria, no centro da vila de Três Barras. No interior do engenho, as toras eram serradas, selecionadas e armazenadas mecanicamente. Subsequentemente eram carregadas em vagões e transportadas até os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e dali enviadas ao exterior.<sup>12</sup> Em 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, um decreto de Getúlio Vargas encampou a *Lumber Company*. Com o processo de estatização da companhia, materializado pelo Decreto 2.436, de 22 de julho de 1940, e após ser incorporada ao Patrimônio da União e sobreviver a um período de limbo administrativo, a empresa passou a ser gerenciada pelo exército brasileiro.

---

<sup>12</sup> A partir da década de 1920, além da exploração da madeira em escala industrial, a *Lumber* também desenvolveu atividades de beneficiamento e exportação de erva mate. Além de explorar os vastos ervais nativos localizados nas terras recebidas em concessão ou posteriormente adquiridas, a *Lumber* também comprava a *ilex* de atravessadores locais, os quais acumulavam grandes quantidades adquiridas junto a pequenos produtores/coletores. A empresa efetuava gastos com compra de erva mate de terceiros, bem como com a construção de barracões para armazenagem do produto. Com a utilização de seus próprios ramais e da ferrovia da *Brazil Railway*, a *Lumber* obtinha baixos custos de transporte, o que lhe proporcionava vantagem sobre os demais empresários locais. Além da ferrovia, os rios da região consistiam em percursos para a distribuição da erva, mediante utilização dos vapores “Três Barras” e “Porto Velho”, embarcações de médio porte de propriedade da empresa. Tais embarcações exigiam um porto permanente, bem como trabalhadores especializados – ou ao menos fixos – para carga e descarga das embarcações e transporte dos produtos. In: Relatórios Mensais da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Balancete do mês de abril de 1917, p. 12. APESC, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, APESC.

Em trabalho anterior, o objeto de estudo consistiu nos trabalhadores da *Lumber Company*.<sup>13</sup> Esta pesquisa retoma alguns temas que foram desenvolvidos e fontes que foram empregadas naquele texto. Coerentemente, esta pesquisa utilizou a plataforma de informações provenientes da dissertação de mestrado. Contudo, alguns pontos de vista foram revistos e reavaliados.

Comumente, sob a perspectiva da história empresarial, ocorre a demanda por fontes procedentes da própria empresa, o que recorrentemente é obstado pelo extravio da documentação ou sua transferência para arquivos particulares.<sup>14</sup> No caso sob análise, a singularidade da *Lumber* resultou na produção de um montante apreciável de informações em diferentes tipos de fontes. O controle econômico, a atuação política, e seu envolvimento em disputas e conflitos, repercutiram em distintos tipos de fontes. Para a consecução deste trabalho, foram utilizadas fontes orais, fontes judiciais, documentos da própria empresa, jornais, além de muitas fotografias e um filme cinematográfico sobre a *Lumber*.

Com o intuito de vislumbrar o modo de vida da população pobre do planalto contestado antes da chegada do capital estrangeiro – e sua resistência às transformações ocorridas após sua instalação – foram realizadas entrevistas com antigos moradores da região. O uso da história oral pode resultar extremamente profícuo, desde que seja utilizado como metodologia – ou seja, um conjunto de procedimentos articulados que pretende obter resultados seguros que possibilitem a produção de conhecimento – capaz de produzir uma fonte, a qual se converte em documento. Os críticos desse método de pesquisa afirmam que a história oral não é objetiva, não é confiável e sugerem seu uso parcimoniosamente. Qualquer fonte carece de crítica e de cuidado ao ser analisada e empregada, portanto não é algo exclusivo dessa metodologia.

Um aspecto de considerável relevância na análise da entrevista é o *ponto de saturação*, ou seja, quando a informação começa a se repetir, isso assinala os pontos chave da fala e demonstra a fidedignidade da informação. Além disso, é preciso realizar o cruzamento das informações obtidas com outras fontes, o que explicita sua lógica interna e sua coerência.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “*O pessoal da Lumber!*” Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

<sup>14</sup> LOBO, Eulália. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

<sup>15</sup> ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Os informantes foram rastreados e selecionados a partir de dois critérios. O primeiro consistiu na escolha de pessoas com idade avançada, o que permitiria a reconstrução de elementos presentes no modo de vida da população pobre da região, tanto no início do século XX quanto em décadas anteriores (ao reproduzirem histórias contadas pelos pais, por exemplo); o segundo critério amparou-se no fato de que esses informantes deveriam ser (ou ter sido) moradores de áreas rurais, o que propiciaria reconstruir com verossimilhança o modo de vida sertanejo. Os entrevistados – cujos depoimentos foram fundamentais para a elaboração, principalmente, do primeiro capítulo – são habitantes do interior do município de Canoinhas, de localidades como Taquarizal (sessenta quilômetros da sede do município), Rio dos Pardos, Pedras Brancas (local onde fora erigido um dos mais importantes redutos rebeldes durante a Guerra do Contestado), Barra Mansa e Rio D’Areia do Meio.

As fontes judiciais foram preponderantes para a consecução da pesquisa. Processos instaurados por diferentes motivações, decorrentes de agressões físicas, homicídios, disputas fundiárias, injúria e difamação, além de inventários e dos inquéritos por acidente no trabalho ocorridos na *Lumber Company*. Também foram analisados documentos da própria empresa, como relatórios, editais e livros de funcionários.

A exigência quanto à instauração de um inquérito judicial para cada ocorrência de acidente de trabalho – a partir de 1919 –, nos legou um conjunto de fontes de inestimável valor, que há pouco mais de duas décadas vêm sendo utilizado nos estudos acerca da classe trabalhadora. Evidentemente, a análise destas – e de outras fontes judiciais – não objetiva uma suposta descoberta da “verdadeira” forma como os fatos sucederam. A grande contribuição desse tipo de fonte consiste em possibilitar a compreensão das explicações apresentadas para cada caso, dadas e aceitas pelos diferentes agentes sociais, considerando que “o importante é estar atento às coisas que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência”.<sup>16</sup> A riqueza das fontes judiciais acentua-se na contradição das inúmeras versões do acontecimento (seja um acidente de trabalho ou um crime), suscitadas pelos depoimentos de suspeitos, acusados, testemunhas e das conseqüentes retificações e acareações. Além disso, a comparação e o entrecruzamento de todas essas facetas com outras fontes permite uma apreciável ampliação da análise.

---

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 41.

As distintas versões e interpretações que constam no trâmite dos processos, nos remetem a dois pontos relevantes: a análise da convergência e da discordância de versões.<sup>17</sup> Essa visão complementar fornece um conjunto de possibilidades e expõe um panorama (obviamente imperfeito, mas não por isso menos válido) de questões explicativamente próximas, úteis como ponto de partida para o exame. Nesse caso específico, concerne a determinadas relações estabelecidas entre a polícia, sistema judiciário (cujos cargos eram providos, em sua maioria, pelas diretrizes do coronelismo), a *Lumber Company*, seus trabalhadores e a população daquela região.

Cumpra salientar que as fontes jornalísticas também propiciaram recursos para a realização da análise. Em alguns momentos, os jornais consistiram em preciosa base de dados, porém, em outras ocasiões, foram tomados eles próprios como campos de batalha, revelando acirradas disputas políticas e econômicas que envolviam a *Lumber Company* e influenciaram toda aquela sociedade. Para tanto, foi imprescindível compreender o modo como se posicionavam os jornais e os grupos políticos que os controlavam. Desprovida da utilização dos jornais como fonte, (mesmo extremamente fragmentados, com elevado montante de edições não localizadas), a pesquisa não teria sido realizada. Cerca de vinte títulos diferentes foram analisados e podemos dividi-los em três grupos. Os jornais que representavam as oligarquias da região, publicados em municípios como Canoinhas, Curitiba, Mafra, Porto União, Rio Negro e Três Barras; aqueles originados em cidades mais distantes, como Curitiba e São Francisco do Sul e os jornais operários. Referente este último grupo, foram pesquisados jornais publicados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (A Plebe, A Greve e O Grito Operário), que permitiram compreender a circulação das ideias e dos próprios militantes operários, bem como a reverberação das notícias acerca dos trabalhadores da *Lumber* no eixo Rio - São Paulo.

As fotos utilizadas ao longo do texto objetivam estabelecer uma relação entre o objeto fotografado e o contexto sócio-histórico analisado em determinada passagem. A maioria das fotos é atribuída a Claro Jansson, fotógrafo que registrou o processo industrial da companhia *Lumber* e tam-

---

<sup>17</sup> Com relação aos processos criminais, cabe lembrar que o introdutor do emprego deste tipo de fonte no Brasil foi Sidney Chalhoub, com sua clássica obra “Trabalho, lar e botequim”. Passados mais de 20 anos desde a publicação da obra, algumas noções e sugestões propostas por Chalhoub são importantes referenciais para uma análise razoável de fontes tão ricas e, concomitantemente, de trato tão exigente.

bém a Guerra do Contestado.<sup>18</sup> Além delas, foi analisado o filme cinematográfico produzido em 1922 sob encomenda da companhia, que evidencia o processo industrial e toda a estrutura instalada pela empresa.<sup>19</sup>

A busca e o tratamento dessas fontes tiveram como referencial um gênero historiográfico que trouxe novas perspectivas ao fazer história, a micro-história.

O surgimento da micro-história remonta à década de 1970, entretanto, mediante a publicação da revista *Quaderni Storici*, na década de 1980, ocorreu o impulso necessário para a maturação da micro-história como gênero historiográfico. A principal vertente desse método é a micro-história italiana, representada por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi e Edoardo Grendi, a qual propôs uma alteração da escala de observação na pesquisa histórica, de modo a intensificar a exploração do objeto, ou seja, permitir uma ampla exploração do objeto de estudo e propiciar uma descrição da realidade social com maior número de detalhes, possibilitando uma leitura diversa da sociedade.

As obras publicadas pelo grupo demonstram quais temáticas e qual tratamento metodológico empregado eram pertinentes aos interesses da micro-história:

“... trabalhos pequenos ou de tamanho médio, centrados num tema particular: a biografia de uma freira ou de um jovem pintor; as transformações industriais ou as dinâmicas sociopolíticas de um vale; um caso criminal; a carreira de um exorcista; uma festa política carnavalesca, etc.”<sup>20</sup>

Evidentemente, ao promover o estudo de uma determinada empresa, o micro-historiador não objetiva tão somente compreender os aspectos daquele ente jurídico em si, mas, através desse conhecimento, obter um entendimento acerca das características específicas da sociedade a que ela pertence. Portanto, através de um fragmento específico, propunha-se abordar uma questão mais abrangente que influencia toda uma sociedade.<sup>21</sup> Do

<sup>18</sup> BEZERRA, Rafael Ginane; SALLAS, Ana Luisa Fayet. “Da trajetória de um fotógrafo e da legibilidade da fotografia: esboço interpretativo sobre o trabalho de Claro Jansson”. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.4, n.5, p. 59-80, jul./dez. 2008.

<sup>19</sup> COMPANHIA *Lumber*. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco.

<sup>20</sup> GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998, p. 260.

<sup>21</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

mesmo modo, ao analisar um crime, o objetivo, evidentemente, não consiste em identificar os “culpados” por aquele ilícito ou analisá-lo per se mesmo, mas olhar *através* dele, para que este exame revele aspectos do contexto em que ocorreu isto é, que revele algo daquela realidade social.

Portanto, a partir de um indício, de um detalhe específico, propõe-se responder questões gerais e de amplo interesse para a sociedade pesquisada.

A micro-história opta por situações vividas, redes de relações, estratégias singulares. Alguns de seus principais elementos são: a valorização pela busca do estabelecimento de relações, o trabalho intensivo com as fontes, a comparação da documentação e o cruzamento de dados e informações. Além disso, essa perspectiva teórico-metodológica tende a valorizar as auto-representações e atribuir significados distintos, presentes num mesmo universo cultural, demonstrando o papel das ideias e das sensibilidades individuais e coletivas em suas singularidades.

O procedimento investigativo denominado “paradigma indiciário” permite elucidar questões escavando os indícios e as minúcias, iniciando do miúdo, e não do todo ou das características evidentes. De maneira geral, essa metodologia considera os “resíduos”, os “dados marginais”, os quais analisados da maneira apropriada são altamente reveladores e admitem interpretações e resultados inovadores. Ao abordar o “paradigma indiciário”, Ginzburg afirma tratar-se de um saber que permite “(...) a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa, não experimentável diretamente”.<sup>22</sup> O papel do historiador é decifrar as pistas e sinais, os indícios, que ao serem lidos da maneira adequada (quando possível de forma “satânica”) possibilitam a construção de conjecturas, às quais são fundamentais à micro-história. Na tentativa de identificar as intenções dos protagonistas das fontes históricas, conseguimos utilizar os rastros deixados por eles de maneira involuntária. Esta perspectiva emerge dos indícios recolhidos pelo pesquisador a partir das variadas ações de cada personagem ou ainda dos múltiplos desfechos de um caso específico.

As proposições microanalíticas se coadunam com muitos predicados da história social inglesa, da “história vista de baixo”, o que dinamiza a busca dos sujeitos no emaranhado de fontes para a reconstrução do vivido.

Thompson frisou em seus escritos – e praticou em sua obra – a imperativa necessidade de se questionar amiúde as fontes, tanto em busca de novas evidências quanto para possibilitar a construção de novos questiona-

---

<sup>22</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”: In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p 152.

mentos,<sup>23</sup> bem como uma reconstrução e crítica da teoria através do estudo da realidade. Para tanto, é fundamental que haja uma quantidade e diversidade de documentação disponível para entrecruzamento e consequente vinculação mútua de questões até então obscurecidas.

Ao avançar pelo estudo das alterações promovidas pela *Lumber Company* na sociedade em seu entorno, a pesquisa inspirou-se em sugestões teórico-metodológicas alinhadas às perspectivas da História Social Inglesa – especialmente as noções sugeridas por Thompson – para os estudos que optam por uma análise que valoriza uma “história de baixo”, a qual propõe que os mais pobres também demonstram (mesmo que muitas vezes tal fato seja ignorado) o desenvolvimento de uma consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização. Assim, a pesquisa percebeu-os como gestores de suas próprias vidas, com capacidade de decisão e de ação, mesmo que as classes dominantes invariavelmente intentem o controle dos mais pobres e, por conseguinte, desqualificar os discursos e as ações das classes subalternas. É importante frisar que a perspectiva proposta pela história social inglesa expõe a necessidade premente de desenvolver uma “história de cima” para complementar a “história de baixo”, evitando-se assim negligenciar uma perspectiva relacional, mediante a valorização da relação mútua e com o todo, ou seja, a classe trabalhadora e as classes dominantes precisam ser percebidas em suas relações mútuas e com o Estado.<sup>24</sup>

Alguns dos indivíduos que atuaram com evidente alinhamento aos objetivos da empresa, demonstraram que suas escolhas não atendiam apenas a seus interesses pessoais, mas expressavam e reforçavam um conjunto de elementos que, observados em perspectiva, evidenciavam interesses de classe bastante definidos, em oposição às expectativas e interesses dos pobres.<sup>25</sup> Muitos dos indivíduos que ocuparam cargos essenciais às necessidades da *Lumber Company*, organizaram – ao longo de décadas dentro daquela sociedade – estratégias (tanto ofensivas quanto defensivas) e as opuseram

---

<sup>23</sup> THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 31.

<sup>24</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica. 2. Ed. 1984, p. 13 e 14. A partir dessa proposição desenvolveu-se o interesse por compreender também a atuação dos “de cima” na região do planalto contestado, dando origem ao capítulo em que são analisadas as intrincadas relações entre a *Lumber Company*, as lideranças políticas regionais do Partido Republicano Catarinense e a atuação do governo do estado de Santa Catarina naquele contexto.

<sup>25</sup> Idem, p. 37.

às demandas dos trabalhadores e da população que orbitava a empresa, estabelecendo e exercendo a exploração sobre os mais pobres.

Coligindo interesses antagônicos, os confrontos entre os dois grupos tornaram-se inevitáveis. Neste processo, os aliados da companhia *Lumber* estabeleceram marcos referenciais, pontos básicos a serem defendidos, resultando na formação de uma consciência pelos grupos em enfrentamento, acerca de seus objetivos e interesses. Evidentemente, este processo resultou contraproducente, pois as classes subalternas, ao serem continuamente exploradas, também perceberam que os seus interesses eram distintos, de fato opostos aos da *Lumber* e de seus representantes.<sup>26</sup>

Thompson evidenciou em sua obra que o processo de formação de uma classe transcende as questões de cunho econômico, e não se relaciona diretamente com a formação do sistema fabril. A configuração de uma classe está muito associada ao modo como os indivíduos envolvidos *percebem a si próprios* e àquelas relações às quais estão submetidos.<sup>27</sup>

A maioria dos autores abordou a atuação da *Lumber Company* sobre a região do planalto contestado com o intuito de demonstrar a contribuição peremptória dessa empresa e de seus atos para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado. Sendo assim, tais autores a examinaram juntamente com o processo de inserção do capital estrangeiro naquela região (por meio da ferrovia), as disputas fundiárias nas quais se envolveu, resultando na expulsão dos posseiros que habitavam as matas que seriam exploradas pela companhia, a modernização do processo de extração da madeira e consequente destruição do modo de vida do sertanejo – sem condições para explorar a madeira ou a erva mate – a instituição de uma força armada particular que poderia suplantiar os efetivos públicos, além de outros temas relacionados à companhia.<sup>28</sup>

Dentre aqueles autores que trataram especificamente da *Lumber Company*, sem necessariamente conectá-la ao contexto do movimento do Contestado, ressalta-se o trabalho do professor Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, que analisou a atuação da empresa a partir de uma perspectiva da história ambiental e do processo de destruição da floresta ombrófila mista, no médio vale do Iguaçu.

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 35-9.

<sup>27</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 18.

<sup>28</sup> Autores como MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, *op., cit.*; MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”. *Costume e Direito a Terra no Contestado (1912-1916)*. Niterói. Dissertação (Mestrado em História). UFF. Niterói, 2002, desenvolveram suas análises com esse objetivo.

A tese de doutoramento do professor Delmir José Valentini, preocupou-se em analisar a atuação da *Brazil Railway Company*, a holding da *Lumber Company* – entre os anos de 1906 e 1916 – e a contribuição da sua atuação para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado, propiciando grandes avanços para a compreensão das transformações impingidas por ação do capital estrangeiro na região do Contestado.<sup>29</sup>

A presente pesquisa, intentando reconstruir redes e relações sociais, seguiu três personagens que ajudaram a compor o quadro em que operam as transformações – e as resistências – promovidas pela *Lumber Company*.

O primeiro desses indivíduos é Theófilo Becker, cuja trajetória inicia-se dentro do grande processo de imigração europeia para o Brasil. Seu tio paterno adquiriu um lote de terras na colônia São Lourenço<sup>30</sup>, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 22 de setembro de 1872. Presumivelmente, a família de Theófilo migrou do Rio Grande do Sul em direção ao Paraná, nos últimos anos do século XIX. Houve significativas formações de migrantes provenientes daquele estado, inclusive para a região do Irani e dos Campos de Palmas.<sup>31</sup>

Theófilo Becker nasceu em Rio Negro, estado do Paraná, no ano de 1881. Podemos localizá-lo com certa facilidade a partir do ano de 1917, no distrito de Três Barras, recém transferido para o controle do estado de Santa Catarina. A essa altura, Theófilo já ocupava o cargo de subdelegado de polícia daquela localidade. Tinha um filho de 11 anos de idade – José Becker, nome dado em homenagem ao avô paterno.<sup>32</sup>

Ao exercer suas atribuições como autoridade policial, sempre que possível, beneficiava a *Lumber Company*, promovendo, juntamente com a companhia, a instituição de uma nova disciplina naquela localidade; reprimi-

---

<sup>29</sup> VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916)*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

<sup>30</sup> A Colônia São Lourenço foi fundada em 1858, na serra de Tapes, no então município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A colônia era uma iniciativa privada de Jacob Rheingantz. Em 1878, quando Rheingantz morreu, a colônia possuía 52 mil hectares e mais de seis mil moradores. In: *Brazilgenweb – Genealogia Brasileira: Projeto Imigração Alemã*, consulta virtual.

<sup>31</sup> Houve grande número de ex-federalistas que se abrigaram no planalto catarinense e sul paranaense nesse período. Como exemplo, pode-se citar um grupo de povoadores rio-grandenses instalado na região do Irani, no mesmo período que participaram dos conflitos iniciais da Guerra do Contestado. Entre eles, havia grandes fazendeiros, criadores, agregados, peões e camaradas, pequenos comerciantes e donos de alambiques. Compunham uma frente de expansão tradicional. In: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas*. Texto apresentado e debatido na disciplina de Movimentos Sociais e Experiências II, 2008.

<sup>32</sup> *Inventário de Theófilo Becker*. Canoinhas, Outubro de 1928. AHMC.

mindando trabalhadores da empresa e a população em geral; fornecendo proteção e favorecendo-a na condução dos inquéritos decorrentes por acidentes de trabalho ocorridos na *Lumber*, após a instauração da nova legislação trabalhista.

No início de outubro de 1920, Theófilo foi exonerado do seu cargo. Ele foi imediatamente contratado como chefe do corpo de segurança da *Lumber*, e passou a impor resistência à atuação do novo subdelegado, conflito que teve um desfecho surpreendente.

Sua esposa, Dalila, faleceu.

Ele casou-se novamente em 21 de março de 1924, com Alzira, que lhe daria duas filhas, Mafalda, nascida em 05 de dezembro de 1927 e Esmeralda, nascida em 09 de março de 1929. As duas só conviveram com o pai enquanto bebês.

No mês de julho de 1918, Theófilo comprou um “terreno de caíva, cultura, pastagens e banhados, com a área de 195 alqueires (...) situado no lugar denominado Papuan, nesta Comarca”. O terreno foi avaliado em 47:190\$000 (quarenta e sete contos, cento e noventa mil réis). Foi adquirido pelo então subdelegado um ano após a primeira greve deflagrada pelos trabalhadores da *Lumber* e um ano antes da segunda – em um período de grande agitação do operariado – ambas violentamente reprimidas com auxílio da polícia.

Outro indivíduo cuja trajetória vincula-se com a história da própria *Lumber* é o “baiano”, Oswaldo Rodrigues de Oliveira. Ele nasceu na cidade de Entre Rios, estado da Bahia, em 06 de maio de 1888. Em 1911, formou-se em medicina e no ano seguinte chegou a Santa Catarina para trabalhar como médico da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e, em seguida, na *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Transferiu residência para Três Barras em janeiro de 1913, contratado pela *Lumber* para a função de médico e ocupando a chefia dos serviços sanitários.<sup>33</sup> Foi delegado da higiene em Canoinhas e intendente de Três Barras no período do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916. Em 1917, quando Três Barras consistia em distrito do município de Canoinhas, Oswaldo de Oliveira foi nomeado como primeiro intendente de Três Barras. Filiado ao Partido Republicano Catarinense, foi deputado estadual entre os anos de 1919 a 1921 e no período entre 1925 a 1927. Foi reeleito em 1926, concomitantemente para prefeito municipal de Canoinhas e deputado estadual, assumindo, a pedido do governador Adolfo Konder, a prefeitura de

---

<sup>33</sup> *Livro de Funcionários da Lumber*. Seção Escritório, consultado no acervo do CIMH, Campo de Instrução Marechal Hermes, em Três Barras.

Canoinhas, para o mandato de 1926 a 1930, quando foi deposto pelo movimento político militar. Após o ano de 1945, filiou-se ao Partido Social Democrático.<sup>34</sup> Eleito vereador em 02 de dezembro de 1947, tomou posse no dia 20 do mesmo mês para exercer o mandato de 1947 a 1951, como representante de Três Barras. Nesta legislatura foi, por duas vezes, eleito presidente da câmara municipal, e, durante o segundo mandato de presidente, no ano de 1949, ocorreu o falecimento do prefeito municipal, Otávio Tabalipa, tendo então reassumido o executivo como prefeito municipal até 31 de janeiro de 1951, vindo a falecer no ano seguinte, em 05 de setembro de 1952, vítima de colapso cardíaco.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1985, p. 381.

<sup>35</sup> Informações originárias do Museu de Três Barras.



**Imagem 2: Oswaldo de Oliveira**

O sucesso e o apoio político que usufruía Oswaldo de Oliveira na região de Três Barras pode ser vislumbrado pela nota a seguir:

“Realizou-se no dia 1º em Três Barras, no vizinho Estado de Santa Catarina, uma importante e entusiasmática manifestação de apreço, solidariedade e simpatia, ao ilustrado médico e prestigiado político Sr. Dr. Oswaldo de Oliveira, Superintendente eleito de Ouro Verde. O povo tresbarrense, numa unanimidade sugestiva e tocante, acorreu efetivamente à residência daquele ilustre político. (...) O homenageado agradeceu sensivelmente

comovido aquela manifestação, recebendo calorosos aplausos da multidão que lhe fora render tão sincera homenagem. O “Rio-negrense” associa-se às homenagens prestadas ao prestigioso político, que é um dos muitos e promissores valores morais do vizinho estado de Santa Catarina”.<sup>36</sup>

Fundamental atentarmos que o jornal que relatava tamanho apoio a Oswaldo de Oliveira era originário do município de Rio Negro, no Paraná, demonstrando a magnitude da influência política do médico da *Lumber*. Entretanto, ao contrário do que afirmava o jornal paranaense, o doutor Oswaldo de Oliveira não reunia tal “unanimidade sugestiva”, pelo menos não entre os trabalhadores da *Lumber*. Como veremos adiante, ainda no ano de 1919, foi alvo de protestos dos trabalhadores da companhia, os quais acusaram o médico de perseguição política e exigiram sua saída dos quadros da empresa.

Para elucidar os motivos desta reação dos trabalhadores, é preciso reconstruir as formas de atuação do médico da *Lumber* nos processos judiciais por acidente de trabalho, nos quais representou recurso preponderante para resolução de ações favoravelmente à companhia, evidentemente sustentado por sua privilegiada posição social e política na região.

---

<sup>36</sup> O Rio Negrense, n.º. 112. Rio Negro, 28 de novembro de 1926. Biblioteca Pública do Paraná. “Ouro Verde” foi o nome empregado como substituto de “Canoinhas” durante certo período na década de 1920. Tal mudança estava ligada ao fato do município ser, naquele período, um dos maiores produtores mundiais de erva mate



**Imagem 3: Homenagem a Oswaldo de Oliveira organizada no município de Três Barras, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do Museu de Três Barras.**

Por fim, o indivíduo que maior resistência impôs à *Lumber Company*, especialmente nos anos iniciais de suas atividades, Dídio Augusto.

Nascido no dia 22 de abril de 1883, na cidade paranaense da Lapa, onde conheceu o professor João Cândido, o qual havia sido médico do General Carneiro no cerco àquela cidade, durante a Guerra Federalista. O médico lhe empresta livros, estimulando o jovem aos estudos de Filosofia e História.

Em julho de 1904, ajuda a fundar um grupo dramático, no qual escrevia dramas e comédias, levados à cena com Dídio, quase sempre, atuando no papel de galã. Também declamava extensos monólogos. No ano seguinte, aos 22 anos de idade, casou-se com Maria Joana Linhares, de 16 anos, com quem teve treze filhos.

Desde cedo, exerceu a função de rábula (advogado não formado), e, na falta de autoridades titulares, ocupou diversos cargos, tal qual promotor público adjunto, em diversas comarcas.

No mês de setembro de 1908, Dídio Augusto tornou-se secretário da Sociedade Escolar, fundada em Canoinhas poucos meses antes,<sup>37</sup> além de professor da escola mantida pela mesma entidade. Em fevereiro de 1909, assumiu o cargo de diretor da instituição, a qual funcionava no “edifício

---

<sup>37</sup> O Trabalho, ano 1, n. 22. Curitibanos, 03 de outubro de 1908. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

mais importante da Freguesia”, reservava 20% das vagas a alunos pobres e, naquele momento, contava com 36 alunos.<sup>38</sup> Entre os sócios da instituição, figuravam os nomes de Francisco Ferreira de Albuquerque – Coronel, chefe político de Curitiba e um dos fomentadores da transformação de Canoinhas em município, o que viria a se concretizar no ano de 1911 – e Roberto Ehlke, grande proprietário da região de Canoinhas e que viria se converter num dos principais expoentes da política daquela localidade após sua emancipação, em 1911. Podemos afirmar que Dídio possuía livre trânsito entre importantes chefes políticos da região do planalto contestado.

Dídio sempre publicou textos em diversos jornais de Santa Catarina e Paraná. Era um colaborador recorrente do jornal *O Trabalho*, de propriedade do Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque, publicado no município de Curitiba (então sede do distrito de Canoinhas). No dia 13 de maio de 1909, o jornal trouxe um texto de Dídio, que refletia acerca dos resultados da Lei Áurea, a qual havia sido assinada quase vinte anos antes. Destacou a dicotomia da lei que libertara os escravos, porém lhes privara das condições fundamentais para uma inserção digna na sociedade.

“Mas que direito é que autoriza um governo, seja ele qual for; a umas nações sejam estas ou aquelas, a dispor da liberdade de milhares de almas? (...) Fala-se em gratidão à princesa Isabel. Mas gratidão por quê? Porque assinou o decreto que declarava os pretos livres? E quem lhes havia amputado a liberdade, esse direito sacrossanto que só a lei pode privar o homem contra a vontade deste, sendo ainda, para isso necessário que o homem se torne indigno dele? Não fora a Coroa, consentindo o monstruoso comércio de seres humanos? Identificando o homem com a besta? E que besta! Uma besta que raciocina que não se conforma com a posição que a fizera aceitar na sociedade (...). Liberdade – isso que se acaba onde principia a liberdade de outrem, segundo a definição sublime do espantoso Robespierre”.<sup>39</sup>

Além de defender a ideia de que os ex-escravos deveriam ter sido indenizados após a libertação, Dídio demonstra admiração pela insatisfação e luta dos cativos em prol de sua liberdade.

<sup>38</sup> *O Trabalho*, ano 1, n. 33. Curitiba, 17 de fevereiro de 1909. BPESC.

<sup>39</sup> *O Trabalho*. Ano 2, n. 41. Curitiba, 13 de maio de 1909. BPESC.

O fato de ocupar cargos, nomeado como substituto, permitiu-lhe acumular farta experiência no que tange a política e a administração dos muitos municípios por onde transitou no planalto contestado. Nos primeiros anos da década de 1910, Dídio fixou residência no município paranaense de Rio Negro, do qual Três Barras fora desmembrada em 1<sup>a</sup> de abril de 1913. Em Rio Negro, no ano de 1914, foi eleito o primeiro prefeito do município de Três Barras, sendo reeleito para o cargo, que ocupou até 1917<sup>40</sup>, quando aquele município paranaense passou ao controle de Santa Catarina, como resultado da assinatura do Acordo de Limites entre os dois estados.

Dídio Augusto militou contra o acordo e tentou incitar outros prefeitos do estado paranaense a reagirem. O movimento era liderado no Rio pelo paranaense Alencar Guimarães e, em 1917, Dídio telegafou ao então senador Ruy Barbosa, afirmando que a população do município que ele governava – Três Barras – não havia sido consultada acerca do Acordo.

No ano de 1918, Dídio fundou o jornal operário “A Liberdade”, em Três Barras. Sua fundação ocorreu poucos meses após sua saída da chefia política do município de Três Barras, bem como após a deflagração de uma greve pelos trabalhadores da *Lumber* naquela localidade, em meio à mobilização contra o Acordo de Limites.

A partir do ano de 1919, passou a publicar textos criticando de forma veemente a companhia de origem norte-americana. A campanha denunciava abusos praticados pelos mandatários da empresa, mas, também, as facilidades propiciadas pelos poderes públicos, que – como resultado de um “delírio protetório”<sup>41</sup> – lhe forneciam todas as condições para exercer o controle e influência sobre amplas áreas dos estados do Paraná e Santa Catarina. A publicação de um de seus textos mais incisivos ocorreu no Natal de 1919, quando o setor madeireiro sofria com o monopólio praticado pela *Lumber* e pela estrada de ferro, deixando as serrarias nacionais desprovidas de vagões para distribuição de sua produção. Dídio afirmava que a situação fora agravada pela complacência das autoridades, que estavam seduzidas “sorrindo babosos ao lourejar do dólar”.<sup>42</sup> Ainda segundo ele, “O ‘sindicato dos gringos’ subvenciona autoridades que abandonaram a consciência de seu dever para protegê-los nos seus banditismos *a far west*”.<sup>43</sup> Outro aspecto referenciado pelo texto foi o baixo preço pago pela madeira

---

<sup>40</sup> Três Barras (1913-1916), Prefeito: Dídio Augusto. Quatriênio (1916-1919), eleito em 21 de setembro de 1916; Prefeito: Dídio Augusto. In: *Registros da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública*. 1<sup>a</sup> Seção, Municipalidades, DEAP/PR, p. 47 e 100.

<sup>41</sup> O Democrata, ano 2, n. 47. Canoinhas, 25 de dezembro de 1919. BPESC.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> Ibidem.

comprada dos proprietários locais. Ademais as denúncias de facilizações disponibilizadas pelas autoridades locais em prol da companhia e da violência empregada pela mesma para obtenção do controle sobre a região, Dídio fez referência ao fato da empresa ter ludibriado proprietários de áreas de mata, os quais venderam as madeiras a baixos preços. Nesse período, Dídio litigava contra a companhia – como teremos oportunidade de examinar no capítulo 3 – pois a mesma se negara a cumprir cláusulas do contrato estabelecido com seu cliente, o fazendeiro Francisco dos Santos Sobrinho. Além disso, Dídio discursou aos operários da *Lumber* em greve. Essas razões motivaram sua prisão – por determinação dos diretores da companhia – em Três Barras e seu envio à prisão de São Francisco do Sul, onde permaneceu preso por quatro dias; razões que resultaram no sequestro do fazendeiro sob ordens da *Lumber*, como nos velhos filmes de faroeste.

O discurso do autor, além das críticas diretas, deixa transparecer um viés ecológico, – algo surpreendente, pois nesse período as questões ambientais não resistiam ao discurso de progresso e desenvolvimento – uma preocupação com o processo industrial da *Lumber*, a qual, além da devastação das florestas, também realizava incêndios, o que, segundo Dídio, resultaria no desaparecimento das nascentes de água.<sup>44</sup>

“... talvez em época não muito distante, engolidas aquelas florestas, destruído aquele solo, ludibriados os nossos patrícios daquelas paragens, desencabrestados os subservientes, desmontadas aquelas máquinas, queimadas as pocilgas infectas em que se abarracam os infelizes operários de parceria com as baratas e os percevejos, liquidado aquele espólio, fechadas aquelas casas comerciais, [Três Barras] será um quase ermo triste.”<sup>45</sup>

Esse combate feroz à *Lumber*, além de motivações pessoais, era deflagrado em virtude de verdadeira preocupação com a violência, tirania, devastação e exploração impingida pela *Lumber* e que estava causando profundas transformações na região do planalto contestado.

O início do mês de fevereiro de 1921 foi marcado pelo surgimento de um novo “ajuntamento fanático”, desta vez no município de Cruzeiro (atual Joaçaba).<sup>46</sup> As cicatrizes do movimento de 1912 – 1916 ainda se faziam presentes, e as reuniões de sertanejos eram comuns.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>46</sup> A Razão. Ano 4, n. 104. São Francisco do Sul, 16 de abril de 1921. BPESC.

O reduto de Pinheiro Grande, dois meses após seu estabelecimento, já contava com cerca de duzentos habitantes, inclusive mulheres e crianças. Os habitantes do reduto idolatravam “Santa Maria Virgem”, uma mulher negra que operava milagres e realizava cerimônias diárias, as ‘penitências’, caracterizadas por rezas e ladainhas entoadas em voz alta. Em Pinheiro Grande havia ainda dois ‘monges’, os quais trabalhavam nas cerimônias: Antonio Congo e Donato de Tal.

A reportagem que noticiou a existência do reduto, acusava os devotos da Santa Maria Virgem de executarem a arregimentação compulsória de novos indivíduos e de se apropriarem de alimentos em fazendas e casas comerciais. Esse novo ajuntamento de sertanejos – que não seria o último na região – despertou a preocupação das autoridades.

Dídio Augusto escreveu um poema no ano de 1922, após “as prisões e deportações executadas, no primeiro quartel do ano de 1921, em Cruzeiro, município do Estado de Santa Catarina, onde, se disse, houve uma rebelião de sertanejos”<sup>47</sup>, e, através dele, é possível interpretar alguns posicionamentos políticos do autor.

Dídio critica os “vãos politiqueiros”, sugerindo que deveriam conhecer as pessoas do sertão – como os redutários de Pinheiro Grande – os quais viviam em estado de abandono perante as autoridades. Ainda segundo ele, o sertanejo, de quem os políticos tomaram “a crença no direito, na lei, em Deus e no civismo”, são pessoas que se dedicam ao trabalho, não agem por interesse, respeitam a verdade e apresentam “surto de altruísmo”. Essa idealização do sertanejo demonstra o apoio do autor à causa dos redutários, afirmando ainda que eram pessoas como quaisquer outras, porém transformados em indivíduos perigosos por aqueles que pretendiam reprimi-los.

A ideia do sertanejo como alguém carente de tudo, principalmente de educação, vítima do descaso e da má fé dos políticos, acompanha o poema: “Precisam de instrução e lhes mandais soldados Para os assassinar...”; “E podem ser cruéis – porque não têm escolas”. A culpa pelo fato dos sertanejos terem se tornado “maus” era dos políticos, que impossibilitavam o acesso daquela gente ao progresso. Certamente, nos idos de 1922, esse posicionamento era destoante. Apenas o capitão Matos Costa (ainda durante a Guerra do Contestado), enxergou esse sertanejo, mesmo que visto pelas suas carências, contudo não mais como alguém que atrapalha o desenvolvimento e atrasa o progresso do país.

---

<sup>47</sup> AUGUSTO, Dídio. *Poesias*. Uniporto Gráfica e Editora. União da Vitória, 1970, p. 50.

As menções quanto à ausência de estradas e à cobrança de altos impostos, foi outra postura crítica em relação aos governantes e de apoio ao movimento, o qual, segundo ele, era uma luta por justiça.

Após o reduto de Pinheiro Grande ter sido atacado, com “o férreo poder dos impostos fundidos em armas, munições...”, vinte e nove sertanejos foram presos, além de outros que – segundo o texto de Dídio – teriam sido mortos.

Dídio ratifica a culpa das autoridades e do “caciquismo” para as dificuldades enfrentadas pela população, especialmente no que tange a falta de instrução. “O caciquismo quer que os povos sejam rudos: Importa-lhes manter os cérebros asnáticos... E tivemos, por isso, a luta de Canudos. E, mais tarde, no sul, a guerra dos fanáticos”.<sup>48</sup> Apesar de atribuir Canudos e Contestado à ignorância do sertanejo (e não à sua indolência, preguiça ou fanatismo, como afirmava o discurso da época), Dídio evidencia que a responsabilidade pelo cenário decorria daqueles que detinham o poder.

A decepção com os acontecimentos daqueles anos levou Dídio a fixar-se em outro município da região: em 1922, mudou-se para Porto União, na margem catarinense do Iguaçu, tendo, mais tarde, adotado a cidade irmã, União da Vitória, no Paraná, para fixar residência.

Foi diretor do IBGE, fundou um jornal – O Caiçara –, escreveu um livro de poemas.

---

<sup>48</sup> Idem.



**Imagem 4: Dídio Augusto**

Dídio morreu em União da Vitória, em 18 de fevereiro de 1963.

O texto a seguir está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, são analisadas algumas características (anteriores e posteriores à instalação da *Lumber Company*) que perpassavam o modo de vida dos moradores da região do planalto contestado, embasado em práticas coletivas e desprovidas de moeda, tais como a constituição da roça cabocla, a criação comunal de animais, a realização do pixirum, a devoção a São João Maria e o fandango de São Gonçalo. Esses costumes foram contrapostos às novas relações advindas com o capital estrangeiro em processo de instalação na região, permitindo a verificação de como aquela população sertaneja se opôs às transformações que passaram a afetar suas vidas.

Visando compreender as alterações decorrentes da instalação da empresa, houve a necessidade de se promover um recuo no tempo, com o intuito de desvelar as características do modo de vida da população pobre do planalto contestado antes da chegada da *Lumber* na região, ou seja, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX. Era preciso entender as relações existenciais na sociedade do planalto, a situação dos pobres naquele contexto, bem como as formas pelas quais eles resisti-

ram às transformações que lhes seriam impostas. (Uma dessas formas foi o movimento sertanejo do Contestado, deflagrado na região entre os anos de 1912 a 1916). Através da reconstrução de costumes daquela população – que era composta tanto por caboclos quanto por imigrantes – foi possível compreender as características de suas estratégias de sobrevivência. Por conseguinte, esse entendimento acerca dos costumes daquela população propiciou a compreensão das experiências posteriores dos trabalhadores da companhia.

No segundo capítulo, o objetivo principal consistiu em reconstruir o processo industrial da *Lumber Company*, observando-se as etapas do processo de produção sob a óptica do risco – em razão dos acidentes de trabalho – e da exploração afrontadas por aqueles trabalhadores que, independente de sua origem étnica ou função, arriscavam suas vidas para conquistar sua sobrevivência. Essas questões foram preponderantes para a compreensão dos fatores que impulsionaram os momentos de organização e luta que insurgiram posteriormente. A reconstrução do processo industrial instituído pela empresa – com alto grau de mecanização – mostrou-se outro elemento importante, pois era ali, no chão da fábrica, em meio à mata ou sobre os trens, que os trabalhadores experimentavam e percebiam o processo de exploração de seu trabalho imposto pela companhia. Em decorrência disso, buscou-se expor em minúcias esse processo, com o propósito de compreender as nuances da extração, beneficiamento e transporte da madeira, o modo como os acidentes influenciavam a vida dos trabalhadores, bem como rastrear-los, sendo possível, assim, elevar o rol de dados sobre a mão de obra da empresa e dinamizar o procedimento investigativo.

O terceiro capítulo examina os trabalhadores da *Lumber Company*. Foram analisadas características do seu trabalho, do seu modo de vida e também dos seus momentos de organização e luta. Em contrapartida, as tentativas da empresa de impor uma rígida disciplina, cerceando e reprimindo seus trabalhadores e a população do entorno, que oferecesse oposição à expansão de seus interesses econômicos e políticos. Sob esta perspectiva, a empresa implementou uma nova disciplina de trabalho, cujas nuances foram analisadas através de elementos como a moradia, a composição de um aparato institucional pela companhia, as manifestações e lutas e a circulação de informações que propiciavam tais movimentos ideologicamente ecléticos e abrangentes.

A ferocidade da empresa na luta pela expansão econômica transcendia a ação que exercia sobre seus trabalhadores e atingia também as classes dominantes daquela sociedade. Por essa razão, no último capítulo, mostrou-

se necessária uma análise da estrutura de poder da empresa, direcionando-se a atenção, para tanto, sobre a atuação de lideranças políticas vinculadas ao Partido Republicano de Canoinhas e Três Barras – às quais mantinham ligações solidárias ou conflituosas com a companhia – bem como as conexões políticas da empresa em âmbito estadual.

De maneira mais ampla, buscou-se compreender as transformações promovidas pela *Lumber* em diferentes níveis e setores da sociedade do planalto contestado.



## **CAPÍTULO 1: “ERA TUDO IGUAL, NÓIS PELEAVA JUNTO”: TRABALHO, SOCIABILIDADE E SUBSISTÊNCIA NO PLANALTO CONTESTADO.**

A instalação de empresas estrangeiras na região do planalto contestado, nas primeiras décadas do século XX, especificamente da *Lumber Company*, acarretou profundas transformações àquela sociedade. As novas relações advindas do capital estrangeiro impactaram sobre o modo de vida da população em toda aquela região. Os sertanejos resistiram à instauração dessas novas relações, as quais eram antagônicas às suas práticas e costumes.

A partir da análise das características do modo de vida dos moradores que ocupavam aquela região – tanto conflituosas quanto solidárias – que envolviam práticas tais como a constituição da roça cabocla, a criação comunal de animais, a realização do pixirum, a devoção a São João Maria e o fandango de São Gonçalo, é possível tentarmos compreender como aquela população sertaneja se opôs às incipientes transformações que passaram a incidir sobre suas vidas.

Sob esta perspectiva, o costume representa elemento precípuo no entendimento acerca da formação do modo de vida daquela população. Explicar o costume é tarefa árdua, devido à complexidade do tema, atravessado por características bastante específicas, com variações profundas de acordo com o contexto em que é analisado.

As pessoas não exercem certas práticas simplesmente por o fazerem, contudo, invariavelmente, os costumes possuem alguma utilidade racional, uma função. Mesmo aqueles que repetem a prática de certos costumes sem conhecer sua origem e razão primeira, o fazem dentro de um contexto específico, dentro do qual tais atitudes fazem sentido e representam uma forma de se posicionar dentro de uma determinada sociedade e isso acaba por demonstrar quais escolhas os indivíduos fazem, o que, por sua vez, marca sua posição, por exemplo, a partir de uma óptica de classe.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> A inspiração para a adoção desta perspectiva vem da obra de Edward Palmer Thompson. Para compreender a atuação e o sentido das formas de resistência dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial, Thompson deu um passo atrás, recuou no tempo para tentar identificar nos costumes da população pobre da Inglaterra no período anterior à industrialização, práticas, costumes e tradições que representavam formas de resistência às transformações trazidas pelo avanço das relações geradas pelo capital e que atingiam a sociedade inglesa naquele período. THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operário inglesa*. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Ao analisar a importância do costume para a sociedade inglesa do século XVIII, Thompson demonstrou que “o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”,<sup>50</sup> ou seja, o tema do costume é também um importante campo de batalha para os conflitos de classe. Dominar esta área da vida humana permite ampliar o controle ou resistir a ele e conquistar pequenas vitórias, pequenas vantagens que permitem aos mais pobres uma condição pouco melhor em meio à luta contra a exploração e pela sobrevivência. Evidente que essa relação é marcada por contradições, por trocas entre os grupos em conflito. Os costumes e sua defesa se opunham aos limites e ao controle impostos pelas classes dominantes. A vida real é bem mais complexa e cheia de opções do que nos sugerem os esquemas teóricos.

O universo cultural dos moradores pobres do planalto contestado possuía como elemento de referência o trabalho. Lidar na roça cabocla, cuidar da criação, “fazer erva”, derrubar madeira, caçar ou pescar eram atividades que permitiam a sobrevivência dos sertanejos, exigindo perícia e o domínio de ferramentas e armas. O conhecimento sobre como tais atividades deveriam ser desenvolvidas era transmitido oralmente. Nesse processo, nessas trocas, outras formas de conhecimento eram transmitidas, ou seja, experiências sociais compartilhadas pela comunidade, práticas aceitas e reprodutíveis, bem como as noções aceitas e praticadas coletivamente pelos membros daquele grupo.

Este conjunto de práticas e experiências compunha o modo de vida da população sertaneja e, por conseguinte, as motivações para aquelas pesadas resistências às transformações que as ameaçavam. As transformações que emergiam representavam o cerceamento de certas práticas ou a implementação de inovações econômicas, e, tal como no caso inglês analisado por Thompson, também no planalto contestado a inovação capitalista se apresentou em processos de expropriação das terras e na imposição de uma nova disciplina do trabalho, afetando certos costumes arraigados ao cotidiano dos sertanejos e impondo a interiorização de novos padrões de trabalho, por exemplo, na relação com o tempo. Independente do contexto, as transformações capitalistas são experimentadas pelos mais pobres como exploração, expropriação e destruição de seu modo de vida.

No caso da região em tela, o avanço do capital estrangeiro atingiu de modo direto a vida daquela população, por exemplo, através da privatização das terras e pela expulsão de milhares de posseiros que ali viviam, alguns há muitas gerações. A impossibilidade de acesso a terra impedia a continui-

---

<sup>50</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*, *op. cit.*, pp. 16-17.

dade de práticas e costumes dos sertanejos, como a exploração comunal das matas, campos e ervais nativos, base de práticas como o fabrico da erva mate, da composição da roça cabocla e de atividades agropastoris desenvolvidas em regime comum, pilares de sua subsistência, que lhes proporcionavam um considerável nível de liberdade para agir segundo sua autodeterminação.<sup>51</sup> Esse conjunto de práticas, especialmente se analisado em contraposição ao avanço do capital estrangeiro na região, pode ser percebido como uma espécie de “economia moral” da população sertaneja.<sup>52</sup>

Nesse embate entre as relações capitalistas e os costumes, pelos quais os sertanejos resistiram para preservar o seu modo de vida que consideravam justo, estes priorizaram as relações não econômicas em oposição ao avanço das relações monetárias diretas, ou seja, havia regras invisíveis que regiam a vida em comunidade e constituíam uma forma de defesa e resistência aos avanços do capital, com suas relações destituídas de sentido para aquelas pessoas.

As páginas que seguem tratam de alguns dos costumes que configuravam o modo de vida da população sertaneja da região do planalto contestado.

### 1.1 O planalto contestado

Para obtermos um panorama acerca do processo histórico que culminou na configuração da região do planalto contestado, faz-se mister retrogirmos até o século XVIII, o qual marcou o início do ciclo do ouro em Minas Gerais, cujas consequências repercutiram em todo o país.

Desde aquela época, todos os anos, milhares de animais deslocavam-se a partir do Rio Grande do Sul, tendo como destino a cidade de Sorocaba, ponto final do longo trajeto e centro da maior feira de animais do país.<sup>53</sup>

Todavia, com o declínio da atividade mineradora no Brasil, a utilização dos animais de carga provenientes do sul concentrou-se nos mercados de cana-de-açúcar e café, do centro-sul, bem como na comercialização interna, nesta região, de gêneros locais e importados. A significativa demanda por animais de carga e tração, especialmente nas regiões produtoras de gêneros de exportação, como São Paulo e Minas Gerais, acarretou problemas logísticos complexos. Os muares, oriundos das planícies platinas,

---

<sup>51</sup> Idem, p. 144.

<sup>52</sup> Esta perspectiva de análise foi inicialmente adotada pelo pesquisador Tarcísio Motta de Carvalho. MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”, *op., cit.*, p. 86.

<sup>53</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social, op., cit.*, p. 23.

onde a atividade era desenvolvida desde o século XVII, percorriam um longo e tortuoso caminho. Para facilitar a condução dos animais, foi aberta uma rota, o Caminho de Tropas.<sup>54</sup>

O Caminho de Tropas ligava o planalto, as províncias platinas, o antigo distrito das Missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e à cidade de Sorocaba, última parada do gado mular conduzido a partir do sul. A necessidade de descanso para os tropeiros e de engorda da tropa ao longo do extenso percurso, exigiu a formação de uma série de fazendas de inverno e criação, implicando na transformação da região em fronteira de expansão da pecuária gaúcha e paranaense.<sup>55</sup>

Até o final do século XIX, o Caminho de Tropas converteu-se no principal elo entre a região sul e o centro do Brasil e sua importância só decaiu com o advento das locomotivas e embarcações propulsadas a vapor. O Caminho de Tropas trespassava a região do planalto contestado e o sul do Paraná.

Ao longo deste trajeto instituiu-se uma estrutura fiscal para recolher os tributos que incidiam sobre a entrada de animais na província de São Paulo. Tais unidades fiscais arrecadavam vultosas quantias para os cofres das províncias por onde os animais transitavam.<sup>56</sup> O comércio trazido a reboque pelo Caminho das Tropas passou também a ser visto pelas províncias como tributável, fato que gerou conflitos relacionados à colocação de barreiras fiscais que pretendiam a taxação dos produtos comercializados pelos tropeiros, como, a título de exemplo, a erva mate. Esses conflitos resultantes do processo de tributação incorriam especialmente em regiões nas quais ainda persistiam indefinições acerca dos marcos fronteiriços, tal como o planalto contestado e o sul do Paraná.

Além da importância já constatada do Caminho de Tropas, a utilização das mulas era fundamental como apoio para os deslocamentos locais e regionais, especialmente para o comércio dos produtos agropastoris e da erva mate. Mesmo viagens mais distantes muitas vezes empreendidas uma única vez pelo sertanejo, eram realizadas no lombo das mulas.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *O Mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: Novas Evidências*. Est. econ., São Paulo, 38(2): 319-347, abr.-jun. 2008, p. 320.

<sup>55</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado, op., cit.*

<sup>56</sup> SUPRINYAK, *op. cit.*, p. 322.

<sup>57</sup> Havia intensa circulação da população sertaneja. Em entrevista, o senhor Gregório Rocha lembra em detalhes da viagem que seu pai – que havia migrado de São José dos Pinhais para a região de Canoinhas ainda no século XIX – realizou até Guarapuava. Não era incomum que o sertanejo, ao menos uma vez na vida, realizasse uma viagem mais longa, uma espécie de ‘aventura’, ou para averiguar possíveis áreas de terra em melhores condições de exploração, ou para conseguir melhores preços para os seus produtos. De qualquer maneira, esses indivíduos não viviam em

Com o advento da *Lumber Company* na região de Três Barras, vastas áreas desmatadas foram loteadas e vendidas pela empresa a colonos do leste europeu, estabelecidos ali por ação do estado do Paraná com o intuito de povoar o território e obter controle efetivo sobre a região em disputa – contestada – com Santa Catarina. Esse processo aumentou exponencialmente o fluxo de imigrantes em toda aquela região.<sup>58</sup> Dois grandes movimentos marcaram a imigração polonesa para o Paraná, o primeiro no período entre 1890 e 1896, quando entraram no estado cerca de vinte e oito mil imigrantes, e o segundo no período entre 1907 e 1914, com a chegada de outros vinte e sete mil poloneses.

Considerando que as primeiras levas de imigrantes que chegaram à região – anteriores a 1900 – tenderam a se amalgamar à população local, muitos imigrantes e descendentes passaram a adotar o mesmo modo de vida da população pobre nacional, num processo denominado de acaboclamento.<sup>59</sup>

Assim como Machado, utilizo o termo caboclo,

(...) no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores e posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acabocladados.<sup>60</sup>

Relatos afirmam que muitos colonos instalados na região de cima da serra perderam paulatinamente os seus traços étnicos característicos, ou seja, “a influência cabocla sobre eles havia sido tão grande quanto a deles sobre os caboclos”.<sup>61</sup>

---

isolamento, pelo contrário, a circulação pelas regiões próximas para a venda ou troca dos produtos do campo por outras mercadorias era parte importante da suplementação da subsistência. Entrevista Gregório Rocha, 84 anos. Taquarizal. Canoinhas-SC.

<sup>58</sup> Três Barras foi município paranaense até o ano de 1917, quando pelo Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina passou a compor este estado na condição de distrito de Canoinhas.

<sup>59</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op., cit., p. 336.

<sup>60</sup> Idem, p. 48.

<sup>61</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*, op., cit., p. 42.

Ratificando, os caboclos ou sertanejos<sup>62</sup> são homens pobres, que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria, independente da origem étnica ou da cor da sua pele, que não os define, mas sim suas práticas socioculturais.<sup>63</sup>

O planalto contestado era um cenário marcado pela presença de indivíduos das mais variadas origens e pela intensa circulação de pessoas e mercadorias, conectando-o a centros urbanos como São Paulo e regiões distantes, como a fronteira com o Uruguai. A circulação do monge João Maria de Agostinho, ainda na década de 1840, e mais tarde, do segundo monge, João Maria de Jesus, entre 1890 e 1908, pelo planalto, são exemplos dessas amplas conexões, o que ajuda a desconstruir a ideia da região como um sertão ermo e esquecido.

---

<sup>62</sup> A partir deste ponto será utilizado o termo 'sertanejo' para designar essa população, por escolha do autor e para afastar qualquer noção de definição étnica que o leitor possa vir a ter.

<sup>63</sup> O professor Delmir Valentini, durante comunicação no Seminário Nacional do Centenário do Contestado, realizado em Florianópolis em fins de maio de 2012, afirmou que o indivíduo mais acaboclado que ele conheceu em suas andanças pelo interior da região durante suas pesquisas foi um polaco de olhos azuis, que vivia em um pobre rancho de chão batido, pitava seu palheiro e tocava sua vida.

## 1.2 O modo de vida do sertanejo no planalto contestado

O habitante da região do planalto contestado mantinha um modo de vida que dependia da agricultura, da criação de animais e da exploração das matas. Após realizar o apossamento da terra, ali construía seu rancho com as próprias mãos e com a madeira de seu terreno.<sup>64</sup> Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que suplementavam sua alimentação. Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos – ao menos uma vaca para tirar o leite e mais algum cachorro de estimação para ajudar na caçada e na lida com os animais.<sup>65</sup> Mantinha uma arma, se possível um rifle Winchester, para a caça abundante, a proteção de sua posse, de sua honra e de sua vida.

A composição da roça cabocla – uma lavoura de subsistência – tinha como fundamento o plantio da maior variedade possível de culturas, com o propósito de prover certa porção de alimentos ao longo de todo o ano. As principais culturas eram o milho e o feijão, contudo era preciso plantar de tudo um pouco.

No Timbozinho, nós vivia na base da roça, plantava de tudo. Cada um tinha que produzir tudo em casa: aipim, batata doce, abóbora, que durava muito tempo. O que o pessoal comprava naquela época era um tanto de café, uma lata de querosene que dava pro ano inteiro, pro lampião olho de gato, açúcar amarelo e sal. Criava o porco, tinha uma vaquinha pra tirar o leite, umas galinha pra pegá os ovos. E todo mundo vivia bem.<sup>66</sup>

O sertanejo, através da exploração das matas, efetuava a coleta do pinhão (semente da Araucária) e a partir do mês de junho efetuava a extra-

---

<sup>64</sup> Diversos informantes declaram que quando seus pais passaram a viver na região, tiveram que construir ranchos e galpões com a madeira disponível no terreno ocupado, com a qual produziam tábuas e vigotes, também utilizados na construção de paióis e outras benfeitorias. Alguns com ferramentas bastante rudimentares, como marretas de madeira. Entrevista Paulo Nogath, 91 anos. Rio dos Pardos. Canoinhas-SC; Entrevista Franceline Nogath, 86 anos. Rio dos Pardos. Canoinhas-SC; Entrevista Miguel Cardoso, 50 anos. Pedras Brancas. Canoinhas-SC; Entrevista Eduardo Wachinski, 90 anos. Alto das Palmeiras. Canoinhas-SC; Entrevista Juca Bueno, 80 anos, Rio D'Areia do Meio. Canoinhas – SC.

<sup>65</sup> “Principalmente na tropa de gado, o cachorro era o peão principal. Se desgarrasse um ele ajudava”. Entrevista Eduardo Wachinski, *op. cit.*

<sup>66</sup> Idem.

ção da erva mate do erval nativo disponível mais próximo. Tanto o pouco que sobrava de sua roça, quanto a erva extraída, eram empregados em pequeno comércio – através da troca – com os bodegueiros da localidade ou com os tropeiros que cortavam a região. O objetivo era adquirir produtos essenciais: sal, para conservar a carne; pólvora para ativar o rifle; querosene para iluminar o rancho; o açúcar amarelo e o café para começar o dia e a cachaça para aquecer a alma.

A agricultura de subsistência, aliada à criação de pequenos animais, compunham a base da sobrevivência do sertanejo do planalto contestado. O excedente produzido por essa população sertaneja – especialmente o feijão, o milho e a farinha de milho fabricada no monjolo – era trocado por mercadorias que não podiam ser produzidas pelos próprios sertanejos. Uma das razões para que a lavoura não fosse ampliada e desenvolvida com objetivos comerciais, consistia no fato de não haver um mercado consumidor disponível para aqueles produtos. Na área urbana do município de Canoinhas, não havia mais do que três ou quatro casas comerciais, as quais também não empregavam dinheiro nas relações com os pequenos agricultores: “Trouxesse aqui pra cidade a única coisa que fazia era troco, trocava por outra coisa. (...) Mas a dinheiro ninguém vendia, era só a troco mesmo, trocava por um riscado pra calça, por um xadrez pra camisa (...)”<sup>67</sup>

Naquela época, havia uma limitação na circulação do dinheiro, especialmente entre os moradores do interior. Tanto que, por ação do então prefeito municipal, Oswaldo de Oliveira – o baiano –, os moradores das áreas rurais passaram a quitar o imposto devido – no valor de 21\$000 – com três dias de trabalho nas estradas da área em que moravam.<sup>68</sup>

As estradas geravam dificuldades para os pequenos agricultores que tentavam transportar o excedente de sua roça até Canoinhas – cerca de sessenta quilômetros da região do Taquarizal e cinquenta quilômetros do Timbózinho, uma viagem que durava cerca de três dias, com pontos de pouso pré-definidos. O uso da carroça, o meio de transporte mais adequado para a transferência desse excedente da produção, nem sempre era possível. Quando o uso das mulas não era suficiente para transportar as mercadorias, a viagem de carroça era combinada com outros vizinhos, cada um se deslocando com a sua, “(...) pra ir desencilhando. Empréstava animal um do

---

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> “(...) cada colono trabalhava três dia na estrada, pra consertar a estrada. Então o inspetor de quarteirão trazia a relação dos que trabalhavam e aqui ele tirava os talão do imposto. Pagava o imposto trabalhando na estrada.” Entrevista Eduardo Wachinski, *op. cit.* A mesma informação foi referenciada por Gregório Rocha.

outro, ajudava, empurrava”.<sup>69</sup> Vencer as dificuldades de transporte era um elemento que ratificava a importância dos vizinhos e do auxílio mútuo como fator de sobrevivência para aquela população.

Sempre que necessário, a viagem era realizada com as mulas, os cargueiros. Segundo Gregório Rocha, “Tudo dependia da mula”. Além do transporte dos gêneros agrícolas, a extração da erva mate também consistia num importante recurso para suplementar a subsistência do sertanejo, e dependia dos cargueiros para ser entregue nos pontos de venda ou troca.

O sertanejo fazia erva nos meses de inverno, uma atividade realizada ao ar livre e nos meses mais frios do ano – junho a agosto – e, mesmo assim, muitas vezes toda a família se embrenhava pelos ervais nativos. “A gente malhava a erva e ensacava. Eu, a mulher e as criança. Levava um almoçinho...”.<sup>70</sup>

Os produtos eram carregados nas mulas e destinados aos pontos de venda, como Bela Vista, Rio dos Pardos, Serra do Lucindo e a própria Canoinhas:

Como era ruim pra descarregá e carregá, nós levava uma comida e ia tocando, comia em cima da mula (...) Nós ia daqui pra Canoinhas, posava duas vês no meio do caminho, com cargueiro (...) levava quase três dia pra i em Canoinhas e vortá (...) tinha muito ponto de poso. Levava feijão pra cozinhá, toicinho pra fritá, um viradinho. Chimarrão, toda vida meu pai gostava. Em Canoinhas vendia milho e feijão. Eu desde sete ano já ia com meu pai. A erva vendia em qualquer lugar, na Barra Mansa, em Bela Vista do Toldo, Rio Claro. Levava a mula de erva também, às vês posava numa altura, às vês voltava no mesmo dia. As coisa da roça também levava, tudo de cargueiro.<sup>71</sup>

Para termos uma noção do valor da mula, a título de exemplo, no ano de 1919, uma mula, com os arreios, estava cotada em 120\$000. No mesmo

---

<sup>69</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op.cit.*

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> O informante Eduardo Wachinski afirmou que, quando jovem, trabalhou em um moinho localizado em Canoinhas e que lembra “que lá do Taquarizal [local onde outro informante, Gregório Rocha, já representava a terceira geração da família a ocupar aquela área] eles traziam tropa de mula com trigo, centeio pra moê ali na Tricolin [nome do moinho] e daí ficavam lá mais um dia esperando até mêr tudo aquilo pra levá de volta. Traziam a semente e daí esperavam até o falecido Kurt [o proprietário] moê tudo aquilo”.

período, um alqueire de terra pronto para o cultivo estava orçado em 50\$000, portanto, podemos afirmar que uma mula pronta para montaria tinha valor comercial superior a dois alqueires de terra.<sup>72</sup>

Em certas ocasiões, os sertanejos empreendiam longas viagens, tal qual o pai do senhor Gregório Rocha realizou, indo até Guarapuava. Levou treze dias entre ida, estada e retorno. A distância entre Canoinhas e Guarapuava corresponde a aproximadamente duzentos quilômetros.

Gregório afirma que aquela área – a região do Taquarizal – passou a ser ocupada a partir da chegada do seu avô, ainda em meados do século XIX, o qual “trouxe 12 mula arriada de cargueiro, faziam picada de foice. Não tinha nada”, o que denota uma antiga reocupação de toda aquela área e certa estabilidade da população sertaneja, com exceção de pequenas migrações pontuais em busca de melhores solos e pastos.

Toda a região do planalto contestado era ocupada por grupos indígenas do tronco linguístico Jê. Com a expansão da fronteira agropastoril, ainda no século XVIII, estes grupos foram sendo expulsos de seus ambientes e os confrontos tornaram-se mais constantes. Esse processo resultou nos encontros entre os grupos que ocuparam mais recentemente a região – século XIX em diante – e os habitantes da terra: os indígenas. Porém, mesmo nas primeiras décadas do século XX, a presença de grupos indígenas ainda era constante: “Os bugre arrodiam muito (...). E uma vês eles vieram, e minha mãe tava sozinha, ela soltô o cachorro, um cachorro brabo, daí os vizinho escutaram e vieram atendê ela. Eles [os índios] vinham seguido”.<sup>73</sup> “Índio tinha naquela época lá em cima”.<sup>74</sup> Gregório Rocha lembra de que, quando criança, andava pelas matas no entorno da morada de seus pais e encontrava vestígios de ‘bugres’. Segundo ele, sempre era alertado por sua mãe para não sair sozinho e nem se afastar demais de casa: “(...) quando eu era piá, lembro de i lá em cima fazê bodoque e vê rastro de bugre. Minha mãe dizia pra eu não saí porque passava lote de bugre por aqui”.<sup>75</sup> O bodoque que Gregório fazia desde tenra idade é uma atiradeira, cuja fabricação é de origem indígena, o que nos permite supor a existência de contatos mais amplos e complexos do que simplesmente os conflitos em torno da posse da terra.

O contato entre colonos e indígenas tornava-se mais agressivo conforme a ocupação da fronteira era ampliada, exercendo pressão sobre os

---

<sup>72</sup> Inventário Franciso Jungles. Inventariante: Ana da Conceição Lima. 13 de Janeiro de 1919.

<sup>73</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>74</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

<sup>75</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

territórios destes grupos. Algumas vezes esse embate traduzia-se em confrontos violentos. Um deles aconteceu na localidade de “Serra das Mortes”. Segundo a memória local, a região passou a ser assim referenciada após um colono ter atacado com arma de fogo alguns indígenas e, em represália, a localidade foi atacada e o resultado foi a morte de dezenas de colonos que ocupavam a área. Apesar de não haver outros dados mais precisos sobre este enfrentamento, diferentes informantes reconstruíram essa história de forma semelhante.

Os embates eram frequentes. Antigos moradores da região trazem na memória lembranças do medo dos indígenas e, até mesmo, tentativas de busca e extermínio por seus pais.

Há alguns quilômetros da “Serra das Mortes”, onde Gregório Rocha, seus pais e irmãos viviam, já no início do século XX, as escaramuças resultaram na organização de um grupo que tentou expulsar ou exterminar da área os ‘bugres’ que ‘atrapalhavam’ as atividades agropastoris:

Uma veis o inspetor de quartirão montô uma força e veio batê aqui. Andaram por tudo e acharam um cemitério lá. Os bugre acampavam aqui. Aí tava uma mulher dos bugre dando de comê pra todos os otro. Tudo sentado em volta e a bugra dava de um em um. Encostaram ali e deram uma camaçada de tiro. Os bugre correram, só ficô um piazinho. Pegaram um piazinho, ele eu conheci, chamaram pelo nome de Pedro. Subia em palmeira, subia em palmito, tirava pinha. E o meu pai participô, foi junto, mas dizia ele que não mataram nenhum bugre. Eu era pequeno, era bem piazinho.<sup>76</sup>

Muitas práticas adotadas pelo sertanejo do planalto contestado tiveram como origem o universo cultural dos grupos indígenas que ali viviam. A coivara é um exemplo. Coivara é uma técnica agrícola que tem como base a realização do plantio posteriormente à derrubada da mata nativa e queima da vegetação. A seguir é realizada a plantação intercalada de várias culturas, base da lavoura de subsistência, especialmente em terras de plantio comunal. Parece razoável supor que práticas como o uso comunal das terras

---

<sup>76</sup> Segundo Gregório Rocha, seu pai conversou com “um bugre” quando esteve em Guarapuava, o qual contou que andava pelo Taquarizal, descrevendo inclusive nome de parentes e os cachorros que avançavam no grupo de índios. Situações em que crianças indígenas, sobreviventes de ataques de colonos, eram criadas por famílias brancas ou membros de ordens religiosas não eram incomuns. Ver WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

para plantio e criação, e mesmo atividades de auxílio mútuo para suplementação da sobrevivência, tinham como origem a influência das tradições e costumes indígenas, que ali viviam há muitos séculos.

A vida do morador pobre do planalto contestado desenvolvia-se tendo como base a sua moradia.

O viajante alemão Robert Avé-Lallemant cruzou a região fronteira entre Paraná e Santa Catarina no ano de 1858 e descreveu assim algumas das moradias que encontrou:

“Formam salutar contraste (...) as frequentes e pequenas baixadas, distantes apenas alguns passos da estrada. Uma dessas baixadas, pouco mais tem que uma casinha, onde perambulam galinhas e porcos. Mas sempre, em torno da pobre morada, florescem viçosamente, pomposos pessegueiros”.<sup>77</sup>

É plausível considerarmos que a ocupação de todo o planalto contestado decorreu da formação do que podemos chamar de bairros rurais.<sup>78</sup> O bairro rural era o agrupamento de algumas ou muitas famílias cuja conexão não se caracterizava apenas pela proximidade. As habitações poderiam estar bastante próximas, como em um povoado, ou tão afastadas que o observador não conseguiria perceber que compunham uma unidade.

Novamente Avé-Lallemant nos cede sua impressão:

Pelas 11 horas achávamo-nos numa elevação coberta de mato, de onde descortinávamos belo panorama da Serra das Três Barras, por ela passa o caminho de Curitiba, capital da Província do Paraná, para São Francisco (...) um caminho medonhamente mau nos conduziu, através de uma depressão do terreno, ao Rio Negro, primeiro rio considerável que, por intermédio do Iguaçu, corre para o Paraná. (...) Junto das águas impetuosas do Rio Negro passamos uma agradável hora de repouso, depois de termos atravessado a sua defeituosa ponte. (...) Prosseguimos e desde ali tivemos a alegria de encontrar sempre vestígios de civilização na floresta. Aqui e ali, uma roça aberta na mata, e entre elas, um

---

<sup>77</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 264.

<sup>78</sup> MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

pobre rancho cercado de pessegueiros de flores purpúreas. A cada passo, gritos de crianças e o canto do galo, até que uma nova mata encubra o pequeno quadro primaveril.<sup>79</sup>

Os trechos citados nos permitem compor uma imagem do que era um bairro rural. Ali estavam intercaladas pequenas lavouras de subsistência, com uma mata de araucárias e pequenas casas.

Os habitantes do bairro rural construíam seus vínculos pela convivência, pela necessidade de auxílio mútuo para os trabalhos mais pesados e urgentes, bem como pelo compartilhamento dos momentos lúdicos e religiosos.<sup>80</sup>

Apesar de residir em meio à mata, dificilmente algum morador da região do planalto contestado vivia isolado, sem contato com o ajuntamento populacional mais próximo, como a sede do distrito ou o município vizinho. Ao menos até a venda mais próxima o sertanejo se dirigia em diferentes épocas do ano, pois, conforme já mencionado, realizava certo comércio com os bodegueiros, trocando além da erva mate, algum pouco excedente de sua roça, o que assegurava momentos de interação e sociabilidade, nos quais poderia trocar informações e se interar das novidades. Contudo, a maioria da população mantinha intenso contato com seus vizinhos, percebendo aquele local como seu, construindo assim um sentimento de pertencimento e cultivando sua unidade.

Nas páginas seguintes serão analisados alguns costumes que compunham o modo de vida do sertanejo. No planalto contestado havia uma intensa circulação de pessoas – na maioria das vezes em busca da troca dos excedentes agropastoris – excedentes estes conseguidos, muitas vezes, através do uso comunal das terras, tanto para a criação de animais como para o cultivo, realizados coletivamente. Práticas religiosas como o fandango de São Gonçalo, as festas nas dezenas de capelas espalhadas pelo interior da região e o culto a São João Maria, eram elementos que fortaleciam as relações de solidariedade entre aquela população. Como exemplo mais completo e evidente deste universo marcado pela necessidade de auxílio mútuo, com base na sociabilidade, podemos citar o pixirum, o qual expressava o imbricamento entre trabalho, diversão e religiosidade, o qual muito mais do

---

<sup>79</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, op., cit., p. 253.

<sup>80</sup> MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os Parceiros do Rio Bonito*, op. cit., p. 81.

que uma reunião de trabalho, era o elemento fundamental de um ambiente complexo, racional e demarcado pela solidariedade e pelo igualitarismo.

### 1.3 As relações de solidariedade

Todos os trabalhos são executados pelo próprio possessor e seus vizinhos, que se auxiliam reciprocamente, trabalhando de parceria.<sup>81</sup>

A afirmação acima foi extraída de um processo judicial iniciado a partir de uma disputa por área de terras na região do Campo das Moças, em Canoinhas. O processo trazia na descrição dos imóveis e das lavouras ali existentes, um item específico acerca dos “Trabalhadores empregados na lavoura e sistema de serviço”, ou seja, o objetivo era saber quantos trabalhadores eram ali empregados e o modelo de trabalho utilizado. A afirmação corrobora um aspecto basilar na construção do modo de vida sertanejo, o da reciprocidade.

As atividades de auxílio mútuo são comuns em diferentes regiões e épocas, especialmente entre as camadas mais pobres da população, as quais obviamente mais necessitam de auxílio para garantir a sobrevivência, o que acaba por fortalecer os laços de solidariedade horizontais: “A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma ampla rede de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional”.<sup>82</sup>

O trabalho coletivo era um elemento importante na composição do modo de vida do sertanejo do planalto contestado, inclusive, proporcionando a noção de unidade aos membros daquela sociedade. Muitas vezes os indivíduos que participavam de tais atividades de auxílio mútuo eram de diferentes bairros rurais, distantes do local onde o trabalho seria realizado.

Na região em tela o mutirão era denominado pixirum. O pixirum permitia que tarefas praticamente impossíveis para um único homem pudessem ser realizadas em poucos dias, como a construção de casas ou galpões. Era comum a convocação do pixirum para roçadas, limpezas de terrenos e colheitas.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. Gaveta 688, p. 86. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

<sup>82</sup> MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os Parceiros do Rio Bonito op. cit.*, p.89.

<sup>83</sup> Contudo, mesmo práticas não relacionadas diretamente ao trabalho eram acionadas, tais como a divisão da carne de animais abatidos entre os vizinhos, que retribuía a gentileza, ou ainda a

O pixirum era uma reunião de trabalho, uma prática costumeiramente realizada pela população sertaneja. A suplementação da mão de obra para os trabalhos da agricultura consistia na principal motivação, porém não era a única razão para sua execução.<sup>84</sup> Era organizado em situações de atraso da roçada, para a carpida posterior à realização do plantio, e, mais raramente, no período de colheita. Principiava mediante convite do vizinho com o trabalho em atraso. A convocação se dava com a passagem do beneficiário nas casas dos vizinhos, marcando data e hora específicas para a realização das tarefas: “Naquele horário, o pessoal chegava com a foice, se fosse pra roçá. Se fosse pra carpi também, chegavam com a enxada”,<sup>85</sup> “era uma combinação”.<sup>86</sup>

Essas práticas fortaleciam laços de confiança e teciam redes de cooperação, representando um recurso fundamental para os indivíduos que as exerciam, cujos benefícios eram compartilhados por todos os integrantes do grupo, consolidando assim as relações de solidariedade. Tais práticas observadas em conjunto podem ser denominadas de capital social.<sup>87</sup>

Os trabalhos da roçada costumam-se fazer por volta de junho – o que tem o inconveniente de coincidir com a época mais própria para o corte do mate, porém, é o

---

socialização de poços e nascentes em época de estiagem. Há alguns anos presenciei a realização de um mutirão na comunidade da Costa da Lagoa, em Florianópolis. O objetivo era a construção de uma canoa de tronco de garapuvu. Cerca de meia dúzia de homens, algumas crianças e alguns cães subiram um dos morros da costa até encontrar a árvore adequada. Após a derrubada, era necessário descer a pesada tora até a beira da Lagoa, um trabalho arriscado – esse era o ponto alto da reunião – em função do grande peso da tora, que tolhia a mata morro abaixo e, principalmente, do grau de embriaguez de alguns dos participantes, pois todo o processo era regado com algumas garrafas de “maracujazinho”, uma batida forte feita com cachaça. ‘Desafiar’ a tora era a parte mais divertida de todo o processo.

<sup>84</sup> Um de nossos informantes referenciou o pixirum da seguinte forma: “Era o jeito do pessoal fazê os baile e aí reunia gente a vontade.”, ou seja, o caráter lúdico poderia ser tão importante quando a suplementação da mão de obra. Esse imbricamento entre o laboral e o lúdico é recorrente. Entrevista Eduardo Wachinski, 90 anos. Canoinhas-SC.

<sup>85</sup> Entrevista Miguel Cardoso, 50 anos. Pedras Brancas. Canoinhas-SC. Miguel Cardoso é lavrador e morou durante toda a sua vida na localidade de Pedras Brancas, área do entorno do antigo reduto rebelde do período da Guerra do Contestado. Ele afirmou que seu pai, que nasceu, viveu e foi enterrado perto da sua atual residência sempre foi lavrador, assim como ele o é. Declarou que presenciou a realização de muitos pixiruns convocados por seu pai e participou de tantos outros, inclusive dos bailes de encerramento dos trabalhos.

<sup>86</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>87</sup> ARAÚJO, Maria Celina D'. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003, p. 09-10. Nos anos 1980, o sociólogo francês Pierre Bourdieu definiu capital social como o agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições.

tempo melhor para abater a floresta. Se se trata de uma tarefa abrumadora para um homem só, acontece ao sertanejo de Serra Acima recorrer, como em noutras partes do Brasil, ao trabalho amigo e voluntário dos vizinhos.<sup>88</sup>

A capacidade das pessoas cooperarem, confiarem em seus vizinhos e estabelecerem laços horizontais de participação, demonstra a valorização desse atributo naquela sociedade. Porém, a cooperação voluntária, assentada na confiança, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade, o que fomenta a cooperação espontânea. No caso do pixirum, convocar e ser convocado significava ter legitimidade perante aquela comunidade e o fator primordial era o princípio da obrigação mútua, ou seja, aquele vizinho que fora beneficiado pelo trabalho dos membros do bairro rural deveria retribuir a ajuda, atendendo imediatamente ao chamado para outras tarefas. A obrigação moral de retribuir imediatamente à convocação, procedendo à semelhança dos que o ajudaram, determinava a formação de uma ampla rede de relações de vizinhança entre os moradores do bairro rural e interconectava vizinhos mais distantes, de diferentes bairros rurais.

O número de componentes da reunião de trabalho variava conforme a disponibilidade dos vizinhos e seu caráter espontâneo emerge nas palavras do senhor Gregório Rocha:

Meu pai [nascido em 1887] fazia o pixirum. Aqui nós fazia o pixirum seguido, um ajudava o outro. Quando tava apurado fazia uma combinação: ‘Em tal dia eu vô fazê uma reunião. Então vamo carpi até ali’. Daí os que podiam iam, os que não podiam dispensavam. Não era obrigado. Ia de graça e os que pudessem. (...) Carpiam o dia inteiro e cantavam, fazendo relampeá as ferramenta.<sup>89</sup>

Normalmente reuniam-se de dez a vinte ‘foiceiros’ para a realização dos trabalhos.<sup>90</sup>

---

<sup>88</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social, op., cit.*, p. 37.

<sup>89</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>90</sup> Segundo Miguel Cardoso, em algumas ocasiões o pixirum chegava a contar com mais de cem pessoas. No entanto, essa afirmação parece um tanto exagerada.

O pixirum poderia ser coordenado por um dos participantes, o qual era chamado de ‘corteiro’, o qual era responsável por ‘tocar o serviço’, o que significava evitar desvios na execução das atividades em decorrência do considerável número de homens trabalhando, bem como evitar possíveis acidentes com as ferramentas. O indivíduo que ocupava a função de corteiro – cuja titularidade se alternava de uma reunião para outra – também organizava os trabalhos para que o eito da roçada, ou seja, o caminho deixado pelos roceiros conservasse certo padrão de corte, com pequenos grupos trabalhando em diferentes sentidos.

Normalmente a reunião de trabalho durava um único dia. A exceção estava nas épocas de colheita, quando, em função das imposições climáticas, urgia a retirada dos grãos do campo, e os trabalhos poderiam durar mais de um dia. No entanto, as reuniões de trabalho coletivo eram organizadas em todas as épocas do ano, direcionadas as mais diversas atividades.<sup>91</sup>

Além dos vizinhos que compunham o mesmo bairro rural, as redes de sociabilidade, que se estendiam por amplas e, muitas vezes, distantes regiões, reuniam indivíduos de outros bairros, “no pixirum vinha gente de longe”<sup>92</sup> e “reunia tudo quanto era gente. Era tudo gente conhecida (...) era tudo companheirismo”<sup>93</sup>.

Esse sistema fomentava o desenvolvimento de uma consciência coletiva: todos juntos formavam um único grupo, e seu eficiente funcionamento dependia da participação de todos. A ausência de qualquer forma de remuneração pelo serviço reforçava valores não econômicos, solidificando a importância da colaboração solidária. Além disso, nessas formas de participação, cada indivíduo tem um grau de importância e de pertencimento relativamente igual, o que possibilita o aumento da confiança e permite futuras colaborações.

Nas sociedades em que o auxílio mútuo, a colaboração contínua e a cooperação são fundamentais para a subsistência dos mais pobres, essas relações são regidas por um contrato moral, consubstanciando os resultados positivos da rede de cooperação, pois confiar e usufruir das vantagens de confiar produz mais confiança. Confiar, nesse contexto, tem por significado “a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada

---

<sup>91</sup> Entrevista Miguel Cardoso, *op.*, *cit.*

<sup>92</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op.*, *cit.*

<sup>93</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op.*, *cit.*

em normas partilhadas têm acerca do comportamento dos outros. Quem sente e sabe que pode confiar, recebe mais colaboração”.<sup>94</sup>

Um dos elementos fundamentais que caracterizava o *pixirum* era a obrigação intrínseca de fornecer a alimentação, tanto como necessidade para a continuidade dos trabalhos por maior período, como aspecto do comportamento do sertanejo, que não aceita a negativa ao alimento oferecido.<sup>95</sup> Ou seja, em troca da ajuda na roça, o beneficiário “só dava o almoço, a cachaça e fazia o baile de noite”.<sup>96</sup>

Enquanto os homens se dedicavam ao roçado, à carpida ou à colheita, as mulheres, coordenadas pela companheira<sup>97</sup> do beneficiário, preparavam a refeição. Normalmente um animal assado e feijão eram os ingredientes principais para o almoço.<sup>98</sup> A obrigação moral do beneficiário em oferecer alimento, bebida e o baile de encerramento, já referenciada por outros autores que se debruçaram sobre o tema do mutirão, emerge das declarações de Miguel Cardoso. Segundo ele:

O dono tinha que fazê alguma coisa, tinha que dá a comida. Comida, cachaça. Cachaça era a primeira que tinha. Às vêis o pessoal abria um eito de roçada e o garrafão de pinga tava lá do lado. Tomava um gole e se carcava na foice ou na enxada. E na volta tomava de novo. E o garrafão de pinga só iam mudando assim pra frente. Faziam caipira. Aqui pra cima dá pra vê onde o pessoal tomava caipira e jogava o limão e as semente que ficavam no fundo do copo. Dá pra vê bem certinho agora a carreira de pé de limão que tem agora na capoeira. Pararam de plantá roça ali e ficô a carreira de pé de limão (...) o pessoal chegava cedo e ficava meio tomado.<sup>99</sup>

Havia consumo exacerbado de cachaça durante os trabalhos na roça, fato recorrentemente lembrado nos depoimentos: “Cachaça levavam.

<sup>94</sup> ARAÚJO, Maria Celina D'. *Capital Social op., cit.*, p. 33.

<sup>95</sup> Possivelmente como resultado de uma tradição gestada ao longo do tempo, especialmente em um período em que ir de uma casa a outra significava enfrentar desgastante jornada. Nessas situações, os anfitriões sabiam que poderia demorar muito até o viajante ter outra oportunidade de realizar uma refeição.

<sup>96</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.*

<sup>97</sup> Entre a população sertaneja havia grande número de casos de amasiamento, ou seja, casamentos não oficializados.

<sup>98</sup> Entrevista Francelina Nogath, 86 anos. Rio dos Pardos. Canoinhas-SC

<sup>99</sup> Entrevista Miguel Cardoso, *op., cit.*

Levavam às vês três ou quatro garrafa, conforme a força da pessoa”.<sup>100</sup> Depreende-se que a composição lúdica do pixirum dependia parcialmente da disponibilidade e consumo da cachaça no meio do roçado: “O dono do pixirum trazia um garrafão de pinga com mel de abelha aqui, outro lá, outro lá. Daí ele vinha dava um tragão pra cada um dos foiceiro. Chegavam seis ou sete da manhã e passava o dia bebericando e trabalhando... era lindo!”<sup>101</sup>

Ao final do longo e extenuante dia de trabalho, imbuindo-se o beneficiário da tranquilidade resultante do adiantado do roçado ou do encerramento da colheita, chegava a hora mais aguardada por todos os presentes: o baile de pixirum.

Esta celebração festiva de encerramento era animada com violão e cavaquinho, pois a gaita só apareceu por aqueles lados bem mais tarde. Ali reuniam-se as mulheres dos envolvidos nos trabalhos do dia, outros parentes e vizinhos, e, inclusive aqueles que não puderam aparecer para o trabalho:

Às vês chegava alguém na hora do baile e diziam: ‘Ô Juca, uns home de fora, uma rapaziada lá, querem dançá no baile aí com vocês. Pus mandem, que entrem’. Quem tinha uma faca, um revólver entregava e dançava. Pode dançá. Às veis a turma dançava tudo armada, com faca na cinta, revólver. (...) Trabalhava de dia e de noite era o baile, né? O baile era até o dia clareá. Não tinha hora marcada.<sup>102</sup> Roçava até seis hora da tarde mais ou menos, daí fazia um bailão. ‘Chega de

---

<sup>100</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>101</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.* A cultura do tabaco é a principal atividade da família Cardoso, assim como de seus vizinhos, de toda a comunidade de Pedras Brancas e praticamente de toda a área rural do município de Canoinhas. Ao defender o tabaco das críticas acerca do excesso de agrotóxicos utilizado na plantação, seu Miguel acaba expondo a permanência de outros costumes sertanejos que perpassaram as gerações e chegaram até ele. Ao falar acerca do costume de fumar palheiro e beber cachaça, citou a história de sua avó, que “morreu com 110 ano e bebia cachaça e fumava desde pequena”. Em seguida relatou um ‘causo’: “Diz que tinha um sujeito que tava fazendo uma pesquisa contra a cachaça e o fumo. Chegou num ranchinho e encontrô um véinho fumando cachimbo e perguntô: ‘O senhor fuma?’. É, desde pequeno. ‘E cachaça?’. Bebo. Desde pequeno também. ‘E quantos anos o senhor tem?’”. Uns oitenta e poucos ano. ‘Então bebia e fumava desde pequeno?’ É, tai a garrafa e o cachimbo. Qué experimentá? “Não, esse troço mata”. ‘Não mata, pois eu to aí vivo’. “E o seu pai, bebia e fumava?” ‘Desde pequeno, bebia e fumava’. “E aquele morador no rancho mais pra cima, quem é?” ‘Pois ali mora o meu pai’. “E será que ele tá em casa para fazermos uma entrevista?” ‘Até tá, mas nem adianta i lá, porque essa hora ele já tá bêbado!’. In: Entrevista Miguel Cardoso, *op., cit.*

<sup>102</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

roçá hoje, vamo se aprontá pro baile'. Juntava um violão, um pandeirinho... O sol tava iluminando lá na serra e nós tava dançando ainda. Daí nós ia pra casa.<sup>103</sup>

Nas ocasiões em que o pixirum era organizado para efetuar a colheita dos grãos, o baile era realizado exclusivamente ao final do dia de encerramento dos trabalhos e reunia um número maior de indivíduos.<sup>104</sup>

Essa retribuição festiva era um gesto de amizade, um momento de celebração por uma forma de cooperação eficiente e cujo significado transcendia a simples necessidade imediata de suplementação de mão de obra, construindo, fortalecendo e irrigando uma rede ampla de coletividade, que proporcionava aos participantes uma experiência social integradora.<sup>105</sup>

Considerando que o trabalho coletivo era fator preponderante na vida da população pobre do planalto contestado, mostra-se razoável supormos que os elementos de solidariedade que envolviam o pixirum rompiam ou amenizavam certas barreiras, inclusive de caráter étnico.<sup>106</sup> As diferenças entre elementos de grupos étnicos distintos poderiam ser suplantadas pela necessidade de ajuda para o trabalho e pela noção de solidariedade. Como os pixiruns reuniam praticamente as mesmas pessoas diversas vezes ao longo do ano, a tendência era de uma aproximação entre os indivíduos do bairro.

Constata-se o potencial mobilizador do pixirum no fato de que, amigado, o sertanejo não convocava os vizinhos por não ter condições de fornecer a alimentação a todos ou ajeitar uma festa de encerramento, norma elementar de organização. Nesses casos, os vizinhos, percebendo que um deles estava 'apurado', combinavam o auxílio, sem a convocação. Aquele que estivesse em melhores condições materiais disponibilizava o alimento, cedendo um animal para o abate: "Às vêis um vizinho que tava bem de vida e tava vendo um camarada meio descalço, ele fazia a roça dele e ali nós ia.

---

<sup>103</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.*

<sup>104</sup> Entrevista Miguel Cardoso, *op., cit.*

<sup>105</sup> Na região sob análise há uma prática que lembra em alguns traços o pixirum, e podemos supor que seja resultado de sua permanência. A troca de dia, empregada principalmente na cultura do tabaco: "A troca de dia é assim: se eu vou hoje trabalhar pro vizinho, o vizinho me devolve esse dia em serviço. Se for trocado o dia, é um pelo outro". Porém a realização das atividades lúdicas compensatórias, tais quais o almoço, o consumo de cachaça e o baile, parecem ter sido abandonadas, sendo o auxílio em torno do trabalho o único elemento que permanece. In: Entrevista Miguel Cardoso, *op., cit.*

<sup>106</sup> Em momento algum os informantes, mesmo sendo de origens étnicas distintas – alemães, poloneses, nacionais – fizeram menção a disputas ou conflitos ocorridos nos pixiruns em função de diferenças étnicas de seus participantes.

Ele [o bem de vida] carneava uma reis, nós ia lá, comia bem, dançava a noite inteira e fazia baile”.<sup>107</sup>

A espontaneidade que regia a organização do pixirum sem o conhecimento prévio do beneficiário, demonstra a profundidade das relações solidárias dentro da sociedade sertaneja:

Agora, as veis combinavam: ‘Vamos batê uma surpresa naquele homem lá. Tem meio alqueire de roça, é pobrezinho’. O que era folgado trazia um porquinho, um leitão. ‘Vamos batê uma surpresa no fulano lá, ele tem uma rocinha que tá quase morrendo no mata’. Juntava déis, doze caboclo, chegava cedo lá. Ele ficava assustado, dizia que não tinha nada pra oferecê. ‘Nóis viemo carpi tua rocinha que tá morrendo no mata’. Já levava o leitãozinho. ‘Então vão carpindo que eu vô matá o leitão’. Carpia até cinco hora da tarde, déis, doze caboclo... era bonito! Não cobrava nada, só o almoço, uma merendinha. Era bonito!<sup>108</sup>

Mas, afinal, o que o pixirum nos revela acerca da sociedade sertaneja do planalto contestado? Em decorrência das evidências, podemos admitir que esta prática, que reunia trabalho e diversão, exprimia algumas características importantes do mundo vivenciado pelo sertanejo. Uma profunda solidariedade, cujas relações estendiam-se por regiões distantes e interconectavam moradores de diferentes e longínquos bairros rurais. O pixirum era uma necessidade de sobrevivência do sertanejo pobre, todavia também um momento de celebração daquele modo de vida, no qual trabalho e diversão andavam de mãos dadas e cuja motivação não dependia apenas da necessidade, mas também da solidariedade. Podemos destacar o caráter igualitário da reunião de trabalho e da celebração festiva e, principalmente, a ocorrência de pixiruns espontâneos – realizados sem convocação – propiciando entendermos o modo de pensar daquelas pessoas, que se percebiam como iguais e dessa forma construía o seu viver. Nas palavras do senhor Gregório Rocha: “O pixirum era uma união do povo, um ajudava o outro (...) era tudo igual, nós peleava junto”.<sup>109</sup>

Porém, não era apenas para as atividades agrícolas que os sertanejos se organizavam coletivamente, pois nos trabalhos relacionados à criação de

---

<sup>107</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>108</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.*

<sup>109</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

animais também manifestava-se o mútuo auxílio entre os vizinhos, desenvolvendo-se em torno de um sistema conhecido na região do planalto contestado como faxinal. Este sistema consistia na criação de animais – em especial, suínos, caprinos e bovinos – de maneira comunal, ou seja, com o aproveitamento das terras em conjunto. Um grupo de vizinhos com até dez integrantes construía as cercas de forma coletiva e utilizava o espaço disponível para a criação dos animais, sem separação por proprietário. Neste sistema, “era tudo coletivo, fazia a cerca nas terra de planta, e o resto o pessoal criava sem marca”.<sup>110</sup> Na prática, as cercas serviam exclusivamente para evitar que os animais pudessem acessar as áreas nas quais havia lavoura, não para referenciar as propriedades. Acerca deste aspecto, até mesmo a construção e manutenção das cercas era executada de forma coletiva, por todos os vizinhos envolvidos no processo de criação comum. Além disso, havia uma delimitação topográfica: a área de dobra, ou seja, de serra, era utilizada para a lavoura, enquanto as vargens ficavam disponíveis para os animais. Ali, especialmente no caso dos porcos, os animais encontravam frutas silvestres: o pinhão durante o inverno, o fruto da imbuia, o butiá, a gavirova, além de brotos de outras espécies.<sup>111</sup>

Segundo relato do Sr. Eduardo Wachinski, mesmo as terras de cultivo eram comunais, pois havia uma única cerca delimitando a área agrícola disponível para as famílias da redondeza: “Antes as terra de planta era tudo em comum, era uma cerca só varando a serra. Separando a serra da vargem. Plantavam na serra. Tudo mundo era comum ali”.<sup>112</sup>

Gregório Rocha, com um tom saudosista em sua fala, assim definiu a criação comunal de animais na região do interior de Canoinhas:

A criação era comum, a cerca era de todo comum. Era feito a combinação. Meus pai e mais uns oito morador ou nove, fazia a cerca tudo em roda e tudo criava junto comum. Hoje em dia não. Cada um tem um trechinho e se passá pro otro lado tá incomodando com a lei. Não! Se cáisse uma cerca, ou fosse pra mudá era combinado, um tirava palanque à pá, otro fazia feixame de rachão [a madeira mais fina, usada para preencher os espaços entre os palanques]. (...) todo mundo, era tudo igual.

---

<sup>110</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op.*, *cit.*

<sup>111</sup> Para um estudo mais profundo acerca da criação comunal nas terras do planalto catarinense consultar: BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo, SC: do Contestado à colonização*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC. Florianópolis, 2007.

<sup>112</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op.*, *cit.*

Criava tudo comum. Se incomodasse ou o quê, todo mundo ia fazê a cerca de combinação, fazia junto, não tinha nada que cobrá.<sup>113</sup>

O senhor Gregório relatou ainda que, na localidade em que morou durante alguns anos, o Campo dos Bueno, havia uma grande área de uso comum, de mais de mil alqueires, ali os porcos ariscos eram capturados, domesticados e criados junto com outros animais, como caprinos e bovinos. Quando ficava ‘apurado’, ou seja, com poucas reservas de alimento, ou monetárias, se embrenhava na mata com dois bons cães que possuía e capturava os porcos. Levava e vendia: “levava andando, pelo mato”.<sup>114</sup>

Ainda segundo Gregório, o sistema de criação em conjunto desapareceu com a chegada de empresas que passaram a explorar as matas da região e realizar o plantio de pinus e eucalipto:

Acabô esse sistema quando foi chegando as firma (...) já construíram o plantio, daí foi modificando (...). A lei da firma daí é quatro fio de arame. Antes era cerca enchida. Era um fio de arame em cima e o resto era enchido pra não passá o porco, o cabrito, era tudo comum. E depois chegô uma firma e otra firma e foi modificando. As firma daí já não queria criá, queria plantá. E não queria criação da pessoa, daí foi modificando.<sup>115</sup>

A chegada das empresas que realizam plantio com espécies exóticas de desenvolvimento mais acelerado ocorreu a partir dos anos 1950. Sendo assim, podemos supor a manutenção desse modelo de produção coletiva dos meios de subsistência durante um longo período até meados do século XX.

Juntamente com o trabalho coletivo, as práticas religiosas representavam outro elemento definidor dos contornos e da configuração dos bairros

---

<sup>113</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>114</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

<sup>115</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.* Vastas áreas do interior de Canoinhas e de outros municípios do planalto contestado vêm sendo adquiridas e florestadas com espécies exóticas, como o pinus e o eucalipto. Entre as empresas que controlam aquelas regiões estão a Klabin, a RIGESA (de capital norte-americano), Irmãos Procópiak, entre outras. A madeira é utilizada para a produção de materiais para a construção e, principalmente, celulose. Nas incursões por essas regiões chamou a atenção o fato de que durante dezenas de quilômetros não há um único pinheiro araucária em idade adulta. A paisagem é marcada por espécies exóticas e pela ausência de exemplares da mata original.

rurais e, por conseguinte, do espaço habitado e transformado pelo morador pobre do planalto contestado.

A religião invariavelmente tem um papel importante como meio de preservação da sociabilidade. Sendo assim, poder-se-ia definir os limites do bairro rural pela participação de seus habitantes nos festejos religiosos locais, fossem oficiais ou menos formais – de caráter doméstico – o que demonstrava a força da religiosidade sertaneja como fator de sociabilidade.

A religiosidade estava intrinsecamente presente no cotidiano, o que explica o número elevado de curandeiros e benzedeadas, por exemplo.<sup>116</sup> Assim como as novenas, as rezas caseiras, ou o rodízio da santa – quando uma imagem sacra transitava por todas as casas da vizinhança, demorando-se alguns dias em cada uma delas – eram práticas que fomentavam a solidariedade entre a população do planalto.

Além disso, a longa tradição religiosa de São João Maria marcou profundamente toda a região do planalto contestado e, de forma muito mais ampla, todo o planalto meridional brasileiro, desde Sorocaba até o Uruguai. A memória acerca das andanças dos monges pela região em tela e a relação desses indivíduos com a população local, especialmente o segundo, João Maria de Jesus, continua muito viva em toda aquela área.<sup>117</sup>

Nossos informantes descreveram encontros de seus pais com o segundo monge, como no caso da senhora Francelina Nogath, a qual afirmou que “eu escuto muita coisa dele, que ele me contava, (...) eu não vi ele, mais os véinho (...) contava muito sobre ele e tudo deu certo”.<sup>118</sup> O senhor Gregório Rocha, católico fervoroso e ex-membro da diretoria da capela de São Sebastião, na sua localidade, ladeado por duas imagens do ‘profeta’, quando questionado sobre a devoção a São João Maria, afirmou que crê nele como a um santo e que sua mãe teve dois encontros com o monge:

---

<sup>116</sup> Os nossos informantes fizeram referências profícuas acerca da presença e atuação de curandeiros pela região sob análise. A permanência desta prática é notória. Mesmo hoje os moradores de áreas urbanas da região procuram pelas curas e rezas desses indivíduos.

<sup>117</sup> O objetivo a partir daqui é demonstrar – a partir da memória – a importância do culto a São João Maria e de seus ensinamentos para a população sertaneja daquela região, assim como seu papel no fortalecimento dos laços de solidariedade e igualdade entre os seus membros. Há uma extensa e cada vez mais elaborada produção bibliográfica acerca dos monges. ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: ULBRA, 2004; FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: a recusa dos excluídos*. Porto Alegre/ Florianópolis: Ed. UFRGS/ Ed. UFSC, 1995; GALLO, Ivone Cecília D’Ávila. *O Contestado: O sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. A produção mais recente e inovadora acerca do tema é a tese de Alexandre Karsburg, que trata do primeiro monge, o italiano João Maria de Agostinho. KARSBURG, Alexandre de Oliveira. *O eremita do Novo Mundo: a trajetória de um peregrino italiano na América do século XIX*. Tese de Doutorado em História. UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

<sup>118</sup> Entrevista Francelina Nogath, *op. cit.*

Minha mãe disse que ele nunca cobrô nada. Ele não é mascate nem nada. Ele andava a pouso de graça. Posava à toa em baixo de uma árvore. Posava em roda de um foguinho. Minha mãe proseou com são João Maria, viu ele duas vêis. Minha mãe viu duas vêis são João Maria. Aqui aquela época era matão, e minha mãe contava que são João Maria dizia que ia ter estrada, que mais tarde ia encostá uma estrada na otra. São João Maria dizia: Daqui em Curitiba vocês vão de manhã e voltam de tarde. E não é assim hoje?<sup>119</sup> [Grifo meu].

O fato de os depoentes referirem-se a João Maria em tempos verbais distintos, tanto no passado como no presente, nos permite inferir que a devoção pela figura do santo monge permanece vigorosa em toda aquela área. O segundo monge, João Maria de Jesus, peregrinou por toda aquela região, entre 1890 e 1908. São muitas as ‘águas santas’ identificadas por ele e ainda cultuadas, assim como locais onde o monge supostamente teria pernoitado, onde vêm sendo erigidas capelas e oratórios.<sup>120</sup>

A vasta produção acerca das andanças dos monges pela região descreveu pormenorizadamente a presença e atuação dessas figuras em harmonia com os princípios do modo de vida sertanejo, a solidariedade (pois os monges não cobravam por suas curas e rezas), a humildade e a pobreza, por andarem com vestes tão simples quanto a população sertaneja do planalto

---

<sup>119</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>120</sup> A disputa pela memória em torno da devoção a são João Maria tem se mostrado intensa, constante e crescente nos últimos anos em toda aquela região. Constantemente surgem novos supostos pontos de pouso de João Maria; há quatro anos é realizada uma cavalgada [um passeio a cavalo que dura alguns dias] pelo interior da região. Há paradas nos pontos onde João Maria teria pernoitado, especialmente nas ‘águas santas’. Entre os organizadores e participantes do evento encontram-se muitos políticos e candidatos a cargos eletivos. Em 14 de junho de 2012, data que marcou o centenário da instalação da Paróquia Santa Cruz de Canoinhas, durante a missa de celebração da data, o Padre Remígio Sita, há 14 anos à frente da Paróquia, fez uma rápida, limitada e parcial reconstrução do processo histórico que culminou na formação da Paróquia. Segundo ele, o primeiro indivíduo a semear a palavra de Deus na região e que sempre teve uma relação de mútuo auxílio com os representantes da Igreja foi o monge João Maria. Ou seja, atualmente o discurso oficial da Igreja na região objetiva aproximar-se da devoção a são João Maria. Porém, a historiografia aponta que o segundo monge, João Maria de Jesus – que esteve mais tempo em peregrinação pelo planalto contestado – foi hostilizado pelos franciscanos, representantes da Igreja naquela área. A insatisfação principal dos clérigos estava no fato de o monge batizar crianças, sacramento que, segundo eles, não poderia ser realizado por leigos. In: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado, op., cit.*, p. 169. FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: folclore na história da guerra do Contestado*. Curitiba: UNIC, 1995, p. 29. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 152.

contestado. As afirmações sobre o monge reiteradamente apresentam tom de admiração e devoção: “os véinho gostava muito de são João Maria”.<sup>121</sup> “Ele dizia o que que ia se dá, o que vinha (...). Todo mundo nessa área acreditava nele. Dexô sinal, tem os cruzero, as água dele. Ele contava o que ia acontecê, nós não, contamo o que passô”.<sup>122</sup> Seus poderes, capazes de profetizar, de antever os acontecimentos que aguardavam aquelas pessoas no futuro, permanecem indelevelmente na memória do sertanejo. Outra característica do discurso do segundo monge, o viés apocalíptico, surge nas palavras da senhora Francelina: “Ele falava que ia dá muita doença no pessoal e que não ia tê cura; que não ia mais dar planta de 2000 ano em diante (...) muita peste na criação”.<sup>123</sup>

Na localidade da Barra Mansa há uma forte devoção ao santo monge, em especial por famílias de descendentes de indígenas que compõem uma comunidade de acesso restrito naquela área.<sup>124</sup>

Os conselhos de são João Maria, além das profecias sobre doenças, pestes e o ‘gafanhoto de ferro’ se repetem nas declarações dos depoentes. Porém, o viés ‘ambientalista’ e humanitário do seu discurso merece maior destaque para a construção do presente argumento. João Maria de Jesus teria dito aos sertanejos que: “Mato é quase bicho, e bicho é quase gente”, aconselhando a população a realizar o uso racional dos recursos naturais disponíveis. Do mesmo modo, um sentido humanitário emerge nas palavras de Gregório Rocha, ao referenciar os encontros de sua mãe com o monge:

Minha mãe contava que são João Maria dizia que era pra eles subi rio acima, e procurá uma parte lá que só tem bugre, bugre e leão [suçuarana]. Este é amigo, não faz mal, ele não é caça, é caçador (...) bugre tem bastante, ‘e quando eles forem atacá vocês falem com eles’.<sup>125</sup>

A sugestão de tratar a natureza com respeito e retirar dela apenas aquilo que fosse realmente necessário, aliada ao aconselhamento sobre como se relacionar harmoniosamente com a população indígena local, sugerem uma profunda racionalidade no trato com a natureza e com ‘o outro’,

---

<sup>121</sup> Entrevista Francelina Nogath, *op., cit.*

<sup>122</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op.cit.*

<sup>123</sup> Entrevista Francelina Nogath, *op., cit.*

<sup>124</sup> KAUCTZ, Charlene Aparecida. *A cultura na vila Eduwirges: um estudo antropológico*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Contestado. Canoinhas, 2007.

<sup>125</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op.cit.*

posicionamentos muito distintos daqueles que vinham se espraiando pela região, vinculadas às relações organizadas a partir do capital.

Questionado se tinha informações sobre João Maria, Juca Bueno, um de nossos informantes, disse que “São João Maria não era do meu tempo, mas do meu pai era” e, em seguida, contou uma história a respeito do santo monge:

Diz que ele chegou uma vês na casa dum ricação (...) tava o dono da casa armoçando, com as criança dele e a muié. Chegô aquele véinho com uma sacadinha nas costa: ‘Eu vim pedi uma comida, eu tô meio com fome’. E o ricaço almoçando com a famia. A muié dele disse: ‘Vamo dá um prato de comida pra esse véinho aí, disse que tá com fome’. O marido respondeu: ‘O quê? Que vá trabalhar, esse vagabundo! Se quiser comida que vá trabalhar’. E eles continuaram armoçando e o véinho, coitado, saiu. Uma das criança se afogo-se com um pedaço de carne! A muié desesperada, pediu pro marido sarvá a criança que tava morrendo. Saiu correndo atrais do véinho e pediu ajuda pra ele. O véinho foi até o piá e disse uma simpatia assim: ‘A muié é boa, o marido é malino. Eu quero que Deus desafogue esse menino’, e bateu nas cadera do piá. O pedaço de carne pulô longe. Daí o ricaço disse: ‘Veja o armoço pro home, pro véinho aí muié’. Não! Eu to viajando meu caminho. Já to almoçado. O véinho era são João Maria.<sup>126</sup>

Essa história nos permite uma interpretação acerca de como a atuação do monge João Maria reverbera no sertanejo. De certa forma, a figura do monge representava os anseios, os costumes, o modo de vida de toda aquela população. Nesse caso específico, a apropriação que o sertanejo fez, traz uma inseparável noção de classe, mesmo tendo a devoção a são João Maria se expandido por diferentes setores sociais.

A devoção por são João Maria e, mais tarde, por José Maria, representava práticas religiosas coletivas arraigadas ao modo de vida do morador do planalto contestado e fomentaram a proximidade, a sociabilidade e a união dos sertanejos, como demonstrou a organização da “Santa Religião” e a deflagração do movimento sertanejo do Contestado (1912–1916). A de-

---

<sup>126</sup> Entrevista Juca Bueno, *op.*, *cit.*

voção e o culto ao monge também não reconheciam limitações de caráter étnico. Os imigrantes há mais tempo na região eram majoritariamente devotos de São João Maria, e no período da guerra de 1912–1916, aderiram voluntariamente à luta sertaneja.

Outras práticas religiosas tinham grande importância na região, como as festas. É importante destacar que essas festas não estavam necessariamente ligadas à Igreja enquanto instituição oficial, mas sim às capelas fundadas pelo interior dos municípios. Nas primeiras décadas do século XX, havia cerca de sessenta capelas espalhadas pelo interior do município de Canoinhas.<sup>127</sup> A visita do padre ocorria esporadicamente, pois seu deslocamento também dependia do lombo da mula e da hospitalidade dos moradores do entorno para obter hospedagem, tanto para si quanto para o sacristão: “O padre, as primeira vêis que vinha aqui, ele vinha de mula e vinha posá. Vinha o padre e o sacristão. Já arrumava um piquete pra por o animal, trazia batina, tudo. Vinha por conta, duma capela na outra, eles mesmo iam.”<sup>128</sup> Com o decorrer dos anos, o método foi aperfeiçoado. O padre passou a enviar uma mensagem – um bilhete – para comunicar com até um mês de antecedência a sua chegada, o que possibilitava aos membros da comunidade religiosa preparar uma recepção mais adequada à presença do representante da Igreja, bem como permitir aos fiéis de localidades mais afastadas programarem sua ida até a capela quando ali o padre se fizesse presente.

Toda a região do planalto contestado possuía como elemento social e cultural marcante as práticas religiosas populares e as festas, costumeiramente regadas com bebidas alcoólicas e perpassadas por bailes. Representavam momentos de destaque no calendário sociocultural da população sertaneja. Havia um amplo conjunto de festas religiosas que ocorriam ao longo dos bairros rurais, festas essas com duração de mais de três dias, com o objetivo de possibilitar o deslocamento de indivíduos das paragens mais distantes. Participar ou não da festa em uma determinada localidade era um dos critérios que definia o pertencimento de cada morador e sua legitimidade perante aquela comunidade. É evidente que os moradores locais não eram os únicos frequentadores das festas religiosas, pois indivíduos oriundos de outras regiões do planalto, muitas vezes bastante distantes, integravam o público desses eventos. Isto representava um estímulo ainda maior à troca e interação, mas, também, às rixas e conflitos, pois os moradores da localidade percebiam-se como anfitriões, ou, ao menos, com maiores direi-

---

<sup>127</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op.*, *cit.*

<sup>128</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op.*, *cit.*

tos do que os ‘de fora’. De qualquer forma, na festa de caráter religioso a vida coletiva e o congaçamento social eram fomentados.

A organização das festas era entregue a pessoas de destaque de cada bairro rural, as quais patrocinavam ou reuniam recursos para cobrir os gastos com alimentação e bebida. Ser o ‘festeiro’ trazia distinção social e exigia do titular da função esforço para tornar a festa um evento de sucesso, o que amplificaria sua fama e prestígio. A ocorrência da festa também mobilizava o comércio de bairros mais distantes, com a afluência de tropeiros e comerciantes.

Contudo, as festas religiosas também eram espaços de atuação de elementos das classes dominantes e políticos locais em momentos de interação com sua clientela. Era uma oportunidade importante de capitalizar a lealdade política e reforçar os laços de amizade e apoio da população local. Nas festas de maior destaque era corriqueira a presença do superintendente e das principais autoridades, além da distribuição gratuita de churrasco aos presentes.<sup>129</sup>

Algumas festas tinham caráter agrário, ou seja, estavam relacionadas com as atividades desenvolvidas na lavoura. José Maria, o monge que circulou pela região do planalto catarinense e tornou-se o líder religioso do movimento sertanejo do Contestado, fora convidado a participar da festa do Senhor Bom Jesus, em Taquaruçu, em 06 de agosto de 1912.

Assim podemos compreender esse evento religioso:

Por uma larga extensão do interior do Brasil, o culto do Bom Jesus era celebrado pelos sertanejos depois que haviam derrubado o mato para as suas roças, mas antes da queimada. Era um rito de nítido caráter agrário: a imagem do Bom Jesus representava o Cristo com o corpo cheio de chagas, as mãos amarradas, segurando uma cana verde. Aos fiéis lembrava a natureza, àquela altura do ano mutilada pelo frio, a seca e o machado, mas que breve renasceria após o fogo e a sementeira.<sup>130</sup>

No ambiente da festa reuniam-se pessoas de distintos grupos étnicos e estratos sociais. Os festejos envolviam churrasco, esportes, jogos, leilões,

<sup>129</sup> Jornal O Democrata. Ano III. N.º 95. Canoinhas, edição de 25 de Dezembro de 1920. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC).

<sup>130</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*, op., cit., p. 84.

cantorias e bailes.<sup>131</sup> A procura pela missa aumentava substancialmente nas ocasiões em que haveria festa após a celebração: “... dois ou três homens, em geral, assistiam à missa aos domingos e dias santos. Só quando havia festas o povo vinha, não para rezar, (...) mas para se divertir”.<sup>132</sup> O imbricamento entre o lúdico e o religioso demarcava o cotidiano daquela população. Além da religião e da diversão, amigos e parentes também eram reencontrados, contavam-se causos e sabia-se das novidades, ou seja, consistia num importante recurso de troca e disseminação da informação.

A festa e o leilão eram práticas que são lembradas pelos informantes. Segundo Gregório Rocha, “(...) faziam festa e leilão, carneavam uma rês ou um leitão, qualquer tipo, mas era dado, não era pago. Era tudo... tocado pelo povo”.<sup>133</sup>

Apesar da ausência dos representantes da Igreja, a população local organizava suas práticas religiosas constantemente. Um exemplo é a realização do fandango de São Gonçalo.

O fandango, ou dança de São Gonçalo, está ligada à devoção do sertanejo a São Gonçalo do Amarante, santo casamenteiro, sendo uma prática conhecida em várias regiões do Brasil, e, ainda hoje, em regiões de Santa Catarina e especialmente no litoral do Paraná.

Sua realização estava relacionada às promessas feitas para diversos fins, inclusive para o bom desenvolvimento dos trabalhos na agricultura, por exemplo, para que não chovesse em períodos próximos a colheita dos grãos. Normalmente o indivíduo que evocava a promessa fazia ‘para que o tempo melhorasse’ e permitisse a realização do pixirum. À noite, durante o fandango, era erigido um altar em homenagem ao santo, e, mesmo que o sertanejo não possuísse sua imagem, um vaso de flores era colocado em lugar de destaque. Na primeira dança, os integrantes do baile iam até o altar e beijavam a imagem ou o vaso de flores, sem dar as costas para o altar, primeiro o dono da casa, depois os demais, em algumas ocasiões um após o outro ou em fila.<sup>134</sup>

O fandango de São Gonçalo também foi lembrado por Gregório Rocha, segundo ele, essa era uma prática muito antiga. As características fo-

<sup>131</sup> SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1997.

<sup>132</sup> SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1939, p. 114.

<sup>133</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Roberta Baltazar; LARA, Larissa Michele. “O fandango na cultura popular paranaense: origem e caracterização”. CESUMAR. Jan-Jun. 2004. Vol. 06 n. 01, pp. 17-29. Em outras ocasiões o devoto oferecia um almoço ou um jantar como forma de quitar a dívida com o santo.

ram referenciadas: a organização do altar, o sapateado, o cantador, a exigência de não virar as costas para o santo na dança de saudação. “O dono da casa fazia uma promessa e daí o fandango era pra pagá a promessa”.<sup>135</sup> Ainda segundo Gregório, a promessa poderia decorrer de qualquer fim, como, por exemplo, para a cura de uma doença ou de uma machucadura. O depoente enfatizou o caráter de gratuidade da festa, segundo ele, “era tudo de graça, não tinha nada pago. Tudo grato. Uma hora da noite tinha o café, ali pela meia noite, de madrugada, tudo de graça, nada era vendido”.<sup>136</sup>

O fandango era dançado de tamanco, com as batidas dos pés em harmonia com os cantos entoados pelos participantes, sempre com a presença de alguns cantadores de fama nas circunvizinhanças.<sup>137</sup>

Podemos afirmar que o fandango de São Gonçalo era um costume que amalgamava traços religiosos e lúdicos, algumas vezes vinculados às práticas de trabalho. Esse caráter indissociável entre trabalho, diversão e religiosidade demarcava o modo de vida do morador pobre do planalto contestado. O fandango consistia em mais uma oportunidade de sociabilidade para os sertanejos, onde se reuniam pessoas do círculo íntimo do devoto, como parentes, amigos e vizinhos, bem como aqueles que moravam em áreas mais afastadas, em bairros rurais mais distantes, como evidencia a fala do Sr. Eduardo Wachinski: “E pra i nos fandango, eles anunciavam aquilo e vinha gente de longe”.<sup>138</sup>

A análise desse conjunto de práticas e costumes do sertanejo – a roça cabocla, a criação comunal, o pixirum, a devoção a São João Maria, as festas religiosas e o fandango de São Gonçalo – evidencia uma intensa circulação e sociabilidade entre aquelas pessoas, cuja vida era demarcada por momentos de profunda solidariedade e confiança interpessoal.

Em contraposição a essas características solidárias, a seguir serão reconstruídos momentos nos quais os embates e conflitos também emergiram dessas práticas vivenciadas pelo sertanejo.

#### 1.4 As relações conflituosas

O conflito também integrava o modo de vida do sertanejo. Evidentemente, a interação, a troca, a sociabilidade entre os homens e mulheres pobres do planalto contestado eram marcadas tanto por relações de solidari-

---

<sup>135</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>136</sup> *Idem.*

<sup>137</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

<sup>138</sup> *Idem.*

idade e confiança, quanto por relações conflituosas. A convivência social e familiar, as práticas coletivas – fossem laborais, religiosas e/ou lúdicas – também incorriam em conflito.

Mas, conforme mencionado, sendo o processo de apossamento o início da relação do sertanejo com a terra, o conflito passava a ocorrer, por exemplo, em torno da manutenção do controle sobre determinada área.

O conflito era parte constitutiva da relação do posseiro com a terra. A indefinição das fronteiras entre posseiros e proprietários criava uma situação, onde era permanentemente necessário reafirmar ‘seu’ direito sobre a terra e enfrentar os argumentos e as armas do outro. E é preciso que se compreenda que, no conflito também se construíram e se reafirmavam as noções de justiça e direito desses sertanejos.<sup>139</sup>

Ou seja, podemos considerar que as características conflituosas do modo de vida daquela população desenvolviam-se a partir de questões práticas, reais, e seguiam padrões racionais rigidamente estabelecidos. Não é viável interpretarmos os conflitos que ali surgiam ou uma postura geradora de conflitos, como exemplo de uma suposta ignorância ou incivilidade do sertanejo. O conflito era uma dos elementos que contribuía para a sua interpretação do mundo.

Sendo assim, podemos presumir que as práticas conflituosas compunham um costume, regido por uma série de regras pré-determinadas e que seguiam uma racionalidade própria e definidora do arcabouço cultural do sertanejo, perpassando os diferentes momentos do seu cotidiano como, por exemplo, as situações de trabalho, às quais eram geradoras de rixas e conflitos, que ali emergiam ou eram reacendidos. Do mesmo modo, as celebrações festivas, fossem aquelas realizadas em torno das reuniões de trabalho, fossem as ligadas aos momentos religiosos, eram ambientes propícios para o surgimento de conflitos.

É preciso atentar para o fato de que as reuniões de trabalho coletivo – o *pixirum* – não eram o paraíso da conciliação étnica e o berço de uma formação sólida e pacífica entre todos. O conflito – antítese e componente das relações de solidariedade – também surgia e isto não era incomum.

O *pixirum*, o costumeiro consumo de cachaça durante a sua realização, o baile de encerramento, assim como as festas religiosas, eram situa-

---

<sup>139</sup> MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”, *op. cit.*, p. 89.

ções em que os indivíduos se reuniam, das quais poderiam advir antigos desaforos, assuntos mal resolvidos, intrigas. A conexão entre as pessoas também motivava o surgimento de ‘focas’, as quais poderiam motivar ajustes de conta, algumas vezes violentos. Ridicularizar um dos membros da comunidade era um elemento que resultava na detonação de conflitos: “Quando começava aquela chateação, foi indo, foi indo... A briga é o seguinte, (...) qualquer fuxico...”.<sup>140</sup>

Alguns dos depoentes, visivelmente tomados por um saudosismo que identifica nos fatos ‘daquela época’ momentos de maior felicidade, honestidade e honra para os sertanejos, mesmo reconhecendo as grandes dificuldades enfrentadas naqueles dias, afirmaram que o pixirum era um ambiente completamente pacífico, sem a presença de brigas ou disputas. É necessário matizar tais afirmações, em primeiro lugar, exatamente pelo saudosismo referenciado, em segundo lugar, porque muitos dos conflitos eram vistos como ‘pouca coisa’, pois não resultavam em tiros ou mortes.

Desse modo, se repetem as informações de que no pixirum “Não dava briga nenhuma, briga não dava.”<sup>141</sup>; “No pixirum não dava briga. Podiam beber... tudo gente boa”.<sup>142</sup> “Era difícil dar briga. Às vêis dava, mais poca coisa. Já ia tudo da roda de amigo”.<sup>143</sup> No entanto, mediante certa insistência, as referências aos conflitos começaram a surgir: “... de noite baile, e se duvidasse, mais um poco iam pro cacete”. Em seguida o informante minimizou a declaração afirmando que “Acontecia, mas não era tanto até, não. Bom, os mau elemento sempre existe”.<sup>144</sup> Sendo assim, o reconhecimento da existência de conflitos envolvendo o pixirum ocorreu, mas com os depoentes relacionando-os com a presença de indivíduos de fora do grupo de vizinhança e de participação na reunião de trabalho: “Briga aqui dava bem poco, mais quando vinha gente de fora”.<sup>145</sup> Há uma noção intrínseca de que as relações entre os vizinhos eram pacíficas, solidárias. Ou seja, os vizinhos eram todos amigos, o que supostamente impossibilitaria o surgimento de conflitos, apenas quando alguém ‘de fora’ aparecia é que estava instalado o risco de algum embate ocorrer. Isso permite inferir que cada grupo – mesmo que não fosse tão restrito em número de componentes ou em área de atuação – possuía um conjunto de regras e normas comuns que acabavam por impedir os desentendimentos mais sérios, os

---

<sup>140</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

<sup>141</sup> *Idem.*

<sup>142</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.*

<sup>143</sup> Entrevista Miguel Cardoso, *op., cit.*

<sup>144</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

<sup>145</sup> Entrevista Gregório Rocha, *op., cit.*

quais poderiam se transformar em choques violentos. Assim, a partir dessa perspectiva, a instauração de conflitos seria resultado da presença de indivíduos que não compreendiam bem as regras de convivência específicas estabelecidas por aquela rede de colaboração.

Podemos supor a existência de rivalidades entre membros de bairros rurais diferentes, bem como o reacendimento de rixas surgidas em ocasiões anteriores. Em outro depoimento, encontramos uma posição menos apaixonada em relação às características solidárias das práticas sociais sertanejas: “Às vês o pessoal brigava, isso sempre aconteceu e sempre vai acontecê. Mais sempre aparecia alguns lá que tiravam o exaltado pra fora da casa e mandavam embora, e continuavam o baile do mesmo jeito.”<sup>146</sup> O surgimento dos conflitos não era uma surpresa e nem mesmo algo socialmente condenado, mas a celebração festiva e o bem estar da coletividade estavam acima dos conflitos pessoais, havendo dispositivos que almejavam evitar que as rixas, conflitos e ajustes pudessem resultar no encerramento do festo, ou mesmo em ferimentos graves ou mortes. Assim que adentravam ao baile de pixirum, os homens eram desarmados. “Geralmente o pessoal andava armado, mais na chegada do baile sempre tinha um que recolhia os armamento. Mais se dava qualquer coisa era mais na base da força”.<sup>147</sup> “Quem tinha uma faca, um revólver entregava e dançava”.<sup>148</sup> As armas dos participantes do baile – que haviam passado o dia bebendo cachaça e, muitas vezes, desafiando-se durante o desenvolvimento do trabalho – eram recolhidas, porque existia a real possibilidade de ocorrência de conflitos.

No pixirum, os conflitos vinham à tona em virtude de alguma dúvida acerca do trabalho, o que não era raro. Tal dúvida poderia surgir em relação à escolha de determinado indivíduo e sua competência para realização de uma tarefa específica, problemas na divisão dos trabalhos ou ainda desentendimentos surgidos das diversas discussões que mantinham seus participantes durante a realização das atividades.

Muitas vezes, o trabalho era estimulado pela competição entre os participantes, uma espécie de desafio de eficiência, o que motivava palavras e atitudes de provocação entre os membros do grupo. Vinhaz de Queiroz, ao definir a variação planaltina do mutirão, destacou que o pixirum era animado pelo “espírito de cooperar” e se desenvolvia entre “ditos chistosos e cantorias”, o resultado poderia ser, por exemplo, a limpeza de uma área de quase cinco hectares em um único dia, com a participação de vinte ou trinta

---

<sup>146</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, *op., cit.*

<sup>147</sup> *Idem.*

<sup>148</sup> Entrevista Juca Bueno, *op., cit.*

homens, e que tudo transcorria “alegremente”,<sup>149</sup> ou seja, as disputas expressas pela oralidade eram vistas como elemento constituinte do pixirum e aguardadas pelos seus participantes: “Davam grito e berro... era bonito barbaridade!”<sup>150</sup>

Desse modo, podemos identificar em tal prática a indissociabilidade entre trabalho, colaboração, divertimento e desafio. O cotidiano sertanejo era caracterizado por tais elementos, que nesse caso costumavam estar intrinsecamente relacionados. Depreende-se que numa ocasião de trabalho, que dependia basicamente da colaboração dos vizinhos, uma postura lúdica estava posta, com os indivíduos brincando de desafiar uns aos outros, com pequenos xingamentos e chacotas. O desafio e o humor andavam de mãos dadas, mas algumas vezes poderiam transcender o limite do tolerável e resultar em um conflito aberto.

Um caso analisado em trabalho anterior<sup>151</sup> pode ser tomado como situação-limite e equilibra o modelo explicativo ao demonstrar que os conflitos poderiam surgir nas reuniões de pixirum, e mesmo entre membros de uma mesma família:

No dia dez de novembro de 1922, pelas 16 horas, achavam-se no paiol de Salvador Fagundes de Lima, no lugar Paciecinha diversas pessoas que antes se entregavam a fazer um roçado, quando, entre os irmãos Pedro Jungles e Francisco Jungles Filho, também presentes, se iniciou uma forte alteração. Nessa ocasião Pedro sacou de uma pistola e desfechou contra seu irmão Francisco um tiro que não atingiu o alvo. Francisco, empunhando um facão, sai ao encalço de Pedro que saíra correndo, e, alcançando-o desferiu um golpe que atingiu Pedro nas costas. O denunciado [Pedro Jungles] então, virando-se desfechou o segundo tiro que alcançou seu irmão e, como este ainda não caísse por terra, Pedro ainda contra ele avançou de facão em punho, travando-se nova luta a facão, que só terminou quando Francisco Jungles caiu por terra, já agonizando, vitiado pelo tiro que fora desfechado por Pedro.<sup>152</sup>

<sup>149</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*, op., cit., p. 37.

<sup>150</sup> Entrevista Juca Bueno, op., cit.

<sup>151</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “*O pessoal da Lumber!*”, op., cit., pp. 28-30.

<sup>152</sup> Processo Crime por Homicídio de Francisco Jungles Filho. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. AHMC.

O caso dos irmãos Jungles nos permite algumas inferências importantes. É possível perceber que o conflito transcorre imediatamente após o encerramento de um pixirum. As diversas pessoas – entre elas os irmãos citados – descansavam no paiol do beneficiário da reunião de trabalho, Salvador. O final da tarde estava próximo e, em breve, transcorreria o tão aguardado baile. Naquele momento de descanso e celebração – como vimos, regado a muita cachaça – ocorreu uma ríspida discussão entre Francisco e outro componente do grupo. Infelizmente os autos não reverberam as razões da discórdia entre os dois. O certo é que Pedro intercedeu, tentando encerrar a discussão. Seu irmão não aceitou esta intromissão e respondeu com um tapa. A partir deste ponto não havia mais volta. O irmão agredido não poderia deixar a afronta sem resposta. Entre os sertanejos, o atributo da honra exigia preservação a todo custo, o que poderia implicar em embate violento. Nesses casos, a saída moral e socialmente aceita era o revide a uma agressão ou xingamento, o acerto de contas, especialmente em ocasiões nas quais havia audiência numerosa, com a presença de vizinhos, amigos e parentes. Os espectadores não poderiam ficar sem resposta, do contrário, a reputação de Pedro seria maculada, especialmente se considerarmos que o evento seria rapidamente retransmitido através das redes de informação ativadas pelos membros participantes do pixirum – no dizer de seu Gregório Rocha, ‘o fuxico’ – e comprometeria a honra de Pedro de forma definitiva. Considerando que a afronta física foi praticamente insignificante – um simples tapa – para o agredido, afetou profundamente a sua honra. Reagir era uma necessidade imperiosa. A partir daí, o conflito violento desenvolveu-se e acabou culminando na morte de Francisco.<sup>153</sup>

Apesar da trágica história dos irmãos Jungles ter resultado em um embate violento, não pode ser utilizada para concluir que o modo de vida sertanejo era violento, sem normas de controle que evitassem a detonação do conflito. Pelo contrário, tudo era permitido, desde que transcorresse dentro de um conjunto de referências morais, que eram definidas tendo como base os costumes daquele grupo, isto é, uma racionalidade intrínseca a ele. O conflito ocorria somente quando esses limites eram infringidos, todavia todos sabiam quais eram tais limites.

Sendo assim, podemos afirmar que havia um conjunto de normas sociais rígidas que administravam os conflitos entre os sertanejos, conflitos

---

<sup>153</sup> É preciso levar em conta que a relação entre os irmãos Jungles poderia estar abalada por razões anteriores ao pixirum, razões estas não relatadas no processo judicial. De todo modo, a partir da perspectiva do conjunto de práticas sertanejas, o desencadeamento de tais eventos seria suficiente para justificar o conflito deflagrado.

que emergiam quando certos padrões de comportamento eram violados. A partir dessa violação, a resposta conflituosa era legitimada, tendo como referência o costume, e estava profundamente arraigada entre os membros do grupo.

Assim como no caso do pixture, as festas religiosas não eram apenas espaços de celebração e contato social solidário. Ali o conflito surgia, estimulado pelo consumo de bebida alcoólica e pelo fato do sertanejo invariavelmente andar armado, como necessidade de defesa e sobrevivência.

Avé-Lallemant presenciou a festa de São João Batista no interior do município de Lages. Assim a descreveu:

(...) subiram foguetes na noite fria e muitas espingardas foram disparadas. De acordo com o uso no país (...) muitos jovens, bem envolvidos nos seus ponchos, os seguiam e paravam diante das casas (...). Vários foliões cambaleavam visivelmente embriagados, de modo que ficamos satisfeitos quando o grupo prosseguiu e se dissolveu no fim da rua, sem bulha nem matinada. Sinto sempre uma espécie de inquietação quando vejo reunidos numa festa, num divertimento, jovens armados e as bebidas espirituosas, aguardente ou vinho, agitam os espíritos.<sup>154</sup>

A perspectiva do viajante europeu estava marcada por um etnocentrismo que definia sua própria forma de compreender o mundo que observava. Aquilo que lhe causava inquietação era a reunião de importantes costumes sertanejos: o consumo da bebida, o porte de armas – tanto brancas como de fogo – e a celebração festiva de cunho religioso.

Outros autores identificaram tais práticas mediante perspectiva distinta. Cabral afirma que a partir do encerramento da celebração religiosa, no pós-culto, os homens se reuniam. Nessa reunião trocavam ideias, informações, impressões, se solidarizavam, mas também “tomavam mate, cachaça, faziam prosa e esperavam para presenciar brigas e tiros”.<sup>155</sup> Ao afirmar que os embates conflituosos eram aguardados, o autor nos permite concluir que tais situações eram costumeiras, ou seja, os conflitos que ali se desenvolviam estavam, de certo modo, previstos dentro da pluralidade cultural do

<sup>154</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, *op. cit.*, p. 85.

<sup>155</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A Campanha do Contestado*, *op. cit.*, p. 97.

sertanejo, não sendo resultado de explosões de raiva ou de uma postura irracional desconectada da realidade.<sup>156</sup>

As festas religiosas realizadas no interior dos municípios da região eram bastante concorridas, sendo um dos momentos de grande destaque a realização de uma procissão pela localidade, guiada pelo santo padroeiro do bairro rural. A procissão era acompanhada por uma banda de música, a qual além de animar a festa antes e depois da passagem do cortejo, o acompanhava em todo o seu trajeto. A maioria dos indivíduos que participavam das festas religiosas conhecia-se anteriormente, pois eram habitantes da localidade onde a festa ocorria e dos bairros rurais mais próximos, ratificando a importância das festas religiosas como relevante elemento de sociabilidade e de reafirmação de amizades e redes de solidariedade.

Um vislumbre das relações conflituosas decorrentes de festas religiosas, que resultou em ferimentos graves num dos participantes da celebração – permitindo obter inferências acerca de um conjunto de preceitos dos sertanejos da região – sucedeu no ano de 1931, numa festa realizada na localidade de Bela Vista do Toldo, interior do município de Canoinhas.<sup>157</sup> Transcorria o mês de agosto daquele ano, a festa contava com grande público e próximo ao final da tarde do dia 15, quando eram realizados os últimos preparativos para a partida da procissão, iniciou-se uma pequena discussão. O bumbeiro da banda que acompanhava a festa foi interpelado por um indivíduo já alcoolizado que segurou seu braço e o forçou a produzir um som bastante desagradável com seu instrumento. O músico não aceitou a intromissão e esse fato gerou uma pequena discussão. O bumbeiro passou o instrumento para seu irmão o qual, depois de nova discussão, atingiu o

---

<sup>156</sup> É preciso levar em conta que as análises acerca do modo de vida sertanejo no planalto contestado, especialmente aquelas produzidas a partir da temática da Guerra do Contestado, tenderam, durante muito tempo, a considerar aquela população como ‘carente’, ‘ignorante’, despreparada para um processo de modernização, o que demonstrava sua ‘incivilidade’. A partir da produção de autores como Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro, a população sertaneja – e o movimento do Contestado – passou a ser interpretada a partir de suas características, daquilo que eram, não do que deveriam ser. A partir dessas obras, o universo sertanejo paulatinamente deixou de ser um ambiente anômico e patológico, e a capacidade de atuar perante o mundo a partir de sua própria racionalidade passou a ser identificada e descrita, e as referências de ‘jaguços’ e, principalmente ‘fanáticos’, começaram a ser desconstruídas. Ver VINHAS DE QUEIROZ, *op., cit.*; MONTEIRO, Duglas Teixeira, *op., cit. Os Errantes do Novo Século: Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

<sup>157</sup> O caso citado foi analisado em trabalho anterior, no entanto, uma releitura da fonte permitiu extrair novas conclusões que auxiliaram na construção do argumento em desenvolvimento. Processo Crime por Ofensa Física. Réu: Manoel Athanagildo de Souza. Vítima: Veríssimo Bueno da Rocha. Canoinhas, 1931. Arquivo do Fórum de Justiça de Canoinhas.

ébrio com o bumbo, causando-lhe um ferimento na testa e fazendo verter sangue. Nesse momento, Manoel de Souza, amigo do ferido, aproximou-se e fez menção de que iria sacar uma arma. O portador do bumbo atirou o instrumento sobre Manoel e fugiu pelo meio da festa. Manoel, em perseguição, empunhando uma faca, atingiu de forma acidental o lavrador Veríssimo Bueno da Rocha, que recebeu um ferimento profundo na perna.

No Sumário de Culpa, o promotor público, Lázaro Bastos,<sup>158</sup> afirmou que:

(...) a atitude agressiva do denunciado foi de surpreender a quantos se encontravam, naquele dia de festa, considerando que da parte do ofendido não houve nenhuma provocação que justificasse a mesma agressão. Nem mesmo a presença de um filhinho, que Veríssimo conduzia, para assistir a festa com ele, fez recuar o denunciado da ideia e intenção daquele crime.<sup>159</sup>

A inexistência de uma provocação anterior por parte da vítima retirou qualquer possibilidade de justificativa do ato de Manoel. Uma rixa, uma discussão, um desafio, poderiam tornar a agressão tolerável, mas sua ausência transformava o ocorrido em algo inaceitável. A análise diametralmente oposta nos leva a concluir que no caso da existência de uma “provocação” por parte do ofendido, a interpretação do crime poderia ser distinta, mesmo no caso do posicionamento oficial do representante da Justiça e, por conseguinte, da óptica das classes dominantes sobre aqueles eventos.<sup>160</sup> Em ou-

---

<sup>158</sup> É relevante atentarmos para o fato de Lázaro Bastos ter sido advogado contratado pela *Lumber Company* durante longo período, representando os interesses da empresa em toda a região.

<sup>159</sup> Processo Crime por Ofensa Física. Réu: Manoel Athanagildo de Souza; Vítima: Veríssimo Bueno da Rocha. Canoinhas, 1931, p. 02. AFJC.

<sup>160</sup> A fundamentação da ordem jurídica e de suas instituições é considerada nesse contexto como instrumento, tanto para organizar a sociedade de forma mais ampla, quanto para estabelecer e manter o domínio de classe. Afinal, nenhuma classe consegue manter seu controle durante muito tempo, a menos que se apresente como mantenedora dos interesses e das pretensões dos governados. E é exatamente aí que se encontra a sua função hegemônica. In: GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida*. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988, p. 50. Além disso, o direito possui um profundo papel pedagógico, no sentido de ordenar a conduta humana, através da determinação de um conjunto de regras vigentes na sociedade. Sendo assim, o direito é fundamental para a manutenção ou alterações das condutas que impõem e eliminam costumes e hábitos sociais. Obviamente os grupos dirigentes, apropriando-se e controlando os aparelhos coercitivos do Estado, obtém vantagem na imposição de sua concepção de mundo ao conjunto da sociedade. In: FERREIRA, Oliveira S. *Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci*. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Hucitec, 1986, p. 259-260.

tros termos, os acontecimentos eram exóticos ao rol dos conflitos previstos e tolerados pelos costumes daquelas pessoas. Além disso, o promotor descreve outra transgressão moral cometida por parte do indiciado: não respeitar a presença de uma criança e ameaçar sua integridade física ao ferir o pai. O costume sertanejo condenava práticas violentas que pudessem expor os menores a algum risco.<sup>161</sup>

Outro aspecto importante do caso em foco, foi um debate paralelo realizado nos autos em torno da condição alcoólica de Manoel, o acusado. Aqueles indivíduos que participaram do conflito – o bumbeiro e seu irmão – afirmaram em seus depoimentos que não sabiam se o agressor estava alcoolizado. No entanto, todas as demais testemunhas declararam que o agressor estava bastante alcoolizado, e ele próprio, ao final das declarações de cada testemunha, afirmou sistematicamente que “no dia da festa havia bebido bastante e que não se lembrava de nada, a não ser que fora desarmado e preso”.<sup>162</sup> Podemos presumir que o fato de o agressor estar alcoolizado não reduziu sua responsabilidade – mesmo que tenha tentado incessantemente utilizar essa estratégia – ou seja, as práticas e costumes dependiam de normas e regras bastante claras a todos os membros daquela sociedade e a sua transgressão não era tolerada.

Outra questão que merece destaque foi a declaração do irmão de bumbeiro, o qual afirmou ter atirado o bumbo em Manoel porque este teve uma atitude provocadora, levando a mão à cintura, como se insinuasse sacar uma arma. Nesse caso, a estratégia do depoente foi demonstrar que sua ação agressiva, a qual acabou sendo o estopim para a detonação do conflito, foi precedida por um ato provocador, o que justificaria a agressão.

A vítima ficou afastada do trabalho na roça por dois meses. Em função desse fato, o promotor alienou os bens de Manoel – basicamente uma propriedade de pouco mais de vinte alqueires em terra de caíva<sup>163</sup> com casa

<sup>161</sup> É pertinente recordarmos que durante a Guerra do Contestado, no ataque realizado pelos rebeldes contra São João dos Pobres (atual Calmon) nos dias 5 e 6 de setembro de 1914, o piquete de ataque, sob o comando de Venuto Baiano, matou alguns ‘piás’. No caminho de volta ao reduto, Venuto foi executado. Uma das versões acerca das causas de sua execução afirma que a razão teria sido o fato de ele ter “infringido uma rígida recomendação de Chiquinho Alonso [comandante-geral naquele momento] e de todos os comandantes rebeldes até então, aquela de não matar crianças”. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op., cit., p. 265.

<sup>162</sup> Processo Crime por Ofensa Física contra Veríssimo Bueno da Rocha, op. cit.

<sup>163</sup> As caívas são remanescentes da Floresta Ombrófila Mista que se apresentam como fragmentos florestais de tamanhos variados nas propriedades rurais. Acabam por constituir uma espécie de mosaico de áreas de cultivo intercaladas por áreas de florestas, cuja principal utilização era [e ainda tem sido] a extração da erva mate, bem como pasto para o rebanho bovino. “[Ainda hoje] as caívas representam uma importante reserva de espécies de árvores nativas, mesmo sendo manejadas há longo tempo”. In: HANISCH, Ana Lúcia; BALBINOT JUNIOR, Alvadi Antônio; VOIGT,

e benfeitorias – para pagamento de uma indenização à Veríssimo. Manoel desapareceu da região e não foi mais visto.

Depreende-se que a ausência de uma provocação que justificasse a agressão pesou de forma decisiva contra o acusado. Tal conclusão ilumina uma prática do sertanejo: os conflitos não eram exceção àquela sociedade, mas eles aconteciam dentro uma lógica interna, isto é, quando eram precedidos por um fato que trouxesse racionalidade à sua ocorrência. O conflito não era um fim em si mesmo, mas a expressão de formas socialmente aceitas com embasamento nos costumes sertanejos. Era preciso uma razão para justificar o embate violento, do contrário, ele não era legitimado perante a sociedade sertaneja, ou mesmo à interpretação da Justiça. Podemos destacar a afirmação do irmão do bumbeiro, que atirou o bumbo em Manoel em função deste ameaçar sacar uma arma, o que foi interpretado como uma provocação, justificando a prévia agressão. A exposição do filho da vítima ao risco de ferimento também foi referenciado, o que reforça a noção de que os conflitos aconteciam dentro de certos preceitos morais e cujo respeito era parte fundamental do modo de vida daquela população. As sociedades produzem forças poderosas de controle social e moral que atuam no cotidiano da comunidade. Thompson nos alerta que apesar de certos desvios de conduta daquilo que é socialmente aceito e legitimado sejam tolerados, após a transgressão desse limite tolerável é imposta ao transgressor as expectativas herdadas, tanto da atitude quanto de punição.<sup>164</sup>

Por fim, o fato de Manoel portar uma faca e ter bebido durante a festa expõe dois costumes importantes daquele modo de vida e características inerentes àquele ambiente. O uso de armas representava uma necessidade prática de sobrevivência e compunha a indumentária do sertanejo em todos os seus momentos. Mais do que isso, eram práticas socialmente aceitas e representavam costumes imbricados ao cotidiano do sertanejo. Beber era um costume, um direito para aquelas pessoas. Exercer tal direito significava poder escolher, determinar sua vida, o que pode ser percebido pelo fato de que ser visto publicamente alcoolizado e envolvido numa briga, não era definido como algo desmoralizador. As regras sociais autorizavam até certo ponto este tipo de atitude. Era um costume vivenciado por aquelas pessoas, que não viam problema em reconhecê-lo, além de fundamental para integrar e definir a forma de interpretar sua própria existência. No entanto, o

---

Gilcimar Adriano; CUBAS, Rafael. “Estrutura e composição florística de uma área de caíva com extração de erva-mate e pastejo animal no Planalto Norte Catarinense”. Anais do II Seminário sobre Inventário Florestal. Blumenau, 2011, p. 09.

<sup>164</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum, op., cit.*, p. 18.

debate nos autos em torno da sobriedade ou não de Manoel expõe outro aspecto importante: mesmo Manoel e a maior parte das testemunhas tendo afirmado que ele se encontrava extremamente alcoolizado, tal fato não foi suficiente para justificar a agressão impingida ao lavrador. Ou seja, estar alcoolizado e envolver-se em brigas não eram práticas condenáveis, mas as consequências decorrentes da escolha dessa postura não eram justificadas, nem social, nem legalmente, pelo fato de o indivíduo estar supostamente fora das suas condições normais de consciência.

A partir daí surge outra linha de discussão em torno das relações conflituosas, que diz respeito ao costume de ‘andar armado’. Conforme descrito anteriormente, uma fração significativa da população sobrevivia pela exploração dos mínimos vitais, através da agricultura de subsistência, da criação comunal, do corte da erva mate, da caça e da coleta de alimentos encontrados na mata. Neste ambiente, despojado do apoio de qualquer instituição legal, as virtudes pessoais e a destreza no manuseio de ferramentas utilizadas no dia a dia incluíam um conhecimento prático acerca da utilização de certas armas. O uso de machados, facões, foices e facas estava ligado à agricultura, ao corte da erva, à lida com o gado e à exploração da floresta. Sendo assim, a utilização desses instrumentos lhe proporcionou extrema habilidade na lida com armas brancas.<sup>165</sup>

O conflito, visto como legítimo e desenvolvido dentro de certas normas socialmente estabelecidas, era regido pelas armas – brancas ou de fogo – constituindo-se em um costume, cuja gênese é explicada pelo processo histórico no qual aquelas pessoas estiveram envolvidas. Esta longa tradição do sertanejo passa pela Revolução Farroupilha (1835-1845) e pela Guerra Federalista (1893-1895), momentos nos quais muitos fazendeiros e lavradores do Rio Grande do Sul migraram para o planalto contestado<sup>166</sup> levando consigo o costume e a necessidade do emprego das armas.

Posteriormente, durante o período no qual os estados do Paraná e Santa Catarina estiveram envolvidos na disputa de limites, a região fronteira do planalto contestado foi tomada por embates e conflitos que “(...) não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra - Acima, mas levaram também a se familiarizarem com o manejo das armas e as técnicas militares muitos sertanejos”.<sup>167</sup> A mobilização da população para

---

<sup>165</sup> Exemplo disso são os diversos confrontos vencidos pelos sertanejos rebelados contra as forças legais no período da Guerra do Contestado (1912-1916), quando aqueles optaram pelo ‘entrevero’, ou seja, o confronto direto com arma branca.

<sup>166</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op., cit., p. 63.

<sup>167</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*, op., cit., p. 69.

os conflitos de limites legitimou ações e reforçou entre os sertanejos não apenas a noção de direito à posse, mas também ao uso de armas e à capacidade de autodefesa, pois:

(...) na vivência e na resistência desses conflitos o sertanejo mantinha vivos os costumes e direitos tradicionais que lhes garantiam a sobrevivência. Costumes e tradições construídos em um passado remoto na relação com a terra e com a floresta.<sup>168</sup>

Além da necessidade prática ligada aos diferentes processos produtivos inerentes à vida do morador do planalto contestado, estar e andar armado eram necessidades de sobrevivência.

Além disso, a expulsão de milhares de sertanejos de terras de aposamento que consideravam suas por direito, pela atuação da *Lumber Company* na região, ativou e disseminou uma noção de resistência e autodefesa pautada no direito ao uso de armas: “(...) os americanos da *Lumber* estão no firme propósito de darem começo à medição duma grande área de terras, muito embora tenham de expulsar, à mão armada, os antigos e legítimos posseiros de suas propriedades”.<sup>169</sup> Andar armado significava resistir. Usar um conhecimento que vinha sendo forjado há muito entre os costumes dos sertanejos daquela região para assegurar a posse da terra, algo que consideravam justo.

De todo o exposto anteriormente, as demonstrações de solidariedade, marcadas por laços de união e coletividade perpassavam a vida do sertanejo, porém, coexistiam situações de conflito, dentro de razões previstas socialmente.

Um processo de formação de classe está ligado também à convivência social e familiar, o que aumenta a importância da análise das variações locais desse processo, no contexto em que tais pessoas desenvolveram suas vidas.

Constatou-se que havia uma profunda racionalidade conectada aos costumes sertanejos. Beber, andar armado, brigar, eram costumes, mas a aceitação de sua prática entre os sertanejos exigia obrigatoriamente uma justificativa, uma razão que a legitimasse. A análise de algumas das características culturais próprias e de certas regras de conduta adotadas por aquelas pessoas, evidenciaram a forma como viviam e interpretavam suas pró-

<sup>168</sup> MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”, *op., cit.*, p. 107.

<sup>169</sup> O Imparcial. Canoinhas, ano I, n.º 40. Edição de 24 de setembro de 1916. BPESC.

prias vidas. A partir dos bairros rurais do planalto contestado, redes sociais foram tecidas pela população sertaneja para assegurar sua sobrevivência. Em torno deles foram construídas tanto relações solidárias quanto conflituosas, às quais coexistiram e integraram o modo de vida daqueles homens e mulheres. Buscando uma interpretação pela perspectiva de classe, é importante ter no horizonte a noção de que a classe abrange tanto a divisão quanto a unidade, o conflito e a solidariedade, elementos que não são excludentes, mas sim complementares. O destaque é para a análise da relação entre esses dois aspectos e a sua contextualização.

Os costumes descritos, oriundos de longa data, permaneceram arraigados ao modo de vida do sertanejo, tornando-se empecilhos aos interesses econômicos que estavam em processo de inserção naquela sociedade. Suas práticas e costumes evidenciaram uma face rebelde, ou seja, seus protagonistas reagiriam aos ataques e cerceamentos impostos a eles, especialmente pelo avanço das forças capitalistas estrangeiras na região, representadas pela ferrovia e pela *Lumber Company*.

Através da reconstrução das ações daquela população podemos identificar ali a existência de uma racionalidade própria, a qual era definida pelos costumes. Representam indícios acerca das experiências vivenciadas pelo sertanejo e que influenciaram, mais tarde, seus momentos de organização e luta, enquanto trabalhadores em um novo modo de vida, marcado pela presença da fábrica e das novas relações sociais e econômicas em inserção. Portanto, ratifica-se que os indivíduos das classes subalternas conseguem resolver seus problemas e controlar suas vidas, de acordo com sua própria lógica. Essa perspectiva devolve aos pobres o direito de serem agentes de suas vidas.<sup>170</sup>

Seus costumes compuseram um tecido comum, o qual foi contraposto ao avanço das relações regidas pelo capital, em consolidação na região. Possuíam em sua composição padrões de ação definidos coletivamente e reproduzidos ao longo do tempo. Eram importantes numa ampla região, muito além do planalto contestado e sul do Paraná, exercendo influência em todo o planalto meridional brasileiro, mediante uma difusão horizontal, com tais práticas se disseminando desde a região do Prata até o interior de São Paulo.

Condutas não-econômicas baseadas no costume, como a roça cabocla, o pixirum, a criação comunal de animais – o faxinal – resistiam aos novos padrões, às novas técnicas e à racionalização do trabalho que ameaçava desintegrá-los. Nesses confrontos vislumbram-se os contornos de futu-

---

<sup>170</sup> Essa postura é oriunda da obra de Thompson.

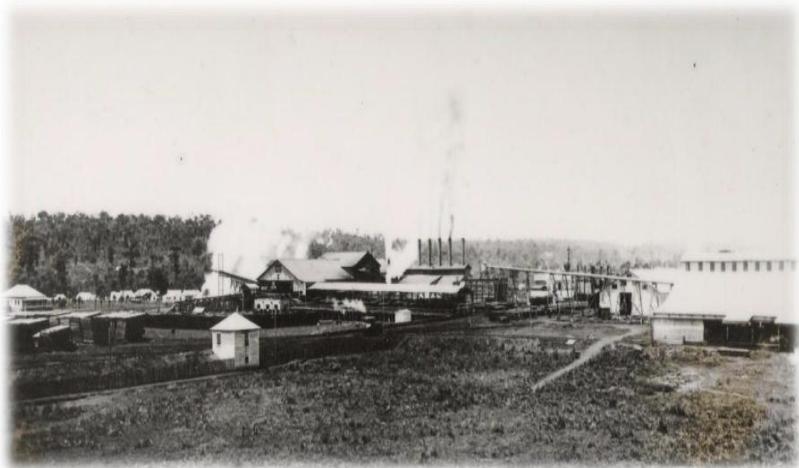
ras formações de classe, bem como de sua consciência, ou seja, tais traços e resquícios serão revividos e reintegrados a uma consciência de classe emergente.<sup>171</sup>

---

<sup>171</sup> THOMPSON. E. P. *Costumes em Comum, op., cit.*, p. 21.



## CAPÍTULO 2: DO CEPO AO VAGÃO, SOBRE SANGUE E FARRAPOS: O PROCESSO INDUSTRIAL DA *LUMBER COMPANY*.



**Imagem 5: As instalações industriais da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras.**

“Três Barras, de ontem para hoje, converteu-se num centro populoso, pela emergência ao redor da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, cujas poderosas máquinas desdobram em tábuas, cada ano, cerca de 80 mil pinheiros, com a exportação de não menos vultosa quantidade de toras. Com a sua máquina de 1200 cavalos, as suas chaminés cinzentas em projeções de manhã à noite (...) o fragor violento das engrenagens, deposita, essa empresa, naquela altura do sertão, a ideia de um monstro, que criminoso e sordidamente estivesse a devastar a riqueza da floresta brasileira numa grande ânsia de substituí-la pelos descampados onde os rios defínham e as sombras escasseiam”.<sup>172</sup>

O texto acima citado foi redigido por Crispim Mira, médico, advogado e jornalista catarinense, que participou da comissão composta por

<sup>172</sup> O Democrata, ano I, n.º 30. Canoinhas, 14 de junho de 1919. BPESC.

Santa Catarina, após a Guerra do Contestado, para atuar no Congresso de Limites Interestaduais. Ele foi um dos mais ilustres colaboradores do jornal *O Democrata*, instituído no município de Canoinhas no ano de 1919 pelo então superintendente municipal Otávio Xavier Rauen. O jornal nasceu em meio a uma disputa e cisão política dentro do Partido Republicano local, iniciada em decorrência do resultado das eleições do ano de 1918 para a superintendência de Canoinhas.<sup>173</sup>

Desde suas primeiras edições, o semanário teceu críticas contra a facção adversária, então na oposição, tendo entre seus membros, Oswaldo de Oliveira, médico e representante político da companhia *Lumber*. O combate aos desmandos da empresa estrangeira atingia desde a ausência de um plano efetivo de colonização da região com imigrantes (após a derrubada da floresta) – o que estava previsto no contrato e não vinha acontecendo – até a omissão da empresa em relação ao reflorestamento de áreas devastadas. Referenciada como *O Polvo*, por ter estendido seus tentáculos em todas as direções em busca do lucro, a empresa era alvo de críticas incisivas por parte dos redatores, mas também por textos de outros autores, tanto da região como de áreas mais distantes, que se opunham à presença da gigante estrangeira.

O texto de Mira, além de uma crítica contundente, trazia uma descrição pormenorizada das atividades da companhia, inclusive de seu processo industrial e do impacto ambiental por ele impingido à região de Três Barras. As rápidas transformações que incidiram naquela área foram referenciadas pelo autor. As palavras contumazes deixam transparecer uma preocupação praticamente inexistente naqueles dias em que ‘progresso’ e ‘desenvolvimento’ eram as palavras de ordem, não apenas naquela região, mas em todo o território nacional. Também sustentava um viés ambiental e nacionalista.

A *Lumber* instituiu um processo industrial com ritmo de trabalho e produção invejáveis aos padrões do início do século XX. A compreensão das nuances desse complexo processo fabril é propiciada pela divisão do tema em três grandes áreas de atividade. Em primeiro lugar, o *serviço das matas*. Nesse setor era realizada a extração da madeira obtida em meio à floresta e o transporte das toras até a serraria. Um processo singular, assentado, principalmente, na potência dos espantosos guinchos movidos a vapor comprimido e na contínua ampliação dos ramais ferroviários da empresa estendendo o raio de alcance de seus guinchos e trabalhadores. A base de sustentação de todo o processo era o rápido *transporte* por via férrea.

---

<sup>173</sup> Essa questão será explorada no capítulo 4.

Transporte de trabalhadores, equipamentos, matéria prima. A etapa seguinte era o *beneficiamento da madeira*, realizado dentro da serraria da empresa, ou seja, a transformação das toras em tábuas, um processo altamente mecanizado, que tinha como base o engenho. A madeira já beneficiada era empilhada no grande pátio da companhia, aguardando embarque através da ferrovia. Parte da matéria-prima de qualidade inferior era transformada em caixas e outros materiais na fábrica de caixas anexa ao engenho. Além do processo industrial, a empresa dependia do veloz escoamento da produção, o qual era fomentado pelo monopólio formado pela madeireira e pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, com privilégios aos interesses da *Lumber*, especialmente na disponibilidade de vagões necessários para transporte da produção, em detrimento dos concorrentes da gigante estrangeira.

Nas páginas seguintes será reconstruída parte do processo industrial da *Lumber*, tendo como fonte principal inquéritos judiciais instaurados em consequência dos acidentes de trabalho ocorridos na empresa. A análise de tais documentos, além de desvelar os meandros da articulação da empresa no sentido de evitar o pagamento de indenizações aos trabalhadores acidentados<sup>174</sup>, disponibilizou uma série de detalhes acerca das etapas do processo de produção vistos sob a óptica do risco, dos acidentes ocorridos e das dificuldades enfrentadas por aqueles trabalhadores que, independente de sua origem étnica ou função, arriscavam suas vidas para conquistar sua sobrevivência, compartilhando esperanças, temores e sofrimento, elementos que impulsionariam os momentos de organização e luta que emergiriam posteriormente em diferentes ocasiões.

---

<sup>174</sup> Essa questão será detidamente analisada no capítulo 4.

## 2.1 “Do cepo ao vagão”: o serviço das matas



**Imagem 6: A derrubada dos pinheiros sendo realizada pelos trabalhadores da *Lumber Company*. Foto: Claro Iansson. In: VALENTINI, 2009, p. 176.**

Ao serviço das matas estavam vinculadas distintas atividades relacionadas à extração da madeira em meio à floresta, bem como ao seu transporte desde os locais de corte das árvores até a serraria da companhia, no centro da vila de Três Barras. Esta seção também agregava o serviço de ampliação dos ramais ferroviários em direção às áreas de extração mais remotas. Essa operação era denominada *avançamento dos trilhos*. A existência de grupos de trabalho permanentes que atuavam ininterruptamente na manutenção e ampliação da rede de ramais ferroviários da *Lumber* era uma necessidade intrínseca ao processo de extração. Com o início das atividades da companhia, no ano de 1911, a madeira que encontrava-se próxima à serraria foi paulatinamente retirada nos anos subseqüentes com tal ferocidade que a expansão dos ramais tornou-se uma necessidade precípua e a única possibilidade de acesso a novas áreas exploráveis. Este processo exigiu a construção de centenas de quilômetros de ramais por todo o território

de Três Barras e, inclusive nas regiões adjacentes, com o intuito de atingir as reservas mais longínquas de madeira nobre e erva-mate:

“A princípio os pinheiros, as imbuías, as canelas, eram trazidas em alguns minutos dos arredores das suas instalações, aliás, em forma de acampamentos provisórios e com uma disposição de quem tenciona transferir-se para outro ponto, depois de haver esgotado o precioso material daquelas brenhas seculares”.<sup>175</sup>

O trabalho de avançamento dos trilhos era desenvolvido por trabalhadores contratados por *turmeiros*, sob o regime de empreitada. A maioria desses trabalhadores vivia nos acampamentos organizados pela companhia em meio à floresta.<sup>176</sup> O objetivo era manter as turmas de trabalhadores mais próximas aos seus locais de trabalho no interior da mata, dinamizando o processo produtivo.

A etapa inicial do avançamento dos trilhos consistia na definição da direção que o ramal seguiria. Definida a direção, um grupo formado por engenheiro, agrimensor, homens do corpo de segurança da companhia e operários, embrenhavam-se pelas matas, abrindo picadas e demarcando o trajeto dos trilhos. Subsequentemente, as turmas de trabalhadores derrubavam as árvores maiores, limpavam a área e realizavam o deslocamento de terra necessário, além de aterros e pontes.<sup>177</sup>

O operário ucraniano Simão Lubaczeski era um dos trabalhadores envolvidos no processo de avançamento dos trilhos. No dia 29 de março de 1922, Simão sofreu um acidente de trabalho. Ele ajudava no carregamento de trilhos para o avançamento da Linha Central Pacheco e, ao colocar um dos trilhos no vagão, o mesmo desprendeu-se e escorregou pela prancha de madeira que auxiliava no processo de carregamento. Para evitar a queda, Simão tentou segurá-lo e, devido ao peso da peça, não obteve êxito. Teve sua mão esquerda presa contra outro trilho. O acidente resultou no esmagamento da extremidade do dedo mínimo da mão esquerda. Como conse-

<sup>175</sup> O Democrata, 14 de junho de 1919, *op. cit.*

<sup>176</sup> Esse tipo de moradia será analisado de forma detida mais adiante.

<sup>177</sup> COMPANHIA *Lumber*. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco, *op. cit.* Essas informações foram extraídas de um filme-documentário produzido por uma empresa de propaganda da Argentina sob encomenda da *Lumber*. O objetivo era a popularização da empresa no Brasil e no exterior. Nesse filme, de aproximadamente quarenta minutos, todo o processo industrial da empresa foi registrado, bem como as moradias e algumas atividades dos trabalhadores. A cópia foi gentilmente cedida pelo LAPIS (Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som) da UFSC.

quência dos ferimentos do acidente, Simão teve parte do seu dedo amputada.<sup>178</sup>

Assim como Simão, Antônio Anacleto também trabalhava no avançamento dos trilhos. Natural de Tijucas Grande, em Santa Catarina, era solteiro e recebia uma diária de 7\$000 e, assim como os demais colegas, morava no Acampamento Bugre, próximo ao local de trabalho. No dia 31 de março de 1927, por volta do meio-dia, pouco antes da pausa para o almoço, ele e seus colegas carregavam os dormentes em um carro do trem que os levaria a extremidade do trilho em construção, para prosseguir no avançamento do ramal ferroviário. No exato instante em que ajudava a embarcar o último dormente, o maquinista colocou o trem em movimento. Consequentemente, o vagão também se moveu, desmanchando a pilha de dormentes. Um destes caiu sobre a mão direita de Antônio, que teve seu dedo indicador completamente esmagado.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Simão Lubaczski. Três Barras, 30 de março de 1922. Arquivo Histórico Municipal de Canoinhas, p. 02.

<sup>179</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Antônio Anacleto. Três Barras, 31 de março de 1927. AHMC, p. 03.



**Imagem 7: Trabalhadores descarregando dormentes utilizados para o avançamento dos trilhos do ramal ferroviário, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do MTB.**

Os ramais permitiam que os trens, os trabalhadores e principalmente o guincho, chegassem até o ponto de retirada das toras, atividade essa que era realizada ininterruptamente, independente do clima, com “chuva, vento, geada”.<sup>180</sup> Quem era carregador de toras, ou seja, quem trabalhava diretamente na derrubada e arrasto das toras do interior da floresta até as margens dos ramais ferroviários, não tinha folga, pois “trabalhavam direto, domingo e tudo”.<sup>181</sup> Mesmo quando um trabalhador perdia a vida em consequência de um acidente, seu corpo não era imediatamente conduzido até a sede da empresa, “eles colocavam o morto em cima das toras e trazia quando o trabalho terminava, no final do dia”.<sup>182</sup>

### **2.1.1 Os Guinchos e a “colheita do dólar”**

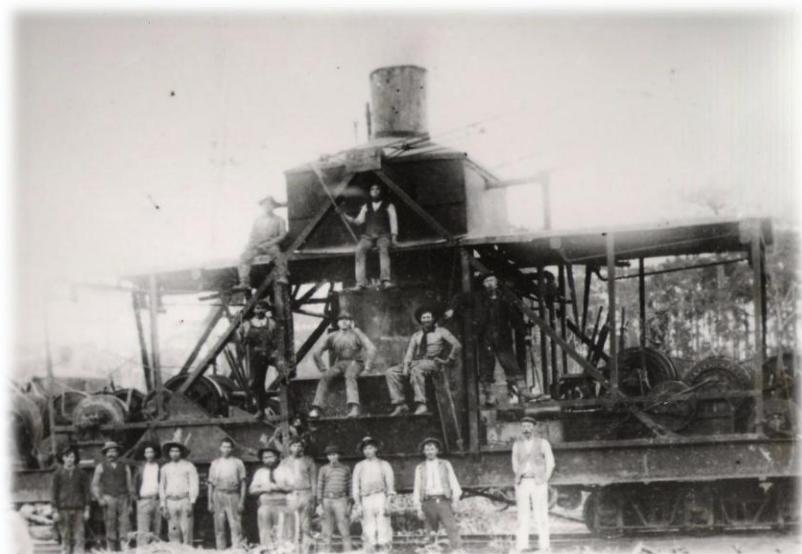
“Com o tempo a locomotiva teve de ir buscar as toras cada vez mais longe, auxiliada pelos guinchos a vapor,

<sup>180</sup> Entrevista Leopoldo Padilha, de 96 anos. Três Barras - SC, 03 de setembro de 2005.

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Entrevista Eduardo Wachinski, 90 anos. Alto das Palmeiras. Canoinhas - SC, 08 de julho de 2012.

que arrebatam das florestas as toras já cortadas e as trazem, meio pelo ar, em tremendos safanões e numa zorrada infernal, destruindo e derrubando árvores e arbustos que lhes estejam à frente como um novo tank, a cuja retaguarda se abre uma clareira de alguns metros para os depositar no vagão com a facilidade e a presteza com que se podia movimentar um saco de algodão”.<sup>183</sup>



**Imagem 8: Turma de trabalhadores ao lado de um dos guinchos da companhia *Lumber* utilizado para a extração da madeira nas matas, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

Após a derrubada das toras, era necessário retirá-las do meio da mata e transferi-las até a serraria da *Lumber*, que poderia estar a dezenas de quilômetros da área de extração.

Inicialmente, as toras eram removidas até a beira dos trilhos do ramal ferroviário. Para isso, a empresa utilizava máquinas extremamente potentes, seus guinchos. Eram instrumentos impressionantes a compor o processo industrial da *Lumber*. Tendo como combustível o vapor comprimido, produzido pelas caldeiras da própria empresa, operavam sobre carros de trens

<sup>183</sup> O Democrata, 14 de junho de 1919, *op. cit.*

que se locomoviam pelos ramais ferroviários até os pontos de extração. Estes guinchos possuíam enormes engrenagens e roldanas, o que possibilitava a utilização de poderosos cabos de aço.

Tais cabos tinham comprimentos variáveis, podendo atingir até quinhentos metros de comprimento.<sup>184</sup> É importante salientar que um mesmo guincho possuía mais de um cabo de aço, o que permitia um ritmo acelerado de apresamento e arrasto das toras.

O operário João Olykseczek, um jovem ucraniano de 22 anos de idade, empregado no serviço das matas, era responsável pelo engate do cabo de aço às toras. No dia 02 de setembro de 1931, ele trabalhava junto ao Guincho n.º 4, na localidade de Caraguatá, quando, próximo a hora do almoço, ele foi vítima de um acidente de trabalho.

Assim foi descrito o ocorrido:

“Quando trabalhava no dia 02 do corrente mês, pelas 11h30minh, foi vítima de um acidente no trabalho, ocasionando-lhe fratura do braço direito, em consequência de lhe ter caído sobre o mesmo um galho de árvore, motivado pelo puxamento de toras para o ponto de embarque, sendo por isso para aqui conduzido, onde se acha em tratamento. Disse ser casado com Neuva Catarina Olykseczek, (...) tem um filho de nome Orbax, com dois anos de idade, vivendo todos às suas expensas”.<sup>185</sup>

Esse tipo de acidente era bastante comum. O arrasto das toras resultava na destruição de toda a mata que estivesse em seu caminho e, muitas vezes, galhos e pedaços de árvores atingiam as turmas de trabalhadores, mutilando ou ocasionando o óbito.

O operário Olykseczek permaneceu sessenta dias em tratamento e, ao final desse período, um novo exame demonstrou uma redução do movimento de torção do braço. Ele não pôde retornar ao trabalho que desenvolvia até então, e teria dificuldades para adaptar-se a outra profissão. Na escritura pública, do acordo firmado entre a *Lumber* e o acidentado, o diretor

<sup>184</sup> O Democrata, Ano I, n.º 48. Canoinhas, edição de 25 de Outubro de 1919. BPESC. Inúmeros autores já atribuíram diferente capacidade ao guincho, com variações ao alcance de seus cabos de aço. Certamente estes cabos tinham comprimento variável, conforme as necessidades de extração da empresa. Nos casos em que os cabos de aço atingiam até quinhentos metros de comprimento a partir dos trilhos, a área total abrangia mil metros quadrados em cada ponto de extração.

<sup>185</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Olykseczek. Três Barras, 02 de setembro de 1931, p. 02. AHMC.

gerente da Companhia, Henry Weinmeister, afirmou que “o acidente ocorreu em consequência de ter caído sobre o mesmo um galho de árvore motivado pelo puxamento de toras para o ponto de embarque”<sup>186</sup> e, mais adiante, subestimou a gravidade dos ferimentos, “levando em conta a idade, robustez, inteligência, facilidade de adaptação ao mesmo serviço ou a qualquer outro trabalho e a pouca importância da redução de incapacidade sofrida”<sup>187</sup>. Certamente a redução de 15% nos movimentos do braço direito, identificada pelo exame realizado pelo médico da própria empresa, teve grande importância para a vida do jovem trabalhador durante as décadas seguintes.

Velazo Calisto, 26 anos de idade, recém-chegado de Tijucas Grande, morava no Campo do Aleixo, um dos acampamentos da *Lumber*. Ele e sua turma de trabalho, formada por cerca de dez homens, abraçavam-se ao cabo de aço e o arrastavam até o local em que as toras jaziam, abatidas anteriormente por outras turmas de trabalhadores.<sup>188</sup> Exercia a função de engatador de toras e recebia uma diária de 6\$700, dinheiro que, além do seu sustento, era dividido com seus pais que continuavam em sua cidade natal e com os quais moravam seus irmãos e irmãs solteiras.<sup>189</sup>

Exercendo a função de engatador de toras, era o responsável por prender o cabo de aço as árvores que já estavam ao chão. A turma de trabalhadores abraçava-se ao cabo de aço, usando os seus próprios corpos, especificamente seus ombros para alavancar e arrastar o cabo pelo interior da floresta até o ponto onde as toras jaziam.<sup>190</sup> Ali, através de amarras, fixavam o cabo a uma das extremidades da tora. Em seguida era dado o sinal – normalmente com o chefe de turma levantando o braço ou produzindo um sinal sonoro, um assobio ou um grito – de arrasto ao manobrista do guincho. Este, através do sistema de alavancas, movimentava o cabo que arrastava a tora até o leito do ramal ferroviário.

---

<sup>186</sup> Idem, p. 05.

<sup>187</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>188</sup> O corte das toras em meio à mata dependia da utilização de um instrumento até então desconhecido na região do planalto contestado, a chamada “serra americana”. Um instrumento de corte que poderia ter até quatro metros de comprimento e cuja tração era realizada por dois trabalhadores, que em cada extremidade da serra realizavam movimentos articulados de ida e volta cuja tração sobre a madeira resultava no corte de grandes toras em poucos minutos. A denominação ‘serra americana’, ainda é utilizada pelos moradores do planalto para referirem-se a esse instrumento, exatamente por ter sido introduzida na região após a chegada da *Lumber Company* e de seu aparato industrial.

<sup>189</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Velazo Calisto. Três Barras, 29 de Outubro de 1924. AHMC, p. 08.

<sup>190</sup> Informações extraídas do filme-documentário da *Lumber*.



**Imagem 9: Guincho da companhia em trabalho de arrasto das toras do interior da mata até a margem dos trilhos, s/d. Imagem digitalizada que compõem o acervo do MTB.**

Velazo e sua turma aguardavam pelo deslocamento da tora, retornavam caminhando e repetiam o processo. No dia 29 de outubro de 1924, por volta das 15h30min, ele estava trabalhando nas matas e havia engatado o cabo de aço do guincho a uma tora de imbuia. Quando esta foi arrastada, passou sobre outras árvores, às quais se partiram e, devido ao impacto, derrubaram alguns galhos sobre Calisto. Não houve testemunhas do acidente e a versão oficial foi construída com a ajuda das declarações da vítima e de seus companheiros de trabalho, que o encontraram desmaiado sob alguns pedaços de galhos de árvores.

Em seu depoimento, o trabalhador assim descreveu o acidente:

“Tendo engatado no cabo de aço do guincho uma tora de imbuia e vindo a dita tora caminhando sobre umas galhadas de mato, nada mais se lembra do que ver seus companheiros lhe retirarem debaixo de um galho, em estado mutilado. Disse não ter visto como lhe causara o acidente, mas que, provavelmente, a tora, que era bas-

tante torta, em seu trajeto, arrastou aquele galho, jogando-o por cima do depoente”.<sup>191</sup>

O operário Francisco Lourenço Garcia, colega de trabalho de Velazo, afirmou que não presenciou o acidente por não estar naquele momento no local de trabalho, pois havia ido até um lago próximo para beber água, e somente ao retornar encontrou o colega caído ao solo, preso por uma árvore. Velazo teve ferimentos graves na perna direita, esmagada pela árvore que caiu sobre ela. Após quatro meses em convalescença, apresentou sequelas, com a redução de movimentos da perna ferida.

Francisco Garcia, que fora testemunha no inquérito referente ao sinistro de seu colega, aproximadamente seis meses depois também sofreu um acidente no serviço de engate e arrasto das toras. Esta atividade caracterizou-se pelos elevados riscos, com a incidência de muitos acidentes e graves ferimentos para os trabalhadores. Além de situações em que árvores e galhos caíam sobre as turmas de trabalho, muitas vezes, no momento em que o guincho iniciava o arrasto das toras, o cabo de aço – que era subitamente estendido – atingia os operários próximos. Francisco contava 37 anos de idade quando, no dia 16 de abril de 1925, posicionado ao lado do cabo que adentrava à mata, aguardava seus colegas concluírem o engate de uma tora. Quando o cabo foi puxado abruptamente pelo guincho, estendeu e subiu. Atingiu Francisco no pescoço, levantando-o a quatro metros de altura. O trabalhador teve ferimentos graves sob o queixo e na garganta.<sup>192</sup>

O ex-trabalhador da *Lumber*, Leopoldo Padilha, em entrevista, afirmou que os acidentes de trabalho eram bastante comuns. Segundo ele, principalmente com o “pessoal mais novo” – os jovens – e os novatos no serviço, que desconheciam os segredos da função e acabavam se envolvendo em acidentes:

“[Acidente] costumava acontecer com o pessoal que era mais novo. Uma vez no mato um guri novo começou a trabalhar no primeiro dia eu avisei ele pra não passar por cima do cabo, mas não adiantou. Um dia ele passou por cima na hora em que o guincho puxou o cabo, pegou ele no meio das pernas e jogou longe”.<sup>193</sup>

<sup>191</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho de Velazo Calisto *op. cit.*, p. 06.

<sup>192</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Francisco Lourenço Garcia. Três Barras, 16 de abril de 1925, p. 05. AHMC.

<sup>193</sup> Entrevista Leopoldo Padilha, *op. cit.*

Certamente, a inexperiência não foi o elemento precípua para o acidente de Francisco, um homem de meia idade e há seis meses trabalhando na mesma função. O manobreiro do guincho, Francisco Mayeski, assim descreveu o acidente do colega:

“Ontem, quando ele depoente manobrava o guincho de puxar toras da Companhia *Lumber* em que ele depoente é maquinista operário, na ocasião em que tendo puxado uma das toras, e recolhido ao depósito, foi necessário manobrar o cabo em retorno rapidamente, foi quando recebeu o sinal de parar ao que atendeu. Perguntando ele depoente ao empilhador de toras qual era o motivo de fazer parar o guincho, lhe foi respondido que o operário Francisco Lourenço Garcia que ali exercia o encargo de engatador de toras, fora colhido pelo cabo do guincho causando-lhe ferimentos no pescoço. Chegando ele depoente ao local do sinistro viu que a vítima apresentava ferimentos no pescoço sendo recolhido ao Hospital de Três Barras”.<sup>194</sup>

Francisco Garcia ficou internado no hospital da *Lumber* durante o período de trinta dias, ao término do qual recebeu alta, segundo o laudo médico, “completamente curado e apto para o serviço, sem qualquer incapacidade resultante do mesmo acidente”, ou seja, não recebeu qualquer indenização, apenas as meias diárias – metade do salário referente ao período em que ficou hospitalizado. O médico da empresa, Oswaldo de Oliveira, não considerou a perda definitiva da capacidade de fala como um empecilho para o trabalho a ser desenvolvido nas matas por Francisco.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho de Francisco Lourenço Garcia, *op., cit.* p. 13.

<sup>195</sup> *Idem*, p. 22.



**Imagem 10: Embarque de vagões com toras na mata. O trabalho era efetuado com a ajuda de guinchos movidos a vapor comprimido, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

O trajeto entre o local do abate até a beira do trilho era completamente devastado. A passagem das toras, com muitos milhares de quilos, uma a uma, ceifava a vida de tudo o que se encontrava naquela área: árvores menores, como os ervais nativos, espécies economicamente não interessantes e, inclusive, muitos dos trabalhadores ali presentes.<sup>196</sup>

Novamente o texto crítico e incisivo de Crispim Mira auxilia na reconstrução de algumas minúcias do processo industrial da companhia:

“Sabem quase todos o que é um pinheiro, uma imbuia, um louro ou uma cabriúva. Pois bem. O guincho apanha qualquer desses gigantes (...) puxando-o por cabo de aço, rapidamente, e o coloca, em toros brutos, sobre o vagão que conduz à serraria. E, no percurso, nada fica de pé, sendo as madeiras novas e a erva mate quebradas ou desarraigadas (...) o *rapador* que fica no ex-

---

<sup>196</sup> Nessa etapa do processo industrial ocorria o maior número de acidentes de trabalho, resultado e expressão do alto risco envolvido nas atividades das matas.

pressivo dizer do caboclo. É uma calamidade!”<sup>197</sup> [Grifo meu].

Após o seu trajeto devastador, deixando atrás de si apenas um rastro de destruição, as árvores sem vida chegavam à margem dos trilhos, onde estava o guincho. Ali, eram içadas e empilhadas ao longo do ramal ferroviário pela ação dos trabalhadores responsáveis pela empilhação das toras.

Um desses trabalhadores era Miguel Guergond. Ele havia emigrado para o Brasil ainda no ventre de sua mãe, Catharina. Nascera em 1909, no navio, durante a viagem entre a Áustria e o Rio de Janeiro. Devido a esse fato, em seus registros, o item ‘nacionalidade’ sempre era complementado por ‘incerta’. Dona Catharina e o marido, Martins Guergond moravam na colônia Vera Guarani, no Paraná.<sup>198</sup> De lá, Miguel partiu em direção a Três Barras, em busca de seu primeiro trabalho fora da lavoura, conseguindo emprego na *Lumber*. Ele era um jovem com pouco mais de 18 anos de idade, solteiro, e morava no acampamento Bugre. No dia 1º de setembro de 1927, Miguel trabalhava no ramal 250, no Bugre, perto do acampamento onde morava. No momento em que executava a empilhação das toras, encaixando-as com o auxílio do guincho, uma delas resvalou. A pesada tora foi de encontro ao corpo do jovem, atingindo-o e causando graves ferimentos.<sup>199</sup>

O operário de origem russa Carlos Posansky, de 19 anos de idade, engatador de toras, vizinho e companheiro de trabalho de Miguel, declarou que ouviu o “grito de alguém junto à pilha, verificou que o operário Miguel Guegond fora vítima de um acidente no trabalho, causando-lhe esmagamento da perna esquerda em consequência da pancada recebida por uma tora que se desprendera”.<sup>200</sup>

Três dias depois, em 04 de setembro de 1927, por volta das 07h00min da manhã, o jovem trabalhador faleceu, vítima da hemorragia causada pelo esmagamento da perna e parte do tórax.

Após as toras estarem empilhadas ao lado dos trilhos, a etapa seguinte consistia na transferência, também pela ação dos guinchos, das pilhas para os vagões do trem que aguardava o carregamento. Cada tora era presa

<sup>197</sup> O Democrata, 14 de junho de 1919, *op. cit.*

<sup>198</sup> A colônia Vera Guarani compõe o atual município paranaense de Mallet, cerca de cem quilômetros a noroeste de Três Barras.

<sup>199</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Miguel Guergond. Três Barras, 1º de setembro de 1927, p. 03. AHMC.

<sup>200</sup> Idem, p. 08.

pelas duas extremidades, levantada na posição horizontal e depositada sobre os carros do trem.

Após o término do carregamento das toras nos vagões, estes eram engatados um a um na locomotiva que os conduziria até a serraria. O trabalhador Mariano Puschinsky, incumbido da função de manobreiro dos trens, era responsável por executar o engate dos carros de toras ao comboio de serviço que partia das matas para a serraria. No dia 28 de abril de 1930, por volta das 19h00min, quando, no outono, a noite já engolira os sertões do planalto, enquanto Mariano engatava carros com toras, sua mão direita ficou presa entre os para-choques de dois carros, resultando no esmagamento de três de seus dedos. Mariano era um jovem polonês de vinte e um anos de idade, solteiro, morava no acampamento Bugre, enquanto sua mãe, viúva, permanecia na colônia Vera Guarani, no Paraná. Oficialmente ele trabalhava nove horas por dia, porém, o fato de ainda estar em serviço no início da noite é um indício de que cumpria uma jornada de até doze horas diárias, pois os trabalhos iniciavam-se, invariavelmente, por volta das 07h ou 07h30min.<sup>201</sup>

Situação análoga enfrentou o trabalhador Ignácio Mikalski. Ele também era engatador dos carros dos trens e, no dia 25 de fevereiro de 1938, aos 28 anos de idade, sofreu um acidente de trabalho. Sua mão direita ficou presa entre os carros de toras quando ele realizava o seu engate. O acidente resultou no esmagamento do seu dedo polegar da mão direita. O chefe imediato do acidentado afirmou que “No engatar dos carros de toras atingiram a mão direita *moendo* o dedo polegar”.<sup>202</sup> A amputação do dedo foi inevitável.

Quanto às matas e à terra, das quais milhares de sertanejos dependiam para conquistar sua subsistência, onde desenvolviam suas práticas sociais e culturais, eram sistematicamente arrasadas, “como se por ali houvesse passado um ciclone ou titânico arado, rasgando o solo para a colheita do dólar”.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Mariano Puschinsky. Três Barras, 28 de abril de 1930, p. 06. AHMC.

<sup>202</sup> Idem, p. 06.

<sup>203</sup> O Democrata. Canoinhas, edição de 25 de Outubro de 1919, *op. cit.*

## 2.2 O transporte: trabalhadores, equipamentos e matéria-prima.



**Imagem 11: Locomotiva da companhia com foguista, manobreiro e maquinista, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

A *Lumber* demandava de intensa movimentação de trens para tornar viável a extração de madeira em matas cada vez mais distantes, bem como o transporte para beneficiamento na serraria de Três Barras. Além disso, os trens também transportavam mantimentos – inclusive com armazéns, que disponibilizavam os gêneros básicos para os acampamentos móveis – equipamentos, erva-mate, madeira beneficiada, e os próprios trabalhadores da empresa. A ampla capacidade de transporte da matéria-prima em tempo reduzido foi um dos principais fatores responsáveis pelo ritmo acentuado de trabalho, elevando o nível de produção da empresa:

“Tudo é mecânico e rápido na enorme serraria de Três Barras. Abastecidas e reabastecidas de pressão pela caldeira motriz da fábrica, as locomotivas partem ve-

lozmente para o interior do mato, de onde voltam com grandes fileiras de carros atulhados de toras...”<sup>204</sup>

Nas turmas alocadas nos trens da *Lumber*, havia três trabalhadores: o foguista, o responsável por cuidar do vapor comprimido, da temperatura e do funcionamento da locomotiva; o maquinista, responsável pelo movimento, condução da máquina e supervisão do pessoal; e o manobreiro, aquele encarregado pelas manobras dos trens, engate e desengate dos carros junto à locomotiva e manobras dos guinchos e vagões.<sup>205</sup>

Como exposto anteriormente, a estrutura industrial da *Lumber* fundamentava-se no princípio do transporte rápido de consideráveis quantidades de matéria-prima, equipamentos e trabalhadores. Os trens também eram imprescindíveis para a manutenção dos trabalhos nas matas, realizando o transporte dos trabalhadores até o local de extração, das toras abatidas até a serraria e efetuando o reabastecimento do tanque de vapor do guincho de toras. Esta era a função dos trabalhadores da Máquina N.º 11. No dia 29 de janeiro de 1927, quando, ainda pela manhã, a locomotiva partiu da serraria da *Lumber*, nela o manobreiro João Alaburo, operário de origem polonesa de 23 anos de idade, engatara, com a ajuda de outros trabalhadores, um carro no qual estava embarcado um tanque de vapor comprimido. Este tanque deveria ser transportado ao serviço das matas para reabastecer um dos guinchos que içavam as toras abatidas. Por volta do meio-dia e meia, na altura do quilômetro 291 do Ramal das Matas, próximo a um corte – uma espécie de barranco aterrado para servir de base para novos trilhos – o carro tanque descarrilou. Os operários que viajavam nos demais carros do trem tentaram avisar o maquinista para parar a máquina, ao que não houve resposta, já que o trem estava em movimento numa curva da linha, o que impediu a comunicação. O carro que conduzia o tanque descarrilou e foi de encontro ao corte. Estanislaw Lascosky, operário polonês empregado na função de manobreiro, ficou preso embaixo do carro. Dali foi retirado já sem vida.<sup>206</sup>

---

<sup>204</sup> O Democrata, 14 de Junho de 1919, *op., cit.*

<sup>205</sup> Essas informações foram coletadas através da análise de diferentes processos por acidente de trabalho.

<sup>206</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Estanislaw Lascosky. Três Barras, 29 de janeiro de 1927, p. 13. AHMC



**Imagem 12: Tanque semelhante ao que causou a morte do operário Estanislau Lascosky, s/d. Imagem digitalizada. Museu de Três Barras.**

A agilidade no transporte de vastos contingentes de trabalhadores era fundamental para manutenção do processo industrial. Mesmo aqueles operários que estavam empregados no serviço das matas e moravam em acampamentos da companhia, eram transportados pela manhã em trens até o local de extração das toras, muitas vezes montados sobre toras ou equipamentos.<sup>207</sup> Da mesma forma, o trabalhador dependia do trem para retornar do trabalho, fosse para o acampamento ou para a vila de Três Barras.

No dia 07 de novembro de 1938, o operário Ludovico Schmichek, filho de austríacos, nascido no Brasil, 19 anos de idade, solteiro e empregado como trabalhador braçal, sofreu um acidente quando retornava do serviço. Encontrava-se num trem carregado, sentado próximo a locomotiva, a qual emanava muito calor. Para tentar afastar-se da máquina, Ludovico saltou para o primeiro carro engatado na locomotiva. Nesse exato momento a máquina “deu um soco”, e o jovem trabalhador caiu entre ela e o carro.

---

<sup>207</sup> Informações recorrentes em diferentes processos analisados.

Ludovico teve graves ferimentos e não resistiu, vindo a falecer doze horas depois.<sup>208</sup>

Muitos trabalhadores que eram responsáveis pela logística costumavam pegar uma carona com os trens até o local de trabalho. Foi o que ocorreu com o cozinheiro Thomas Yuck. Ele era paranaense, tinha 18 anos e para executar sua função necessitava chegar aos locais onde as turmas de trabalhadores estavam envolvidas com a derrubada e o arrasto das toras. Os operários das turmas costumavam levar a comida de casa, numa espécie de marmita, que era preparada de madrugada e reaquecida por volta do meio-dia, ou no horário de parada definido para cada turma. Thomaz Yuck era encarregado de esquentar as marmitas dos operários e cozinhar algo para ser oferecido, normalmente arroz.<sup>209</sup> No dia 16 de dezembro de 1929, por volta das 14h o cozinheiro retornava para sua casa no acampamento Bugre, em um trem de condução de toras. Ao aproximar-se de sua residência, saltou do trem em movimento, sem solicitar ao maquinista que fizesse o trem parar. O jovem caiu sob as rodas do trem, perdeu dois dedos e a parte externa do pé esquerdo.

A grande maioria dos trabalhadores empregados nas matas chegava aos locais de trabalho, e retornava deles, embarcados nesses trens.

Assim começa mais um dia para uma turma de trabalho a serviço da *Lumber Company*, e que também morava no Acampamento Bugre, um dos maiores, distante cerca de quinze quilômetros da sede da empresa. Era mês de fevereiro, e naquele dia de verão o trabalho pesado seria acompanhado pelo calor insuportável, como costuma acontecer no auge dos verões do planalto contestado. Por volta das 06h da manhã, o sol já despontava por entre as araucárias, enquanto o operário Manoel de Oliveira e seus colegas aguardavam o transporte para o local de trabalho. Embarcariam num trem próximo ao acampamento, o qual, mais tarde, retornaria carregado com as toras abatidas. O trem surge, os operários Afonso Augusto, João de Souza e Alberto Choutska, colegas de Manoel, sobem no trem, que reduziu a velocidade, porém não parou por completo. No momento em que Manoel executa a mesma manobra, escorrega e é colhido pelas rodas dos carros:

“(...) Manoel de Oliveira, disse que é empregado como operário da Companhia *Lumber* no carregamento de toras no serviço das matas, e que hoje, pelas 06h da ma-

<sup>208</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Ludovico Schmichek. Três Barras, 07 de novembro de 1938, p. 07. AHMC

<sup>209</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Thomas Yuck. Três Barras, 16 de dezembro de 1929, p. 04. AHMC.

nhã, quando procurava embarcar no trem que faz o serviço de condução, escorregando deixou-se prender pelas rodas de um dos vagões, causando-lhe os ferimentos que apresenta. Seu salário é de 7\$650 réis, ou seja, 850\$ réis por hora, para nove horas de serviços diários”.<sup>210</sup>

Apesar de ter chegado consciente ao hospital da companhia, em Três Barras, o operário faleceu poucas horas mais tarde, em consequência dos graves ferimentos que recebera por todo o corpo. Mesmo consternados com a gravidade do acidente, os demais operários seguiram para o serviço das matas.<sup>211</sup>

Victor Franczak era mais um jovem operário de origem polonesa. Analfabeto, trabalhava na *Lumber Company* como engatador de toras no serviço das matas. Seu pai, lavrador, permaneceu morando na colônia Vera Guarani, enquanto o rapaz vivia no Acampamento Bugre. No dia 23 de julho de 1930, Victor viajava em um carregador de toras, um dos muitos carros do trem que eram deslocados para a mata com o intuito de recolher as toras já prontas para embarque. O trem seguia pelo ramal principal da empresa quando, próximo da localidade de São João, Victor saltou do trem em movimento com o propósito de recolher uma casca de pinheiro que estava sobre o leito da linha. Ele desequilibrou-se e foi atropelado pelas rodas do carregador. O rapaz teve ambas as pernas completamente esfaceladas e, por conseguinte, amputadas. Após cinco longos dias excruciantes no hospital da empresa, Victor Franczak faleceu durante a noite do dia 27 de julho de 1930.

---

<sup>210</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Manoel de Oliveira. Três Barras, 27 de fevereiro de 1924, p. 02. AHMC.

<sup>211</sup> Como afirmado anteriormente, os trabalhadores que faleciam durante o serviço das matas, onde ocorria o maior número de óbitos em função da seriedade dos acidentes, tinham seus corpos transportados para o hospital, junto à sede da empresa, apenas ao final do dia ou quando o trem estava completamente carregado com toras para seguir até a serraria. Enquanto isso, o cadáver permanecia aguardando o término do processo de extração da madeira.

### 2.3 O beneficiamento da madeira



**Imagem 131: Vista parcial da serraria da *Lumber*. Imagem digitalizada. MTB.**

Após o carregamento das toras em algumas dezenas de vagões e de uma viagem que poderia atingir algumas dezenas de quilômetros, o trem chegava ao pátio da serraria. Ali, os vagões eram desengatados e, um a um, conduzidos através de quatorze pequenos ramais.<sup>212</sup>

O operário João Minervino trabalhava como manobreiro dos trens de toras, nas proximidades do engenho de serrar da *Lumber* quando, no dia 09 de abril de 1931, por volta das 07h30min, foi vítima de um acidente de trabalho. Segundo seu colega, o operário polonês Vitor Kusek:

“Uma das máquinas da referida Companhia manobrava com os carros carregados de toras nas proximidades do engenho de serra e, em dado momento, os referidos carros que faziam a composição daquele comboio tomaram certa velocidade, indo de encontro aos outros carros que já se achavam desligados. Para evitar um forte choque, o manobreiro João Minervino procurou brecá-los, sendo então apanhado pelas rodas dos vagões, recebendo também forte pancada na cabeça produzida pelos carros ou toras que se achavam carregadas no dito vagão. O acidente foi rápido, não podendo ele respondente prestar-lhe socorro a não ser depois do

<sup>212</sup> Mapa das Instalações da Companhia *Lumber*, consultado no Museu de Três Barras.

acidente ocorrido que, recolhendo a vítima em seus braços e em companhia de outros operários que também ali se achavam recolheram João ao hospital da Companhia”.<sup>213</sup>

João tinha 28 anos de idade e era natural de Tijucas Grande, onde deixara pai, mãe e irmãos para procurar trabalho na *Lumber Company*. Após o acidente, ele passou sete horas agonizando no hospital da empresa, quando, por volta das 14h30min daquele mesmo dia, faleceu. Manoel Madeira, outro colega de João, arrolado como testemunha, afirmou que não presenciou o acidente, mas que

“Quando chegou aos serviços da Companhia *Lumber* onde trabalha como operário de conservação de linhas soube que ali havia se dado um acidente no trabalho do qual foi vítima o operário João Minervino que, recebendo graves ferimentos, veio a falecer no mesmo dia no hospital. Embora não tivesse presenciado o acidente, viu os vestígios que deixara no leito da linha, encontrando-se ali grande quantidade de *sangue e farrapos* de roupas que pertenciam à vítima”.<sup>214</sup> [Grifo meu].

Após a chegada ao pátio da serraria, as pequenas linhas ferroviárias conduziam os vagões carregados de toras até uma esteira, uma espécie de elevador, que as transportavam para dentro do engenho. O trabalho de retirá-las dos vagões e colocá-las sobre a esteira era realizado por um grupo de três operários, com a ajuda de um pequeno guincho que içava as árvores e as colocava sobre um compartimento inclinado, de onde rolavam, uma a uma, para a esteira, através da qual, subindo, adentravam o engenho. No alto desta esteira dois jatos de água ininterruptos atingiam as toras, ao mesmo tempo lavando-as e encharcando-as, o que deixava a madeira menos rígida e facilitava o processo de serragem.

---

<sup>213</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Minervino. Três Barras, 09 de abril de 1931, pp. 05-6. AHMC.

<sup>214</sup> Idem, p. 12.



**Imagem 14: Chegada das toras à serraria da Lumber. Imagem digitalizada, s/d. MTB.**

As esteiras que conduziam as toras para dentro da serraria precisavam estar desobstruídas, para evitar que uma casca ou outro fragmento impedisse o bom funcionamento das correias do equipamento. Um dos trabalhadores responsáveis pela limpeza da praça de descarregamento era Stefano Novacoski. Imigrante polonês, Stefano já contava com seus sessenta e três anos de idade, era viúvo, analfabeto e morava em Três Barras. Por volta das 16h do dia 28 de julho de 1925, ele estava envolvido com seu trabalho quando uma das toras – no momento em que era posicionada na esteira – rolou e atingiu-o. Seu colega de trabalho, também imigrante polonês Antônio Novack, que igualmente trabalhava na seção de descarga de toras para o engenho de serra, afirmou que “sentiu gemidos”, tendo então notado que Stefano estava caído sob uma pesada tora de imbuia, com ferimentos na cabeça. Stefano teve traumatismo craniano na região frontal, o qual se estendeu de uma a outra arcada superciliar. Ele apresentou uma grave hemorragia e teve perda de massa encefálica. Seu estado era crítico, e o laudo médico asseverava haver risco de morte do trabalhador no dia de sua internação, afirmando que seriam necessários sessenta dias para a sua recuperação. No entanto, Stefano recebeu alta do hospital da companhia no dia 16 de agosto, menos de um mês após o acidente, e segundo o novo lau-

do, “completamente curado e apto para exercer o seu trabalho, sem qualquer diminuição de capacidade”.<sup>215</sup>

Francisco Mayeski foi mecânico da serraria da *Lumber* até o dia 13 de dezembro de 1923. Nesse dia, o polonês de 33 anos, casado e morador do distrito de Três Barras, não pôde mais continuar na função que lhe rendia a diária de 11\$000, bastante alta para os padrões da companhia naquele período. Ele tentava auxiliar outro trabalhador a retirar uma tora de imbuia da esteira para ser rolada até o ‘carro de serrar’, onde a tora era afixada por braços mecânicos.

“[As] toras, atiradas, em alguns minutos, junto da correia condutora que as leva suavemente, em posição horizontal, para os tablados em plano inclinado, à esquerda e à direita, próximo das serras circulares, cuja ação contínua no cortar, operou uma verdadeira revolução na indústria da madeira pelo notável adiantamento do trabalho”.<sup>216</sup>

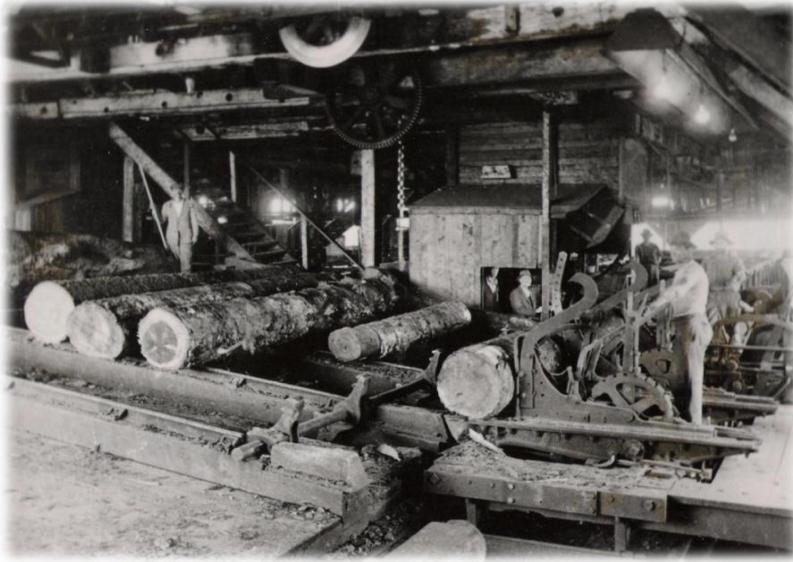
O carro realizava movimentos contínuos e coordenados, pressionando a tora contra a serra circular em movimento, transformando-a em tábuas. Exatamente “neste momento, uma peça que damos o nome de ‘macaco’, apertou-lhe dois dedos da mão esquerda, ficando um destes completamente esmagado”.<sup>217</sup> Apesar do laudo médico ter afirmado que Francisco conseguiria se adaptar novamente à mesma atividade, ele não retornou ao trabalho de mecânico. Após a recuperação, foi transferido para o serviço das matas, onde passou a trabalhar como manobreiro do guincho, tendo sido arrolado como testemunha de diversos acidentes, tal qual no caso de Francisco Lourenço Garcia, anteriormente analisado.

---

<sup>215</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Stefano Novacoski. Três Barras, 28 de julho de 1925, p. 12. AHMC.

<sup>216</sup> O Democrata, 14 de junho de 1919, *op., cit.*

<sup>217</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Francisco Mayeski. Três Barras, 13 de dezembro de 1923, p. 02. AHMC.



**Imagem 15: Toras rolando em direção a um “carro serrar”, responsável pela transformação das toras em pranchões, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

O ‘macaco’, que feriu Francisco Mayeski, era o equipamento responsável por auxiliar na movimentação das toras dentro da serraria, e já havia causado outro acidente, em abril de 1922, ferindo o trabalhador Odorico Bueno. Ele era um menino de apenas 13 anos de idade e trabalhava como “pinante condutor de água”, ou seja, ele era o responsável por levar água para os operários do engenho. Recebia uma diária de 2\$500, cerca de um terço do salário de um operário da seção onde trabalhava.

“Ontem, enquanto trabalhava, por cerca das 13h30min aconteceu que procurando atender ao chamado dos operários ele passou defronte ao “Macaco” que prendia as toras para serem serradas. Um dos ferros que baixa e sobe com o movimento da dita serra caiu-lhe sobre o pé esquerdo causando o ferimento que apresenta”.<sup>218</sup>

---

<sup>218</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Odorico Bueno. Três Barras, 18 de abril de 1922, p. 04. AHMC.



**Imagem 16: Um pequeno operário entre a mão de obra da *Lumber*, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

Questionado sobre a existência de mulheres e crianças empregadas na *Lumber*, o ex-operário Leopoldo afirmou que “tinha uma gurizada que era pinante, mas não era mais criança. Eles traziam o balde cheio com água e colocavam no lugar certo, aí o trabalhador vinha e se servia”.<sup>219</sup> Quando este balde ficava vazio alguém chamava o pinante. Esta função era ocupada por jovens com idades entre 12 e 17 anos. Era comum que os jovens fossem contratados por intermédio de algum parente que já trabalhava na empresa: pai, tio ou irmão, que mantivesse um bom relacionamento com os chefes de seção ou com o pessoal do escritório. Odorico fora admitido no ano de 1920, ainda com 12 anos de idade, na seção Cepilhadeira, sendo mais tarde transferido para a Serraria na função de pinante, onde veio a sofrer o acidente. O irmão de Odorico, Vitor Bueno, um rapaz de 19 anos, também havia sido contratado no ano de 1920, e, provavelmente por intermédio de sua indicação, o irmão mais jovem conseguiu ser admitido como aprendiz pela *Lumber*. Vitor retirou-se da empresa em 23 de março de 1921, sendo readmitido no mês de novembro do mesmo ano, desta vez na função de guardião da companhia.<sup>220</sup>

É recorrente a prática adotada por grandes empresas em optar por trabalhadores indicados ou conduzidos por operários já empregados, especialmente parentes. Além de resolver o problema da demanda por mão de obra, esta política informal fomentava a construção de “laços de confiança e res-

<sup>219</sup> Entrevista Leopoldo Padinha, *op. cit.*

<sup>220</sup> Livro de Funcionários da *Lumber*. Consultado no acervo do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras.

ponsabilidade” e reforçava a postura adotada pelos patrões acerca da noção de construção de “uma grande família”.

“A empresa apostava no papel vigilante que familiares e amigos exerceriam um sobre os outros em caso de embates e conflitos no local de trabalho. (...) Entretanto, a contratação de parentes, amigos e conterrâneos podia muitas vezes significar a manutenção e o aprofundamento de lealdades e solidariedades em geral anteriores ao próprio emprego”.<sup>221</sup>

É provável que esta prática dissuadia jovens operários de participar de uma manifestação ou integrar um movimento grevista, afinal, isso implicaria que sei pai, irmão ou parente que havia recebido a confiança dos chefes da empresa ao conseguir sua contratação enfrentasse dificuldades ou até mesmo fosse demitido.

No entanto, a análise diametralmente oposta se apresenta como mais crível. É razoável supormos que a existência de tais laços – de parentesco, vizinhança ou origem étnica – atuariam no sentido de aproximar os trabalhadores no chão da fábrica. Como vimos no primeiro capítulo, nas relações sociais tecidas fora da fábrica, nas atividades laborais (agropastoris, extrativas e comerciais), lúdicas e religiosas havia um grau relevante de liberdade e autodeterminação. Por outro lado, também havia dispositivos de controle que objetivavam conservar o bem-estar e evitar os conflitos, valorizando a vida comunitária. Não parece sensato crer que dentro da fábrica tais relações seriam pulverizadas, sobrevivendo um sentimento de pertencimento em relação à companhia, por mais bem elaborado e atuante que fosse. Vínculos tão fortes certamente suplantariam – por intermédio da solidariedade e pelo compartilhamento da exploração – a tentativa de instauração de elementos como disciplina e vigilância. Os trabalhadores, cientes da política da empresa, mas, também, conscientes de sua condição perante as dificuldades impingidas pelas ações do patrão, poderiam utilizar a estratégia mais adequada a cada momento e a cada dificuldade enfrentada.

Dentro da serraria da *Lumber*, o surpreendente grau de mecanização do processo de beneficiamento e a celeridade com que se desenvolvia, elevavam sobremaneira a exploração sobre a força de trabalho.

---

<sup>221</sup> FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008, p. 107. Paulo Fontes também identificou a predileção da Nitro Química pela contratação de parentes e amigos, bem como a tentativa de construir ‘uma grande família’.

O texto de Crispim Mira, apesar de realizar críticas incisivas à atuação da *Lumber Company*, deixa transparecer certo tom de admiração pelo acentuado nível tecnológico com que a empresa operava e que repercutia especialmente no ritmo de trabalho e na velocidade da produção.

“É formidável, de qualquer modo, a atividade dessa empresa (...). Em trinta segundos mais ou menos o rolo está cortado, o que representa uma média diária de 800 a 826 rolos em oito horas de trabalho. À proporção que vão sendo serradas, as tábuas caem em uma calha onde há uma corrente sem fim e, girando sobre si mesma, as vai levando, uma atrás das outras, para a dependência, onde são assinadas a lápis na passagem, com as classificações 1, 2 e 3, (...) tomando depois o destino da estufa”<sup>222</sup>.

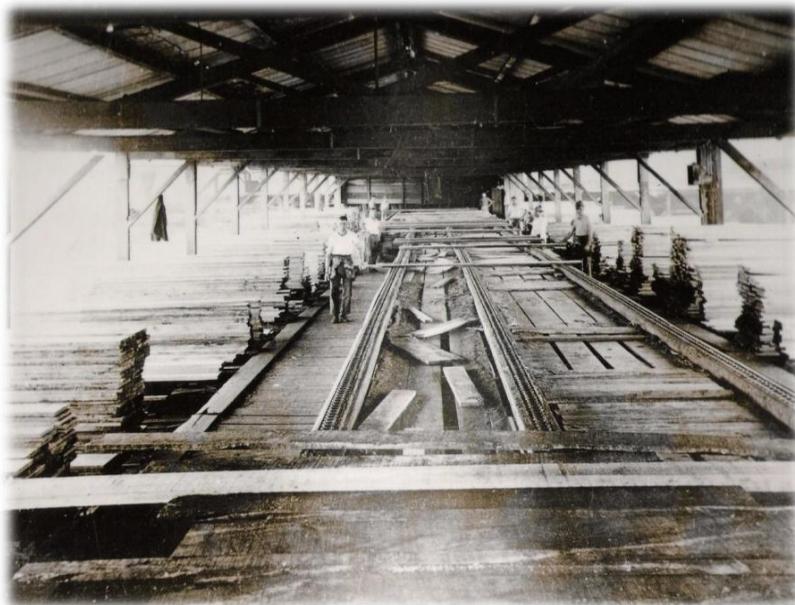
Caberia aos trabalhadores adaptarem-se a esse novo ritmo de trabalho.

### **2.3.1 Empilhação**

Após a saída do engenho, as tábuas eram separadas. Parte seguia para um breve período na estufa, a fim de serem secadas mais rapidamente e prontadas para embarque; outra parte era imediatamente empilhada, mesmo ainda “verde”.

---

<sup>222</sup> O Democrata, 14 de Junho de 1919, *op., cit.*



**Imagem 17: Esteira de distribuição de tábuas recém serradas para a sessão de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

Esta madeira era organizada em forma de pilhas de tábuas sobre pequenos vagões. Estes vagonetes estavam assentados em trilhos dos ramais internos e, quando completamente carregados, eram empurrados até a linha principal, onde havia pequenas locomotivas de empilhação que davam impulso ao vagonete. Assim, em uma velocidade controlável, o operário o empurrava, carregado, até uma das seções da empilhação, um labirinto com pilhas altas de madeira serrada que esperavam embarque.



**Imagem 18: Vista parcial do setor de empilhação da Lumber, ao centro vagonetes carregados com tábuas recém serradas são levados para os estaleiros de empilhação, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

O operário polonês Ludovico Rosalinski, empregado na seção Empilhação, desenvolvia esta função, era vagoneteiro. No dia 10 de novembro de 1920, ele e outros operários trabalhavam na distribuição e empilhação da madeira recém serrada. Ludovico carregara um vagonete com tábuas e as transportava até o Trapiche n.º 13, onde deveriam ser empilhadas. Logo após o impulso dado por uma das locomotivas, o seu vagonete descarrilou. Ludovico perdeu o equilíbrio e, para não cair ao solo, pulou e agarrou-se a um dos trapiches, o qual se desmanchou. As tábuas tombaram sobre ele.<sup>223</sup>

Leopoldo Kubis, colega de trabalho de Ludovico na mesma seção, afirmou que após perceber o ocorrido, pulou o Trapiche e começou a retirar a madeira que estava sobre Ludovico e, em seguida, chegaram outros companheiros de trabalho que ajudaram a resgatar o acidentado. Ato contínuo, a Máquina N.º 3 transportou Ludovico até o hospital. O operário português Lino Neves, percebeu o acidente quando Leopoldo passou correndo e lhe disse “Vamos, vamos!”, seguiu seu companheiro e ajudou a retirar o ferido

---

<sup>223</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Ludovico Rosalinski. Três Barras, 10 de novembro de 1920, p. 05. AHMC.

debaixo das tábuas e transportá-lo até a Máquina N.º 3. Segundo ele, Ludovico gemia muito e não falava.

O maquinista da Máquina N.º 3, Antônio da Silva e Souza, com 23 anos de idade, natural do estado do Rio, afirmou que:

“(…) foi chamado com sua máquina para dar impulso para dois vagonetes para o Trapiche 13, que os impulsionou, retirando-se. Quando estava mais ou menos a 100 metros de distância deste Trapiche, olhou para trás e viu um vagonete virado sobre o Trapiche. Chegando lá viu diversas pessoas retirarem de cima de Ludovico Rosalinski madeiras verdes, que sobre ele tinham tombado. As pessoas que estavam presentes chamaram um menor que conduz água e deram a Ludovico, e o abanaram com chapéus, da boca e nariz de Ludovico saía sangue”.<sup>224</sup>

As madeiras verdes, ou seja, que não haviam passado pela secagem na estufa, eram significativamente mais pesadas, motivando os graves ferimentos sofridos por Ludovico. Segundo o laudo médico, o operário teve fratura das seis primeiras costelas esquerdas, ruptura pulmonar extensa, traumatismo craniano e foi internado no hospital em estado de coma.

Três horas mais tarde, Ludovico faleceu.

O processo não traz informações pessoais, como idade, estado civil ou local de residência, e foi encerrado abruptamente mediante despacho do promotor ao juiz com o seguinte conteúdo:

“Ao Sr. Juiz Hildebrando da Silva Freire. De acordo com a jurisprudência firmada pelos tribunais de São Paulo, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, requeira a V. Ex., que os presentes autos sejam arquivados até que as partes, isto é, que o operário requeira a assistência de Justiça Pública. Canoinhas, 03 de dezembro de 1920. Airton Monteiro Lemos”.<sup>225</sup>

Por razões bastante óbvias, Ludovico não requereu sua indenização, e não há quaisquer informações acerca de sua família tê-lo feito, ou mesmo se seus parentes foram comunicados do acidente e de seu falecimento.

---

<sup>224</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Ludovico Rosalinski, *op., cit.*, p. 08.

<sup>225</sup> *Idem*, p. 12.

Um acidente menos grave, mas ocorrido no mesmo ponto da produção, feriu o operário Osires de Andrade. Ele tinha 20 anos, era solteiro, natural do Paraná e residia em Três Barras. No dia 07 de julho de 1936, por volta das 20h30min,

“(…) quando empurrava um vagonete carregado com madeira em companhia de outros operários, foi vítima desse vagonete, que passando as rodas sobre o pé direito do declarante, decepou o dedo mínimo e esmagou o anular e médio do mesmo pé, não podendo o declarante andar descalço”.<sup>226</sup>

Osires ficou internado no hospital durante dezenove dias, ao fim dos quais permaneceu mais de um mês sem condições de trabalhar. Quando retornou ao trabalho, não conseguiu se readaptar a função de vagoneteiro. Solicitou sua transferência para outro setor ou, ao menos, para o turno do dia, pois seus pés ficavam muito inchados e os dedos doíam. A solicitação lhe foi negada.

Osires abandonou o trabalho na *Lumber*.

Os estaleiros, ou trapiches – pilhas de tábuas beneficiadas – eram erigidas atendendo a classificação pré-estabelecida, de acordo com a qualidade, a espécie da madeira e o fato de terem sido secadas ou não. Os pequenos vagões transitavam entre as grandes pilhas, ali, as tábuas eram manualmente retiradas e assentadas com certo grau de inclinação, visando facilitar o carregamento posterior dos vagões maiores, os quais efetuariam o transporte da madeira pela ferrovia até os portos.

---

<sup>226</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Osires de Andrade. Três Barras, 07 de julho de 1936, p. 02. AHMC.



**Imagem 19: Trabalhadores formando estaleiros com a madeira recém serrada. Neste pátio aguardavam o transporte para exportação, s/d. Imagem digitalizada. MTB.**

Nessa etapa do processo, trabalhava Bernardo Antônio Nevado, operário português de 60 anos de idade. Bernardo era operário empilhador de madeira e, no dia 11 de julho de 1922, foi vítima de um acidente. Por volta das 14h, trabalhava em companhia de outros operários da empilhação de madeiras secas, quando, em consequência da chegada da máquina de manobras, os mesmos retiraram-se da linha para dar passagem. Eles ficaram aguardando entre a locomotiva de manobras de empilhação e os trapiches de madeira, quando a máquina, ao passar, prendeu em suas rodas uma ripa que estava sobre os trilhos, a qual foi de encontro ao corpo de Bernardo e lhe arremessou contra um dos trapiches.

O operário teve fratura exposta na perna direita, ficou sessenta dias internado no hospital da companhia e, ao final desse período, constatou-se sua incapacidade para o trabalho, com uma perda de cinco centímetros no comprimento de sua perna.

Apesar dos avançados recursos técnicos utilizados no processo industrial da empresa, os trabalhadores eram fundamentais, inclusive no processo de empilhação da madeira beneficiada e na construção dos trapiches. Ali, a madeira ficava à espera do transporte para os portos de São Francisco do Sul e Paranaguá e, posteriormente, para o exterior.



**Imagem 20:** Trem carregado com a madeira da *Lumber* na estação ferroviária de Três Barras, pronto para partir.

### **2.3.2 A fábrica de caixas**

A fábrica de caixas operava em um prédio vizinho à serraria da *Lumber*. Ali eram produzidas caixas de diferentes tamanhos e formatos para transporte de bebida, comida ou outros bens. Além das caixas, outros produtos, como assoalhos e ripas para construção eram preparados neste setor, o qual funcionava com a matéria-prima descartada durante o processo de beneficiamento da madeira e empregava significativo número de operários.

João Lada trabalhava ali, na função de serrador, operando uma serra de ripa, usada para cortar os pedaços menores e mais finos de madeira, de modo que ficassem padronizados para a montagem das caixas e demais produtos. Havia um horário diferenciado de funcionamento, com dois turnos, além do diurno, um noturno, pois a iluminação interna permitia que os trabalhos adentrassem a noite. E foi na noite de 07 de junho de 1928, por

volta das 21h, que João sofreu um acidente de trabalho.<sup>227</sup> Ele tentou remover um pedaço de madeira que ficara preso na serra circular, a qual atingiu sua mão direita, decepando seu dedo polegar, além de partes dos dedos indicador e médio.

Oito anos depois, no mesmo ponto do processo, o operário polonês Miguel Botwina, empregado como aparelhador de madeira, então com 54 anos de idade, foi atingido por uma correia que arrebentou e atingiu seu rosto. Miguel perdeu a visão do olho esquerdo.<sup>228</sup>

Após transitar pelo setor de corte, a madeira que seria transformada em caixas chegava aos trabalhadores que se dedicavam ao trabalho de montagem. O operário dependia de sua habilidade e agilidade para montar a caixa dentro do tempo pré-estabelecido e assim não perder a chegada de novos pedaços de madeira para a montagem da próxima caixa.

Theodolino de França era empregado nesta função, montando as caixas. Ele era um jovem de 18 anos, recebia cerca de 3\$000 réis diários e, no dia 15 de dezembro de 1928, por volta das 13h 30min, sofreu um acidente, quando um barbante que estava amarrado ao eixo do cepilho de caixas atingiu sua mão direita. Em seu depoimento, o jovem operário afirmou que “o produto de seu trabalho é em benefício de seus pais que são pobres”.<sup>229</sup>

Após as caixas estarem montadas eram então embaladas, normalmente em forma de feixes, ou seja, um conjunto de caixas preso por um arame, facilitando assim o transporte do produto acabado.

O operário Januário Alvarenga, paulista, casado, com 52 anos de idade, era embalador de caixas e, no dia 08 de maio de 1929, por volta das 14 horas, um arame usado para prender as caixas atingiu seu olho esquerdo. O chefe de Januário, o feitor da Fábrica de Caixas, Casimiro Bugalsky, disse que não viu quando o acidente aconteceu, mas percebeu que “fez a vítima derramar sangue pelo lugar em que dissera ter sido apanhado pelo referido arame”.<sup>230</sup>

Após serem montadas, enfeixadas e empilhadas, as caixas eram carregadas em vagões, engatados a uma locomotiva e despachadas pela via férrea, principalmente para o porto de São Francisco do Sul.

<sup>227</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Lada. Três Barras, 07 de junho de 1928, p. 04. AHMC.

<sup>228</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Miguel Botwina. Três Barras, 31 de julho de 1936, p. 06. AHMC.

<sup>229</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Theodolino de França. Três Barras, 15 de dezembro de 1928, p. 12. AHMC.

<sup>230</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Januário Alvarenga. Três Barras, 08 de maio de 1929, p. 07. AHMC.

Alfredo Alves era manobreiro da locomotiva da empilhação da *Lumber* e tinha 23 anos quando, no dia 06 de junho de 1927, por volta das 10h30min, ao executar manobras nos trens da companhia, no serviço de engates, ficou com a mão esquerda presa entre dois batentes da máquina e de um carro carregado com caixas. Alfredo afirmou que tinha às suas expensas “sua mãe, uma irmã e seus avós pobres” e, segundo o maquinista da locomotiva, Pedro Schünel, o acidente foi imprevisto “devido ao chão achar-se molhado e liso” e, por isso, “não houve dolo e nem malícia de seus patrões”.<sup>231</sup>

A fábrica de caixas operou durante praticamente todo o período de existência da *Lumber*, mesmo após esta ter sido estatizada por Vargas e, posteriormente, transferida ao controle do Exército.<sup>232</sup> No dia 07 de julho de 1948, o operário Sizenando Naizer, empregado como circuleiro, ou seja, operador da serra circular da fábrica de caixas, teve perda de parte do dedo indicador da mão direita quando este foi atingido pela serra. Ele contava com seus 33 anos de idade, era casado e trabalhava na empresa há quinze anos. O médico responsável pelo tratamento de Sizenando foi Oswaldo Segundo de Oliveira, filho daquele que ocupara a mesma função desde o ano de 1911. Agora, a sede da empresa encontrava-se na capital federal, não mais no Estado do Maine, nos EUA e o diretor era “o Coronel Alfredo Mena Barreto Ferreira Filho, brasileiro, Oficial do Exército, residente na Vila de Três Barras, desta Comarca”.<sup>233</sup>

A fábrica de caixas contribuiu significativamente na geração dos lucros da companhia. Utilizando como exemplo os resultados obtidos no ano de 1919, quando a *Lumber Company* obteve um mil, novecentos e noventa e cinco contos de réis de lucro líquido, computadas todas as suas atividades, a venda exclusivamente das caixas produziu um lucro líquido de trezentos e setenta e um contos de réis, aproximadamente 18,6% (dezoito inteiros e seis décimos por cento) do total obtido durante o exercício de 1919.<sup>234</sup>

## **2.4 “De mãos dadas”: A *Lumber* e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande**

---

<sup>231</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Alfredo Alves. Três Barras, 06 de junho de 1927, p. 02. AHMC.

<sup>232</sup> Esse processo será analisado no capítulo 5.

<sup>233</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Sizenando Naizer. Três Barras, 07 de julho de 1948, p. 03. AHMC.

<sup>234</sup> Relatório da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Exercício do ano de 1919. APESC.

As caixas produzidas em Três Barras eram destinadas ao transporte de diversos tipos de mercadorias. Um dos clientes da *Lumber* era a Empresa d'Águas Minerais de Caxambú, localizada na cidade de mesmo nome, na região sul do estado de Minas Gerais. Esta empresa havia adquirido um grande lote de caixas de madeira de outra serraria do Paraná, mas não recebeu a encomenda de dez mil unidades. A razão foi a falta de transporte para o escoamento da produção. A Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, da qual a *Lumber Company* era subsidiária, não fornecia vagões em número suficiente para o transporte da produção, especialmente se o requerente era concorrente direto. A ferrovia só transportava o material das serrarias nacionais quando havia terminado o envio de seus estoques, independente do produto.

O jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, publicou o telegrama enviado pela serraria paranaense que não conseguia despachar as caixas encomendadas pela empresa de Caxambú, que encontrava-se em situação “aflictiva”. O nome da serraria foi omitido pelo jornal.

“Remessas de caixas. Conforme lhe disse em meu telegrama de 24 do passado, pretendia embarcar em maio 10 mil caixas, que desde abril se achavam prontas. Infelizmente, porém, desde o mês de maio a estrada de ferro vem apresentando sempre dificuldades nos embarques, para o norte, alegando como motivo as greves em São Paulo e aí, de forma que não é possível obter vagões para completar a remessa. Esse mês que esperava ter vagões em quantidade suficiente para terminar o lote de 10 mil caixas e iniciar a remessa do novo lote, recebi apenas um vagão que foi carregado para essa empresa, isto nos primeiros do mês”.<sup>235</sup>

A *Lumber Company* ofereceu prontamente as caixas tão necessárias e escassas para a empresa de águas minerais. Garantiu a entrega, algo que os demais produtores não poderiam fazer. Isso significava que a *Lumber* obteria os vagões necessários por parte da Ferrovia. Porém, a serraria de Três Barras cobrou um valor excedente de 50% pelas caixas em relação ao preço da concorrente paranaense.<sup>236</sup>

O caso citado é apenas um exemplo dos casos denunciados, especialmente durante o final da década de 1910 até meados de 1920, apontando a

<sup>235</sup> *Gazeta do Povo*. N.º 162. Curitiba, 12 de agosto de 1919. BPP.

<sup>236</sup> *Gazeta do Povo*. N.º 163. Curitiba, 13 de agosto de 1919. BPP.

constituição de um monopólio entre a *Lumber* e a estrada de ferro. A exclusividade sobre os meios de transporte para escoamento da produção multiplicava os lucros das empresas estrangeiras e causava o repúdio dos produtores nacionais.

Ademais o complexo sistema de transporte instituído e gerenciado pela própria *Lumber Company*, com suas centenas de quilômetros de ramais estendidos por toda a região, visando atingir as reservas de madeira mais longínquas e o transporte de matéria-prima e mão-de-obra (além ainda do sistema de ramais internos, adjacente à serraria), a empresa contava com o suporte da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, empresa que controlava a ferrovia São Paulo – Rio Grande e da qual a própria *Lumber* era subsidiária. Isso implicou em facilidades para a utilização de linhas férreas e escoamento da produção.

A atuação conjunta das duas empresas privilegiava os interesses dos negócios da madeireira em detrimento das necessidades dos demais empresários e comerciantes da região. A liberação de vagões de transporte por parte da Ferrovia dependia de uma análise criteriosa da solicitação, a qual, caso representasse uma possível concorrência aos interesses do “truste”, era sistematicamente indeferida. Além de assegurar a hegemonia do transporte na região, esse estratagema obrigava as demais empresas madeireiras e ervateiras a vender seus estoques à *Lumber*, a qual poderia barganhar por um preço menor, pois de outra forma a produção não teria transporte e acabaria sendo perdida.

Como resultado dessa atuação predatória sobre a economia da região, impedindo o crescimento econômico de possíveis competidores, e a livre concorrência, surgiram campanhas financiadas pelos setores econômicos cujos interesses eram afetados tanto pela *Lumber* quanto pela Estrada de Ferro. Uma das campanhas mais ferrenhas foi deflagrada pelo Centro de Industriais de Madeira do Paraná, o qual, através do jornal *A Gazeta do Povo*, de Curitiba, entrou em rota de colisão com o monopólio, tentando mobilizar a opinião pública e pressionando os titulares de cargos públicos relacionados ao problema.

Os industriais do setor madeireiro do Paraná pressionaram o governo através de um “lockout”, iniciado em fevereiro de 1919, e, segundo o jornal que representava seus interesses, resultou em dez mil trabalhadores parados.<sup>237</sup>

---

<sup>237</sup> A lista das serrarias fechadas é a seguinte: João Eugênio e Cia., em Fernandes Pinheiro; José David da Silva, em Fernandes Pinheiro; Junqueira Mello e Cia., em Mallet; Leão Junior e Cia., três serrarias em Fernandes Pinheiro; Klass e Irmãos, em Entre Rios; Felipe Abraham, em Roxo Roiz;

No dia 24 de maio de 1919, foi aprovado pelo Ministro da Viação o ato do Inspetor Federal das Estradas, que havia multado a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande em cinco contos de réis por descumprir a cláusula que a obrigava a “transportar constantemente, em suas estradas, com cuidado, exatidão e presteza, os passageiros e suas bagagens, mercadorias, animais e valores, que para esse fim lhe fossem entregues”. O jornal, além de constatar que “no nosso país dificilmente se registra uma tenacidade de esforços no sentido de compelir uma empresa poderosa a cumprir os seus deveres contratuais”, estava em regozijo com a notícia, pois afirmava ser um passo importante para cessar as “irregularidades com que a Estrada de Ferro protegia escandalosamente a *Lumber Company*”.<sup>238</sup>

No dia 06 de junho, o presidente do Centro de Industriais de Madeira do Paraná, Alberico Xavier de Miranda, enviou ofício ao então Ministro da Viação, Afrânio de Mello Franco, no qual congratulava o Ministro pela multa imposta à companhia e solicitava outras medidas enérgicas em relação às empresas estrangeiras. Afirmava também que durante o ano anterior, de 1918, os industriais do estado paranaense haviam recebido apenas 40% (quarenta por cento) dos vagões de que necessitaram para escoar sua produção, e que, até aquele mês de junho de 1919, apenas 10% (dez por cento) dos vagões requisitados haviam sido disponibilizados pela Ferrovia. Ainda segundo o ofício, muitas serrarias já se achavam paradas e outras tantas com a produção reduzida pela metade, enquanto os pedidos continuavam a chegar especialmente da Europa.<sup>239</sup>

No último dia do mês de julho de 1919, novo texto publicado pela Gazeta do Povo bradava contra a substituição do antigo Inspetor Federal – provavelmente como consequência da multa aplicada – por outro, definido como “figura medíocre”, que, segundo o jornal, não pressionava mais a Ferrovia no sentido de disponibilizar os vagões necessários para transporte. Ainda segundo o mesmo texto, durante o mês de abril de 1919 – antes da aplicação da multa e do acirramento das medidas contra a empresa – os madeireiros paranaenses haviam conseguido escoar pouco mais de 15% (quinze por cento) de sua produção, nos piores casos, e 30% (trinta por cento) no melhor panorama, enquanto, no mesmo período, apenas a serraria da *Lumber* de Cachoeirinha, município de Jaguariaíva, no Paraná, havia

---

Zarpelon e Borgo, em Irati; Leandro Araújo, em Valinhos; Cunha, Ferreira e Guimarães, estão serrando as últimas toras para fechar. “As serrarias indicadas são as maiores do Estado. Dentro de 60 dias, todas estarão paradas”. *Gazeta do Povo*. Ano 1. Nº 18. Curitiba, 22 de fevereiro de 1919. Biblioteca Nacional.

<sup>238</sup> *Gazeta do Povo*. Ano 1. Nº 96. Curitiba, 28 de maio de 1919. BN.

<sup>239</sup> *Gazeta do Povo*. Ano 1. Nº 108. Curitiba, 11 de junho de 1919. BN.

recebido um total de 72 vagões e despachado 75% (setenta e cinco por cento) da sua produção.<sup>240</sup>

Com a eleição de Epitácio Pessoa, em 22 de julho de 1919, um novo nome ocupou a titularidade do Ministério de Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio, o qual enviou resposta ao ofício do CIMP, recebido pelo seu antecessor:

“Em resposta ao vosso ofício de 06 de junho último, comunico-vos, que a preferência para os transportes de madeira da ‘*The Lumber Company*’ foi revogada pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, e que o governo continuará a tomar todas as providências possíveis, afim de que o transporte de madeiras se realize sem infração do princípio de igualdade de tratamento”.<sup>241</sup>

Apesar do aceno positivo, o controle da *Lumber* sobre o transporte (não apenas da madeira, mas também da erva-mate) perdurou nos anos subsequentes, afetando não apenas os grandes industriais do Paraná, mas também pequenas serrarias e pequenos e médios comerciantes de erva-mate do planalto contestado, em especial da região de Canoinhas, prejudicados pela atuação conjunta das empresas estrangeiras. Esse recurso compelia os produtores e comerciantes locais a vender a erva mate e a madeira diretamente à *Lumber*.

O jornal *O Democrata*, como vimos, crítico ferrenho da atuação da *Lumber* na região, iniciou sua própria campanha contra o truste:

“Narrou-nos certo comerciante que tendo comprado na estação de Jararaca [atual localidade de Felipe Schmidt, em Canoinhas] oitenta sacos com erva mate, procurou o respectivo agente a fim de obter vagão para transportá-los para Joinville. Mas, qual não foi a sua surpresa, quando obteve a resposta que ali só a *Lumber* é que podia requisitar vagões para todo e qualquer transporte, e que nesse sentido ele agente tinha recebido ordens reservadas. Então o referido comerciante dado esse odioso monopólio usou de um estratagema, que foi o de comprar oitenta sacos mais daquele produto, porém do representante da portentosa companhia. E assim, imedi-

<sup>240</sup> *Gazeta do Povo*. Ano 1. Nº 152. Curitiba, 31 de julho de 1919. BN

<sup>241</sup> *Gazeta do Povo*. Ano 1. Nº 185. Curitiba, 08 de setembro de 1919. BN

atamente, por intermédio do referido representante, conseguiu meios de transporte para os 160 sacos com erva mate!”<sup>242</sup>

O jornal O Rio-Negrense, do vizinho município paranaense de Rio Negro, também reverberava a indignação com a limitação dos vagões disponibilizados pela Estrada de Ferro:

“É cada vez mais grave, mais desesperadora, a situação dos madeireiros do Paraná e Santa Catarina pela falta de carros nas linhas férreas para o respectivo transporte de seus produtos. Existem em quase todas as serrarias grandes estoques de madeiras, dos quais uma boa parte já completamente estragada, causando prejuízos sérios aos seus proprietários, que estão vendo dia a dia diminuírem os lucros (...) ficando meses e meses o seu capital paralisado pela falta de transporte, e muitos deles se veem obrigados a fechar os seus estabelecimentos (...). E qual a causa desse estado de coisas? É o protecionismo a certo número de ‘tubarões’ que têm privilégio e carregam à vontade, em detrimento dos direitos dos pequenos serradores, é a poderosa *Lumber*, que carrega todo mês sua colossal produção”<sup>243</sup>.

A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande defendia-se, afirmando que não possuía carros em número suficiente para atender toda a demanda dos madeireiros e ervateiros. Estes, por sua vez, exigiam uma divisão equitativa dos vagões disponíveis entre todo o setor produtivo. Evidentemente os vagões nunca escassearam para as necessidades da *Lumber*.

Um caso exemplar ocorreu em agosto de 1920, quando uma firma exportadora de erva-mate adquiriu na estação Jararaca, da estrada de ferro, certa quantidade do produto. Precisando embarcá-lo para a estação de Mafra, solicitou ao agente da estação, por meio de requisição, os meios de transporte necessários:

“Jararaca, 24 de Agosto de 1920. Senhor Agente da estação E. Ferro S. P. Rio Grande – Jararaca. Venho pela presente requisitar-vos um vagão coberto para o transporte de erva mate desta à estação de Mafra. Simão

<sup>242</sup> O Democrata, Ano I, N.º 32. Canoinhas, 28 de junho de 1920. BPESC.

<sup>243</sup> O Rio-Negrense, Ano I, N.º 09. Rio Negro, 07 de dezembro de 1924. BN.

Mosca-lewsky. (Resposta): Declaro que deixo de encaminhar a presente requisição em vista do aviso expedido pelo Senhor Chefe do Tráfego Geral, de que não deveis despachar, até segunda ordem, a erva mate que o Dr. Cezar de Souza vos indicar como extraídas clandestinamente dos ervaís da *Lumber*. Assin. E. Borges, Agente”.<sup>244</sup>

A *Lumber*, empregando como subterfúgio a alegação de que grande parte da erva-mate exportada pelas estações ferroviárias da região estaria sendo extraída clandestinamente dos “seus ervaís”, negou o transporte solidificado.

No entanto, com o intuito de iniciar a exportação de erva-mate pelo porto de São Francisco do Sul, a partir do ano de 1920, a *Lumber* realizou a compra de cinco novos vapores para transporte do produto, além de duzentos e cinquenta vagões, utilizados tanto para a madeira quanto para a erva-mate.<sup>245</sup>

Plausivelmente, não era a falta de vagões ou qualquer outro problema de logística que afetava os transportes, mas a atuação conjunta da *Lumber Company* e da EFSPRG, as quais “de mãos dadas” controlaram de maneira irrestrita o setor ferroviário e a exportação de madeira e erva mate no planalto, “a *Lumber* e a São Paulo – Rio Grande construíram uma verdadeira máquina de sucção de nossas florestas”<sup>246</sup> e, dessa forma, multiplicavam os seus lucros em detrimento dos comerciantes e produtores locais.

O acúmulo diário dos estoques de madeira e erva-mate pela ausência ou carência de transporte, sacrificava os produtores do planalto contestado, os quais chegavam a esperar meses pela disponibilização de transporte, com redução de qualidade ou mesmo perdendo os prazos acordados para o negócio.

*O Polvo* estendeu seus tentáculos e continuou sua política de controle total sobre a economia da madeira, da erva-mate e sobre o transporte de mercadorias e pessoas pelos anos subsequentes. Somente a partir de 1930, com as transformações no cenário político nacional, resultado do movimento político-militar daquele ano, as empresas passaram a enfrentar maior resistência.

Durante o movimento de 1930, o então diretor da *Lumber* pretendeu utilizar o corpo de segurança da companhia para dinamitar uma ponte da estrada de ferro e assim impedir o avanço das forças aliancistas:

<sup>244</sup> O Democrata, Ano II, N.º 103. Canoinhas, 05 de setembro de 1920. BPESC

<sup>245</sup> A Razão. Ano 2. N.º 57. São Francisco do Sul, 12 de dezembro de 1919. BPESC.

<sup>246</sup> O Democrata, Ano II, N.º 92. Canoinhas, 17 de julho de 1920. BPESC.

“No tempo das hostilidades, Henry Weinmeister, [diretor da *Lumber Company*] sempre foi um acérrimo inimigo da revolução e podemos francamente afirmar (...), tendo em evidência a sua atitude belicosa tomada nos primeiros dias do movimento, com medidas de represália aos grupos revolucionários existentes naquele tempo aqui nas imediações, e o Sr. Weinmeister, por intermédio do seu subordinado, chefe dos guardiões, quis dinamitar a ponte da Estrada de Ferro com o intuito de não deixar passar as forças revolucionárias que seguiam para as fronteiras”.<sup>247</sup>

Durante a campanha política de 1929, o mesmo Weinmeister obrigou seus trabalhadores a votar na chapa prestista. Em 02 de março de 1930, seis operários foram dispensados do trabalho por terem votado na Aliança Liberal. Alguns trabalhadores deixaram de votar alegando que haviam extravariado seus títulos e foram punidos com 30 dias de suspensão. Também um menor – Antonio Iansson – foi demitido porque trabalhava distribuindo as cédulas aliancistas no dia das eleições. Alguns dos demitidos eram funcionários da empresa há quase vinte anos, e ao passarem pelo escritório da companhia para acertarem suas contas, já que não foram comunicados da demissão com antecedência, questionaram Weinmeister sobre a razão da dispensa, a que este respondeu: “Faço o que o governo aliancista está fazendo, demitindo os prestistas para colocar os aliancistas e eu também, aqui dispenso os aliancistas para colocar os prestistas”.<sup>248</sup> Com a vitória do movimento, o truste foi paulatinamente perdendo a hegemonia na manutenção de seus interesses.

A reconstrução do processo industrial da *Lumber Company* desnuda as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da empresa, continuamente pressionados pelo vapor e pelo relógio para aumentar a produtividade e o lucro do *polvo*. Este, por sua vez, não mediu esforços para multiplicar seus lucros, espalhando-se por diferentes setores e empregando estratégias que feriam os interesses de empresários, políticos e, principalmente, mutilavam os sonhos de uma vida melhor que seus trabalhadores nutriam, junto com a expectativa que sustentavam de viver em uma sociedade com igualdade e justiça.

Porém, os trabalhadores resistiriam.

<sup>247</sup> Gazeta do Povo, Curitiba, N.º 4.236. Edição de 30 de Dezembro de 1930. BN.

<sup>248</sup> Idem.

### **CAPÍTULO 3: OS TRABALHADORES DA LUMBER COMPANY: COSTUMES, SOCIABILIDADE E RESISTÊNCIA.**

As atividades operacionais da *Lumber Company*, desenvolvidas mediante processo industrial analisado no capítulo anterior, representavam a ponta de lança da atuação da empresa na região do planalto contestado.

Contudo, além do impacto econômico-financeiro, a empresa promoveu profundas transformações, principalmente no que tange aos aspectos social e ambiental.

Neste capítulo, a atenção incidirá sobre os trabalhadores da *Lumber Company*; as formas de ataque e cerceamento impostos pela empresa aos costumes do modo de vida sertanejo (e, por conseguinte, dos próprios trabalhadores); a moradia dos trabalhadores da *Lumber*; a formação de um aparato institucional pela empresa e a sua apropriação pelos trabalhadores; as manifestações e lutas (inclusive mediante as greves deflagradas nos anos de 1917 a 1919), bem como a circulação de ideias libertárias pelo planalto contestado.

Inicialmente, a abordagem consistirá em caracterizar os trabalhadores, delineando um perfil, mediante segregação por origem (trabalhadores nacionais e estrangeiros), e grupos étnicos preponderantes. Ademais, será analisada a utilização dos trabalhadores de origem estrangeira em processos e atividades mais sofisticadas, em detrimento dos trabalhadores nacionais. Porém, os acidentes de trabalho afligiam a todos os empregados.

Subsequentemente, na segunda seção, a análise recairá sobre o impacto que o advento do capital estrangeiro ocasionou no modo de vida do sertanejo. Nesse contexto, costumes profundamente arraigados ao cotidiano do morador pobre do planalto contestado (incluindo trabalhadores da *Lumber Company*), tais quais o consumo de bebida alcoólica (inclusive durante as atividades laborais – nos mutirões – quando trabalho e diversão imiscuíam-se), o comparecimento às bodegas, o porte e uso de armas de fogo e as restrições à caça, tornaram-se objetos de ataque e cerceamento da empresa, mediante utilização de vários estratagemas, com o propósito de impor um novo disciplinamento visando assegurar, em última análise, a obtenção dos lucros almejados.

Na terceira seção, proceder-se-á ao exame acerca das moradias dos trabalhadores da *Lumber Company*, segregadas em três categorias, quais sejam: as habitações próximas à fábrica, utilizadas, normalmente, pelos diretores e altos funcionários da companhia; as casas situadas em colônias

ou povoados, de propriedade dos próprios trabalhadores; os ‘acampamentos’, moradias assaz peculiares aos trabalhadores da *Lumber Company*. Concomitantemente, a análise abordará a utilização das ‘vilas operárias’ como fator de dominação perante os trabalhadores.

Em seguida, na quarta seção, o objeto de estudo será o ‘aparato institucional’, isto é, o conjunto de benefícios oferecidos, visando a construção de sentimentos de lealdade e laços de pertencimento dos trabalhadores para com a empresa. A *Lumber Company* disponibilizou vários benefícios: hospital, farmácia, cinema, armazém geral e as próprias vilas operárias (os acampamentos), além de estimular práticas esportivas (o futebol). Nesse ambiente de promoção e fortalecimento de sentimentos de pertencimento, também realizou comemorações festivas em alusão a passagem do dia 04 de julho, data da independência dos Estados Unidos da América. Ainda nesta seção, veremos como os trabalhadores se apropriaram do aparato institucional, ou seja, utilizaram-se das facilidades para edificar relações de amizade e auxílio mútuo, indo de encontro aos objetivos da companhia em interiorizar nos trabalhadores a dominação decorrente da disponibilização do aparato institucional.

Na quinta seção, será desenvolvida uma análise abrangente acerca das mobilizações e lutas na região do planalto contestado. A luta contra os excessos do capital estrangeiro transcorreu de vários modos, desde os primórdios, quando posseiros e sitiante foram compelidos, por ação da empresa, a abandonar suas terras, a qual não apenas os expulsou, mas também os impediu de explorar os recursos naturais, levando milhares de pessoas ao padecimento. Após a deflagração do conflito, as instalações da empresa tornaram-se alvos de ataque durante a Guerra do Contestado. Posteriormente, foram os trabalhadores da *Lumber*, mediante adesão ao movimento nacional de 1917, que se declararam em estado de greve. Neste aspecto, o Acordo de Limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná também influenciou os acontecimentos. Veremos o surgimento da Liga Operária dos trabalhadores da *Lumber*, a fundação de um jornal operário no ano de 1918 e as disputas entre a companhia e o Sr. Didíó Augusto. Também examinaremos a atuação do intendente distrital (e chefe do serviço sanitário da *Lumber*), Dr. Oswaldo de Oliveira e do subdelegado de polícia, bem como as práticas de repressão – inclusive embustes – impostas pela empresa, com o apoio de seu corpo de segurança.

Na seção final, em “Ideias em Movimento”, examinaremos como ocorreu a difusão do ideário libertário na região do planalto contestado, principalmente em função dos portos de Três Barras e de Canoinhas, que

mantinham intensa atividade, propiciando a formação de conexões entre os trabalhadores locais e os trabalhadores das embarcações e demais passageiros que chegavam à região. Além disso, a circulação de jornais – de âmbito regional e nacional – bem como a atuação dos militantes, influenciou decisivamente os trabalhadores da *Lumber* nas mobilizações de greve deflagradas nos anos de 1917 e 1919.

### **3.1 Os trabalhadores da *Lumber Company***

Com o intuito de obter informações acerca dos trabalhadores da *Lumber Company*, efetivou-se – a partir da análise de dados extraídos dos processos por acidente de trabalho ocorridos no ano de 1919, décadas de 1920, 1930 e 1940 – o delineamento do perfil da mão de obra empregada pela companhia, no que tange a origem étnica dos trabalhadores, a proporção de trabalhadores de origem nacional e estrangeira, a proporção de trabalhadores nacionais por local de origem e dos trabalhadores estrangeiros por país de origem.

Por conseguinte, apurou-se que a proporção entre trabalhadores de origem nacional e estrangeira aproximava-se do equilíbrio, isto é, os trabalhadores de origem nacional representavam quase 53% (cinquenta e três por cento) da mão de obra da companhia e os trabalhadores de origem estrangeira correspondiam a pouco mais de 47% (quarenta e sete por cento).

Ao considerar o local de origem dos trabalhadores nacionais e estrangeiros, contata-se que 90% (noventa por cento) dos trabalhadores nacionais eram oriundos dos estados de Santa Catarina e Paraná. É necessário destacar que grande parte dos trabalhadores considerados catarinenses e, principalmente, paranaenses, eram, na verdade, imigrantes, principalmente poloneses, assentados em colônias pelos dois estados. Esse fato permite afirmar que o número de imigrantes era consideravelmente superior.

Ao analisar o local de origem dos trabalhadores estrangeiros, verifica-se a preponderância de trabalhadores provenientes da Polônia, representando quase 50% (cinquenta por cento) dos trabalhadores de origem estrangeira; os trabalhadores oriundos de Portugal correspondendo a aproximadamente 15% (quinze por cento); os trabalhadores oriundos da Rússia representando cerca de 10% (dez por cento), e os demais trabalhadores estrangeiros oriundos da Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Espanha, Holanda, Inglaterra e Ucrânia. Ressalta-se, também, que aproximadamente 65% (sessenta e cinco por cento) dos trabalhadores estrangeiros eram de origem eslava, grupo étnico proveniente do leste europeu.

O levantamento das nacionalidades atribuídas aos trabalhadores citados nos processos por acidente de trabalho no período referenciado, apontou apenas dois trabalhadores como sendo ucranianos, porém, sabe-se que a região de Canoinhas recebeu numerosa leva de imigrantes daquela nacionalidade. Muitos russos, ucranianos e alemães provavelmente foram considerados “poloneses”. De todo modo, a Polônia corresponde ao país de origem da maioria dos trabalhadores estrangeiros empregados na companhia, possivelmente um terço de toda a mão de obra.

O número de trabalhadores apresentou significativas variações ao longo do tempo. Durante os anos de construção das instalações da madeireira, o número foi significativamente superior, decrescendo conforme o término desta etapa e o início das atividades operacionais.

No ano de 1915, o número de trabalhadores empregados no beneficiamento da madeira correspondia a seiscentos e quinze, além dos trabalhadores envolvidos no corte e transporte das toras na mata.<sup>249</sup> Conquanto o longo período de funcionamento da companhia, o acervo documental fragmentado não permite um levantamento exato do número de trabalhadores empregados no decorrer de todo o período, sendo razoável a afirmação de Valentini, segundo o qual ao longo dos anos de funcionamento, a empresa manteve continuamente entre quatrocentos e seiscentos trabalhadores.<sup>250</sup>

Em meados da década de 1930, o número de trabalhadores atingia, aproximadamente, setecentos.

“Na época em que realizava as suas instalações, sem excluir as linhas férreas de penetração nas florestas, a *Lumber* tinha ao seu serviço 2000 operários, número que, como era natural, foi decrescendo até reduzir-se ao de que ela hoje efetivamente precisa, mas que ainda orça por 600 ou 700, circunstância que, por si só, a coloca em primeiro no rol das indústrias do nosso planalto”.<sup>251</sup>

A existência de uma divisão étnica do trabalho é plausível. Podemos supor que havia uma predileção por parte da empresa para a contratação de imigrantes europeus para o desempenho de atividades associadas ao processo industrial, que exigiam maior grau de especialização, tal qual no interior

<sup>249</sup> DIACON, Todd A *Milenarian vision, capitalist reality*, op. cit., p. 55.

<sup>250</sup> VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil*, op., cit., p. 163.

<sup>251</sup> O Comércio, Ano II, N.º 32. Porto União, 09 de março de 1936. BPESC.

da serraria, ou na condução das máquinas locomotivas. Tais funções não parecem ter sido ocupadas devido a uma escolha técnica, pois havia uma quantidade significativa de analfabetos entre os imigrantes que desenvolviam tais atividades. Além disso, muitos eram trabalhadores rurais em seus países de origem, não viviam em áreas urbanas tampouco trabalhavam em fábricas. Possivelmente a empresa intentava lotear e vender parte das terras de sua propriedade, após a exploração da madeira, para os mesmos imigrantes, o que encerraria um ciclo bastante lucrativo.

Depreende-se que as vagas – sempre que possível – eram direcionadas aos imigrantes em detrimento dos trabalhadores nacionais, tendo como base uma retórica etnocêntrica, a qual acompanhou a elaboração de identidades étnicas, especialmente nesse período, e estabeleceu o caboclo como *o outro*, o oposto do imigrante europeu. Este trazia consigo um *ethos* do trabalho, característica marcante e classificatória; aquele era reconhecido pela preguiça e indolência.<sup>252</sup> Paradoxalmente, o caboclo era considerado racialmente inferior, mas também o elemento assimilador. A questão racial emergiu no discurso imigrantista para hierarquizar os imigrantes ideais, ou seja, o branco europeu. Havia preocupação com o ofício, mas a cor da pele era decisiva, afinal, os não-europeus eram considerados inferiores e incivilizados.

No que tange ao planalto contestado, além da acentuada presença de grupos do leste europeu, os alemães também se estabeleceram na região já a partir da segunda metade do século XIX. Deste grupo, respeitável contingente veio a desempenhar atividades ligadas a criação e à lavoura.<sup>253</sup>

Os trabalhadores da *Lumber*, oriundos de grupos étnicos distintos, tinham nos acidentes de trabalho um quadro de constante terror. Tanto no serviço das matas, quanto no processo de beneficiamento da madeira, os acidentes se multiplicavam. Obviamente tais acidentes não reconheciam etnia, função ou salário do trabalhador, representando condições comparti-

---

<sup>252</sup> SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 81-109. A autora analisa a construção de identidades étnicas e o confronto destas com as concepções de identidade nacional brasileira no período de 1880 a 1930. O ponto nevrálgico do seu trabalho é demonstrar que apesar da retórica da miscigenação/assimilação presente no discurso nacionalista brasileiro sobre as políticas imigratórias, os chamados “trabalhadores nacionais” foram excluídos de assentamentos em áreas de colonização.

<sup>253</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op. cit., p. 73. Muitas famílias alemãs misturaram-se à população cabocla – como os Carlin, Scheffer, Groebbe e Jungles – algumas através de amasiamento. Essas pessoas aumentaram o já significativo número de lavradores independentes na região de Canoinhas.

lhadas pelos diferentes grupos étnicos que constituíam a mão de obra. Dessa forma, é assaz relevante supor uma troca, uma intensa circulação da informação entre trabalhadores de diferentes grupos étnicos. Essa interação, mesmo quando imposta por necessidades imediatas, proporcionou a construção de um saber prático<sup>254</sup> acerca dos acidentes e de suas condições de trabalho, seus problemas e necessidades, o qual orientou decisões e posturas com relação ao trabalho e a empresa. A circulação da palavra e a troca de informações fundamentais em meio a uma complexa rede de pessoas construiu um conhecimento comum, que se transformou em fator preponderante para a transposição de barreiras étnicas e para estabelecer contornos de futuras formações de classe.

Desse modo, é plausível considerar que as experiências compartilhadas pelos trabalhadores da *Lumber Company* intensificaram seus interesses – que transcendiam o mundo do trabalho – proporcionando trocas, conflitos e alianças que se manifestavam em seu cotidiano e no conjunto de suas relações sociais. Esse processo, ao longo dos anos, induziu a formação de uma “identidade operária” e contribuiu decisivamente para obliterar eventuais fronteiras étnicas.<sup>255</sup>

### **3.2 O capital e o modo de vida sertanejo: ataque, cerceamento e resistência.**

“O modo de vida do operariado e das camadas mais pobres da população era bastante semelhante, o que possibilitou (...) sua união em torno de interesses e objetivos comuns desde os primórdios da atividade industrial. Diante do penoso cotidiano dentro e fora das fábricas, o operariado se mobilizou e resistiu de várias maneiras. Houve, desde cedo, resistência individual ou em pequenos grupos e setores dentro e fora dos locais de trabalho (...), também na indiferença ou na desobediência operárias perante normas, preceitos e valores instituídos pelos setores sociais dominantes”.<sup>256</sup>

A resistência não se manifesta apenas de forma coletiva e explícita, mas também se apresenta dispersa no cotidiano, mediante desobediência,

<sup>254</sup> PAOLI, Maria Célia. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)”. *Espaço e Sociedade: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. N.º 33, ano XI, 1991, p. 27 a 41.

<sup>255</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “O pessoal da *Lumber!*”, *op., cit.*, p. 48.

<sup>256</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991, p. 16.

negação e insistência em continuar agindo do mesmo modo, ou seja, através da recusa do trabalhador às imposições da organização social em transformação.

A chegada da *Lumber* e das novas relações de trabalho objetivavam o lucro em detrimento da manutenção de costumes preexistentes, considerados irracionais ou perigosos. Para alcançar seu propósito, a empresa realizou tentativas de transformação e supressão desses costumes.

O consumo do álcool era hábito inerente à vida da população pobre do planalto contestado, tanto em celebrações festivas quanto nas atividades laborais da roça (como exposto no primeiro capítulo). Essa prática era incompatível com o trabalho na fábrica, onde o trabalhador não poderia mais determinar seu ritmo de trabalho ou sua função, pois consistiria em apenas às máquinas com as quais trabalharia e, para isso, precisaria estar sóbrio. Na fábrica não haveria diversão, apenas trabalho.

O combate ao consumo de bebidas alcoólicas teve como baluartes os jornais da região, os quais passaram a publicar recorrentemente histórias nas quais a bebida resultou em problemas, prejuízos ou tragédias, ou seja, admoestando o consumo de álcool, conduta inaceitável do ponto de vista das novas relações em inserção na região.

Nessa campanha, os jornais repreenderam incisivamente as forças de repressão, um contingente com aproximadamente dois mil soldados acantonados no município de Canoinhas (que na ocasião possuía uma população de quinhentos habitantes) durante a Guerra do Contestado. Essa discrepância – além das questões disciplinares enfrentadas por uma corporação em processo de modernização, mas que, na prática, ainda mantinha-se distante do discurso moralizador e disciplinador que pretendia moldá-la como uma instituição progressista, patriótica e nacionalista<sup>257</sup> – gerou uma série de conflitos.

Um dos incidentes noticiados ocorreu na noite de 31 de dezembro de 1915. Próximo à meia noite, um soldado alcoolizado roubou uma máquina locomotiva da ferrovia e seguiu de Canoinhas para Três Barras (distantes aproximadamente treze quilômetros). O ébrio persistiu no plano até que a pressão da máquina acabou e ela parou.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2001, p. 23. Ver também RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

<sup>258</sup> O Imparcial. Ano I, n.º 07. Canoinhas, 10 de janeiro de 1916. BPESC.

O passeio de *réveillon* não fora um caso isolado. Anteriormente, o mesmo jornal já apelava para “evitar-se a venda da branquinha” aos soldados acantonados no município, e noticiava a tentativa de assassinato promovida por um soldado contra um caixeiro que se recusara a lhe vender cachaça ‘fiado’. Na mesma nota, o jornal reverberava a notícia de que há bastante tempo as autoridades locais já haviam solicitado “aos negociantes da vila para que não vendessem bebidas alcoólicas aos praças e soldados”,<sup>259</sup> um indicativo de que o problema não era novo.

Por um lado, tais acontecimentos reforçavam os argumentos daqueles que condenavam o consumo de bebidas alcoólicas e sua venda sem regulamentação nas casas comerciais. Por outro, podemos perceber que os apelos e as tentativas de restrição a estas práticas foram inicialmente dirigidas aos militares, estabelecidos há pouco tempo e provisoriamente, que não compreendiam a forma de agir e pensar dos moradores daquela região. É relevante atentarmos para o fato de que no primeiro caso, o soldado alcoolizado roubou precisamente uma locomotiva, um bem da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, a ponta de lança do avanço do capital estrangeiro sobre a região. Era preciso que a lei e a polícia oferecessem as condições mínimas necessárias para este avanço e, com este intuito, a imposição de novos limites, considerados adequados aos novos interesses em questão – oriundos das classes dominantes – aos quais os pobres deveriam adequar suas vidas.

As casas comerciais eram ambientes propícios para o consumo de bebidas alcoólicas, e ofereciam uma série de outras funções importantes para a vida do morador do planalto contestado, especialmente das camadas mais pobres. Também chamadas de “bodegas” ou “botequins”, representavam um elemento fundamental de diversão e sociabilidade. Este local também foi alvo das ações de cerceamento empreendidas pelas autoridades locais, em prol de interesses específicos e com o suporte da imprensa. O meio utilizado foi a limitação e a padronização do horário de funcionamento desses ambientes. O controle deveria ser realizado pelo governo municipal, o qual fez publicar leis para o cerceamento. A lei n.º 63, de 08 de janei-

---

<sup>259</sup> O Imparcial. Ano I, n.º 05. Canoinhas, 15 de dezembro de 1915. BPESC. O contato entre a população local e os soldados mostrou-se difícil em muitas situações, por exemplo, a população local passou a evitar um dos cinemas locais em função da grande procura de soldados por aquele ambiente. Para o aprofundamento das discussões acerca da relação entre a população de Canoinhas e as tropas ali instaladas durante a Guerra do Contestado, ver: RODRIGUES, Rogério Rosa. “Das ordens à disciplina: a relação do Exército brasileiro com as vilas na região do Contestado”. In: MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete. (Orgs.). *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 13-31.

ro de 1917, conhecida como “Lei contra a embriaguez”, forçava os comerciantes a fechar as casas comerciais “ao meio dia nos domingos e dias de feriados”. Os infratores seriam punidos com multa no valor de 50\$000 (cinquenta mil réis).<sup>260</sup>

Três anos depois, o então superintendente municipal de Canoinhas, Otávio Xavier Rauen, sancionou outra lei, a qual instituía no município o Alvará de Licença para todos os estabelecimentos comerciais e industriais.<sup>261</sup> Evidentemente, o objetivo principal da nova lei era a cobrança de tributos sobre lojas, oficinas, fábricas e outros estabelecimentos. Porém, é preciso considerar que o recolhimento do imposto e a emissão do alvará exigiam o preenchimento de um cadastro, um registro com o nome do proprietário, endereço do estabelecimento, além de outras informações, as quais poderiam ser utilizadas pela polícia e pela Justiça, que teriam à disposição dados razoavelmente confiáveis acerca das bodegas em funcionamento. Isso fecharia o cerco sobre aqueles que descumpriam a lei e mantinham as bodegas funcionando fora do horário determinado, e, muitas vezes, abrindo indivíduos alcoolizados e portando “armas ilegais”.

Contudo, os pobres do planalto contestado persistiam. Especialmente naquelas bodegas espalhadas pelo interior, as quais infringiam a lei e continuavam abertas praticamente o dia todo e todos os dias da semana, ocorrendo o consumo de bebida a qualquer hora do dia, inclusive por indivíduos armados. Tanto que, no dia 15 de outubro de 1920, nova lei foi promulgada – mais uma vez em razão da ineficiência da anterior, de três anos antes – determinando a obrigatoriedade do fechamento das casas comerciais “às 14 horas nos domingos; sextas-feiras da paixão; nos dias 1º de janeiro e 25 de dezembro, e ainda nos demais dias considerados feriados por leis anteriores”. O texto da nova lei era bem mais específico do que da anterior, o que sugere uma necessidade de aumentar o rigor, resultado da insistência dos proprietários em manter as bodegas abertas em datas e horários não autorizados.<sup>262</sup>

Determinar a que horas as casas comerciais deveriam fechar suas portas significava pré-definir quando o sertanejo deveria parar de beber em companhia dos amigos, quando deveria encerrar o jogo de cartas, quando finalizar a conversa. A determinação recaía sobre as tardes dos feriados, especialmente dias santos, quando as festas religiosas dominavam o dia do pobre do planalto contestado, e representavam mais tempo e mais lugares

<sup>260</sup> O Timoneiro do Norte. Ano I, n.º 02. Canoinhas, 13 de janeiro de 1917. BPESC.

<sup>261</sup> O Democrata. Ano III, n.º 75. Canoinhas, 21 de agosto de 1920. BPESC.

<sup>262</sup> O Democrata. Ano III, n.º 84. Canoinhas, 06 de novembro de 1920. BPESC.

para diversão. Excluídos feriados e dias santos, o início da tarde do domingo deveria marcar o fim da boemia, hora de voltar para casa, encerrar a bebedeira e iniciar a preparação para mais uma segunda-feira e uma nova jornada semanal de trabalho, o que exigiria total concentração do trabalhador e a totalidade da sua capacidade física e mental. O controle social sobre a classe trabalhadora consistia na tentativa de cerceamento de seus espaços de lazer e diversão. Não foi diferente com as bodegas do planalto contestado.

Além da bebida e da bodega, o uso de armas de fogo integrava o leque de costumes dos moradores da região e, assim como naqueles casos, também deveria seguir um controle por parte das autoridades constituídas e segundo os interesses das empresas estrangeiras. As autoridades locais realizaram reiteradas tentativas de limitar a posse e a utilização de armas de fogo em Canoinhas e em seus distritos, bem como em Três Barras, local onde estava sediada a serraria da *Lumber Company*. Uma lei municipal proibiu o uso de carabinas *winchester* tanto para moradores quanto para viajantes, em todo o município, a partir de 18 de janeiro de 1916.<sup>263</sup> No final desse mesmo ano, uma nota publicada no jornal local abordava a questão:

“Em todos os lugares civilizados são proibidos os disparos de armas de fogo no perímetro urbano, resultando a não observação dessa medida salutar, lamentáveis desastres. Aqui, entretanto, vemos até crianças sobrando espingardas em qualquer parte e dando caça a inocentes passarinhos, o que, além de constituir sério perigo, é também condenável sob o ponto de vista de humanidade”.<sup>264</sup>

O controle sobre o uso de armas de fogo, principalmente no perímetro urbano, é relacionado a uma etapa do processo civilizador, sugerindo a relação entre a proibição e o aumento da civilidade naquelas paragens. Além disso, a referência ao uso de armas pelas crianças, como diversão, ratifica a ideia de que esta era mesmo uma prática constante e que se relacionava diretamente com a ludicidade daquele universo.

O cerceamento ao uso das armas também foi combatido em nível distrital, como no caso de Três Barras, onde a atuação do então subdelegado de polícia foi mais contundente em relação ao restante do município. Exer-

<sup>263</sup> O Imparcial. Ano II n.º. 07. Canoinhas, 15 de janeiro de 1916. BPESC.

<sup>264</sup> O Imparcial, Ano I, N.º 48. Canoinhas, 28 de novembro de 1916. BPESC.

cendo um vultoso grau de autonomia, aquela autoridade proibiu, no início de 1918, o porte de armas sem licença no distrito.

“Muito Acertado: O Sr. Theófilo Becker, enérgico subdelegado de polícia de Três Barras, proibiu ali, publicando editais, os jogos de azar, uso de armas e máscaras a pessoas que não tenham necessária licença. Muito acertadas essas medidas, deveriam ser tomadas também aqui e nos outros distritos do município”.<sup>265</sup>

O subdelegado de polícia de Três Barras não estava, necessariamente, preocupado com a civilidade do tresbarrense. Enquanto importante aliado dos interesses da *Lumber*, sua atuação frente à subdelegacia invariavelmente tinha como objetivo principal atender as demandas da empresa.<sup>266</sup> Proibir armas, jogos de azar e máscaras tinha por finalidade elevar a “ordem” em todo o distrito, cuja área urbana era ocupada pela estrutura arquitetada pela *Lumber*. A proteção do patrimônio e disciplinamento de sua mão de obra, eram questões prioritárias naquele contexto, pois no mês de julho do ano anterior os trabalhadores da empresa haviam realizado seu primeiro ato de greve, e outros movimentos irromperiam no ano de 1919, quando a atuação da força policial foi incisiva no sentido de desarmar a população: “A polícia, nas ruas, desarmava qualquer cidadão, chegando a adentrar os balcões dos armazéns para desarmar a quem via de armas na cinta”, fato que o trabalhador da empresa, Alcindo de Oliveira, autor do texto, taxou de “arbitrariedade e despotismo”,<sup>267</sup> o que corrobora a afirmação de que esta prática era vista como um direito por parte dos mais pobres.

Em meados do ano de 1920, o então delegado especial João de Deus Ferreira, proibiu o uso de “armas ofensivas”, o que incluía armas brancas e de fogo, dentro da vila de Canoinhas e também “nas sedes dos distritos; nas estações da estrada de ferro e em qualquer reunião popular dentro do município”.<sup>268</sup>

A promulgação dessa nova lei foi emblemática, pois, ao proibir as armas nas aglomerações urbanas (dentro da vila e nas sedes dos distritos)

<sup>265</sup> O Timoneiro do Norte. Ano II, N.º 26. Canoinhas, 09 de Fevereiro de 1918. BPESC.

<sup>266</sup> Essa questão será explorada no capítulo 4, mas é pertinente antecipar que há evidências de que Theófilo conduzia as investigações relacionadas aos acidentes de trabalho de forma a evitar o pagamento de indenização por parte da empresa, além disso, ao ser exonerado do cargo, foi imediatamente contratado como chefe do corpo de segurança da *Lumber*.

<sup>267</sup> A Plebe, Ano 03, n.º. 27. São Paulo, 23 de agosto de 1919. Cópia micro filmada consultada no Arquivo Edgard Leuenroth, no IFCH-UNICAMP, em Campinas, SP.

<sup>268</sup> O Democrata. Ano III, n.º. 69. Canoinhas, 14 de Julho de 1920. BPESC.

deixava transparecer a aquiescência ao seu porte e uso nas demais áreas, na zona rural, ou seja, na grande maioria dos locais. Infere-se que a lei previa a necessidade de uso de armas pelos viajantes – que precisavam atravessar as localidades mais distantes – e moradores das áreas rurais, e reconhecia seu uso como parte dos costumes daquela população. Em contrapartida, sua proibição na vila e nas sedes indicava a necessidade de maior controle sobre estes locais, onde a estrutura política e estatal estava alocada, bem como empreendimentos comerciais e industriais. A proibição das armas nas estações da estrada de ferro pretendia inibir assaltos a esses locais – pontos de circulação de mercadorias e valores – bem como a circulação de armamento pela ferrovia. Além, é claro, de proteger o patrimônio da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Porém, ao proibir as armas em ‘reuniões populares’ dentro do município, a lei permitia interpretações bastante amplas. Uma ‘reunião popular’ poderia ser uma festa religiosa, ambiente no qual os conflitos irrompiam com certa frequência e envolviam o uso de armas, ou, também, uma manifestação, uma reunião de cunho político, bem como um comício de grevistas que poderia receber a legenda de ‘reunião popular’ e, sendo assim, prontamente reprimido quando ali houvesse presença de armas. Cabe lembrar que a lei surgiu em um contexto marcado por agitação e mobilização entre os trabalhadores da *Lumber Company*, menos de quatro anos após o término da Guerra do Contestado.

Contudo, outros três anos transcorreram sem que a lei obtivesse resultado efetivo. Em agosto de 1923, os jornais publicaram novas notícias, reiterando as restrições ao uso de armas e, desta vez, admoestando a população de que além da apreensão, as autoridades do município iriam dar continuidade à repressão, “promovendo o respectivo processo contra os infratores da lei”<sup>269</sup>.

As reiteradas tentativas de restrição e proibição ao uso de armas na região de Canoinhas resultaram ineficazes. Durante muitos anos as leis municipais continuaram sendo promulgadas, sem atingir seu objetivo último. Torna-se plausível a afirmação de que esse processo denota a capacidade daquela população, especialmente dos mais pobres, em resistir as tentativas das autoridades – que representavam os interesses econômicos na região – expressando a permanente tensão estabelecida entre os que tentavam impor uma nova ordem e aqueles que resistiam cotidianamente.

Infringir a lei muitas vezes significava resistir e manter uma prática costumeira que integrava, havia muito tempo, o modo de vida do sertanejo.

---

<sup>269</sup> Jornal do Povo. Ano II, n°. 26. Ouro Verde, 26 de agosto de 1923. BPESC.

A manutenção da prática de andar armado estava conectada à necessidade concreta de segurança e defesa contra os perigos dos sertões, isto é, algo imprescindível para a sobrevivência e para a proteção da sua honra. Um inquérito judicial instaurado por agressão física cometida pelo lavrador Lourival Ribas contra um policial da subdelegacia de Três Barras, ilumina a questão. Dois meses após a promulgação da nova lei contra as armas, Lourival estava de passagem pelo distrito de Três Barras quando foi interpelado pelo policial, o qual proferiu ordem para que aquele entregasse suas armas. Lourival respondeu que “não as entregaria, porque estava viajando e tinha necessidade de um meio de defesa”. Após a negativa, o policial tentou desarmá-lo à força, o que resultou em luta corporal entre os dois e na prisão do portador das armas.<sup>270</sup> Em setembro de 1928, durante uma corrida de cavalos na localidade de Campo de Marte, em Canoinhas, houve um desencontro entre João Correia dos Santos Sobrinho e seu sogro, Marcolino de Lima. João Correia dos Santos, ao tentar dissuadir seu sobrinho de revirar às provocações de Marcolino, recebeu a seguinte resposta do rapaz: “que podia escutar seus conselhos como sobrinho, mas não como homem, pois também tinha revólver”.<sup>271</sup>

Do exposto, duas perspectivas de análise são plausíveis. Muitos ‘infringiam a lei’ portando e utilizando armas devido a necessidade precípua para sua sobrevivência; outros poderiam fazê-lo em decorrência da percepção de que esta prática era antiga, justa e racional – um instrumento para defesa da vida e da honra do sertanejo – um direito que merecia ser defendido contra as intromissões externas. Afinal, tais proibições não alcançavam todos os grupos sociais, pois, a título de exemplo, o corpo de segurança da *Lumber* mantinha um significativo grupo armado a seus serviços, o qual, de acordo com as fontes disponíveis, não sofria qualquer sanção em relação ao uso de armamento. Portanto, as restrições tinham objetivos bastante específicos e denotavam um aspecto classista, mesmo quando revestidos por um suposto avanço civilizador sobre os sertões que “abrigavam bandidos da pior espécie”, como o discurso corrente afirmava peremptoriamente.

A ação policial e as determinações judiciais, aliada a campanha promovida pelos jornais da região, denotam a preocupação das classes dominantes e do capital estrangeiro em elevar o controle sobre os mais pobres, o

---

<sup>270</sup> Processo Crime por Agressão. Réu: Lourival Ribas. Canoinhas, 20 de outubro de 1923. AHMC.

<sup>271</sup> Processo Crime por Homicídio de Pedro Alves e Marcolino de Lima. Réus: João Correia dos Santos e João Correia dos Santos Sobrinho. Canoinhas, 11 de maio de 1928. AHMC.

que exigia o cerceamento de costumes importantes dentro do universo do sertanejo.

Além do uso de armas, a *Lumber Company* também atuava na restrição da caça, outra importante prática daquela população e que auxiliava significativamente na complementação de sua subsistência. Obviamente a caça exigia seu instrumento, a arma. Do mesmo modo, um local contendo caça abundante e acesso livre. Com o decorrer dos anos e através do controle de extensas áreas, a empresa também passou a impedir a busca do complemento alimentar e da diversão através da caça:

O Engenheiro Roberto Guilieran faz saber a todos os que o presente edital virem, que desta data em diante, ficam expressamente proibidas as caçadas, de qualquer espécie, dentro dos terrenos que constituem a Fazenda São Roque de propriedade da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, (...) as caçadas só serão permitidas aos que obtiverem autorização expressa no escritório.<sup>272</sup>

Os tentáculos estendiam-se em todas as direções.

A atuação das empresas estrangeiras, em especial da *Lumber Company*, fez com que a população pobre da região se tornasse objeto de um processo de implantação de novas concepções pautadas pela lógica do capital e que perpassariam o controle e disciplinamento do tempo e do espaço, não apenas do espaço de trabalho, mas também dos espaços de lazer e diversão. Adicionalmente, mesmo as características de conduta familiar e social, que definiam o modo de vida daquela população, deveriam agora adaptar-se às novas expectativas de uma sociedade em processo de transformação. Neste sentido, as novas práticas instituídas pelas companhias são sintomáticas de sua participação ativa e consciente no processo de inserção de uma nova ética e de uma nova disciplina de trabalho na região.

Em julho de 1912, uma longa reportagem do jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba, apresentava uma série de informações sobre a nova empresa norte-americana recém instalada no então município paranaense de Três Barras. A reportagem apresentou características do funcionamento da empresa e algumas práticas por ela adotadas:

---

<sup>272</sup> Edital da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Porto União, 15 de fevereiro de 1935. APESC.

O local é muito bem policiado, graças à energia férrea do Senhor Ira Smith que não só mantém um pessoal exclusivamente destinado ao policiamento, como também *não consente a venda de aguardente e outras bebidas ordinárias*, dando mesmo, a este respeito, em sua casa, o melhor exemplo possível, pela adoção exclusiva das águas minerais.<sup>273</sup> [Grifo meu].

Nesse contexto, merece destaque a vigilância imposta pela companhia e o fato de que o consumo de bebida alcoólica não era tolerado, especialmente entre os seus trabalhadores.

Costumeiramente, quando novos padrões de comportamento – oriundos das classes dominantes – são contrapostos às práticas dos mais pobres, estes passam a ser percebidos como desajustados, vivendo em um estado ‘anômico’ ou ‘patológico’, cujas relações tinham como característica básica a desordem.<sup>274</sup> Isso justificaria a vigilância policial, fosse instituída pelo Estado ou pela própria empresa, sobre aqueles que insistissem em não se adequar aos novos tempos, cujo elemento precípua consistia numa rígida separação entre lazer e trabalho. No modo de vida da população pobre do planalto contestado não havia tal segregação. Ao contrário, a diversão e o trabalho imiscuíam-se no cotidiano, eram indissociáveis e de forma alguma regidos por horários pré-estabelecidos, inexistindo impedimento quanto ao consumo de bebida alcoólica durante ou após as atividades laborais. As tarefas ligadas ao seu modo de vida eram organizadas pela lógica da necessidade, muitas vezes influenciada pelo clima ou pela época do ano, não necessariamente pelo tempo do relógio. O que determinava a execução ou não de certa atividade era a necessidade, por exemplo, de realizar a colheita antes da chegada das chuvas ou de limpar o terreno antes do término do período de plantio. O clima era um fator preponderante, pois poderia prejudicar a realização de algumas atividades. Assim que os afazeres urgentes eram concluídos, após intensa atividade, admitia-se instalar um período – mesmo que exíguo – de inatividade total, ou seja, os ritmos de trabalho eram irregulares, compondo o que Thompson chamou de “orientação pelas tarefas”.<sup>275</sup>

<sup>273</sup> Diário da Tarde. Curitiba, edição de 08 de julho de 1912. Biblioteca Pública do Paraná (BPP).

<sup>274</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim, op., cit.*, p. 69. A obra trata do processo de formação da classe trabalhadora carioca no início do século XX. Para tanto, o autor atenta à configuração do controle social da classe trabalhadora pelas classes dominantes, identificando as práticas e os mecanismos utilizados, típicos de uma sociedade capitalista.

<sup>275</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum, op., cit.*, p. 282.

Outra característica fundamental do trabalho rural executado pelo morador do planalto contestado consistia no fato de que as práticas manifestadas eram alheias a quaisquer concepções econômicas, tal qual ocorria no mutirão, reunião de trabalho coletivo que não previa remuneração, apenas a retribuição futura na forma de trabalho.

Esse modo de vida tornou-se alvo de iniciativas transformadoras impostas pelo avanço do capital estrangeiro na região, que tentava estigmatizar os costumes sertanejos, incompatíveis com o advento das novas diretrizes determinadas pela disciplina do trabalho. No entanto, isso não impediu que o sertanejo continuasse a considerar seu modo de vida válido, justo e a manter uma concepção que percebia a possibilidade de realizar tais práticas como um direito indissociável.

As inovações conduzidas pelo capital estrangeiro e instituídas com o suporte de uma legislação local e de forças repressivas – oficiais ou paramilitares – passaram a contrapor e a combater tais práticas. A questão da disciplinaridade e de sua interiorização mostra-se fundamental.

Thompson, ao analisar as transformações na concepção de tempo e sua influência sobre a disciplina de trabalho na Inglaterra do século XVIII, debruçou-se sobre a interiorização de novos hábitos e nova disciplina pela classe trabalhadora.

Segundo ele:

“É muito comum que, nos países onde os vínculos da nova classe proletária da fábrica com seus parentes (e talvez com propriedades de terra ou direitos à terra) nas vilas são muito mais estreitos – e mantidos por muito mais tempo – do que na experiência inglesa, o problema pareça ser o de disciplinar uma força de trabalho que está apenas parcial e temporariamente ‘comprometida’ com o modo de vida industrial (...) Sociedades industriais maduras de todos os tipos são marcadas pela administração do tempo e por uma clara demarcação entre o ‘trabalho e a vida’”<sup>276</sup>.

O caso da *Lumber Company* e de seus trabalhadores rompe com a dicotomia entre trabalhador rural e trabalhador urbano, pois a empresa foi instalada numa região que mantinha um modo de vida tipicamente rural. Seus trabalhadores passavam o dia em uma ingente e moderna indústria, e

---

<sup>276</sup> Idem, p. 300.

nas horas vagas mantinham contato com características absolutamente distintas de qualquer centro urbano.

Entre os trabalhadores da *Lumber*, muitos provinham de famílias de pequenos proprietários rurais ou lavradores. Exemplarmente, há o caso de Victor Franczak – analisado no capítulo 2 – um jovem que emigrara da Polônia com sua família, a qual fora assentada na colônia Vera Guarani. Ele morava no acampamento Bugre. Sua mãe falecera e seu pai, André Franczak, continuava vivendo na colônia, onde era lavrador.<sup>277</sup> Analogamente, Ludovico Schmichek, outro trabalhador cujo inquérito por acidente no trabalho foi anteriormente analisado, ilustra esse cenário. Brasileiro, filho de imigrantes poloneses assentados em colônia Augusta, no município de Mafra, Ludovico deixou seu pai, José – que era lavrador – na colônia e migrou para Três Barras em busca de trabalho na *Lumber*.<sup>278</sup> Um exemplo irrefutável da relação dos trabalhadores da *Lumber Company* com o modo de vida rural – inclusive com a manutenção concomitante de atividades agropastoris – surge no caso do acidente de trabalho do operário João Minervino. Uma das testemunhas inquiridas foi o trabalhador Ignácio Savisky, que desempenhava a função de turmeiro de conservação dos ramais da empresa – o que, muitas vezes, poderia significar um contrato por empreitada – e, segundo os autos, sua profissão era a de lavrador.<sup>279</sup>

Desse modo, podemos afirmar que paralelamente a condição de operário à qual foram compelidos – considerando o processo de assalariamento como uma estratégia de sobrevivência – um contingente apreciável de trabalhadores, e suas famílias, mantinham uma área reservada ao plantio de sua lavoura de subsistência, nos moldes da roça cabocla, ou, então, efetuavam a coleta de erva mate, inserindo-se assim numa dupla condição, de colono-operário.<sup>280</sup> Dessa forma, aliando a possibilidade de morar e produzir alimentos em sua propriedade (ou posse) ao trabalho operário na *Lumber*, estas pessoas definiam-se tanto por suas atribuições de colono como por sua condição de operário. O trabalho na terra mantinha certa estabilidade e identificação com a vida em uma comunidade tipicamente rural. Ao

---

<sup>277</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Victor Franczak. Três Barras, 23 de julho de 1930, *op., cit.*

<sup>278</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Ludovico Schmichek. Três Barras, 07 de novembro de 1938, *op., cit.*

<sup>279</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. João Minervino. Três Barras, 09 de abril de 1931, *op., cit.*

<sup>280</sup> SEYFERTH, Giralda. “Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos operários”. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.) *Cultura e Identidade Operária*. Aspectos da cultura da classe operária, Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional: Marco Zero, 1987, p. 103-120.

contrário das casas e vilas operárias dos grandes centros urbanos da época, a moradia dos trabalhadores da *Lumber* possuía certas peculiaridades pela sua proximidade com essa vida rural.

A instalação de uma grande empresa, executando processo industrialsofisticado e amplamente mecanizado, e o emprego de centenas de trabalhadores, significava que essa mão de obra não poderia mais agir de acordo com seus próprios costumes, em seus bairros rurais, em uma festa, uma reunião coletiva de trabalho ou em uma bodega. Não poderiam beber durante sua jornada de trabalho ou portar armas. Cada trabalhador deveria apresentar o comportamento esperado pelos dirigentes da companhia, pelos seus chefes imediatos, pela polícia, pelo aparato judicial, pelos indivíduos das classes abastadas daquela sociedade. Contudo, os trabalhadores da *Lumber*, e, de maneira mais ampla, os moradores pobres do planalto contestado, resistiram a obliteração de seu modo de vida, acionando diferentes estratégias, conforme veremos a seguir.

### 3.3 A moradia dos trabalhadores da *Lumber*

Os estudos de caso acerca de fábricas que constituíram vilas operárias para os seus trabalhadores compõem um campo abrangente, sobre o qual pesquisadores de diferentes áreas se debruçaram: geógrafos, arquitetos, historiadores, sociólogos e antropólogos. Todavia, de maneira geral, praticamente todos os trabalhos referentes ao tema são tributários da clássica obra de José Sérgio Leite Lopes, que analisou um “caso-limite”, o da fábrica de tecidos Paulista, instalada na cidade homônima, no estado de Pernambuco.<sup>281</sup>

O aspecto preponderante nesse tipo de análise é a compreensão quanto a utilização dessas vilas<sup>282</sup> como um instrumento de dominação da empresa sobre os trabalhadores, fora da fábrica, quando imersos em suas relações lúdicas e familiares. Nesses casos, ocorre a concentração do capital industrial e, concomitantemente, o controle da propriedade da terra pela

---

<sup>281</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.

<sup>282</sup> Diversas denominações foram empregadas para descrever esses aglomerados, tais como “vila operária”, “bairro proletário”, “núcleo industrial”, “núcleo fabril”, “cidade operária”, “cidade companhia” e “cidade empresa”. Nomenclaturas tão distintas evidenciam a amplitude de sua existência mesmo que, muitas vezes, apresentem configurações espaciais diversas. VALDERRAMA, Berna Bruit & OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. “Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital”. *Revista do Centro de Preservação Cultural / USP*: São Paulo, n.º 5, nov. 2007/abr. 2008, p. 56.

indústria. Ou seja, a fábrica, na qual o trabalhador labuta por condições mínimas de sobrevivência, é também a proprietária da casa na qual ele reside e, em muitos casos, a fomentadora de grande parte de suas relações sociais. Nessa situação, o trabalhador percebe-se enredado em uma teia de relações e suscetível a mecanismos de vigilância e controle sobre distintos aspectos de sua vida.

A fábrica com vila operária representa:

“(...) uma situação onde a própria fábrica é proprietária das casas em que moram seus operários e é promotora da vida social extra fabril da localidade. Tal situação traz novas determinações à relação entre patrões e operários (...) que extrapolam a esfera da produção em direção ao controle material da própria esfera da reprodução da força de trabalho. Pois que o fato de certas empresas industriais fornecerem casas a seus operários, em contrapartida seja de um aluguel geralmente descontado do salário, seja das obrigações econômicas e não econômicas geralmente não explicitadas em contrato, mas incorporadas ao comportamento dos operários como parte das regras do jogo, significa de fato uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social e extra fabril dos trabalhadores”<sup>283</sup>.

Normalmente a moradia na vila operária não era gratuita. As empresas descontavam do salário do trabalhador o aluguel da casa, ou seja, havia um custo, cujo impacto sobre o orçamento do morador da vila operária poderia ser bastante significativo. No ano de 1918, por exemplo, este aluguel poderia corresponder a cinco dias de trabalho de um homem adulto.<sup>284</sup>

Em alguns casos, os operários pagavam aluguel mensal pelas casas da vila operária durante os cinco primeiros anos de trabalho, ao final dos quais, caso fosse julgado “eficiente”, poderia ser dispensado do pagamento. Após completar dez anos de trabalho na fábrica, receberia uma casa na

---

<sup>283</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 17.

<sup>284</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. Utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 34.

vila.<sup>285</sup> Portanto, a moradia era utilizada – de diferentes formas – para aumentar o controle e a disciplina sobre a classe trabalhadora.

### 3.3.1 A vila operária

É preciso considerar que devido ao aporte de capital imobilizado em uma vila operária, tal expediente estava disposto exclusivamente aos grandes empreendimentos industriais. No caso da *Lumber Company*, possivelmente as casas foram construídas com a mão de obra da própria empresa e com a matéria-prima por ela produzida, minimizando o impacto econômico-financeiro.

As habitações de propriedade das fábricas inicialmente estavam destinadas aos trabalhadores mais qualificados e especializados. A exceção ocorria naquelas situações nas quais havia a necessidade de fixar os trabalhadores não-especializados próximo à fábrica ou local de trabalho. Uma das necessidades precípua para a fábrica construir sua vila operária era exatamente essa, isto é, relacionava-se com sua localização geográfica. Em decorrência do afastamento de centros urbanos e povoações com densidade populacional adequada à demanda para o trabalho, surgia a necessidade de fixar os trabalhadores. Costumeiramente esses empreendimentos disponibilizavam algumas facilidades a sua mão de obra, para que esta se dispusesse a permanecer junto aos locais de trabalho.<sup>286</sup>

Assim como outras fábricas que entraram em operação no Brasil em fins do século XIX e início do XX, instaladas em regiões com um modo de vida basicamente rural, sem grandes contingentes populacionais disponíveis para o ingresso nas linhas de produção, a *Lumber* necessitou atrair, fixar e imobilizar a sua força de trabalho.

É possível distinguir três tipos de moradia utilizados pelos trabalhadores da companhia.

Primeiramente, havia as casas de maior conforto e salubridade, habitações mais próximas da fábrica, localizadas a pouca distância do pátio da serraria. Edificadas em madeira, amplas e próximas as linhas de energia elétrica, eram sustentadas pelos geradores da companhia, porém, em número restrito. Neste grupo estavam alocadas as casas dos altos funcionários e

---

<sup>285</sup> Esse era o caso da vila operária Boa Viagem, em Salvador, de propriedade da fábrica têxtil Companhia Empório Industrial do Norte. MATOS, Vanessa Cristina Santos. “Uma história da vila operária: na perspectiva de gênero e classe (dispositivo de controle social?)”. Primeira República – Salvador – BA. Fazendo Gênero 8 – *Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008, p. 03.

<sup>286</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 60.

diretores, especialmente norte-americanos, com padrão muito superior as casas dos operários.



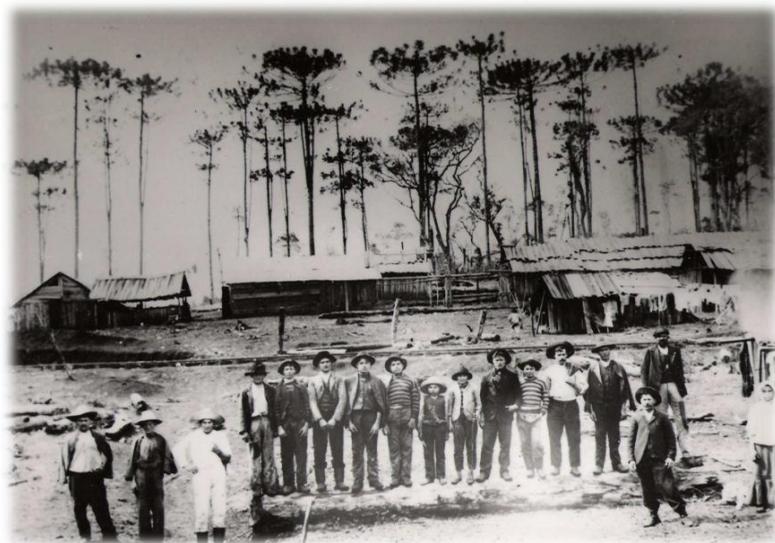
**Imagem 21: Casas dos trabalhadores especializados da *Lumber*. In: Valentini, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil*, op., cit., p. 157.**

Um segundo tipo de moradia – este adotado espontaneamente pelos trabalhadores da empresa – consistia em casas situadas em áreas relativamente distantes da sede da companhia, em antigas colônias estabelecidas pelo governo do Paraná. Inclusive, também, as casas construídas por conta própria, na maioria das vezes pelo processo de apossamento<sup>287</sup>, na região circundante à *Lumber*, já em meio à mata, com uma vida caracteristicamente rural.<sup>288</sup> Nessa tipificação enquadram-se aqueles trabalhadores que utilizavam o emprego na companhia como uma forma de complementação da renda, normalmente oriundos de famílias de pequenos lavradores e sitiantes.

---

<sup>287</sup> MOTTA DE CARVALHO, Tarcísio. “*Nós não tem direito*”, op., cit., p. 84-5.

<sup>288</sup> O processo de apossamento de terras foi o método costumeiramente empregado para a apropriação territorial na região, sendo comum o estabelecimento de posses por pequenos agricultores, antes da chegada dos grandes fazendeiros e da administração pública. Conforme exposto no capítulo 1, nestas posses estabelecidas no interior da floresta, aquela população mantinha pequenas plantações e a criação comunal de animais tanto para subsistência quanto para um pequeno comércio de excedentes, a base de troca, além de efetuar a coleta da erva mate.



**Imagem 22: Habitantes de um dos acampamentos da *Lumber*. Note-se o grande número de crianças, a proximidade e a precariedade das construções, s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo do MTB.**

O terceiro e mais característico tipo de moradia eram os “Acampamentos”, que foram amplamente utilizados pela *Lumber*. Esta configuração habitacional estava destinada aos trabalhadores (e suas famílias) empregados no serviço das matas, em atividades como a derrubada e o transporte das toras, o avançamento dos trilhos e a manutenção dos ramais ferroviários da empresa. A principal característica desse tipo de moradia era sua mobilidade. Como exposto anteriormente, com o passar do tempo e com o acelerado ritmo de exploração da madeireira, as reservas mais próximas ao engenho de serrar tenderam a exaurir-se rapidamente, tornando necessária a expansão desses espaços de exploração.<sup>289</sup> Isso exigiu a ampliação dos ramais ferroviários e o estabelecimento de trabalhadores envolvidos nos serviços das matas em acampamentos adjacentes aos novos locais de extração da madeira, ou seja, em direção à floresta:

---

<sup>289</sup> Processo semelhante pode ser verificado em outros setores extrativistas, tal qual no caso das carvoarias.

À medida que explorava as matas circunjacentes, ia a *Lumber* adquirindo outras, cada vez mais distantes, e a elas fazendo chegar as pontas dos seus trilhos e suas turmas. Hoje suas locomotivas já vão buscar a matéria prima a seis e mais léguas de distância, num esforço vitorioso e hercúleo”.<sup>290</sup>

Portanto, os acampamentos foram instaurados para assentar os trabalhadores em casas de propriedade da *Lumber*, em áreas próximas aos locais de trabalho, isto é, nos diferentes pontos de extração de madeira entremendo a mata. Quando ocorria a redução de madeira disponível em determinado setor, o acampamento era deslocado. Para aprimorar a logística, as casas eram carregadas sobre vagões de trens e transferidas – com as famílias e os pertences em seu interior – para as novas áreas de extração, na extremidade do ramal ferroviário, aonde seriam a base para a continuidade do processo de exploração. Nesse novo local, as casas eram novamente instaladas – compondo uma vila operária em meio à floresta – muito próximas umas das outras, onde diversas famílias compartilhavam o espaço, o fogo, o poço e as refeições. A floresta e os trilhos eram os brinquedos das crianças.<sup>291</sup> Através desse processo, as moradias eram removidas e instaladas diversas vezes, sempre em direção a novas fronteiras de extração, deixando para trás reservas exauridas, apenas o rapador.

---

<sup>290</sup> O Comércio, Ano II, N.º 32. Porto União, 09 de março de 1936. BPESC.

<sup>291</sup> COMPANHIA *Lumber*. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco.



**Imagem 23: Acampamento da *Lumber* sendo deslocado. É possível ler a anotação: “Moving Camp – Barra Grande”, s/d. Imagem digitalizada MTB.**

Ao longo do período de funcionamento da *Lumber*, muitos acampamentos foram montados. Foi possível rastrear cinco, quais sejam: o Tapera, o São João da Barra (também chamado de Desvio), o Vila Nova, o Barra Grande e o Bugre. No entanto, certamente houve outros. O período de existência de cada acampamento era de aproximadamente dois anos. No momento da movimentação, as pequenas casas de madeira eram erguidas pelos próprios trabalhadores, que utilizavam pranchões de madeira colocados sob a estrutura e alavancavam as moradias, colocando-as sobre os carros do trem que aguardava.<sup>292</sup>

---

<sup>292</sup> Entrevista com Leopoldo Padilha, *op.*, *cit.*



**Imagem 24: Trens carregando casas em momento de movimentação de um acampamento, s/d. Imagem digitalizada que compõe o acervo MTB.**

Estas peculiares vilas operárias poderiam ser surpreendentemente desenvolvidas. Além dos próprios trabalhadores, havia muitas mulheres e crianças e, inclusive, a presença de comerciantes, os quais acompanhavam o deslocamento do acampamento, instalando pequenos negócios, como um açougue e uma bodega – que se transformava em um salão de baile nos finais de semana. Também nos finais de semana, os moradores poderiam tomar uma carona em um dos trens da companhia e dirigir-se até Três Barras, tanto para fazer compras como para aproveitar a sessão do cinema da *Lumber*; ou ainda, a partir da década de 1930, para assistir a um jogo de futebol no campo da empresa.<sup>293</sup>

### **3.4 O aparato institucional da *Lumber Company***

Uma vila operária – tal qual o caso dos acampamentos da *Lumber Company* – não era constituída apenas pelas moradias dos trabalhadores. Havia serviços e facilidades disponibilizados pela empresa e que normalmente permitiam sensíveis e efetivas melhorias quanto as condições de sobrevivência do trabalhador e de sua família. Em contrapartida, viver em uma vila operária significava também estar sob a influência de uma série de

---

<sup>293</sup> Idem.

dispositivos que tentavam impor aos seus moradores um ajustamento moral, psicológico e físico. A atuação conjunta de tais fatores objetivava – e poderia resultar – na construção de sentimentos de lealdade em relação ao patrão, ou no fomento de um sentimento de pertencimento em relação à empresa, arquitetando assim a ideia de uma “grande família”. Isso tornava a relação patrão/empregado mais complexa, facilitava a dominação e favorecia a interiorização da dominação pelas pessoas residentes na vila operária.

Esse conjunto de facilidades disponibilizado ao trabalhador e sua família foi chamado por Leite Lopes de “aparato institucional”, e manifestava-se em realizações concretas e visíveis, como, por exemplo, hospital, cinema e teatro.<sup>294</sup> Entretanto, outros autores utilizaram denominações distintas para referenciar tais dispositivos, a título de exemplo, “rede de serviços”,<sup>295</sup> ou ainda “serviços sociais”.<sup>296</sup>

As instalações da fábrica, aliadas ao conjunto de moradias da empresa e ao aparato institucional configurava um “sistema”. O “Sistema Paulista”, analisado por Leite Lopes, é uma variante desta forma de dominação especificamente utilizada no caso daquela indústria,

“(…) envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários (...). Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o ‘governo local de fato’ da companhia sobre estas múltiplas atividades”.<sup>297</sup>

---

<sup>294</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 169.

<sup>295</sup> KELLER, Paulo Fernandes. *Cotidiano operário e complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ*. CEMOBA: Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense: Rio de Janeiro: 2005. O autor analisa a vida cotidiana do operariado têxtil das fábricas de tecidos de Paracambi no Rio de Janeiro, dentro do modelo fábrica com vila operária, do final do século XIX e primeira metade do século XX, e identifica o conjunto de benefícios oferecidos pela indústria aos moradores da vila operária.

<sup>296</sup> MATOS, Vanessa Cristina Santos. *Uma história da vila operária*, op. cit., p. 08.

<sup>297</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, op. cit., p. 21. No caso da CPIB, temos o “Sistema Bangu”, que além da Companhia Progresso Industrial do Brasil, conhecida como “Fábrica Bangu” – por ter sido instalada em 1889, em uma fazenda com esta denominação – e da vila operária (e de seu aparato institucional), também incluía a proximidade da ferrovia, o que amplificava seu potencial e raio de ação. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço*

O aparato institucional apresentava um caráter paradoxal. Conquanto oferecesse benefícios aos trabalhadores, também legitimava a dominação da empresa. Tal situação é facilmente identificada no caso específico da *Lumber Company*, que além do controle econômico e fundiário sobre a região de Três Barras, realizou a instalação de um hospital, uma farmácia, cinema, cassino. Tanto a estrutura da empresa quanto seu funcionamento regular eram resguardados pelo seu corpo de segurança, uma milícia fortemente armada.

Juntamente com a instalação da indústria, a companhia efetuou a construção de um hospital, cujo propósito era atender, principalmente, os altos funcionários de origem norte-americana transferidos para Três Barras, que, assim como todo o planalto contestado, era desprovido de qualquer tipo de assistência médica ou hospitalar.



**Imagem 25: Hospital da *Lumber Company*, imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras.**

No entanto, o hospital prestava atendimento médico aos demais trabalhadores e, após a instauração da legislação trabalhista, em 1919 – e consequente exigência legal quanto a prestação de assistência médica aos trabalhadores acidentados – o hospital tornou-se fundamental do ponto de vista

administrativo. Inclusive familiares de trabalhadores e outros indivíduos da população local recorriam à assistência do hospital: “no dia 15 de Março tinha a minha esposa no leito há nove dias e quando vi que o caso era grave dirigi-me ao Hospital da Companhia *Lumber* à procura de recursos”.<sup>298</sup> O hospital tinha como diretor o Dr. Oswaldo de Oliveira, médico baiano contratado pela empresa para esta função.<sup>299</sup> Além do hospital, a empresa contava com uma farmácia, onde os trabalhadores poderiam retirar os remédios necessários. Esta estrutura disponível aos trabalhadores era mantida por uma taxa sanitária de dois mil réis mensais, cerca de meio dia de trabalho por mês.<sup>300</sup>



**Imagem 26: Hospital da *Lumber Company*, imagem digitalizada que compõe o acervo do Museu de Três Barras.**

Entre os elementos que compunham o aparato institucional da *Lumber*, podemos elencar o armazém da companhia. Era uma casa comercial bastante ampla e diversificada, que funcionava sob o sistema de cadernetas, isto é, o trabalhador retirava os gêneros necessários à sua subsistência e os valores eram anotados e descontados diretamente do próximo pagamento. Posteriormente, o sistema mudou para o “vale”.

<sup>298</sup> Engenheiro da *Lumber* Antônio Silva Viana, em texto publicado no jornal *Gazeta do Povo*. *Gazeta do Povo*. Ano I, N.º 113. Curitiba, 16 de junho de 1919. BPP.

<sup>299</sup> Oswaldo de Oliveira foi uma figura de grande destaque na região de Três Barras. Foi, inclusive, eleito deputado estadual em duas ocasiões e representava os interesses políticos da companhia. Sua trajetória será analisada no capítulo 4.

<sup>300</sup> *Diário da Tarde*. Curitiba, edição de 08 de julho de 1912, *op., cit.* BPP. Em junho de 1919, essa taxa correspondia a 3\$500 (três mil e quinhentos réis) mensais. *Gazeta do Povo*. Ano I, N.º 113. Curitiba, 16 de junho de 1919. BN.



**Imagem 27: Armazém central da *Lumber Company*. In: Valentini, op. cit., p. 188.**

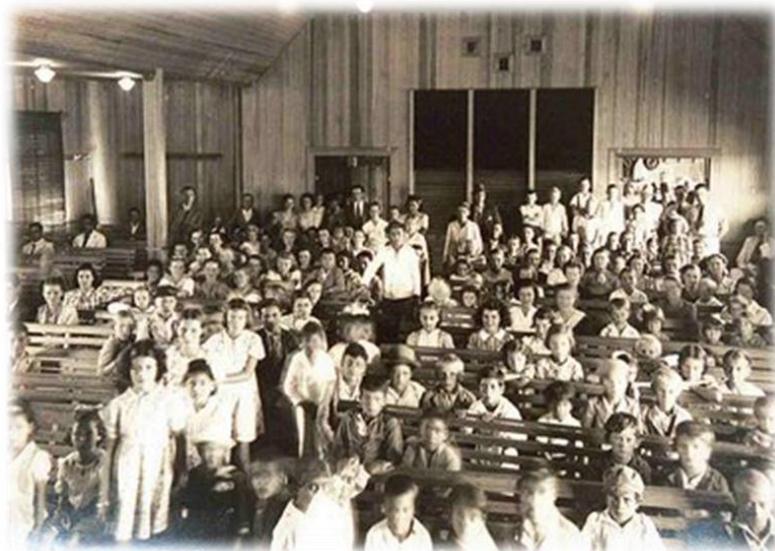
O armazém principal estava instalado na vila de Três Barras, próximo a sede da empresa, porém os trabalhadores que moravam nos acampamentos poderiam efetuar suas compras nos finais de semana, quando um trem era disponibilizado para o deslocamento dos consumidores até o armazém central. Ademais, a companhia também enviava vagões-armazém, os quais partiam para a mata carregados com os gêneros básicos necessários aos trabalhadores e demais moradores dos acampamentos. No ano de 1912, o armazém da *Lumber* chegava a movimentar sessenta contos de réis mensais.<sup>301</sup> Entre os itens mais procurados no armazém estavam os ingressos ao cinema.<sup>302</sup>

O advento do cinema, paralelamente a chegada da companhia, foi outro importante fator integrante do aparato institucional. Além do magnetismo que poderia exercer sobre os trabalhadores, o surgimento do cinema em Três Barras – promovido pela *Lumber* – teve implicações bastante amplas. De fato, foram construídos dois cinemas no perímetro da empresa, o Cine Monroe e o Cine Variedades. Ainda que ambos tivessem como sócios altos funcionários da companhia, havia uma distinção fundamental quanto ao público. O primeiro era frequentado apenas pelos funcionários norte-americanos, ao passo que o segundo recebia os demais trabalhadores. No

<sup>301</sup> Diário da Tarde, 08 de julho de 1912, *op., cit.*

<sup>302</sup> VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil, op., cit.*, p. 188.

ano de 1919, com o acirramento das disputas, eles acabaram transformando-se em sedes de facções políticas adversárias que entraram em choque, tendo como motivação contenda suscitada em torno de seu funcionamento.<sup>303</sup> O cinema, além de importante fator de aproximação dos trabalhadores aos interesses da empresa, também poderia significar a supressão de outros costumes desses trabalhadores, não adequados aos interesses da *Lumber*.



**Imagem 28: Interior do cinema da *Lumber*, s/d. MTB.**

Nos primeiros anos de funcionamento da empresa em Três Barras, foi realizada uma celebração inédita naquela região. “A *Lumber* montou uma grande serraria em Três Barras (...) formou-se uma pequena cidade na qual, todos os anos, a 04 de julho, via-se flutuar por toda a parte a bandeira estrelada dos Estados Unidos”.<sup>304</sup>

Nos anos de 1912 e 1913, ocorreram festas no dia 04 de julho, celebrando a independência dos Estados Unidos da América.

No ano de 1912, há o registro, realizado pelo repórter do jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba:

<sup>303</sup> Essa disputa está relacionada ao período em que um movimento grevista foi deflagrado pelos trabalhadores, e será analisada detalhadamente mais adiante.

<sup>304</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social*, op., cit., p. 74.

“A comemoração do aniversário da Independência da grande república norte-americana, ocorrida a 04 do corrente, ofereceu ensejo à Companhia *Lumber* para que fossem melhor conhecidas as importantes instalações que, para a exploração da indústria do pinho, estabeleceu-se no lugar denominado Três Barras (...) os distintos membros da colônia norte-americana, que dirigem os trabalhos em Três Barras, haviam tido a gentileza de convidar o impresso para assistir aos divertimentos e solenidades com que seria comemorada a data que relembra um dos mais memoráveis fatos da história política do mundo (...) estavam presentes os doutores Afonso Camargo, vice-presidente do Estado, Niepce da Silva, secretário de Obras Públicas, Dr. Edmundo de Oliveira, representante do Senhor Ministro da Viação”.<sup>305</sup>

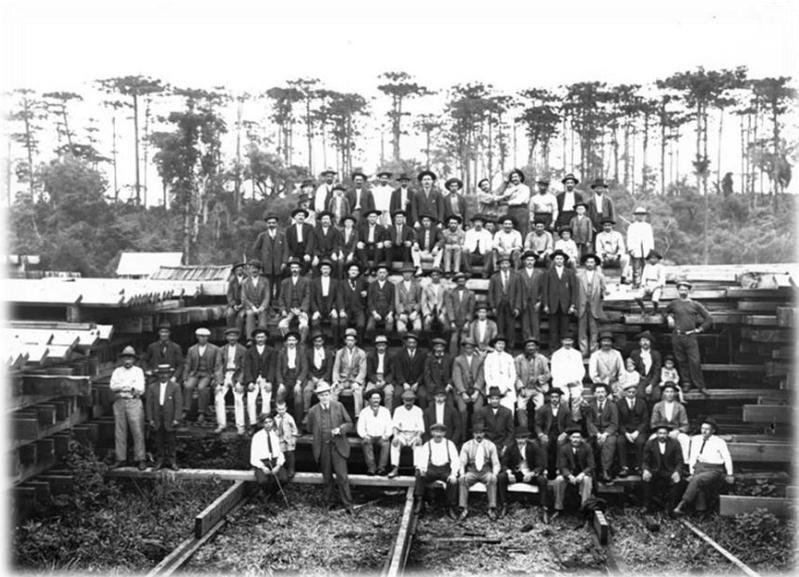


**Imagem 29: Trabalhadores da *Lumber*, em 04 de julho de 1912.**

---

<sup>305</sup> Diário da Tarde. Curitiba, 08 de julho de 1912.

A comitiva que partiu de Curitiba era composta por jornalistas e destacadas autoridades políticas. Affonso Camargo, segundo na hierarquia do estado do Paraná, mantinha relações bastante próximas com os interesses da empresa. Certamente todos os integrantes do séquito ficaram profundamente impressionados diante da singular estrutura arquitetada pela companhia em Três Barras. A *Lumber* havia iniciado suas atividades oito meses antes, em 02 de novembro de 1911<sup>306</sup>, e a presença da imprensa e demais autoridades concedeu distinção a celebração do dia 04 de julho, que também contou com a presença tanto dos trabalhadores norte-americanos quanto de outras nacionalidades que compunham a sua mão de obra.



**Imagem 30: Trabalhadores da *Lumber* e o diretor gerente da companhia, em 04 de julho de 1913.**

É plausível considerarmos que os festejos eram uma forma dos funcionários de origem norte-americana – assim como seus familiares – celebrarem uma data realmente importante para aquele grupo, o que, de certa forma, permitiria que se sentissem mais próximos de casa, ao menos por

---

<sup>306</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta, op., cit.*, p. 242.

algumas horas. No entanto, é admissível considerar a hipótese de que os diretores da empresa aproveitaram a oportunidade para tecer laços de pertencimento e solidariedade entre a companhia e sua origem, e os trabalhadores. A participação destes e de suas famílias poderia disseminar esse patriotismo enxertado entre aquela comunidade e, dessa forma, inserindo-os entre os membros dessa ‘grande família’ que era paulatinamente construída, e, conseqüentemente, amenizar antagonismos de classe. Afinal, era uma data em que o patrão misturava-se aos empregados em um ambiente festivo, e, inclusive, posava para fotos, aproximando indivíduos com interesses tão opostos, o que, supostamente, poderia infundir certa admiração entre os trabalhadores.<sup>307</sup>



**Imagem 31: Celebração do 04 de julho (não há referência ao ano). Note-se a participação das famílias dos funcionários da companhia.**

As práticas esportivas também foram comumente exploradas por empresas para construir laços de proximidade com seus trabalhadores. No caso da *Lumber*, a partir da década de 1930, a empresa passou a promover o futebol com esse objetivo. No museu de Três Barras, ainda há troféus conquistados em campeonatos disputados pelos trabalhadores da empresa, também atraindo a atenção as referências aos fomentadores do esporte e

---

<sup>307</sup> Situações em que os trabalhadores eram compelidos a participar de celebrações não eram raras durante a Primeira República, muitas vezes, em homenagem pessoal ao patrão, o que gerou manifestações por parte dos trabalhadores. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Documentos. Volume II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981, p. 174.

nomes dos campeonatos, gravados naqueles objetos: “Taça Presidente: Oferecida pelos senhores Ernest Bishop e Hugh Kennedy, presidentes perpétuos do Três Barras Sport Club, 07 de setembro de 1940”. Outro troféu fora batizado como “Taça Emílio Tinel”, disputada em um duelo final entre o time do Três Barras, cujos integrantes eram trabalhadores da empresa, e o Ipiranga Futebol Clube. É emblemático o fato dos torneios e troféus receberem a designação de diretores e importantes funcionários da companhia. Ernest Bishop foi um dos diretores-presidentes da *Lumber*. Hugh Kennedy foi contratado ainda no início da década de 1920 e exerceu cargos importantes, como superintendente da serraria, função pela qual recebia a diária de doze dólares e meio, bastante elevada para os padrões da companhia.<sup>308</sup> Emílio Tinel foi, durante muitos anos, o encarregado pelos acidentes de trabalho da empresa, função primordial para a redução dos custos com indenizações.

É possível que o interesse dos altos funcionários da empresa pelo futebol e o patrocínio por eles oferecido resultasse de uma admiração pelo esporte, com o propósito de disponibilizar aos trabalhadores uma opção de lazer e entretenimento, contudo, também é viável a perspectiva de que essas práticas eram fomentadas por interesses que se estendiam além da diversão e da suposta preocupação dos patrões com seus empregados. O time de futebol contribuía para compor o aparato institucional da companhia, pois torcer pelo time da empresa (cujo nome era Três Barras), significava torcer por seus parentes e amigos. A convergência, nos finais de semana, dos habitantes das moradias da empresa – bem como de outros moradores da região – para o campo de futebol da *Lumber*, constituía o cenário ideal para a edificação de uma relação amistosa entre patrão e empregado, que pretendia atenuar as tensões de classe e propiciar a concepção de um sentimento de pertencimento e gratidão dos trabalhadores em relação a seus chefes e à empresa.

Completando o seu aparato institucional, a *Lumber Company* também instituiu uma força paramilitar própria, seu corpo de segurança. O grupo era constituído por trezentos homens fortemente armados, um efetivo superior ao Regimento de Segurança de Santa Catarina, que possuía, em 1910, duzentos e oitenta homens.<sup>309</sup>

<sup>308</sup> Livro de Registro de Funcionários da Companhia *Lumber*. Documento consultado no Campo de Instrução Marechal Hermes, em Três Barras.

<sup>309</sup> Existem informações contraditórias acerca do número de homens que compunham o corpo de segurança da *Lumber*. Machado (2004), afirma que o grupo era formado por 300 homens armados; Diacon (1991) aponta 400 componentes para o grupo; Carvalho (2009), p. 253, afirma ter localizado entre a documentação sobre os trabalhadores da empresa, no ano de 1915, apenas 11

As atribuições do corpo de segurança consistiam na proteção do patrimônio e das instalações da empresa, na manutenção da disciplina, repressão aos protestos dos operários e na expulsão ou assassinato de posseiros em terras de interesse da companhia.<sup>310</sup> O grupo assegurava à companhia exercer o poder, de fato, sobre toda aquela região, em especial, sobre seus domínios.

Os interesses econômicos sempre foram acompanhados pela força armada. Para Linebaugh, as características sociais e materiais da industrialização foram criadas através de “... um tenaz e bem orquestrado movimento de transformação tecnológica maciça e imaginosa (...) e da introdução implacável de uma polícia semimilitar”.<sup>311</sup> O mesmo jornalista que presenciou a celebração do 04 de julho, em Três Barras, afirmou que “o lugar é muito bem policiado”.<sup>312</sup>

---

referenciados como guardas da empresa, número que o autor sugere estar muito abaixo das necessidades repressivas da *Lumber*. Parece adequado supor que o número de homens do corpo de segurança aproximava-se de algumas centenas, em função das inúmeras necessidades repressivas sobre os diversos setores da empresa. Também é plausível supor que muitos dos guardas não constavam dos quadros oficiais da Companhia, sendo cotratados sem o devido registro documental, possivelmente em função de questões anteriores com a Justiça, ou, para evitar complicações posteriores, pois a atuação do grupo não costumava respeitar parâmetros legais.

<sup>310</sup> Além disso, o grupo era empregado de acordo com os interesses políticos da companhia. Como exposto anteriormente, quando irromperam as hostilidades do movimento de 1930, o diretor da *Lumber*, por intermédio do chefe do grupo, cogitou dinamitar uma ponte para impedir a passagem do trem que conduzia tropas vindas do Rio Grande do Sul.

<sup>311</sup> LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha do século XVIII”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) *Crime, violência e poder*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983, p. 127-8.

<sup>312</sup> Diário da Tarde, 08 de julho de 1912, *op.*, *cit.*



**Imagem 32: Homens do corpo de segurança da *Lumber*. In: CONTESTADO, op. cit., p. 75.**

O corpo de segurança atuou na expulsão de posseiros que não aceitavam a determinação para se retirarem de terras que eram ocupadas e exploradas pela *Lumber*. No dia 29 de setembro de 1914, a sede da companhia, em Três Barras, foi atacada por um piquete, em plena ofensiva rebelde, durante a Guerra do Contestado. O corpo de segurança aliado a força policial paranaense deslocada para proteger a empresa, rechaçaram o ataque, salvaguardando a empresa de uma provável destruição, como ocorrera em Calmon, com outra serraria da *Lumber*.



**Imagem 33: Homens do corpo de segurança do Paraná em alerta aguardando ataque dos rebeldes. Setembro de 1914.**

Após o encerramento dos conflitos, a empresa continuou sua expansão predatória sobre a região e, para tanto, continuou empregando sua milícia na execução de seus interesses. A guarda da empresa, responsável pela manutenção da “ordem”, também desempenhou papel expressivo durante as greves deflagradas pelos trabalhadores da companhia, quando foi eficientemente empregada na repressão, principalmente, aos movimentos de 1919, vigiando, perseguindo e prendendo os operários grevistas, aos quais, um dos membros do grupo declarou “O senhor não ande de noite. Recolha-se cedo, porque a ordem é rigorosa. Temos ordem de matar”.<sup>313</sup>

Esse conjunto de elementos atuava paralelamente com o intuito de – sempre que possível – atenuar as tensões entre a empresa e seus trabalhadores. Visando a interiorização da dominação pela sua força de trabalho, a empresa tratou de discipliná-la, elevando sua exploração sobre os trabalhadores.

---

<sup>313</sup> A Plebe, 23 de agosto de 1919, *op., cit.*

### 3.4.1 A apropriação do aparato institucional pelos trabalhadores da *Lumber Company*

Apesar desse intrincado conjunto de elementos acessíveis aos trabalhadores, é preciso avaliar até que ponto a dominação imposta pela companhia foi efetivamente interiorizada por sua mão de obra. Admissivelmente, os trabalhadores construíram sua resistência a partir da atribuição de um novo conjunto de valores às relações e ao modo de vida edificado nos diferentes espaços do complexo fabril, com vila operária.

Dessa forma, a questão que se apresenta é de que forma os trabalhadores da *Lumber* se apropriaram desse aparato institucional e produziram relações sociais próprias, dotadas de sentido?

Conforme exposto anteriormente, as moradias dos trabalhadores da *Lumber* estavam dispostas fragmentariamente em três categorias distintas. Os acampamentos era o modelo mais frequente que agregava a maioria dos trabalhadores, distribuídos pelo interior da mata, a uma distância significativa da fábrica e da vigilância do patrão e dos homens do corpo de segurança. Essas peculiaridades presumem uma maior liberdade de ação, tanto em ocasiões lúdicas quanto nos momentos de organização e mobilização. A resistência foi constituída em diferentes níveis.

Nos acampamentos, frequentemente ocorria a realização de festas, como, por exemplo, bailes organizados pelos próprios trabalhadores:

“[Festa e baile], sempre tinha né? Sempre acontecia uma dominguera. Quando era sábado as moça do acampamento já vinha pra cima de mim e dizia: ‘Leopoldo, pede pro dono pra gente usá o salão’. Aí eu pedia pra usá o salão, já que não tinha nada pro pessoal fazê de final de semana, aquele monte de moça e rapaiz à toa, a gente já fazia uma dominguera e tocava a tarde dançando. (...) aí o português dexava, e a mulher dele aproveitava pra vendê cachaça durante o baile”.<sup>314</sup>

A disposição do espaço compartilhado pelos trabalhadores e suas famílias nos acampamentos também funcionava como base para construção de redes sociais e de solidariedade, bem como para articulação de demandas. Os espaços de sociabilidade têm uma importância crucial no processo de formação de classe, ao incitarem a ação coletiva. O compartilhamento de

---

<sup>314</sup> Entrevista com Leopoldo Padilha, *op. cit.*

momentos lúdicos era outro elemento relevante no fortalecimento da unidade e na expressão de seus interesses comuns.

No ano de 1919, as tensões acumuladas entre trabalhadores e companhia eclodiram na forma de manifestações e greves. Um dos grevistas, residente em um acampamento da empresa, descreveu os eventos relacionados aos movimentos em textos enviados para o jornal libertário *A Plebe*, de São Paulo, o qual publicou reportagens com base nessas informações.

Alcindo de Oliveira denominou as habitações disponibilizadas pela empresa como “casa-rancho” e “rancho-espelunca”, rústicas edificações de madeira, constituídas por um único cômodo, uma pequena porta e apenas uma janela. A água era extraída de um poço escavado nas proximidades. Com a continuidade da greve pelos trabalhadores, os diretores da empresa ativaram seus instrumentos de coerção: dezenas de operários foram demitidos, e receberam o prazo de quatro horas para desocupar as casas de propriedade da *Lumber*, “que para escárnio serviam de habitação às famílias de seus operários”.<sup>315</sup> Desvela-se umas das razões para a construção de vilas operárias. Além da necessidade de fixar, imobilizar e vigiar a mão de obra, esse sistema tornava a moradia um poderoso e eficiente elemento de pressão em momentos críticos, tal qual no decorrer de um movimento grevista. A propriedade da casa do trabalhador delegava aos diretores da companhia imenso poder de coerção sobre aqueles indivíduos e suas famílias. Ao menor indício de insubordinação – o que já representava uma atitude corajosa do trabalhador nessa situação de dependência – aquele que controlava seu emprego e sua moradia o demitia e expulsava toda a família operária.

A *Lumber* fez uso desse expediente, pois alguns grevistas:

“(…) abandonaram a localidade para evitar a prisão, deixando suas famílias, as quais foram, pelo delegado, proibidas de se retirar do lugar. As casas-ranchos desses trabalhadores foram algumas noites guardadas por capangas armados [homens do corpo de segurança da *Lumber*] e policiais”.<sup>316</sup>

Portanto, a mesma moradia que representava um alento ao trabalhador, um local seguro para proteger a si e sua família, fora transformada em cárcere de seus entes queridos, local ao qual não era possível retornar devido ao risco a sua liberdade e sua vida. A atuação do corpo de segurança e

---

<sup>315</sup> *A Plebe*, 23 de agosto de 1919, *op.*, *cit.*

<sup>316</sup> *Idem.*

da polícia – comandada no distrito de Três Barras pelo subdelegado Theófilo Becker – limitavam ainda mais os espaços de manobra durante a mobilização.

Com o suporte da polícia local e de forças provenientes de outros municípios, a repressão foi ampla e irrestrita,

“(...) e os que mais se destacaram no movimento, os mais capazes de ação, caíram logo no desagrado dos chefes e mereceram sua demissão do serviço. Também estive nesse número e recebi o meu prêmio. Fui despejado e tive que transportar-me com família e bagagem para outra localidade.”<sup>317</sup>

A pressão exercida sobre os principais responsáveis pela agitação traduzia-se em demissão e deportação, afinal, sem casa para morar, sem dinheiro para hospedagem, com poucas alternativas de trabalho e com o desagrado dos diretores – cuja vontade era sinônimo de lei – o que restava aos “agitadores” e suas famílias era abandonar definitivamente Três Barras.

Os fatos apresentados corroboram o papel da vila operária como fator de dominação sobre os trabalhadores. Participar de uma manifestação, ingressar em um movimento grevista, exigir melhorias para sua classe, poderia resultar em demissão e, conseqüentemente, na perda da moradia, no despejo, na aflição de não dispor de um teto para proteção de sua família. A casa de propriedade do patrão, mesmo precária, na maioria das vezes representava a única opção de sobrevivência para muitas daquelas pessoas.

Contudo, a mobilização dos trabalhadores demonstra que, mesmo sob esse tipo de pressão, eles não prescindiram de sua luta por aquilo que consideravam justo. Ademais, a própria vila – no caso da *Lumber*, seus acampamentos – propiciou a formação de densos laços de solidariedade que, além de permitir estabelecer relações pessoais, também proporcionou uma identidade marcada pela solidariedade e auxílio mútuo. O compartilhamento de espaços contíguos de habitação, das mesmas relações de produção e da mesma agonia perante os constantes acidentes de trabalho, estimulou a construção e fortalecimento de noções comunitárias profundamente arraigadas.

A apropriação da vila pelos trabalhadores transcendia os objetivos dos patrões ao construí-las. As indústrias e vilas operárias eram propriedades dos patrões, mas as vilas eram o lar dos trabalhadores, onde construíram

---

<sup>317</sup> *Ibidem*.

cotidianamente relações de amizade e auxílio mútuo. Pode-se vislumbrar a edificação de práticas de resistência à dominação, práticas estas elaboradas, inventadas e reinventadas no interior do grupo de trabalhadores e no interior dos acampamentos.

A *Lumber* utilizava de seu aparato institucional para seduzir e fixar a mão de obra, bem como para impor uma nova disciplina industrial, a qual perpassava a concessão de “favores” e objetivava incutir neste mesmo grupo a ideia de que estavam envolvidos em uma relação da qual obteriam benefícios. Os operários da *Lumber*, mesmo insatisfeitos com suas condições de trabalho e vida, realmente usufruíam de “vantagens” concedidas pela companhia – comparativamente às demais alternativas de trabalho disponíveis na região – mediante utilização do serviço sanitário – hospital e farmácia – e de opções de entretenimento, como o cinema e, mais tarde, o futebol. Também poderiam viver nas casas dos acampamentos da empresa e adquirir mantimentos nos armazéns da mesma, o que, se por um lado significava o atrelamento do operário aos seus desmandos, por outro, assegurava a ele e sua família a subsistência diária. Os trabalhadores e, muitas vezes, suas famílias, poderiam se deslocar de carona, utilizando os trens da companhia como meio de transporte, especialmente nos finais de semana. E, apesar de todo o controle patronal, fora dos horários de expediente os trabalhadores desfrutavam de certa liberdade para a diversão autônoma – tendo como referência antigos costumes que resistiam – em bailes, jogos de cartas e bebendo, apesar de residirem nos acampamentos da companhia.

O aparato institucional e sua apropriação pela mão de obra integrava uma relação que também se desenvolvia em torno de uma aparente aquiescência por parte dos trabalhadores, cuja demonstração era necessária para o usufruto das vantagens disponibilizadas pela empresa. Conquanto a empresa almejasse essa relação de dominação, os trabalhadores também transitavam na busca por melhores condições de sobrevivência. A mão de obra da *Lumber* percebia o que os chefes esperavam e a que precisavam se submeter para conservar seu emprego e seu acesso as vantagens que compunham seu aparato institucional. Mesmo num ambiente com aparente rigor e controle inexauríveis, também havia espaço para negociação. O ato de fumar exemplifica essa questão. Com a estatização da empresa durante o Estado Novo e posterior ocupação pelo exército brasileiro, houve uma significativa alteração nessa relação, devido a imposição pelos militares – muitas vezes de forma intransigente – de novas regras de conduta. Na “época dos americanos” o “pessoal trabalhava direitinho” e após a chegada dos militares, “a coisa foi fracassando”. “[Antes] o pessoal fumava, brincava, e o Coronel

não queria. Um dia ele pegô o cachimbo de um feitor e jogô no fogo, na frente de todo mundo”.<sup>318</sup>

Sendo assim, é plausível afirmar que os trabalhadores da *Lumber* conseguiram construir – utilizando-se da apropriação do aparato institucional – condições favoráveis para mobilização, organização e luta, o que demonstra que apesar dos benefícios disponibilizados e da aparente aquiescência, desde muito cedo se desenvolvia a insatisfação e conseqüente aspiração por melhores condições de trabalho e subsistência, para eles próprios e suas famílias. No entanto, o palco dos conflitos entre os trabalhadores e a *Lumber* constituía-se por outros fatores, tanto provenientes de suas necessidades prementes, quanto dos interesses econômicos da empresa e das pressões políticas de seus trabalhadores. A seguir serão analisadas as greves deflagradas pelos trabalhadores da *Lumber Company*.

### 3.5 Mobilizações e lutas

A luta contra os excessos do capital estrangeiro na região do planalto contestado assumiu diferentes formas no decorrer do tempo. Inicialmente, os posseiros e sitiante resistiram à expulsão de suas terras que estavam sendo arrebatadas pela companhia. Desencadeou-se um processo de expulsão da população sertaneja que ocupava as terras, então sob controle da *Lumber* – similarmente ao que havia sido executado no vale do rio do Peixe por ordem da Ferrovia – deflagrado na região do planalto contestado, nos vales dos rios Negro e Iguçu. Milhares de pessoas foram retiradas de suas terras. O morador pobre do planalto, o caboclo ou sertanejo, mediante aposamentos, ocupava aquelas terras há muito tempo, muitas vezes, há gerações. Como exposto anteriormente, ali construiu uma relação de exploração racional dos recursos naturais e teceu complexas relações sociais com seus pares. Todo esse universo, gestado ao longo de décadas foi – com a celeridade e a impessoalidade da companhia, características da ‘racionalidade’ do capital – aniquilado. O corpo de segurança da *Lumber* – sua força armada privada – assim como procedera o grupo similar da Ferrovia – realizou o trabalho de retirada ou assassinio das famílias de posseiros, “uma onda de horror varreu todo o território”.<sup>319</sup>

A instalação da *Lumber* afetou de modo contundente a subsistência de milhares de moradores pobres da região do planalto. Além da expulsão de suas posses, aqueles que conseguiam se restabelecer padeciam com o

<sup>318</sup> Entrevista Leopoldo Padilha, *op. cit.*

<sup>319</sup> VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social, op., cit.*, p 73.

desaparecimento ou a proibição da exploração das matas e ervais nativos, elementos fundamentais para a sobrevivência daquelas pessoas. Era impossível competir com a gigante estrangeira, a qual, além de todo o seu aparato industrial, controlava os meios de transporte, impedindo o escoamento da produção de suas concorrentes mais modestas. O resultado foi o desemprego e a restrição das possibilidades de sobrevivência.

A população resistiu de diferentes formas à atuação impingida pelo capital estrangeiro. Parte de suas práticas e costumes tornaram-se importantes instrumentos de luta contra o cerceamento e as transformações que afetaram seu modo de vida.

Aquelas pessoas resistiram de acordo com a racionalidade intrínseca em seus costumes e as formas de resistência utilizadas demonstram tal racionalidade. Esse processo contribuiu para o agravamento dos problemas e das tensões sociais no planalto e engrossou as fileiras do movimento sertanejo do Contestado, entre os anos 1912 a 1916.

A atuação das empresas estrangeiras em toda a região do Contestado e, especificamente, da *Lumber Company* no planalto contestado, foi um elemento peremptório para a eclosão do conflito, através do qual a população local reivindicou seus direitos e demonstrou claramente contra quem e o que estava lutando: os estrangeiros, o capital, as autoridades constituídas, ou seja, os membros das classes dominantes, explicitando assim a profunda racionalidade do movimento, que não representou uma odisséia de “fanáticos” ou “jagunços”, e sim a luta de pessoas pobres por aquilo que consideravam justo e seu por direito. Um bilhete encontrado no bolso de um rebelde morto em combate sintetiza os ideais de luta daquelas pessoas: “Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa”.<sup>320</sup> Um breve levantamento dos alvos da ofensiva sertaneja – iniciada a partir do segundo semestre do ano de 1914 – demonstra que o capital estrangeiro (a ferrovia e a *Lumber*) figurou entre seus principais objetivos estratégicos. Os sertanejos realizaram incursões sobre as estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, efetuando a destruição de muitas e a interrupção de linhas regulares. Em Calmon, onde funcionava uma filial da *Lumber Company*, os rebeldes, além de atacarem as estações da ferrovia, atearam fogo à serraria americana, destruindo-a completamente.

Em fins de setembro de 1914, difundiu-se a notícia da organização de um ataque que seria desferido contra a sede da *Lumber*, em Três Barras. Uma mensagem telegráfica, transmitida da sede da empresa ao chefe de

---

<sup>320</sup> ASSUMPÇÃO, Herculano T. *A campanha do Contestado*, vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917, p. 246.

polícia do Paraná, solicitou a proteção da localidade e, principalmente, das propriedades daquela companhia. Ato contínuo, embarcou imediatamente na capital paranaense um contingente do Regimento de Segurança do Paraná, que deveria reforçar as defesas e proteger a empresa. Aquele era um dos objetivos estratégicos da ampla ofensiva deflagrada pelos rebeldes. Em 29 de setembro daquele ano, o ataque contra a sede principal foi executado, mas os rebeldes foram rechaçados pelas forças legais e por grande número de homens em armas mantidos pela própria empresa, seu corpo de segurança.

Em 02 de novembro de 1914, um piquete rebelde atacou a colônia Rio das Antas, localidade com estação da estrada de ferro e colônia de imigrantes, pequenos proprietários alemães e ucranianos assentados pela *Lumber Company*. Aquelas terras haviam sido alvo da expansão fundiária da empresa, que as considerara devolutas. “Ali foram sumariamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das devolutas terras (...)”.<sup>321</sup> Agora os sertanejos pretendiam recuperá-las e “com um mês de antecedência, Chiquinho Alonso [líder do piquete de ataque] mandara avisar que os verdadeiros e originais moradores daquela região estavam dispostos a voltar à força; os colonos que se retirassem ou seriam atacados”.<sup>322</sup>

O avanço das pesquisas sobre o movimento do Contestado permitiu explicitar o hibridismo e a diversidade das motivações e dos objetivos, que variaram conforme a região da zona contestada na qual ocorreu o levante dos setores sociais que aderiram ao movimento. No caso do planalto contestado, a adesão ao movimento decorreu, em parte, pelo cumprimento da sentença referente à disputa relacionada à Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina e do embate entre posseiros, sitiantes e mesmo proprietários de maior vulto contra a *Lumber Company*. O principal líder rebelde daquela região, Aleixo Gonçalves de Lima, lutava pelo cumprimento da sentença, e também mantinha com a *Lumber* ferrenha disputa por uma área de terras ao sul de Três Barras, registrada em cartório de Santa Catarina. A família Pacheco ocupou as terras, realizou o registro em cartório paranaense e, subsequentemente, alienou-as à companhia americana. “Afirmar-se que a invocação do nome de Aleixo fora bastante para levantar em armas

---

<sup>321</sup> PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro, 1916, p. 296.

<sup>322</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado, op., cit.*, p. 300.

centenas de sertanejos, muitos dos quais também expulsos de suas terras graças a manobras da empresa norte-americana...”<sup>323</sup>

O encerramento oficial da Guerra do Contestado, em 1916, não significou o término dos embates entre *Lumber* e população local, especialmente no que tange às suas camadas mais pobres. Devido a instalação da empresa em Três Barras e o início de suas atividades operacionais, a partir de novembro de 1911, o profuso grupo de trabalhadores empregado pela companhia, os pobres do planalto contestado – trabalhadores nacionais e imigrantes que compartilhavam um modo de vida acaboclado – tornaram-se objeto de ação da empresa, a qual praticou excessos, agiu com brutalidade e explorou ao máximo sua mão de obra.

---

<sup>323</sup> VINHAS DE QUEIROZ, *op., cit.*, p. 166. Em entrevista a Paulo Pinheiro Machado, Gilberto Kopecki, acerca do processo de ocupação e expulsão dos posseiros das terras por parte da *Lumber*, declarou: “Em alguns lugares tiravam à força mesmo, com capangas. Em outras situações eles obrigavam o pessoal a assinar um papel em branco. Quem fez isto aqui foi o Nereu Ramos, que era advogado da *Lumber*. O Nereu, mesmo novo, tinha muita autoridade sobre as pessoas, era filho do Governador Vidal. Ele reuniu o pessoal dizendo que era para assinar em branco os papeis, que todos iam ter suas terras regularizadas. Que nada! As assinaturas serviam para as pessoas renunciarem ao direito de posse. Isto minha mãe viu pessoalmente, aconteceu mesmo”.

### 3.5.1 As greves na *Lumber*



**Imagem 34: Trabalhadores da *Lumber Company* em greve, 1917.**

Transcorrido menos de um ano após o término dos conflitos do movimento sertanejo, os trabalhadores da *Lumber* construíram outra forma de expressão reivindicatória, que manifestou-se através dos movimentos grevistas por eles deflagrados.

No mês de julho de 1917, os trabalhadores de todo o país estavam agitados e as notícias do rebentar de greves incitavam novos movimentos. As notícias circulavam pelos jornais, os quais difundiam os acontecimentos de São Paulo e informavam que a greve geral havia chegado, por exemplo, ao Paraná, “havendo repercussão de tal movimento (...) em Três Barras, onde se encontra instalada a importante empresa de serraria – A *Lumber*”.<sup>324</sup> As notícias também transitavam nos trens, que incessantemente chegavam e partiam conduzidos por trabalhadores que pertenciam à categoria dos ferroviários, historicamente caracterizada pelo alto grau de politização, e ampla disseminação das informações.

Os trabalhadores da *Lumber* eram – contínua e gradativamente – pressionados pela longa jornada de trabalho – que poderia atingir a dez

<sup>324</sup> O *Timoneiro do Norte*. Ano I, n.º. 25. Canoinhas, 25 de julho de 1917. BPESC.

horas diárias – e expostos a elevado risco de acidentes, os quais ocorriam em todo o processo industrial da empresa e representavam uma ameaça constante no cotidiano dos trabalhadores. Além disso, às empresas não era atribuída nenhuma responsabilidade legal, pois foi apenas em 1919, com a aprovação da lei de acidentes de trabalho, que os patrões passaram a ser legalmente responsabilizados pelos acidentes e obrigados a assumir as consequências, disponibilizando tratamento médico e hospitalar e indenizando aqueles trabalhadores que tivessem redução ou perdessem a capacidade para o trabalho.

Também os efeitos da Primeira Guerra Mundial repercutiam no operariado em todo o mundo e, inclusive, no Brasil. Alguns setores enfrentavam a redução ou interrupção das vendas para o exterior, resultando no fechamento de fábricas e na demissão de operários. O retraimento dos capitais e do crédito estimulou esse cenário. Ademais, o decréscimo da produção agrícola europeia compeliu os países daquele continente a comprar gêneros de primeira necessidade em outras regiões, resultando na carestia e aumentando a inflação.

“A greve geral de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, conseqüentemente de um longo período da vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora. A carestia do indispensável à subsistência do povo trabalhador tinha como aliada a insuficiência dos ganhos; a possibilidade normal de legítimas reivindicações de indispensáveis melhorias de situação esbarrava com a sistemática reação policial; as organizações dos trabalhadores eram constantemente assaltadas e impedidas de funcionar; os postos policiais superlotavam-se de operários, cujas residências eram invadidas e devassadas; qualquer tentativa de reunião de trabalhadores provocava a intervenção brutal da polícia. A reação imperava nas mais odiosas modalidades. O ambiente proletário era de incertezas, de sobressaltos, de angústias. A situação tornava-se insustentável”.<sup>325</sup>

---

<sup>325</sup> Texto redigido por Edgard Leuenroth, publicado em “Trações biográficas de um homem extraordinário”. *Dealbar* [jornal], São Paulo, 17 de dezembro de 1968, ano 2. N. 17. Consultado em [www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_pesquisatematica/e-album/website-ael\\_ed-edga-a.htm](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_pesquisatematica/e-album/website-ael_ed-edga-a.htm).

Nas palavras do militante Edgard Leuenroth ficam explícitas as motivações para a greve geral deflagrada em São Paulo em julho de 1917, que repercutiu em diferentes regiões do país. O acúmulo das tensões resultante das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, principalmente no que tange a carestia, aos baixos salários e a repressão policial à organização da classe, esta última marcada por prisões arbitrárias e atuação violenta.

No mesmo texto, Leuenroth afirmou que a greve geral daquele ano foi um “acontecimento de excepcional relevo na história da vida coletiva de São Paulo”.<sup>326</sup> Aspecto relevante é a referência do militante ao fato de que a greve não foi resultado da insatisfação apenas dos trabalhadores, mas de amplos setores sociais que apoiaram e fortaleceram o movimento. Torna-se necessário atentar para esta questão. Não é possível estabelecer uma rígida distinção entre as manifestações da classe trabalhadora e os conflitos poli-classistas. Compartilhando o mesmo espaço, costumes e práticas, a população não-operária também convivia com dificuldades semelhantes às enfrentadas pelos trabalhadores. No caso da greve de 1917, a carestia, que atingia toda a população – evidentemente causando maior impacto sobre as camadas mais pobres – foi fator preponderante para a mobilização. Isso expõe parcialmente os laços que uniam os diversos segmentos da população com os interesses da classe trabalhadora e apresenta uma questão complexa, a da participação política na Primeira República, que encontrava nas organizações e manifestações de trabalhadores a sua forma de expressão, em um contexto político partidário limitado pelo controle oligárquico.

No caso de São Paulo, a grande conquista do movimento de 1917 foi o reconhecimento do movimento operário como instância legítima, e da classe trabalhadora como ator social e interlocutor. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores de São Paulo não eram estranhas aos trabalhadores da *Lumber*, que compartilhavam o aumento da exploração e a crescente dificuldade de sobrevivência. Os trabalhadores da *Lumber* decidiram aderir ao movimento nacional.

Em relação aos eventos que se desenvolveram em Três Barras, é preciso considerar que, além das reivindicações imediatas dos trabalhadores, a empresa encontrava-se no epicentro de uma série de questões vultosas que podem ter contribuído para o movimento daquele ano. Em 20 de outubro de 1916, fora assinado o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, que transferiu para o controle do estado catarinense todos os territórios ao sul dos rios Negro e Iguaçú, transformando Três Barras – até então município do Paraná – em distrito do município catarinense de Canoinhas. O resultado

---

<sup>326</sup> Idem.

imediatamente foi a saída de Dídio Augusto do cargo de prefeito de Três Barras, cargo extinto pela mudança. Dídio fora o primeiro prefeito da Três Barras paranaense, tendo sido reeleito para o cargo, apresentava postura de apoio aos trabalhadores da *Lumber* e de combate aos excessos desta.

A insurreição dos trabalhadores possivelmente foi influenciada por esta mudança. Dois meses após a greve na *Lumber*, as mudanças no cenário político local demonstravam que a situação dos trabalhadores tenderia a agravar-se. No mês de setembro de 1917, o Dr. Oswaldo de Oliveira, médico da companhia, foi nomeado intendente distrital de Três Barras, fortalecendo o poder da empresa, inclusive, com o direito de nomeação de autoridades locais, tal qual no caso do subdelegado de polícia.<sup>327</sup>

No dia 14 de setembro de 1917, por volta do meio-dia e meia, um incêndio atingiu uma das estufas utilizadas pela *Lumber* para secagem da madeira. A atuação rápida para esvaziar os galpões vizinhos e afastar os materiais inflamáveis, além do uso de mangueiras para combater o fogo, foi eficiente, sendo o prejuízo reduzido. Não houve parecer conclusivo sobre as causas do sinistro.<sup>328</sup>

Intrinsecamente ligado ao movimento grevista do ano de 1917, desenvolveu-se a formação de uma Liga Operária, através da qual os trabalhadores e a companhia chegaram a um acordo que pôs fim à greve, legitimado em documento assinado pelo diretor da empresa.

Apenas seis meses depois, em abril de 1918, começou a circular pela região do planalto contestado um novo jornal. Fundado por Dídio Augusto, que também ocupava a função de redator chefe, o jornal operário recebeu o sugestivo nome de “Liberdade”,<sup>329</sup> impresso no município paranaense da Lapa e distribuído em toda a região. Apesar de nenhum exemplar do jornal operário ter sido localizado, é pertinente afirmar que o advento e a circulação do periódico – assim como a constituição da Liga Operária – foram marcos importantes no processo de materialização das experiências dos trabalhadores da *Lumber Company* em uma forma institucional. Plausivelmente, isso colaborou para elevar a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores da companhia.

---

<sup>327</sup> Juntamente com o novo intendente foram nomeados o novo Juiz de Paz distrital, Claro Jansson, o subdelegado de polícia Theófilo Becker e o suplente de subdelegado, João Pacheco. Essas questões serão detidamente analisadas no capítulo 4.

<sup>328</sup> O *Timoneiro do Norte*. Ano I, N.º 32. Canoinhas, 23 de setembro de 1917. BPESC

<sup>329</sup> O *Timoneiro do Norte*. Ano II, N.º 59. Canoinhas, 06 de abril de 1918. BPESC

Contudo, no decorrer do ano de 1918, com o país sob estado de sítio<sup>330</sup>, as autoridades de Três Barras realizaram ferrenha perseguição contra os integrantes da diretoria da Liga Operária, “porque esta reclama da empresa que explora a indústria madeireira na região, o cumprimento de obrigações assumidas num solene documento”.<sup>331</sup> O diretor da companhia recusou-se a cumprir os compromissos assumidos ao término do movimento grevista de 1917. No dia 1º de setembro de 1918, a polícia local – chefiada pelo subdelegado Theófilo Becker – prendeu, na estação de Três Barras, um viajante do trem oriundo de Curitiba, o qual a polícia suspeitava que era o presidente da Liga, e que havia estado muitos dias naquela cidade. O redator do jornal chamou a atenção para o fato de que “os trabalhadores nem em greve se acham”, julgando a atitude como uma “perseguição a operários brasileiros que se conservam em atitude pacífica”.<sup>332</sup>

Seis meses após a veiculação da notícia acerca da perseguição policial contra os membros da Liga Operária (constituída pelos trabalhadores da *Lumber*), nova greve foi instaurada pelos trabalhadores da companhia, em março de 1919. O objetivo principal consistia no combate à atuação do chefe do serviço sanitário da empresa e intendente distrital, Dr. Oswaldo de Oliveira. Ele fora acusado de perseguição política contra os trabalhadores, que exigiram sua retirada do cargo de intendente.

“E eis que (...) certo número de operários, no momento insubstituíveis, [lançaram] o ultimatum: ‘Sai Oswaldo e demais autoridades, ou pára a *Lumber!*’. Recebida tal imposição pelo Dr. Sherman Bishop, que estava nos Pardos, com o espírito de justiça e inteireza de caráter que lhe conhecemos, voltando a Três Barras imediatamente, primeiro, admoestou os paredistas, fazendo ver a nenhuma razão de sua mesquinha atitude; e, depois, convencendo-se de não colher resultados por esse meio lavrou a sentença: ‘Oswaldo é e será o médico da *Lumber*; as autoridades dignas de acatamento têm, pois todo meu prestígio, pare, muito embora a *Lumber!* Grevistas ao olho da rua!’”<sup>333</sup>

---

<sup>330</sup> Decreto n.º 3.393, de 16 de novembro de 1917. O estado de sítio foi decretado em 17 de novembro de 1917, e prorrogado, vigorando no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>331</sup> A Pátria, ano 1, n.º 8. Mafra, 1º de setembro de 1918. BPESC

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> O Democrata. Ano I, n.º. 16. Canoinhas, 23 de março de 1919. BPESC.

As hostilidades contra o médico têm duas vertentes principais. A primeira está ligada à sua participação nas disputas judiciais entre a *Lumber* e seus operários, fornecendo à empresa “provas” necessárias para a redução do valor das indenizações ou, inclusive, a ausência de quaisquer pagamentos às vítimas. No entanto, como a lei de acidentes de trabalho entrou em vigor em 15 de janeiro de 1919 [Decreto 3.724] e regulamentada apenas em 12 de março [Decreto 13.498], é possível que não tenha havido tempo hábil para os trabalhadores identificarem a participação do médico nas ações judiciais, em detrimento de seus interesses. Por outro lado, conforme exposto anteriormente, Oswaldo havia sido nomeado intendente distrital de Três Barras em 1917, em substituição à Dídio Augusto, ex-prefeito da Três Barras paranaense e ativo militante a favor dos direitos dos trabalhadores e contra a companhia norte-americana. É admissível afirmarmos que a mobilização estava relacionada a esta substituição e à perseguição política empreendida pela empresa contra a Liga Operária e contra o próprio Dídio Augusto, mediante atuação do médico/intendente e do subdelegado. Este, inclusive, solicitou o apoio da força pública situada em Canoinhas, a qual seguiu para o distrito de Três Barras.<sup>334</sup>

No dia anterior, o jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, publicou um telegrama recebido de Três Barras:

“A situação aqui é muito grave. A Companhia *Lumber* suspendeu seus trabalhos. Os empregados dessa companhia americana se viram na contingência de pedir proteção ao embaixador (...) contra as arbitrariedades catarinenses daqui. O autor da grave situação em que nos achamos é o Sr. Becker, delegado catarinense. Os ânimos estão exaltados. Foi formada uma comissão de reação. (a) – A Comissão”.<sup>335</sup>

Ainda segundo o jornal – que tratou o caso com certa jocosidade – a disputa desenvolveu-se em torno dos dois cinemas da localidade, cada qual tendo como sócios funcionários da *Lumber*, o que promoveu a rivalidade e provocou conflitos entre os seus proprietários e entre os seus frequentadores. O proprietário do Cine Monroe, Nicolau Dohr, para aumentar sua popularidade e seu público, realizou uma exibição cinematográfica em praça pública, sem prévia autorização. Entretanto, o proprietário do outro cinema, o Cine Variedades, era Oswaldo de Oliveira (intendente distrital, médico da

<sup>334</sup> O Democrata. Ano I, n.º 16. Canoinhas, 23 de março de 1919, *op. cit.*

<sup>335</sup> *Gazeta do Povo*, n.º 41. Curitiba, 22 de março de 1919. BPP.

companhia e deputado estadual). Nicolau foi indiciado pela exibição não autorizada, tendo alegado que o inquérito havia sido fomentado por Oswaldo.<sup>336</sup>

Contudo, a rivalidade recrudescceu e o subdelegado Theófilo Becker – que havia sido nomeado pelo intendente distrital Oswaldo de Oliveira – fechou o cinema de Nicolau. Aparentemente, havia uma divisão de classe entre os frequentadores dos dois cinemas, e o público do Cine Monroe, que era “pertencente aos de menor prestígio”, era formado por trabalhadores da companhia – o que ajudaria a explicar a realização da sessão aberta – os quais ficaram indignados com o ato de Theófilo, o qual resultou “em grande manifestação desfavorável dos empregados da *Lumber*, que se declararam em greve geral, até ser substituído o subdelegado Becker, tendo mesmo solicitado intervenção do ministro americano no Rio”.<sup>337</sup>

Evidentemente, a disputa exasperada entre os cinemas da localidade oculta questões mais profundas e relevantes. A atuação do subdelegado em prol dos interesses da companhia e, mais especificamente, dos interesses de Oswaldo de Oliveira, era algo constante desde sua nomeação, em setembro de 1917. A escalada das tensões iniciou em julho de 1917, quando a primeira greve fora deflagrada. Seu encerramento, mediante um acordo – descumprido pelo diretor da companhia – não significou o fim das tensões, pelo contrário, a fundação do jornal “Liberdade” e a perseguição aos membros da Liga Operária, assim como o inquérito fomentado por Oswaldo de Oliveira, acarretaram no agravamento da situação e consequente violência disseminada pela polícia e pelos homens do corpo de segurança da empresa. A “questão do cinema Monroe” foi resolvida com a atuação conjunta de Theófilo e Oswaldo, quando um de seus capangas “desfechou doze tiros de revólver no recinto do salão Monroe”, inclusive, na presença do delegado regional. Apesar da prisão do atirador, no dia seguinte ele foi solto e suas armas restituídas.<sup>338</sup> A questão dos cinemas foi a ‘gota d’água’.

A notícia da greve deflagrada na *Lumber*, em março de 1919, foi publicada no jornal anarquista *A Plebe*, de São Paulo, e fornece uma série de informações importantes.

“Três Barras é um posto ferroviário, uma vila, lugar onde a célebre Companhia *Lumber* desenvolve e esten-

<sup>336</sup> O inquérito foi arquivado em 25 de abril do mesmo ano. TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado*: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná. Florianópolis: IOESC, 2002, p. 72

<sup>337</sup> *Gazeta do Povo*. Edição de 22 de março de 1919, *op. cit.*

<sup>338</sup> *Gazeta do Povo*. Ano I, N.º 113. Curitiba, 16 de junho de 1919. BN.

de os seus tentáculos, a sugar o nosso sangue, isto é, daqueles que aqui laboram. Tivemos aqui, em tempo, uma Liga Operária, para defesa dos nossos direitos, mas a fúria dos patrões, secundada pela polícia, a mesma polícia forjadora de greves com o intuito de perseguir os membros da Liga e dissolvê-la, inventou incêndios, espancamentos, abriu inquérito, amedrontou os operários com ameaças de deportação e processo, proclamou aos quatro ventos que a Liga jamais funcionaria sem o seu consentimento e que não respeitaria *habeas corpus*, ainda que viessem aos mil (...). Três Barras, durante dois meses, parecia uma praça de guerra. A polícia rondava noitadas inteiras, e a estação ferroviária, onde devia desembarcar o nosso presidente, então em Curitiba, foi esse tempo todo guardada pelos beleguins, de armas em prontidão. E tudo se foi. A Liga, assim perseguida, foi definhando, e hoje dela só restam o nome e o triste casebre onde funcionou, e uns poucos sócios que (...) prosseguem na sua campanha”.<sup>339</sup>

Em primeiro lugar, o tom nostálgico do correspondente, trabalhador da empresa, sugere que a Liga, em perseguição pelas autoridades locais, encontra-se praticamente extinta. A acusação de que a polícia local era “forjadora de greves”, coaduna-se com a nota publicada no jornal da cidade vizinha, Mafra, que, em setembro de 1918, seis meses antes, afirmara que a polícia de Três Barras perseguiu os diretores da Liga Operária, apesar dos trabalhadores não se encontrarem em estado de greve. Produzir um distúrbio seria um artifício para justificar a repressão. Do mesmo modo, a nota referencia o incêndio já citado (ocorrido em 14 de setembro de 1917), o qual foi incluído no rol de embustes criados pela empresa para desencadear a repressão. A propósito, é interessante atentar para o fato de que o incêndio, mesmo tendo causado grande balbúrdia na localidade, resultou em prejuízo de apenas 80\$000 (oitenta mil réis),<sup>340</sup> perda praticamente irrisória. A abertura de inquéritos, e, principalmente, a ameaça de deportação e indiciamento, consistiam em expedientes inexoráveis contra uma mão de obra, em sua maioria formada por imigrantes. Presume-se que a preocupação do diretor da companhia não recaía exclusivamente sobre os movimentos reivindicatórios, mas também na existência e fortalecimento da Liga Operária,

<sup>339</sup> A Plebe, Ano 03, n.º 12. São Paulo, 24 de maio de 1919. AEL

<sup>340</sup> O Timoneiro do Norte. Ano I, N.º 32, *op.*, *cit.*

que representava um recurso para encaminhamento das demandas dos trabalhadores da *Lumber*. Sob contínua e constante repressão, a Liga foi perdendo sócios e reduzindo suas atividades.

Alguns indícios obtidos a partir do texto, que foi publicado no jornal *A Plebe*, permitem vislumbrar o nível de controle exercido pela companhia naquela área. A atuação da polícia, articulada aos interesses da empresa, não representava novidade, em decorrência da prática de atividades espúrias, ou da vigilância ostensiva, na localidade, transformando-a em “praça de guerra”. A repressão foi o fator preponderante da ação do Estado em relação aos trabalhadores na Primeira República, em todas as regiões do país, havendo infundáveis relatos acerca da atuação da polícia em harmonia com os patrões, na repressão aos operários. No entanto, este alinhamento não se configurou em uma política deliberada, mas em uma espécie de livre mercado, onde o acesso patronal aos serviços policiais era diretamente proporcional ao volume de capital das empresas e ao grau de relacionamentos pessoais entre patrões e policiais ou políticos influentes.<sup>341</sup> Todavia, a privatização da repressão não foi necessariamente incompatível com a institucionalização da repressão pelo Estado. Também é razoável admitirmos que em localidades afastadas, fora do eixo Rio – São Paulo, – tal qual no caso do planalto contestado – a atuação da polícia poderia apresentar aspectos diferenciados, com graus de legalidade e autonomia variáveis, conforme determinações regionais ou locais, porém, de modo geral, “a repressão estava à disposição para quem pudesse obtê-la”<sup>342</sup>.

O fato do diretor da companhia afirmar que a Liga Operária “jamais funcionaria sem o seu consentimento e que não respeitaria *habeas corpus*” demonstra a amplitude do poder acumulado, suplantando, inclusive, as decisões proferidas pela Justiça.

Aparentemente, a ameaça de lockout, aliada à repressão estabelecida desde o término do movimento de 1917, resultaram na interrupção do movimento.

---

<sup>341</sup> VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: O movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004, p. 105 Ao examinar as relações entre a atitude da polícia, as solicitações patronais por seus serviços e as diretrizes de governo no país no período da Primeira República, o autor identificou nexos entre a ação policial repressiva e as dimensões do estabelecimento cujos operários haviam sido reprimidos. Os setores menos capitalizados necessitavam de um motivo que não a própria greve para mobilizar a polícia, como os gastos argumentos relacionados à ameaça da ordem, já as empresas com maior volume de capital não precisavam forjar razões para a repressão, elas tinham acesso direto aos meios de que necessitavam, ou seja, havia uma maior capacidade de solicitação dos serviços policiais pelas empresas mais capitalizadas.

<sup>342</sup> Idem, p. 143.

No entanto, no dia 1º de junho de 1919,

“... declararam-se em greve os operários da Companhia *Lumber*, em Três Barras, exigindo aumento de salário e diminuição de horas de serviço, que querem sejam oito. O superintendente da Companhia, um tal Bishop, querendo atemorizar os trabalhadores, declarou paralisar os serviços por três a seis meses e considerar dispensados todos os operários que tomaram parte no movimento. (...) A greve teve uma vantagem. A Liga Operária de Três Barras, que tinha sido forçada a fechar por falta de companheiros dispostos a sustentá-la e devido às perseguições brutais da polícia, reabriu a sua sede, tendo a sua primeira reunião uma concorrência desusada”.<sup>343</sup>

Novamente a ameaça de lockout recaía sobre os trabalhadores, que lutavam por aumento de salário e diminuição da jornada de trabalho, bandeiras desfraldadas por membros do operariado nacional em diferentes regiões do país naquela época. Outro aspecto crucial nas reivindicações dos trabalhadores da *Lumber* eram as condições de trabalho. Muitos trabalhadores padeciam em graves acidentes,<sup>344</sup> sem que a companhia assumisse suas responsabilidades legais.

A disputa em torno do funcionamento da Liga reaparece. A perseguição aos seus membros resultava no seu retrocesso temporário, mas, conforme o momento fosse favorável à organização dos trabalhadores, ela se reerguia, aproveitando-se da onda de reivindicações que atingia todo o país.

Durante esta segunda greve deflagrada no ano de 1919, Dídio Augusto, o ex-prefeito de Três Barras, redator do jornal “Liberdade” e obstinado contendor dos despotismos da empresa, foi preso, após discursar para os trabalhadores em greve.

“Por ter feito um discurso veemente em favor dos operários em greve (1919), quando de passagem por Três Barras (eu morava em Rio Negro), fui preso em Canoinhas, (...) até o dia seguinte, quando fui escoltado por

<sup>343</sup> A Plebe, Ano 03, n.º 17. São Paulo, 21 de junho de 1919. AEL.

<sup>344</sup> DIACON, Todd A. *Milenarian vision, capitalist reality, op. cit.*, p. 51. O autor reproduz uma história que falava sobre um trabalhador que sofreu ferimento grave no braço em uma manhã de trabalho. Em vez de receber cuidados imediatamente, foi deixado em um escritório até o fim do dia, até que alguém o levou para Canoinhas para ver o médico. Idem, p. 165.

soldados embalados (viagem feita num carro tirado por dois cavalos) para a cadeia de Três Barras (onde fui prefeito eleito e reeleito). No dia seguinte, ainda escoltado por praças embaladas, sob o comando de um sargento, fui conduzido para a cadeia de São Francisco do Sul. Assim passei quatro dias, perturbado no meu direito de ir e vir, e quatro noites, literalmente sem dormir, mas sem ficar abatido”.<sup>345</sup>

Além de todas as razões expostas para a *Lumber Company* tentar livrar-se de Dídio, outra questão fundamental emergia naqueles dias extremamente conturbados. Ele não fora preso exclusivamente em decorrência do discurso proferido aos trabalhadores.

Em março de 1918, a *Lumber* e o fazendeiro Francisco dos Santos Sobrinho, haviam firmado um contrato de compra e venda, cujo objetivo era a extração de madeira de uma área conhecida como Pardos.<sup>346</sup> Segundo o contrato, a empresa deveria extrair todas as madeiras, sem limitação de diâmetro ou comprimento das toras, ficando excluídas do corte apenas as árvores de erva-mate. Em 30 de março daquele ano, a empresa iniciou as operações na área, com o abate sendo feito por turmeiros, sob a fiscalização do próprio Francisco. O preço estabelecido no contrato – \$600 (seiscentos réis) por cada tora de pinheiro, e 2\$300 (dois mil e trezentos réis) por cada tora de imbuia, cedro, louro, canela preta e cabriúva – não era elevado, mas o interesse do fazendeiro era “limpar o terreno” visando aproveitar a área para a formação de pasto e constituição de lavoura. Entretanto, após o início da extração, o preço da madeira sofreu significativa redução, e, em consequência, a empresa propôs uma modificação no contrato, sugerindo a seleção das toras de acordo com a sua qualidade, diâmetro e comprimento. Francisco recusou a proposta, pois sem obter a limpeza do terreno, o contrato tornava-se desinteressante. Contudo, a partir de 17 de março de 1919, a empresa passou a rejeitar as toras preparadas por seus próprios turmeiros, consideradas demasiadamente finas. No dia seguinte, os turmeiros passaram

---

<sup>345</sup> AUGUSTO, Dídio. *In Memoriam*. União da Vitória: Uniporto - Gráfica e Editora, 1994 (Coleção Vale do Iguaçu).

<sup>346</sup> As informações seguintes são provenientes da Ação Civil movida por Francisco dos Santos Sobrinho contra a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Canoinhas, 30 de Agosto de 1919. O Democrata. Nº. 43, Ano II. Canoinhas, 08 de novembro de 1919. BPESC. Infelizmente, o único registro desta ação movida por Francisco contra a *Lumber* é a reprodução da petição inicial publicada no jornal acima citado. O processo referente a esta ação não foi localizado. Francisco havia adquirido o terreno com área total de cento e cinquenta alqueires após uma permuta com Pedro Pacheco dos Santos Lima.

a derrubar apenas toras selecionadas, quebrando a cláusula sexta do contrato e acarretando prejuízos a Francisco.<sup>347</sup>

Como resultado desse conjunto de arbitrariedades, Francisco substebeceu como seu procurador Dídio Augusto (que também desempenhava a função de rábula), para interpor uma ação judicial contra a empresa, exigindo o cumprimento do contrato, e pleiteando uma indenização pelos danos causados. Dídio impetrou recurso no dia 10 de maio de 1919. Após os trâmites iniciais, foi designado o dia 10 de junho para o início da inquirição das testemunhas, a partir do rol apresentado por ele.

Entretanto, como visto anteriormente, em 1º de junho os trabalhadores da *Lumber* declararam-se em estado de greve e nos dias seguintes o subdelegado do distrito – Theófilo Becker – solicitou apoio ao delegado regional de Porto União, Alípio Machado. Este determinou a prisão de Dídio, procurador de Francisco, e sua transferência para a cadeia de São Francisco do Sul, impedindo sua comunicação com a localidade e a continuidade da causa:

“Telegrama recebido de São Francisco, cientifica-nos que a prisão de Dídio Augusto foi promovida pela *Lumber Company* (...). Dídio Augusto patrocina contra aquele poderoso sindicato uma ação cível e para afastá-lo de Três Barras, onde o ilustre paranaense tem o centro de sua atividade, a *Lumber* promoveu a sua prisão em São Francisco. Solto naquela cidade, por ordem do chefe de polícia, lhe foi imposta, entretanto, a condição de não voltar a Três Barras”.<sup>348</sup>

A prisão de Dídio, relacionada com sua atuação como ex-chefe político da localidade, crítico ferrenho da atuação da *Lumber* na região, e aliado da mobilização dos trabalhadores em greve, também vincula-se diretamente com a intenção da empresa em interromper a ação judicial em andamento.

No dia 06 de junho – data de encerramento da greve – Francisco encontrava-se em sua residência, localizada próximo ao terreno arrendado à companhia, quando sua casa foi invadida por muitos homens armados. O

---

<sup>347</sup> Rapidamente, o terreno dos Pardos ficou com o chão coberto de toras não recebidas pela Companhia, além de outras que deixaram de ser abatidas. Além disso, a cláusula primeira determinava que a companhia poderia apenas ampliar um ramal ferroviário oriundo do terreno vizinho. Entretanto, foi construído um novo ramal no terreno arrendado, sem a autorização de Francisco. Um dos termos dessa mesma cláusula obrigava a *Lumber* a fazer roçados e/ou aceiros no terreno para impedir incêndios. Também este termo não foi cumprido, resultando em incêndios na propriedade.

<sup>348</sup> Gazeta do Povo. Nº 106. 09 de junho de 1919, *op.*, *cit.*

grupo fez buscas em sua propriedade, se apropriou de algumas armas, e lhe deu voz de prisão, porém, sem apresentar ordem judicial. Ele foi conduzido até Três Barras, “onde foi posto em sequestro, à disposição do Diretor da Lumber, Schermann Bishop”.<sup>349</sup>

Enquanto estava sob poder do diretor da *Lumber*, Francisco foi ameaçado e obrigado a assinar uma petição com data ulterior de 09 de junho, a qual lhe foi entregue por Oswaldo de Oliveira. O documento atestava a desistência da causa em andamento e a alteração do contrato. A petição foi encaminhada por Oswaldo de Oliveira a um intermediário, que a entregou ao juiz da comarca de Canoinhas. Além disso, Francisco também foi obrigado a assinar a modificação da cláusula que obrigava a empresa a aceitar as madeiras economicamente desinteressantes.

Francisco foi vítima de extorsão e “tanto a assinatura da petição quanto a modificação do contrato original foram praticados sob a ameaça de Francisco permanecer preso”.<sup>350</sup> Além disso,

“... não só o sequestro de Francisco como a sua ulterior libertação foram determinadas pelo Sr. Schermann A. Bishop com a conveniência do delegado regional destacado em Três Barras e com o propósito especial de praticar-se contra o mesmo os sacrifícios criminosos de que foi vítima e agindo o Sr. Schermann A. Bishop, na qualidade de Diretor Gerente da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e em proveito e benefício da mesma”.<sup>351</sup>

Após ter sido posto em liberdade, e com os ânimos arrefecidos em Três Barras, Francisco contratou outro advogado e deu continuidade à causa.<sup>352</sup>

Entretanto, Dídio Augusto e Francisco dos Santos não foram os únicos perseguidos durante a agitação operária. O engenheiro da companhia, Antônio da Silva Vianna, que proferiu críticas contra a postura da empresa e a atuação de alguns de seus principais elementos, também foi vítima de um plano orquestrado pelo diretor da *Lumber*. Vianna fora procurado por Bishop, o qual lhe solicitou que organizasse uma comissão de negociação com os trabalhadores, apesar de Vianna não se relacionar diretamente com

<sup>349</sup> O Democrata, 08 de Novembro de 1919, *op., cit.*

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Ibidem.

<sup>352</sup> Essa questão será retomada no capítulo 4.

os organizadores do movimento. Inesperadamente, Vianna foi preso por ordem do delegado regional, permaneceu incomunicável por mais de dois dias, e não foi enviado à cadeia de São Francisco do Sul – juntamente com Dídio Augusto – devido a intervenção de um policial local que afirmou que ele não participara diretamente do movimento. Após ser libertado, dirigiu-se até o escritório da companhia, onde descobriu que também havia sido demitido. Ao questionar o diretor acerca do motivo de sua demissão, aquele “declarou que me dispensava porque eu havia tomado parte no movimento, quando lá estive a mando do próprio Bishop”.<sup>353</sup>

As denúncias do engenheiro preso e demitido eram direcionadas às autoridades do distrito de Três Barras.

“Desse modo fui traído covardemente, pois confiando em suas palavras foi onde acedi ao seu convite em confiança, sendo afinal como prêmio de minha obediência vergonhosamente traído, tudo por causa da política e pelo fato de sempre ser contra as explorações feitas na *Lumber* por meia dúzia de parasitas”.<sup>354</sup>

Entre as críticas emanadas contra a atuação da *Lumber* e das autoridades por ela ‘nomeadas’, Vianna denunciava a cobrança abusiva realizada pelo escrivão do Registro Civil do distrito de Três Barras, o qual fornecia um salvo conduto ao preço de 3\$500 (três mil e quinhentos réis), enquanto nos municípios vizinhos do estado do Paraná, por exemplo, o mesmo documento era expedido pelo valor de \$600 (seiscentos réis). Outra denúncia de Vianna dirigia-se aos serviços da agência de correio do distrito, cuja titularidade era exercida por um indivíduo nomeado por Oswaldo de Oliveira e seu protegido político, referenciado como “um ser que explora o miserável trabalhador”. Qualquer carta enviada de Três Barras a Curitiba era primeiramente despachada a Canoinhas (treze quilômetros na direção contrária) e apenas no dia seguinte seguia seu destino. Além da cobrança do porte no valor de \$100 (cem réis), outros \$200 (duzentos réis) eram cobrados para que a carta fosse entregue na estação ferroviária. Do mesmo modo, a trajetória inversa de qualquer correspondência, (Curitiba – Três Barras), por exemplo, era duplamente taxada.

<sup>353</sup> Gazeta do Povo. Ano I, N.º 113. Curitiba, 16 de Junho de 1919. BPP.

<sup>354</sup> Idem. Além da demissão, o engenheiro tornou-se pessoa não grata entre os trabalhadores, que consideraram que ele havia “traído a nossa causa”, e publicaram seu nome nas páginas do jornal A Plebe, como aviso aos trabalhadores de outras regiões para que nele não confiassem.

Os momentos de deflagração de greves costumavam ser utilizados pelo patronato para a realização de uma varredura entre seus oponentes e adversários políticos, estratégia utilizada pela *Lumber* durante as greves de 1919.

As fontes permitem afirmar que o primeiro semestre de 1919 foi marcado por intensa mobilização dos trabalhadores da *Lumber*. Tanto o movimento do mês de março de 1919, quanto o de junho daquele ano, produziram grande impacto na região, e a ampla repercussão dada àqueles eventos corrobora a afirmação. Do mesmo modo, o período decorrido entre as duas greves também foi de intensa agitação.

Em agosto daquele ano, o jornal *A Plebe* publicou um resumo dos acontecimentos relacionados à greve correspondente ao período de 1º de junho de 1919 a 06 de junho de 1919.<sup>355</sup> As fontes apontam para uma ampla adesão dos trabalhadores ao movimento. A repressão foi desencadeada pela polícia, com apoio do corpo de segurança da *Lumber*. Aqueles identificados como principais articuladores do movimento foram demitidos e obrigados a abandonar a localidade, o que não impediu a continuidade da paralisação. Novamente, o diretor da companhia ameaçou os trabalhadores com um lockout de seis meses, porém, dessa vez, o movimento não arrefeceu, apesar das ameaças, da repressão e das demissões.

No quarto dia da greve (04 de junho), os trabalhadores pretendiam organizar um comício em praça pública. Em resposta, o delegado regional, situado na sacada do prédio da Liga Operária, discursou aos trabalhadores, tentando dissuadi-los de seu intento e convencê-los a retornar ao trabalho, afirmando que “o governo havia de solucionar a questão a seu favor”. Ao não obter êxito, tentou chamar os trabalhadores, um a um, aconselhando-os a voltar ao trabalho, no que também fracassou, e, em resposta, “os operários, em grupos, aqui e acolá, davam vivas à greve, à solidariedade, e à revolução social”. Entrementes, o tenente das forças de repressão “berrou na praça que não admitia gritos e que mandaria varrer o povo à bala”, e acrescentou que “o delegado regional não admitia mais nem grupos nem reuniões em parte alguma”.

A partir desse momento, a repressão propagou-se e a polícia tentou conter o movimento através da violência e pelo uso da força armada. Iniciaram-se as prisões de grevistas – e, como vimos, de desafetos e opositores aos interesses da empresa – além de ameaças de morte e demissão de dezenas de trabalhadores. Finalmente, a polícia invadiu a sede da Liga Operária e “retirou de lá as bandeiras dos comícios e levou-as para o seu quartel”.

---

<sup>355</sup> As informações a seguir constam do *A Plebe*, de 23 de agosto de 1919, *op.*, *cit.*

Três dias depois, aqueles trabalhadores que não foram presos, espancados ou demitidos, retornaram ao trabalho, “sendo que grande é também o número de miseráveis que se retiraram para outras paragens”.

Isso demonstra que o embate entre os pobres do planalto contestado e o capital estrangeiro, especificamente a *Lumber Company*, não se restringiu ao período da Guerra do Contestado, mas avançou no tempo e revestiu-se de novas formas e instrumentos, tal como a mobilização de seus trabalhadores contra os excessos praticados pela empresa naquela região.

### 3.6 Ideias em movimento

Entre os anos de 1917 a 1920, o movimento operário brasileiro viveu seu período de maior expansão. Conquanto à notória visibilidade dispensada aos acontecimentos do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, as manifestações, enfrentamentos e as greves realizadas naquele contexto ocorreram concomitantemente em diferentes regiões do país.

A distância não impediu a expressiva circulação de ideias e de militantes das distintas correntes ideológicas que compunham o movimento operário do período, relacionando-se significativamente, apesar de geograficamente afastados.

É viável considerar as greves, e o longo período de agitação dos trabalhadores da *Lumber*, como marco inicial para a reconstrução da circulação de informações, e de trabalhadores de cunho libertário, pela região do planalto contestado, fato que ajudou a compor um histórico de luta e resistência.

Nas três primeiras décadas do século XX, o movimento operário brasileiro apresentava um caráter diversificado. Uma característica relevante das correntes políticas libertárias que incorporavam o movimento operário – tanto nacional quanto internacional – consistia na circulação de ideias e pessoas. Havia constante mobilidade geográfica dos militantes e, através deles, das correntes ideológicas que representavam. Além disso, as correntes migratórias e a ininterrupta movimentação de trabalhadores e militantes favoreciam a circulação de ideias, práticas de luta e tradições.<sup>356</sup>

Em relação à literatura, nesse período havia um trânsito intenso entre os países; as obras de maior relevância foram traduzidas para muitos idiomas, disseminando as ideias libertárias pelo mundo. No Brasil, o ideário libertário introduziu-se através dos livros, folhetos e jornais oriundos da

---

<sup>356</sup> TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1830-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 29.

Europa ingressando no território mediante os portos nacionais, especialmente em Santos e no Rio de Janeiro. Os portos de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e Paranaguá, no Paraná, certamente foram importantes nesse processo de disseminação que atingia, inclusive, as cidades menores.<sup>357</sup>

Entretanto, o advento dessas diferentes formas de pensar e agir não foi o resultado difusão de um ideário político exótico, um enxerto, apesar do Estado e o patronato terem adotado esse discurso. Os trabalhadores brasileiros – independente de sua origem étnica – adaptaram a linguagem, ideias e práticas, apropriando-se daquilo que lhes parecia adequado enquanto resposta a problemas e preocupações concretos do contexto em que viviam. Costumeiramente a prática sobrepujava a teoria, resultando na elaboração de vieses específicos para as condições que compunham a luta de classes no Brasil no início do século XX.

Tendo como mote central de sua atuação a dispersão de suas ideias, os libertários construíram nos grupos de propaganda a forma mais eficaz para atingir esse fim, a partir dos quais se organizaram e difundiram seus ideais. Além de locais de debate, onde propalavam suas ideias, notícias de mobilizações, greves e da repressão em diferentes locais do Brasil e do mundo também eram assim divulgadas. Foram numerosos os grupos de propaganda fundados no Brasil, com ampla cooperação voluntária entre os pequenos grupos constituídos nas diferentes e mais distantes regiões.<sup>358</sup>

Nesse contexto, é preciso considerar o planalto contestado, onde Canoinhas, nas primeiras décadas do século XX, foi um importante centro exportador de erva-mate, especialmente através de seu porto, no qual havia intensa movimentação de mercadorias, com grandes quantidades de madeira e erva-mate sendo escoadas. Mesmo nas décadas finais do século XIX, quando, “às margens dos rios Negro e Iguazu, onde o transporte fluvial em barcos a vapor vinha facilitando desde a década de 1880, o escoamento da produção de erva-mate e agrícola em geral”.<sup>359</sup>

A título de ilustração, apenas no primeiro trimestre do ano de 1915, cerca de seiscentas toneladas de erva-mate foram embarcadas com destino ao porto do município paranaense de Rio Negro. Em seguida, o “ouro ver-

<sup>357</sup> TOLEDO, Edilene. “A trajetória nos anarquistas no Brasil na Primeira República”. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007, p. 57.

<sup>358</sup> TOLEDO, Edilene. “A trajetória nos anarquistas no Brasil na Primeira República”, *op. cit.*, p. 70.

<sup>359</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta*, *op. cit.*, p. 206.

de” era transportado até a cidade de Joinville, depois embarcado em navios no porto de São Francisco do Sul e despachado para os países do Prata.<sup>360</sup> Em decorrência dessa necessidade de transporte, havia um tráfego intenso pelos rios da região, e mesmo embarcações de grande porte atracavam nos portos de Canoinhas e Três Barras. Neste porto, a *Lumber Company* mantinha embarcações, inicialmente duas, o “Três Barras” – com uma capacidade de transporte que atingia cinquenta mil quilos – e o “Porto Velho”. No ano de 1920, mais cinco embarcações foram adquiridas pela empresa.<sup>361</sup> Também embarcações oriundas de outras regiões atracavam regularmente nos portos da região.<sup>362</sup>

O embarque e desembarque das cargas era executado tanto por trabalhadores dos portos ou dos compradores/vendedores das mercadorias, quanto pela tripulação. Aqueles responsáveis pela manutenção e funcionamento das embarcações também entravam em contato com os trabalhadores locais. Durante o período de atracamento, que poderia durar alguns dias<sup>363</sup>, tanto em função da grande quantidade de carga, como da necessidade de reparos, os trabalhadores locais estabeleciam contato com pessoas dos mais diversos lugares e origens. Evidentemente, alguns portos eram visitados com maior regularidade, o que permitia a elaboração de uma ampla e complexa teia de conexões que se expandia por longas distâncias, entrelaçando-se e influenciando diferentes regiões e pessoas. Resultado da própria característica da atividade, esse processo difundia-se por uma rede intrincada, fomentando um processo dinâmico de trocas e apropriações, através do qual, por exemplo, ideais libertários eram retransmitidos.

A construção do ramal ferroviário que conectou União da Vitória, no Paraná, a São Francisco do Sul, em Santa Catarina, importante cidade portuária catarinense, representou o acesso a novas possibilidades para Três Barras. Apesar de o ramal ter sido totalmente concluído somente em 1917, o tráfego provisório foi aberto entre Hansa (atual município catarinense de Corupá) e Três Barras ainda em 1º de abril de 1913, e até Canoinhas em 1º de outubro do mesmo ano.<sup>364</sup> O porto paraense de Paranaguá também foi

<sup>360</sup> O Imparcial. Ano I, nº. 1. Canoinhas, 1º de Novembro de 1915. BPESC.

<sup>361</sup> A Razão. Ano II. Nº 57. São Francisco do Sul, 12 de dezembro de 1919, *op. cit.*

<sup>362</sup> O Timoneiro do Norte. Ano I, nº. 5. Canoinhas, 11 de Fevereiro de 1917. BPESC.

<sup>363</sup> A título de exemplo, em certa ocasião, durante o mês de fevereiro de 1917, o vapor “Curitiba”, de propriedade do Lloyd paraense, esteve atracado no porto de Canoinhas durante cinco dias. O Timoneiro do Norte. Ano I, nº. 5. Canoinhas, 11 de Fevereiro de 1917, *op. cit.*

<sup>364</sup> Correspondência entre o Engenheiro Chefe do 13º Distrito e o Inspetor Federal das Estradas, interino – José Estácio de Lima Brandão. 27 de abril de 1915. Documento avulso. Acervo do Ministério dos Transportes. Arquivo Nacional.

uma das vias utilizadas para escoamento e exportação da madeira beneficiada pela *Lumber Company*.

Contudo, mesmo após a abertura completa dos ramais ferroviários daquela área, os portos de Canoinhas e Três Barras mantiveram sua importância como entrepostos comerciais na região do planalto contestado.<sup>365</sup>

Através dos trens, chegavam e partiam pessoas – de diferentes classes sociais –, mercadorias, encomendas, correspondências e jornais, procedentes das capitais do centro-sul – de Curitiba e Florianópolis –, da região litorânea de maneira geral e das cidades e localidades marginais à linha férrea. Além dos muitos trens carregados com madeira e erva-mate, o trem de passageiros chegava a Três Barras e Canoinhas três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras. Mesmo jornais e correspondências das regiões mais distantes, tal qual do estado do Rio Grande do Sul, não tardavam “mais do que dois ou três dias de viagem” para serem recebidos.<sup>366</sup>

Os jornais, por sua vez, circulavam pela região de Canoinhas e Três Barras desde os primórdios do século XX. Desde o ano de 1908, quando Canoinhas ainda constituía um distrito do município de Curitiba, já recebia o jornal “O Trabalho”, de propriedade do coronel Albuquerque, com espaço importante destinado aos acontecimentos distritais. Porém, foi a partir de 1915 que as publicações locais receberam grande impulso com a fundação do jornal “O Imparcial”, o qual, a partir do início de 1917, passou a ser intitulado “O Timoneiro do Norte”, sob controle do major Manoel Thomaz Vieira. Em oposição ao grupo chefiado por Vieira, que era representado por este semanário, foi criado, no ano de 1919, o jornal “O Democrata”. A partir da década de 1920, o número de publicações locais aumentou significativamente.

Com base nesses dados, é possível vislumbrar uma expressiva circulação de material impresso e, conseqüentemente, de ideias pela região do planalto contestado. Todavia, não foram apenas os jornais sob controle dos grupos oligárquicos, que disputavam o poder sobre a região, que chegavam à população; o jornal anarquista *A Plebe* também era lido pelos trabalhadores da *Lumber*, em Três Barras, onde, inclusive, um deles era colaborador do jornal, enviando notícias da mobilização e das greves ali deflagradas. Outras regiões, de alguma forma conectadas a Três Barras, também exerciam influência através da imprensa libertária, instrumento de difusão dos ideais de transformação da sociedade.

---

<sup>365</sup> O Timoneiro do Norte. Ano I, n. 10. Canoinhas, 18 de março 1917. BPESC.

<sup>366</sup> O Timoneiro do Norte. Ano I, n. 39. Canoinhas, 25 de Novembro de 1917. BPESC.

Ainda no contexto da importância dos impressos como divulgadores do ideário libertário, uma nota datada do ano de 1903, publicada no jornal “A Greve”, do Rio de Janeiro, relatava o surgimento de uma liga de trabalhadores na cidade de Palmeira, no sul do Paraná, distante pouco mais de cem quilômetros de Três Barras. Os membros da liga publicaram a nota no jornal da capital federal porque pretendiam compor uma biblioteca, e solicitavam, mediante pagamento adiantado, que lhes fossem enviados “livros, folhetos e jornais”.<sup>367</sup> Palmeira foi o local de fundação da Colônia Cecília, uma das primeiras manifestações anarquistas no Brasil. Fundada em 1890, por Giovanni Rossi, a colônia permaneceu ativa durante quatro anos. Alguns ex-colonos, provenientes da experiência anarquista de Palmeira, ingressaram na imprensa libertária, entre eles Gigi Damiani, que participou de jornais anarquistas na cidade de Curitiba e, mais tarde, em São Paulo. Gigi integrou o comitê da greve geral de 1917, mesmo ano em que ajudou a fundar o jornal A Plebe, no qual trabalhou até 1919, quando foi expulso do Brasil.<sup>368</sup>

Paradoxalmente, a repressão era outro elemento que contribuía para uma intensa circulação de militantes e suas ideias. A atuação dos militantes resultava em prisão e, muitas vezes, eram obrigados a abandonar a cidade em que se encontravam ou – como no caso de Gigi Damiani – até mesmo o país. O exílio proporcionava o contato com outros indivíduos que comunavam das ideias libertárias e, ademais, a troca de opiniões e experiências criava laços de amizade. Considerando que, antes de tudo, esses militantes eram trabalhadores, no novo destino eles encontravam emprego e tendiam a difundir seus ideais, tanto no chão da fábrica como nos espaços de lazer.

Durante os momentos de intensa mobilização dos trabalhadores, a repressão recrudescia e resultava em casos de militantes presos e deportados. Foi o que ocorreu com José Righetti, que atuava na região de São Bernardo do Campo. Ele foi preso e deportado pela polícia paulista, a qual negava o caso ou mesmo a prisão do trabalhador. O esclarecimento acerca de seu desaparecimento veio “numa carta que enviou à sua mãe, de São Francisco”.<sup>369</sup> Através das cartas enviadas pelo militante preso e torturado, as notícias eram publicadas nos jornais operários, que informavam seus companheiros do movimento acerca dos acontecimentos. “Sabe-se agora que a polícia embarcou Righetti [em um navio] para a cidade de São Fran-

---

<sup>367</sup> A Greve. Ano I, n. 7. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1903. AEL.

<sup>368</sup> A Plebe. Ano 03, n.º 41. São Paulo, 30 de outubro de 1919. AEL.

<sup>369</sup> O Grito Operário. Ano 01, n.º 1. São Paulo, 07 de dezembro de 1919. AEL.

cisco do Sul, em Santa Catarina, de onde acaba de escrever”.<sup>370</sup> Após sua prisão e tortura, Righetti foi solto e, em seguida, exilou-se no Rio Grande do Sul. Naquele estado, junto a outros membros do movimento, também presos e deportados, como Ricardo Benassi, José passou a viver e continuou sua militância.<sup>371</sup>

A ampliação da malha ferroviária pela região sul do Brasil não representou apenas um fator potencializado para conexões entre todo o planalto meridional brasileiro – processo iniciado e desenvolvido há séculos pelo antigo Caminho de Tropas – através da circulação de passageiros, mercadorias e impressos. Os próprios trabalhadores, responsáveis pelo funcionamento de todo o aparato ferroviário, assim como os trabalhadores das embarcações, eram condutores das ideias libertárias, pois desenvolviam suas atividades ao longo de extensas regiões, de grande alcance geográfico, o que os tornava potenciais disseminadores de informações.

Há uma profusão de notícias acerca de reivindicações, manifestações e greves realizadas pela categoria dos ferroviários na região sul do Brasil, especialmente na conjuntura de maior expansão do movimento operário, entre os anos de 1917 a 1919.

No ano de 1917, foi constituída uma seção da União Geral dos Ferroviários, no município da Lapa, no estado do Paraná, distante cerca de cem quilômetros a nordeste de Três Barras. Aproximadamente de dois mil empregados da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande compunham a seção, que reunia trabalhadores das oficinas, do tráfego, dos armazéns, da conservação e da engenharia.<sup>372</sup>

Os avanços do movimento operário naquele ano chegaram até a capital, Curitiba, ocasionando a paralisação parcial da cidade.<sup>373</sup> Como vimos, também em Três Barras o operariado local declara estado de greve. O estado do Paraná e sua capital sempre estiveram intimamente ligados à região do planalto contestado, tanto em virtude da distância relativamente curta – menos de cento e oitenta quilômetros – quanto pela ligação férrea, além, é claro, devido ao fato das disputas territoriais entre os dois estados terem, durante longo período, produzido indefinição quanto a jurisdição daquela região.

Dois anos depois, acompanhando os acontecimentos nacionais, aproximadamente oito mil ferroviários cruzaram os braços no estado do

<sup>370</sup> A Plebe. Ano 04, n.º. 49. São Paulo, 24 de janeiro de 1920. AEL.

<sup>371</sup> A Plebe. Ano 04, n.º 51. São Paulo, 07 de fevereiro de 1920. AEL.

<sup>372</sup> A Plebe. Ano I, n.º. 07. São Paulo, 28 de julho de 1917. AEL.

<sup>373</sup> A Plebe, 28 de julho de 1919, *op. cit.*

Paraná, lutando por aumento de salário e redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.<sup>374</sup> No mesmo período, uma greve ingente eclodiu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, estação final da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

De todo o exposto anteriormente, percebe-se a configuração de um panorama constituído por uma região que, mesmo no início do século XX, apresentava uma relevante circulação de pessoas e informações (o que contribui para a desconstrução da ideia de que o planalto contestado era um sertão ermo e esquecido) quanto por uma intensa mobilização operária em áreas relativamente próximas a Canoinhas e Três Barras – assim como nessa localidade – e cujo contato certamente ocorreu, permitindo o compartilhamento de informações e experiências.

Conforme mencionado, os grupos de propaganda consistiam nas células organizativas básicas dos militantes libertários, e, a imprensa escrita, o instrumento de divulgação de suas ideias, um veículo informativo de grande abrangência e alcance geográfico. Além disso, os jornais também organizavam-se em centros de divulgação, coordenando-se com outros grupos, do âmbito local ao nacional. Havia correspondência entre grupos e jornais de diferentes regiões do Brasil e do mundo, os quais, mesmo sem uma conexão formal, exerciam influência mútua e estimulavam a adesão de novos companheiros à sua causa: “Provavelmente, vários trabalhadores aderiram ao anarquismo inspirados pela leitura de algum jornal. Por certo, os mais instruídos liam para os demais, e é possível que um mesmo jornal passasse por várias mãos e fosse conservado e relido”.<sup>375</sup>

Especificamente em relação aos trabalhadores da *Lumber Company*, evidenciamos a criação de um jornal operário, em Três Barras, no ano de 1918, intitulado *A Liberdade*, o qual, presumivelmente, projetou a região e aqueles trabalhadores em um contexto mais amplo, marcado por intensa interlocução. É importante destacar a indefinição acerca da filiação do impresso à uma determinada corrente ideológica, afinal, como vimos, nesse período havia um marcante hibridismo na configuração das organizações, quando a prática tornava-se mais importante do que a teoria.

É razoável admitir que a Liga Operária de Três Barras encontrou, no jornal recém fundado, apoio, estímulo e um canal para dialogar com outros grupos e associações de trabalhadores. Também a partir dessa publicação, puderam tomar conhecimento dos acontecimentos em outras regiões do país

<sup>374</sup> A Plebe. Ano III, n.º. 26. São Paulo, 07 de outubro de 1919. AEL.

<sup>375</sup> TOLEDO, Edilene. “A trajetória dos anarquistas no Brasil na Primeira República”, *op. cit.*, p. 71.

e do mundo, percebendo que muitas das suas necessidades, interesses e reivindicações eram compartilhados por trabalhadores de regiões geograficamente distantes, porém próximos no que se referia ao compartilhamento da exploração e das condições de vida e de trabalho.

No Brasil, o jornal libertário de maior atuação e influência foi A Plebe, fundado em São Paulo, no ano de 1917, por Edgard Leuenroth, com a colaboração de José Oiticica, Astrojildo Pereira e, mais tarde, Gigi Damiani. O jornal deu continuidade ao trabalho do semanário A Lanterna, também lançado por Leuenroth e que fora obrigado a fechar no ano de 1916. Seguindo as orientações do ideário libertário, o jornal A Plebe foi rapidamente difundido pelo país, entre distintas categorias de trabalhadores, das mais distantes regiões:

“A União dos Estivadores do Paraná, por exemplo, trata presentemente de interessar os seus associados ainda indiferentes, pela propaganda libertadora, distribuindo aos mesmos os nossos jornais de vanguarda. Muito bem! Assim devem proceder todas as sociedades obreiras que de fato têm por fim despertar a consciência dos operários. Em Antonina [naquele estado] a Sociedade dos Barriqueiros acaba de inaugurar a sua sede social, mostrando-se também interessada pela imprensa avançada”.<sup>376</sup>

A distribuição de jornais operários significava o acesso dos trabalhadores as notícias relacionadas a sua classe, em âmbito nacional. O amplo conjunto de notícias e publicações de textos por militantes do sul do Brasil permite inferir que a inserção do jornal na região foi assaz significativa: “Assinantes dos estados do sul, recebam a visita de Evaristo Ferreira de Souza, o qual levou os seus recibos. Pedimos apoio ao emissário para levarmos avante a nossa missão de divulgadores da ideia e das reivindicações proletárias”.<sup>377</sup>

A venda do jornal A Plebe foi recorrentemente proibida, especialmente em momentos de intensa mobilização operária. A repressão aos vendedores e divulgadores do jornal também sucedeu, “autoridades amedrontam os nossos revendedores e as pessoas que ganham o seu pão com a venda avulsa de A Plebe, ameaçando-os de prisão”.<sup>378</sup> A proibição da venda do

<sup>376</sup> A Plebe. Ano III, n.º 21. São Paulo, 16 de agosto de 1919. AEL.

<sup>377</sup> A Plebe. Ano III, n.º. 38. São Paulo, 15 de Outubro de 1919. AEL.

<sup>378</sup> Idem.

A Plebe também foi decretada durante a segunda greve instaurada pelos trabalhadores da *Lumber Company*, no ano de 1919.<sup>379</sup> A circulação desse importante jornal operário pela região do planalto contestado, o acesso dos trabalhadores da região às informações difundidas através de suas páginas, e a publicação de textos redigidos por um dos trabalhadores da *Lumber Company* o qual, inclusive, participou ativamente da mobilização realizada em Três Barras, demonstram a inclusão daquela localidade e de seus trabalhadores em um amplo processo de trocas e apropriações.

No auge da mobilização operária em Três Barras, e durante o desencadeamento da repressão, uma das práticas executadas pela polícia, em favor da empresa, como vimos, foi impedir o desembarque do presidente da Liga Operária de Três Barras naquela estação, quando retornava de uma viagem a Curitiba – algo que já ocorrera, no ano anterior, em 1918 – o que evidencia a existência de uma ampla rede de conexões entre os trabalhadores (e suas associações) de distintas regiões, ratificando a intensa circulação de ideias.

Ademais, o correspondente do A Plebe entre os trabalhadores da *Lumber*, Alcindo de Oliveira (possivelmente um pseudônimo), em seu segundo texto publicado naquele jornal lamentava a perseguição impingida pelo diretor da companhia contra a Liga, da qual havia subsistido apenas o local onde operou “e uns poucos sócios que, com esperanças no maximalismo libertador, prosseguem a sua propaganda”,<sup>380</sup> identificando a propaganda como componente indissociável do processo de mobilização.

Algum tempo depois, após o ressurgimento da Liga, o advento da nova greve e nova repressão – dessa vez ainda mais abrangente e violenta – e com o término do movimento, Alcindo concluiu seu último texto alertando os leitores de outras regiões:

“Como em outros locais onde há operários inconscientes, aqui, também, houve crumiros, desavergonhados e infames, que traíram a nossa causa, alguns dos quais, porém, foram castigados pelos próprios patrões e pela polícia. É de bom aviso, pois, publicarmos os seus nomes nestas colunas, afim de que, se aí aparecerem, não possam estar em contato com os companheiros que lutam pela causa ou emancipação do proletariado. Saiba-se mais que se retiraram de Três Barras com destino a São Paulo. Seus nomes são: Antônio Vianna e Ignácio

---

<sup>379</sup> Plebe, 28 de julho de 1919, *op. cit.*

<sup>380</sup> A Plebe, 24 de maio de 1919, *op. cit.*

Izimansky, o primeiro engenheiro, e o segundo anarquista?!, como eles mesmos se apregoam”.<sup>381</sup>

A divulgação dos nomes dos ‘traidores do movimento’ demonstra a importância e o amplo alcance dos jornais operários – em especial o *A Plebe* – como instrumento de propaganda e também fomentador da organização e mobilização dos trabalhadores.

De todo o exposto anteriormente, as informações disponíveis corroboram a existência de uma importante interlocução entre os trabalhadores de distintas e distantes regiões do país. Todavia, é importante ressaltar que os trabalhadores da *Lumber* (e toda a região do planalto contestado) não foram meros receptores de ideias provenientes de outras regiões – como o Brasil em relação ao exterior – havendo trocas, reinterpretações, reavaliações. Se aquilo que foi pensado e executado no eixo Rio de Janeiro – São Paulo influenciou os militantes de todo o país, tal processo apresentou reciprocidade, uma via de mão dupla, estabelecendo redes e relações de solidariedade entre trabalhadores das mais variadas categorias e regiões, articulando saberes e ações em prol das demandas dos mais pobres.

---

<sup>381</sup> *A Plebe*. 23 de agosto de 1919, *op. cit.*

#### **CAPÍTULO 4: “GURI DE ÓCULOS, EM TRÊS BARRAS, NÃO SE APRUMAVA”: DISPUTAS SOBRE O PODER LOCAL EM UMA REGIÃO COM GRANDE INDÚSTRIA – O CASO DA LUMBER COMPANY.**

Com o intuito de compreendermos de que modo a influência política da *Lumber Company* lhe proporcionou vantagens, principalmente no que tange aos processos decorrentes por acidentes de trabalho, procederemos ao exame do Coronelismo, sua preponderância no estabelecimento do poder político na região do planalto contestado, a cisão do Partido Republicado no município de Canoinhas – que abrangia o distrito de Três Barras, sede da *Lumber Company* – e as consequências da derrota política da facção apoiada pelo Dr. Oswaldo de Oliveira – médico responsável pelo Hospital da *Lumber Company* – nas eleições do ano de 1918 e, por derradeiro, as motivações para o assassinato do tenente Câmara, subdelegado de polícia do distrito de Três Barras.

Neste capítulo, a análise incidirá sobre o ‘fenômeno’ do Coronelismo, mediante o qual os coronéis – grandes fazendeiros e comerciantes – exerciam seu poder político. Examinaremos a controversa questão acerca da manutenção do poder político pelos coronéis, ou seja, a importância relativa do controle sobre o sistema de votação, em contraposição ao prestígio social amplificado pelo jornal sob domínio do coronel e, principalmente, ao contingente de homens armados – que viviam no seu entorno – de que dispunha para executar seus intentos.

Em seguida, o exame recairá sobre o estabelecimento e os conflitos gerados em torno das disputas pelo poder político na região de Canoinhas, a cisão do Partido Republicano local, que resultou no envio de um interventor para reconciliação entre as partes e resolução das contendas, ratificando, ao término, a vitória de Otávio Xavier Rauen.

Na terceira seção, analisaremos de que forma a facção vencedora utilizou o poder para nomeação de autoridades públicas em seu favor e em detrimento da facção rival, que tinha entre seus representantes o médico da *Lumber Company*.

Na quarta seção veremos que a disputa fundiária entre a *Lumber Company* e o grupo de Rauen, na região denominada ‘Campo das Moças’, aprofundou o afastamento da companhia em relação ao poder de nomeação de autoridades e, por conseguinte, perdeu parte do controle que exercia através delas. A exoneração de Oswaldo de Oliveira do cargo de intendente

distrital de Três Barras e de Theófilo Becker da função de subdelegado daquele distrito gera prejuízos e dificuldades para a empresa.

Na quinta e última seção, examinaremos o enfrentamento entre o ex-subdelegado Theófilo e o novo subdelegado, Tenente Câmara e suas consequências.

#### 4.1 O Coronelismo

Com o propósito de assegurar a manutenção da lucratividade e do retorno sobre investimentos, mediante exploração de oportunidades – tal como demandas fundiárias – e supressão de ameaças – tal como a redução ou eliminação de dispêndios com indenizações decorrentes de processos judiciais por acidente de trabalho –, a *Lumber Company*, exercendo suas atividades operacionais na região do planalto contestado, dependia da colaboração direta das autoridades locais, tais quais o chefe do serviço telegráfico, o tabelião, o escrivão de polícia, o escrivão de paz, o subdelegado de polícia, o juiz de paz, os inspetores de quarteirão, o delegado regional, os camaristas (vereadores) e, inclusive, as autoridades com influência política abrangente, como intendentess distritais e superintendentes municipais (prefeitos).

A compreensão desse processo perpassa pelas questões relacionadas ao coronelismo.

O “coronelismo” foi um fenômeno político mediante o qual os fazendeiros e comerciantes de maior representação exerciam seu poder local em cada região do Brasil. Conquanto o latifúndio fosse a base que propiciava esse poder, devido a riqueza que poderia produzir, outro fator extremamente relevante consistia no considerável contingente de agregados que “orbitavam” em torno da terra e de seu proprietário. O número de pessoas que viviam em torno da grande propriedade do coronel era significativo, formado tanto por peões e agregados quanto por seus homens de confiança. Além desse grupo, havia fazendeiros de menor expressão, posseiros e os lavradores das redondezas, que colocavam seu apoio e lealdade à disposição do chefe político local e, caso fosse necessário, poderiam converter-se em numeroso grupo armado para executar tanto ações defensivas quanto ações ofensivas. Ou seja, esses capangas e agregados também poderiam exercer funções de polícia, em conformidade com as ordens do “coronel”,<sup>382</sup> o que lhe dava a condição de árbitro em disputas locais.

---

<sup>382</sup> O termo “coronel” vem da extinta guarda nacional imperial, que lutou nas guerras do Prata, do Uruguai e do Paraguai, entre os anos de 1851 a 1870, convertendo-se em termo meramente decora-

Coronelismo nos remete à noção de pacto, uma troca de favores entre o ascendente poder público e os decadentes chefes políticos locais. O advento da República implicou no fortalecimento do poder público local e estadual e, em contrapartida, na debilitação econômica dos chefes locais, especialmente dos latifundiários. O coronelismo, ao contrário do que possa sugerir uma análise superficial, é uma aliança que resulta da perda gradativa de poder pelos chefes políticos locais, os quais passaram a depender da negociação de coligações com o Estado – através da figura dos governadores – para a manutenção de sua influência. Caso o coronel detivesse poder total e irrestrito, não dependeria de tais alianças, tampouco da presença do Estado para assegurar o controle sobre seus domínios e a influência sobre seus adversários. Especificamente no caso catarinense, o Estado representava apoio à ampliação do poder local dos coronéis.<sup>383</sup>

Visando a ampliação de seu poder, os coronéis precisavam construir alianças mais abrangentes, em âmbito regional e estadual, às quais interconectavam suas estruturas locais. Essas alianças asseguravam a conservação de suas posições enquanto líderes e chefes políticos locais, propiciando a conquista de favores essenciais tais como: a liberação de verbas públicas para a construção de obras em sua área de influência, o que, além de elevar o apoio de sua clientela, poderia demonstrar seu poder nos altos escalões;<sup>384</sup> o boicote aos seus adversários políticos em cada região e, preponderantemente para o curso de nossa análise, a capacidade para nomeação de cargos estratégicos dentro de cada estado, como delegados e subdelegados de polícia, juízes, promotores, coletores de impostos, escrivães, tabeliães, etc.

O palco de articulação política dos coronéis eram os Partidos Republicanos em cada estado, local de escalada das demandas regionais e onde ocorriam disputas ferozes entre os principais chefes políticos locais, em busca do controle total sobre sua região e da obtenção de apoio do governador do estado, disputas, inclusive, resolvidas à bala.

tivo após as mencionadas guerras e abolido na Primeira República. No Império, cada município possuía um regimento da guarda nacional, o posto de “coronel” era concedido ou vendido ao chefe político deste município, que normalmente era o mais rico comerciante, industrial ou fazendeiro.

<sup>383</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op. cit., p. 93.

<sup>384</sup> Uma nota de 1908 ilustra essa perspectiva, citada neste contexto meramente a título de exemplo: “Com o maior entusiasmo seguem os preparos do material para a construção da ponte sobre o rio Canoinhas. Um bravo ao preclaro e incansável chefe coronel Albuquerque, pela subvenção que obteve do patriótico Governo do Estado, para auxiliar a construção da referida ponte”. In: O Trabalho, Ano I, N.º 22. Canoinhas, 03 de outubro de 1908. BPESC. Além de o coronel Albuquerque ser apresentado (pelo seu próprio jornal) como o responsável por obter os recursos para a construção da ponte no distrito de Canoinhas, há a sugestão de que ele mantinha uma relação próxima e amistosa com o governo catarinense, o que reforçava sua importância.

Os estudos acerca desta expressão política costumam prestar tributo a clássica obra de Vitor Nunes Leal, publicada em 1948. Em seu *Coronelismo, enxada e voto*, interessado em analisar as relações de poder durante a Primeira República, a partir do município, o autor apresenta o que chama de “sistema político”, que se estende do município ao Presidente da República, através de compromissos embasados na reciprocidade. Segundo o autor, o coronelismo foi o resultado de um fato político e de uma conjuntura econômica. O fato político que desencadeou o coronelismo foi o federalismo, implantado a partir da Constituição de 1891. A Carta Magna outorgou ampla autonomia aos estados, em detrimento dos municípios, e instituiu o cargo de governador de estado, o qual passou a ser eleito a partir das conexões municipais. No quadro econômico, a crise dos fazendeiros resultou no enfraquecimento político do poder dos coronéis em relação a seus dependentes e adversários. Para sustentar esse poder, o coronel precisou da presença do Estado, cuja influência crescia do mesmo modo que diminuía a dos proprietários.

Em suas próprias palavras:

“... concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de **extensa base representativa**. Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”.<sup>385</sup> [Grifo meu].

Portanto, a partir dessa perspectiva, o coronelismo seria um descompasso entre a ampliação do regime representativo – ou seja, de uma maior participação política popular – e uma organização econômica em desarmonia com os novos tempos. Ainda segundo Leal, o poder privado dos grandes

---

<sup>385</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p. 20.

proprietários locais, em processo de decadência econômica, dependia do suporte do poder público que ampliava sua força e sua capacidade de ação, para sua manutenção frente ao controle político, econômico e social, especialmente nos municípios do interior do Brasil.

Todavia, se os coronéis dependiam da consecução de alianças com o poder público, em virtude de sua decadência econômica, depreende-se que a ineficiência da atuação desse mesmo poder público, como instrumento de transformação e resolução dos problemas sociais, fortalecia o poder dos coronéis.

“A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos coronéis, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extra oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes”.<sup>386</sup>

Portanto, devido à inviabilidade em manter seus domínios com base exclusivamente em seu poder econômico, os coronéis necessitavam de outros instrumentos que permitissem sua permanência no controle político e econômico de sua área de influência. Segundo Leal, o que permitiu aos chefes políticos locais assegurar a manutenção de seu poder – através da nomeação e/ou indicação de autoridades locais – consistiu no número de votos que poderiam conquistar exercendo sua influência durante o período eleitoral. Em contrapartida, o intendente distrital, o superintendente municipal, o deputado estadual e, principalmente, o governador do estado, deliberavam favoravelmente às solicitações de nomeação, deferindo o provimento a titulares de cargos públicos àqueles indivíduos indicados pelos coronéis, os quais continuariam trabalhando com a intenção de manter determinado grupo no poder e concomitantemente resguardar o controle econômico e social do coronel em sua base política.

Um aspecto discutível em relação ao conceito de coronelismo proposto por Leal concerne à importância desse compromisso embasado na troca de votos, controlados pelos coronéis. Indubitavelmente, os coronéis detinham grande capacidade de controle sobre os votos de “sua gente”. Todavia, esses votos não representavam tanto valor enquanto moeda de troca, pois, no período em análise, o processo eleitoral era caracterizado por fraudes escandalosas, às quais, na prática, decidiam o resultado do pleito, isto é, a votação per si não correspondia ao fator determinante para o resul-

---

<sup>386</sup> Idem, p. 42.

tado das eleições. Ademais, mesmo que o coronel manipulasse os votantes e fraudasse as atas eleitorais, a apuração dos votos e o reconhecimento dos candidatos vencedores eram definidos pelo Congresso, uma condição relevante acordada entre Campos Sales e os governadores. Essa argumentação refuta um dos “pilares de sustentação” tradicionalmente aceitos para o coronelismo: o papel fundamental dos coronéis enquanto produtores de votos.

Dessa forma, “a ideia de compromisso coronelista pode ser mantida sem que se dê ao voto peso decisivo”,<sup>387</sup> pois se tudo dependesse do resultado das urnas, certamente teria ocorrido um embate apreciável pelo seu controle, em decorrência de uma participação eleitoral mais efetiva, atingindo proporções muito superiores aos 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) da população apta a votar nesse período.

Nesse contexto, uma rápida análise sobre as mudanças ocorridas nas constituições brasileiras - durante o período republicano - no que concerne ao direito ao voto, nos fornece argumento robusto para indagar acerca da importância relativa deste “ pilar de sustentação ” do coronelismo.

A primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, definiu, em relação às regras eleitorais, que o voto no Brasil permaneceria “a descoberto”, ou seja, não secreto. Os excluídos para o exercício do direito ao voto foram os analfabetos, as mulheres, os praças, os religiosos e os mendigos.

Após o movimento político-militar de 1930, a extensão do governo provisório de Vargas e os conflitos do movimento de 1932, nova constituição foi elaborada e promulgada em julho de 1934. A nova carta magna, além de instituir a Justiça Eleitoral, permitiu a adoção do voto secreto e direto, de todos os maiores de 21 anos, incluindo as mulheres - que exercessem atividade pública remunerada -, mas manteve o impedimento ao sufrágio aos soldados, padres, mendigos e analfabetos. O período de vigência da constituição de 1934 foi exíguo tendo sido revogada pela instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937. Porém, a carta de 1934 vigorou por menos de um ano, tendo sido limitada pela decretação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935.

A constituição de 1937, outorgada por Vargas, manteve a restrição do voto aos analfabetos; o mesmo tendo ocorrido com a carta de 1946 - já em período de redemocratização - e ratificado na constituição de 1967, em plena ditadura militar.

---

<sup>387</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 40, n.º 2. Rio de Janeiro, 1997, p. 18.

Os analfabetos foram incluídos no processo eleitoral brasileiro apenas com o advento da constituição de 1988, a qual ainda os considerou inelegíveis. Desse modo, esse grupo, durante todo o período examinado, esteve excluído do processo político eleitoral brasileiro.

Alguns dados sobre a extensão do analfabetismo no Brasil reforçam o argumento.

De acordo com o censo demográfico de 1872, 83,5% (oitenta e três inteiros e cinco décimos por cento) da população da província de Santa Catarina e 71,1% (setenta e um inteiros e um décimo por cento) da população da província do Paraná, constituía-se por analfabetos. Avançando no tempo e adentrando o período sob análise, o censo de 1920 aponta uma proporção de 64,7% (sessenta e quatro inteiros e sete décimos por cento) de analfabetos entre a população catarinense e 66,7% (sessenta e seis inteiros e sete décimos por cento) entre a população paranaense.<sup>388</sup> Mais adiante, no ano de 1940, a proporção de analfabetos perfez 43,8% (quarenta e três inteiros e oito décimos por cento) da população em Santa Catarina e 51,4% (cinquenta e um inteiros e quatro décimos por cento) da população no Paraná.<sup>389</sup> Apesar da inexistência de dados específicos que apresentem uma segregação dos índices de analfabetismo entre as regiões urbanas e rurais, é plausível supormos que nas áreas rurais habitavam uma proporção significativamente superior de não alfabetizados, comparativamente as áreas urbanas. Isto ocorria por diferentes razões, entre elas, a ausência de escolas naquelas áreas, as quais, na maioria das vezes, eram particulares, obstando o acesso da população mais pobre. Além disso, a exaustiva jornada de trabalho e a necessidade de todos os braços disponíveis para as atividades laborais impossibilitavam o acesso das crianças à escola, inclusive quando sua presença tornou-se mais próxima e constante, e a educação pública, gratuita e para todos, tornou-se responsabilidade do Estado.

Após essa breve exposição, a questão que se apresenta é: qual a influência efetiva do eleitorado rural em um contexto marcado por altos níveis de analfabetismo, quando somente aqueles que liam e escreviam poderiam votar?

Não obstante o abandono dos critérios censitários de renda, a exigência de alfabetização dos eleitores manteve exíguo o número de pessoas

---

<sup>388</sup> FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. "Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais". *Educação e Realidade*, v. 29, n.º 02, jul.-dez. 2004; p. 179-200.

<sup>389</sup> IBGE. Tendências Demográficas. Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000.

aptas a votar, especialmente nas áreas rurais. Considerando, por hipótese, que a grande maioria das pessoas residentes na área rural era analfabeta e não votante, então, em consequência dos argumentos apresentados anteriormente, conclui-se que a “gente” dos coronéis – seus peões, agregados, lavradores vizinhos, capangas, etc. – não lhe era útil como eleitorado. Sendo assim, as conquistas eleitorais dos coronéis provinham de outras fontes.

O coronelismo amparava-se sobre fontes de poder que transcendiam o sistema de votação. Conquanto o controle do eleitorado não possa ser ignorado, por outro lado, tanto o prestígio social do chefe político local – que se estendia até a capital e era amplificado pelo seu próprio jornal – reconhecido na sua região de influência, quanto, primordialmente, a sua milícia particular, ou seja, o número de homens armados que dispunha para mobilizar (em estratégias defensivas de proteção ou contenção, bem como, estratégias ofensivas de ataque ou coerção), consistiam, efetivamente, nos dois fatores preponderantes que asseguravam a manutenção do poder pelos coronéis na esfera política. Faz-se mister mencionar que grande parte dos votos conquistados pelo coronel era oriunda de seu poder de coerção e não do livre arbítrio dos eleitores.

Por conseguinte, a força armada que cada coronel poderia mobilizar possuía um valor prático extremamente significativo, muito além da mera capacidade de angariar votos para seus candidatos. Além disso, as eleições poderiam ser fraudadas e, objetivando evitar que os resultados fossem impostos sob coerção,<sup>390</sup> era preciso que houvesse suporte na força, dispondo de grande número de homens armados.

Sendo assim, a verdadeira força de um coronel estava assentada na quantidade de homens armados que poderia mobilizar numa determinada situação, fosse para proteger a si ou um aliado, fosse para atacar um adversário. Essa força proveniente das armas resultava em poder, e, consequentemente, na obtenção de respeito e reconhecimento, inclusive perante as oligarquias estaduais, que tinham nos coronéis de cada localidade ou região, sua base de sustentação.

## **4.2 O coronelismo e sua influência no estabelecimento do poder político no planalto contestado.**

Considerando a perspectiva adotada em relação ao conceito de coronelismo, qual seja a capacidade dos coronéis em mobilizar homens em

---

<sup>390</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, *op. cit.*, p. 22.

armas era fundamental para seu sucesso político e para a manutenção de seu poder, é preciso considerar que havia uma diferença assaz significativa entre a origem de seus empregados e agregados (que formavam suas milícias), e a origem de seus aliados políticos. Contanto que o primeiro grupo era inerentemente rural e basicamente analfabeto, o segundo era abastado e quase que inteiramente urbano. Essa distinção exigia dos coronéis a utilização de outra linguagem e de outras estratégias para cooptação do segundo grupo.

Os coronéis lutavam pela consolidação de sua liderança regional e, para tanto, buscavam o apoio de determinados intelectuais, profissionais liberais e dos pequenos e médios comerciantes. Aqueles coronéis que efetivamente ocuparam cargos políticos, além da força armada, tiveram que confirmar sua força eleitoral em determinado município – mediante obtenção de apoio político daqueles setores urbanos – o que propiciava a futura eleição do coronel e das pessoas ligadas ao seu partido.<sup>391</sup>

Para tanto, a principal estratégia utilizada pelos coronéis consistiu na fundação e manutenção de jornais nas cidades do interior, normalmente tendo como base os partidos republicanos locais.

Portanto, esses jornais eram utilizados pelos chefes políticos locais como instrumentos de cooptação de aliados e de ataque aos seus adversários políticos, e nos legaram um conjunto de valiosas informações acerca das disputas existentes na região do planalto contestado, revelando acirradas contendas políticas, que envolviam dois grupos do Partido Republicano de Canoinhas e os interesses da *Lumber Company* na região.

O coronel Albuquerque, de Curitiba, e o Governador Vidal Ramos, promoveram a emancipação político-administrativa de Canoinhas através da Lei n.º 907, de 12 de setembro de 1911, criando o novo município de Santa Cruz de Canoinhas. Instalado efetivamente em 06 de dezembro de 1911, a vila contava com sessenta casas. O próprio coronel Albuquerque veio a cavalo prestigiar o evento. Na ocasião, fez a entrega ao major Thomaz Vieira, recém eleito Superintendente de Canoinhas (sem contendor), da importância de dez contos de réis, valor que o governo catarinense havia concedido ao município como ressarcimento pelos prejuízos causados pela enchente daquele ano.<sup>392</sup>

---

<sup>391</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado, op.cit.*, p. 94.

<sup>392</sup> “Orty Magalhães Machado. História das Ruas de Canoinhas”. *O Melhor*. Ano 03, N.º 108. Canoinhas, 03 de abril de 1992. AHMC. Em 06 de julho de 1915, Vieira foi eleito para o segundo mandato a frente do cargo de superintendente municipal de Canoinhas.

Durante os primeiros anos de sua emancipação administrativa, Canoinhas esteve sob o controle político quase exclusivo do major Manoel Thomaz Vieira. As terras de Vieira lhe foram doadas pelo estado de Santa Catarina em função dos serviços prestados durante a disputa de limites entre paranaenses e catarinenses.<sup>393</sup>

Após seu primeiro mandato, Thomaz Vieira foi reeleito para a gestão de 1915-1918, com o apoio de Vidal Ramos e da ala “laurista” do Partido Republicano Catarinense. Governou o município durante a Guerra do Contestado, inclusive no período em que a vila de Canoinhas foi sitiada e atacada pelos sertanejos rebeldes. Também em 1915<sup>394</sup>, o major Vieira foi eleito para o cargo de deputado estadual, ocupando esta função até fins de 1918.

Durante parte do período em que Vieira esteve em Florianópolis, Otávio Xavier Rauen assumiu a superintendência de Canoinhas.

No entanto, em meados de 1918, Rauen e Vieira romperam relações políticas. O resultado foi a constituição de duas facções no Partido Republicano local. Uma das facções continuou sendo chefiada pelo major Vieira, superintendente municipal e deputado estadual, o qual apoiou a candidatura de Severo de Almeida nas eleições de 04 de agosto daquele ano. Este grupo também recebeu o apoio de Oswaldo de Oliveira, braço político da *Lumber Company*, intendente distrital e principal liderança política de Três Barras. A outra facção era comandada por Otávio Xavier Rauen, o candidato em oposição a Severo de Almeida.<sup>395</sup>

Após a ruptura política ocorrida em Canoinhas, outros jornais da região impingiram ataques à facção chefiada por Rauen, ratificando a importância do papel político dos jornais dentro do fenômeno do coronelismo. Essa imprensa política, além de vigoroso recurso para difundir os interesses

---

<sup>393</sup> Após o recebimento das terras, o major Vieira passou a vendê-las a colonos poloneses e, no final de sua vida, ainda possuía cerca de 14.000 alqueires [cerca de 33.000 hectares]. In: TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado, op. cit.*, p. 42.

<sup>394</sup> No primeiro domingo de dezembro de 1915, ocorreu a eleição dos deputados estaduais que iriam compor o Congresso Representativo do Estado, na 10ª legislatura (1916 – 1917 – 1918). Naquela época, o Estado era dividido em cinco distritos eleitorais. No quinto distrito foram eleitos: Aristiliano Laureano Ramos, com 2.305 votos; Caetano Vieira da Costa, com 2.296 votos; Francisco Ferreira de Albuquerque, com 2.228 votos (duas vezes vice-presidente da Mesa Diretora); Manoel Tiago de Castro, com 2.269 votos e Tomás Vieira, com 2.120 votos. In: PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984, p. 355-356.

<sup>395</sup> “O município de Canoinhas acha-se em grande atividade política dado o rompimento entre o Sr. Manoel Thomaz Vieira e a facção que apoia a candidatura do Sr. Otávio Xavier Rauen ao cargo de Superintendente Municipal”. Folha do Norte. Ano 01, n.º 5. Mafra, 14 de julho de 1918. BPESC.

dos coronéis nos setores médios urbanos e levar seu discurso político, também realizava críticas e ataques aos adversários.<sup>396</sup>

A cisão no núcleo do Partido Republicano de Canoinhas, evidentemente, teve reflexos nas eleições daquele ano.

Na 4ª Seção eleitoral do então distrito canoinhense de Papanduva, como habitualmente sucedia, houve irregularidades, ao ser apurado um total de 95 (noventa e cinco) votos naquela urna, sendo que apenas 88 (oitenta e oito) eleitores compareceram ao sufrágio. A comissão do Partido Republicano local resolveu anular a votação daquela seção e validar os resultados apurados nas demais, ou seja, as seções de Canoinhas, Três Barras e Colônia Vieira. Devido ao fato de não ocorrer a realização de nova votação no distrito de Papanduva, todos os votos provenientes daquela localidade não foram computados, o que resultou na vitória de Otávio Xavier Rauen, obtendo um total de 189 (cento e oitenta e nove) votos.<sup>397</sup>

A propósito, é interessante analisarmos o número de votos recebidos pelas autoridades eleitas:

“... mais votados como membro efetivos: Rodolfo Wolff Filho, Roberto Ehlke, Vitor Soares de Carvalho e Luiz Pacheco de Miranda Lima, com 189 votos cada um e Firmino dos Santos, com 131 votos; Suplentes: José Pavão, Manoel Thomaz Vieira e Epaminondas Ricardo da Silva, com 131 votos cada um; Superintendente: Otávio Xavier Rauen, com 189 votos; Juízes de Paz da sede: 1º João Raymundo da Cunha Bompeixe, 2º Luiz Damaso da Silveira, 3º José Cordeiro Bello e 4º

---

<sup>396</sup> O jornal “A Pátria”, de Mafra, cidade vizinha, distante cerca de sessenta quilômetros de Canoinhas e quarenta quilômetros de Três Barras, e sobre a qual repercutiam as disputas destas localidades, publicou, em setembro de 1918, – dois meses antes do término oficial da I Guerra Mundial – uma notícia proveniente de Canoinhas. Em tom de denúncia, o jornal declarava que “os boches fizeram insultos ao Brasil no dia 07 de setembro”. Segundo o correspondente, nesta data houve grande festa comemorativa no Bouquet Club, um clube que reunia especialmente os jovens das famílias canoinhenses mais abastadas. Durante a festividade, foram proferidos discursos inflamados por parte do juiz de direito e do promotor público, além de várias senhoritas e de outros oradores, todos eivados de grande patriotismo. No entanto, os descendentes de alemães “em peso e premeditadamente” não compareceram à festa nacional promovida pelos jovens das ricas famílias da localidade. Segundo o jornal, os “boches” preferiram uma “reunião na casa de propriedade de Otávio Rauen, onde foi inaugurado um jogo de bocha ao som de ‘Deutschland über alles’”. Durante o match foram entoados diversos cânticos inimigos”. A nota é concluída afirmando que todos seriam responsabilizados por este ato de grande traição. Cabe lembrar que ela foi publicada cerca de duas semanas antes das eleições em Canoinhas. A Pátria, Ano I, N.º 11. Mafra, 22 de setembro de 1918. BPESC.

<sup>397</sup> O Democrata. Ano 01, n.º10. Canoinhas, 09 de janeiro de 1919. BPESC.

Julio Budant; Menos votados: João Vicente Ferreira e João Sotter Mattoso, Juizes de Paz de Três Barras: 1º Claro Jansson, 2º João Pacheco Sobrinho, 3º João Fontana e 4º Otávio Tabalipa”.<sup>398</sup>

Quatro entre os cinco vereadores que foram eleitos, obtiveram exatamente o mesmo número de votos (coincidentemente, o mesmo número de votos conquistado pelo superintendente eleito).

O major Vieira, desde a fundação do município, em 1911, maior liderança política, não obteve o cargo de conselheiro municipal (vereador), tornando-se suplente.

A posse ocorreu em 1º de Janeiro de 1919.

No entanto, a facção rival, formada por Vieira, Severo de Andrade, e com o apoio determinante do então deputado estadual Oswaldo de Oliveira, – que havia sido nomeado pelo próprio major Vieira para o cargo de intendente distrital de Três Barras, em setembro de 1917<sup>399</sup> – não reconheceu o resultado do pleito.

Nos meses seguintes, houve incerteza no panorama político do município de Canoinhas e dos distritos de Três Barras e Papanduva. A ruptura gerada no Partido Republicano local alarmou suas lideranças estaduais. Esse processo atingiu o ápice quando o então governador Hercílio Luz enviou um interventor, com o objetivo de arrefecer os ânimos na região e obter um entendimento entre os dois grupos.

O interventor escolhido foi o Chefe de Polícia do Estado – opção que revelava a grande preocupação do governador e a gravidade da situação – Gil Costa, natural da região, onde havia atuado como primeiro juiz municipal de Três Barras, na ocasião em que esta fora elevada à condição de município da Comarca de Rio Negro, ainda em 1914.<sup>400</sup>

Gil Costa chegou em Canoinhas no dia 06 de maio de 1919, com a missão de lançar as bases de uma política de reconciliação no município, acalmando os ânimos das facções em choque. Após sua intervenção, chegou-se a uma suposta resolução da contenda entre os republicanos. O resultado da eleição foi ratificado e Rauen foi indicado pelo partido para ocupar a superintendência de Canoinhas, conquistando uma importante vitória, com o apoio do governador Hercílio Luz.

---

<sup>398</sup> Idem.

<sup>399</sup> O Timoneiro do Norte. Ano 01, n.º 32. Canoinhas, 23 de setembro de 1917. BPESC.

<sup>400</sup> A Comarca, Ano 01, n.º 3. Mafra, 13 de Julho de 1919. No início de 1920, Gil Costa tornou-se desembargador do Superior Tribunal de Justiça. In: O Democrata, Ano 02, n.º 54. Canoinhas, 29 de Fevereiro de 1920. BPESC.

### 4.3 O coronelismo e a *Lumber Company* na região do planalto contestado

No entanto, a “reconciliação” foi interpretada pelo grupo do major Vieira, Oswaldo de Oliveira e pela *Lumber Company* como traição, humilhante derrota política e demonstração de rejeição por parte do governo estadual. Há indícios, inclusive, de que foi Severo de Almeida quem desistiu da disputa judicial e política pela superintendência, após sofrer “ameaças e pressões” por parte do governador.<sup>401</sup>

No âmago dessa disputa, Oswaldo de Oliveira passou a publicar em Três Barras um jornal intitulado “A Semana”, e através de suas páginas deflagrou ferrenha campanha contra Rauen e seus aliados. Os ataques ao “Raunismo” se proliferaram e se intensificaram durante os anos de 1919 e 1920, demonstrando o descontentamento do braço político da companhia *Lumber*, especialmente após a “reconciliação” e a perda da superintendência de Canoinhas.

Por outro lado, o novo superintendente canoinhense – Otávio Xavier Rauen – no princípio deste mesmo ano de 1919, através do semanário “O Democrata”, contando com o apoio dos redatores Hildebrando Freire e dos irmãos Joaquim e Gregório Mendes, promoveu o revide, a partir do início das atividades do jornal. Desde suas primeiras edições, o periódico combateu a *Lumber Company* e seus aliados na região, atingindo, inclusive, Oswaldo de Oliveira.

Uma das primeiras decisões administrativas do Superintendente Rauen consistiu em exonerar um dos líderes da facção rival do Partido Republicano de Canoinhas, ou seja, com a saída de Oswaldo de Oliveira do cargo de intendente distrital de Três Barras, esta liderança foi oficialmente afastada das decisões políticas locais. Isso recrudescer as divergências entre os dois e restringiu a influência de Oswaldo. O fato de seu adversário – e, conseqüentemente, da *Lumber Company* – ocupar o cargo mais relevante na estrutura política local, trouxe profundas transformações para a estrutura de governo e para o destino do distrito, especialmente no que tange à nomeação de autoridades na localidade. Após a exoneração, o cargo permaneceu vago durante longo período, ocupando-o provisoriamente o coletor de impostos, “cujos cambalachos são notórios, em quem ninguém confia cujas dívidas são descontadas nos talões, ao seu sabor, aumentados ou diminuídos

---

<sup>401</sup> TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado*, op. cit., p. 77.

os pagamentos dos impostos”.<sup>402</sup> A vacância do cargo de intendente distrital tinha por objetivo ampliar e estender seu poder diretamente da sede do município de Canoinhas até o distrito de Três Barras, onde, durante quase uma década, (tanto inicialmente sob jurisdição do Paraná, quanto, posteriormente, de Santa Catarina), os interesses da companhia definiam os contornos da política local.

Este aspecto, qual seja, a nomeação, pelos chefes políticos locais, de titulares a cargos públicos, era expediente de extrema relevância. O poder de decidir quem ocuparia um cargo, tais quais, subdelegado, promotor, escrivão, cobrador de impostos, etc., estava estreitamente vinculado à sustentação de interesses específicos. A título de exemplo, quando o coletor de impostos aumentava ou diminuía o valor cobrado, exercia sobre aquelas pessoas e sobre aquela sociedade um poder econômico considerável. Evidentemente, aquele grupo que, ao perceber-se prejudicado pelas escolhas e atitudes das autoridades municipais, incapaz de contrapor-se em tais circunstâncias, iria reclamar ou organizar-se para mudar tal estado. Aqui se encontra o cerne da discussão. Para o grupo que estava excluído das decisões que repercutiam econômica e financeiramente, a solução do impasse era procurar alterar aquela conjuntura, e um dos recursos utilizados para obter esta mudança consistia nas críticas veiculadas através dos jornais.

Ademais, controlar a nomeação de autoridades representava proteger os elementos do seu grupo político ou daqueles que “sujavam as mãos”, realizando tarefas mais espinhosas e menos louváveis.

Após a derrota política, os jornais de Oliveira e Rauen recrudesceram em seus ataques. No início do ano de 1920, A Semana denunciou um caso envolvendo um suspeito de homicídio – que já havia sido preso há quase dois anos – o qual solicitou um *habeas corpus*. Estando o promotor em viagem de serviço pela Comarca, o presidente do conselho municipal, Rodolfo Wolf Filho – atendendo determinação de Rauen – nomeou promotor *ad hoc* Benedito Therézio de Carvalho, cunhado do próprio Rauen. Benedito julgou nula a denúncia. O preso – um conhecido “agregado” (capanga) do superintendente Xavier Rauen – foi posto em liberdade imediatamente.

As autoridades judiciais detinham atribuições que influenciavam diretamente a disputa. A capacidade de julgar ações, absolver ou condenar acusados, acelerar ou procrastinar processos trabalhistas, eram expedientes de enorme importância para a manutenção do controle político e econômico na região:

---

<sup>402</sup> A Semana, Ano 01, n.º 2. Três Barras, 28 de março de 1920, *op. cit.*

“Canoinhas desde muito se ressentido de um juiz togado, tendo esta Comarca passado pelas mãos de vários juizes (...) a Justiça tem estado periclitante e diversos senhores leigos ocupando o lugar de juiz diplomado e mais conhecedor da matéria. O Dr. Agenor de Carvalho não permaneceu mais de dois meses, o Dr. Cid de Campos tomou posse e oito dias depois passou às mãos de seu substituto. Estas contínuas reviravoltas no Fórum dão margem a diversos atrasos na marcha natural de autos importantes”.<sup>403</sup>

A título de exemplo, avançando alguns anos no tempo, encontramos, em julho de 1925, uma desavença entre Otávio Xavier Rauen e o então promotor público da Comarca de Canoinhas, Lauro Sodré Lopes<sup>404</sup>, que resultou na instauração de um processo por calúnia de Lopes contra Rauen. Segundo os autos do processo, em 09 de julho daquele ano, encontravam-se na casa de João Allage – aliado político de Rauen de longa data e ex-subdelegado de polícia do distrito de Papanduva – Rauen, Lopes, além de outros indivíduos, todos em calma conversação quando Rauen:

“... sem que houvesse o menor motivo, abruptamente levantou-se de sua cadeira e, em altos brados injuriou o querelante [Lopes], usando as expressões: ‘o senhor é um patife; o senhor tem feito aqui uma porção de patifarias, até para o compadre João Allage’”.<sup>405</sup>

Apesar da abertura do processo por calúnia, o Juízo declarou não ter competência para julgar a ação, estratégia bastante utilizada pelos juizes para evitar enfrentamentos com aliados políticos ou figuras de notório poder. Lopes desistiu da ação. A justificativa para a desistência do processo por parte de Lopes é algo emblemático:

“... quer o suplicante desistir da queixa crime, protestando, porém, renová-la tão logo o Egrégio Tribunal do Estado se manifeste a respeito da competência de Juízo, e reconhecida que seja a deste Juízo, pois que o su-

<sup>403</sup> A Semana, Ano 01, n.º 13. Três Barras, 19 de setembro de 1920. BPESC.

<sup>404</sup> Lauro Sodré Lopes era natural de Curitiba e, em Canoinhas, além de promotor público, era diretor do “Jornal do Povo”, publicado durante os primeiros anos da década de 1920. In: Jornal do Povo, Ano 02, n.º 16. Canoinhas, 27 de maio de 1923. BPESC.

<sup>405</sup> Queixa crime. Lauro Sodré Lopes (querelante), contra Otávio Xavier Rauen (querelado). Canoinhas, 09 de julho de 1925, p. 12. AHMC.

plicante não terá a ingenuidade de ir bater às portas de tribunais correcionais para pedir punição de delinquentes que sobre eles exercem, na qualidade de chefes políticos do interior, inegável influência em detrimento dos mais sagrados interesses da Justiça, que em tal caso, tarda e falha, desmentindo o brocado antigo”.<sup>406</sup>

Do mesmo modo, a nomeação dos subdelegados distritais representava oportunidades de controle e domínio sobre as atividades comerciais, agrícolas e mesmo industriais de cada localidade, assim como a repressão à mão de obra local dos representantes de grupos políticos antagônicos:

“Recebemos de Colônia Vieira uma carta onde nos pedem providências diversos moradores e negociantes contra as arbitrariedades que ali comete o subdelegado de polícia. Em dias da semana atrasada foi preso sem culpa alguma o Sr. Valentim Bartenick, honrado comerciante, pelo simples fato de ter maior freguesia de que o subdelegado. Soubemos mais que o subdelegado faz suas compras de erva mate ameaçando os caboclos. Alguns mesmos como não querem vender ao Sr. João Allage são presos para a vila de Canoinhas. Felizmente, o tenente Castro não se conforma com o que diz o subdelegado arbitrário e manda soltar os presos quando eles não são culpados. Se não fora a intervenção do delegado especial [Castro] o Sr. Valentim Bartenick ainda estaria preso, ele que foi para a vila de Canoinhas a pé, escoltado por capangas que o maltrataram no caminho”.<sup>407</sup>

Em fins de abril de 1920, quando o comerciante Valentim fora preso em Colônia Vieira (atual município de Major Vieira) e conduzido até Canoinhas, estava alocado, na sede do município, o delegado especial do governo do estado em Canoinhas, tenente Castro, o qual liberava muitos dos presos encarcerados pelo subdelegado Allage. Castro fora designado para Canoinhas na tentativa de interromper as disputas entre as facções de Oswaldo de Oliveira e Otávio Xavier Rauén, as quais estavam transpondo os limites toleráveis. O tenente Castro Junior havia sido deslocado para Curitiba em 1917, quando o coronel Francisco Ferreira de Albuquerque foi

<sup>406</sup> Idem, p. 16.

<sup>407</sup> A Semana, Ano 01, n.º 5. Três Barras, 12 de maio de 1920. BPESC.

assassinado naquele município e “em Canoinhas já fez parar uma série de abusos, implantando respeito às autoridades. Canoinhas muito espera da ação enérgica do tenente Castro Junior”.<sup>408</sup>

Os serviços de correio também foram motivo de discussão e disputa entre as duas facções, especialmente após todos os exemplares de uma remessa quinzenal do jornal de Oswaldo de Oliveira terem desaparecido antes de chegar aos assinantes canoinhenses: “Os agentes do interior, as mais das vezes políticos, violam as correspondências, violam os registrados, sem que sejam punidos, sem que ao menos possam ser admoestados”.<sup>409</sup> A solução encontrada foi remeter uma nova leva de jornais através de um “portador especial”.

A disputa pelo controle da capacidade de nomear autoridades locais apresentava motivações práticas imediatas, uma questão cuja análise apresenta-se como preponderante é: de que forma a companhia obtinha as concessões e favorecimentos dos indivíduos que ocupavam os cargos concernentes, por exemplo, à condução dos processos por acidente de trabalho?

#### **4.3.1 “*Ser apanhado ou deixar-se prender*”: Os acidentes de trabalho e as estratégias da *Lumber Company* para reduzir seu impacto econômico.**

Conforme exposto anteriormente, o início do século XX foi marcado pela escalada de lutas reivindicatórias e deflagração de movimentos sociais por todo o país, tal qual o movimento sertanejo do Contestado, entre os anos de 1912 a 1916, e as agitações e mobilizações promovidas por operários em diferentes regiões, especialmente no período compreendido entre os anos de 1917 a 1919, o que pode ser corroborado pelo recrudescimento da repressão no período, inclusive com a mobilização de efetivos das forças armadas. No caso do movimento operário, além da reestruturação dos instrumentos coercitivos, a legislação também foi estendida na tentativa de cercear as possibilidades de organização do movimento. Exemplarmente, há a lei proposta pelo Senador Adolfo Gordo, promulgada em 1907, cujos dispositivos instituíram um processo sumário para deportação de estrangeiros envolvidos em movimentos grevistas. Até o ano de 1921, foram expul-

---

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> A Semana, Ano 01, n.º 2. Três Barras, 28 de março de 1920. BPESC.

sos – em decorrência dessa lei – 556 (quinhentos e cinquenta e seis) estrangeiros acusados de agitação.<sup>410</sup>

Não obstante, a escalada do movimento operário, com suas diversas e distintas correntes ideológicas e formas de ação, resultou em avanços, principalmente no que tange aos direitos civis. O movimento, além de lutar por direitos básicos, como organizar-se, manifestar-se e instituir estado de greve, propugnava por uma legislação trabalhista que regulamentasse o horário de trabalho, o descanso semanal e as férias. Ainda na pauta constavam os direitos sociais, como o seguro de acidentes de trabalho e aposentadoria.<sup>411</sup>

A propósito, a regulamentação da lei de acidentes de trabalho, que foi uma das principais bandeiras do operariado, ocorreu mediante a pressão dos trabalhadores, influenciando na constituição da Comissão de Legislação Social na Câmara, em fins de 1918, e na consequente votação da Lei de Acidentes de Trabalho, no início de 1919.<sup>412</sup>

Durante os debates acerca da lei de acidentes de trabalho, o patronato rotulava como impraticável a exigência de se instaurar, em todos os casos de acidente de trabalho, um inquérito policial e um respectivo processo judicial. Este dispositivo, apesar da contundente oposição dos empresários, foi aprovado. Dessa forma, os custos com o aparato processual e com as indenizações decorrentes das ações na Justiça, implicariam em grande impacto econômico para as empresas.

Em 15 de Janeiro de 1919, foi aprovada a Lei n.º 3.724, a Lei de Acidentes de Trabalho:

“Art. 1º: consideram-se acidentes de trabalho para os fins da presente lei: o produzido por uma causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais que constituam a causa única da morte ou perda total ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (...) a moléstia contraída exclusivamente pelo exercício do trabalho, quando este for de natureza a só por si causá-la, e desde que determine a morte do operário, ou perda total, ou parcial,

---

<sup>410</sup> BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 43.

<sup>411</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 60.

<sup>412</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 157.

permanente ou temporária da capacidade para o trabalho.”<sup>413</sup>

Contudo, a legislação trabalhista recém instituída determinava que apenas fossem indenizados aqueles trabalhadores cujos acidentes tivessem ocorrido durante o trabalho, e o artigo 2º da nova lei dispunha que:

“O acidente, nas condições do artigo anterior, quando ocorrido pelo fato do trabalho ou durante este, obriga o patrão a pagar indenização ao operário ou à sua família, *excetuados os casos de força maior ou dolo da própria vítima ou de estranhos*”.<sup>414</sup> [Grifo meu]

Portanto, o patronato aceitava este princípio do “risco profissional”, mediante o qual não deveria ser responsabilizado por eventuais falhas, mas apenas por reparações devidas por razões absolutamente profissionais; conseqüentemente, o trabalhador seria indenizado somente quando não incorresse em “culpa” pelo acidente.<sup>415</sup> Além disso, a lei estabelecia que os patrões deveriam assumir a responsabilidade pelos acidentes de trabalho, porém, os pedidos de indenização tramitariam pela justiça comum, sem a intervenção do governo.<sup>416</sup>

De todo modo, as mudanças impostas pela nova lei poderiam resultar em acentuado incremento de gastos para as empresas, e, evidentemente, aquelas com elevada incidência de acidentes suportariam maior impacto econômico-financeiro. Este era o caso das empresas cujo objeto social consistia na exploração madeireira e cujo processo industrial mutilava ou ceifava a vida de grande número de trabalhadores em diversas regiões do país.

Incontinenti, o patronato desenvolveu novas estratégias visando minimizar os dispêndios atribuíveis à nova lei.

A edição do jornal *A Plebe*, de 07 de outubro de 1919, ou seja, cerca de nove meses após a aprovação da lei, retrata a configuração deste novo quadro em uma serraria de São Paulo:

---

<sup>413</sup> HASSON, Roland. *Acidente de trabalho e competência*. Conseqüência da sucessão das normas no tempo. Curitiba: Juruá, 2002, p. 22.

<sup>414</sup> Idem, p. 23.

<sup>415</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 173.

<sup>416</sup> CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 62.

“Há dias, na serraria Aliança foi vítima dum grave acidente o trabalhador do serviço da noite, Manuel Cardoso. Conduzido ao hospital, ali lhe foram administrados os socorros médicos de que carecia findos os quais ele pediu que o removessem para a sua residência, sendo contrariado nos seus desejos. Agora, tentando eximir-se ao pagamento da indenização a que é obrigado, o industrial tem recorrido a vergonhosos estratagemas, como, por exemplo, o de obrigar a vítima a assinar um documento em que declara não ter seu patrão nenhuma culpa no desastre”.<sup>417</sup>

Dois dias antes, o mesmo jornal havia publicado outro caso que exemplificava tais práticas adotadas pelo patronato em contrapartida à implantação da nova legislação trabalhista. Tratava-se da história de um operário da serraria Lameirão, também em São Paulo, o qual trabalhava como maquinista e, em um acidente de trabalho, decepcionou uma das mãos na engrenagem de uma máquina, o que o impossibilitou de trabalhar. O patrão, na tentativa de eximir-se do ônus decorrente do cumprimento das determinações da legislação trabalhista, como prestar assistência médica e pagar uma indenização condigna à gravidade dos ferimentos da vítima – os quais, neste caso específico, resultaram em uma incapacidade total e permanente – procurou ludibriar o operário, convencendo-o de que o mesmo seria mantido no emprego, com melhor salário e, em futuro não muito distante, poderia tornar-se sócio da firma:

“Não demorou, porém, para que todo o castelo de hipocrisia desmoronasse pondo a nu o esqueleto da infâmia patronal. (...) Rompeu a greve. O grito de solidariedade repercutiu em todas as serrarias. Paralisou-se o trabalho por 15 dias, assombrando os industriais. Mas, circunstâncias diversas concorreram, entretanto, para o fracasso da greve. Os operários, não podendo conseguir o seu desideratum, voltaram ao trabalho. Os patrões, coligados, organizaram a sua lista negra, condenando à miséria uma grande parte de grevistas. E nessa lista foi incluído o maquinista da Lameirão, (...) sem trabalho, sem mão, impossibilitado de produzir, cheio de família (...)”<sup>418</sup>.

<sup>417</sup> A Plebe, Ano 03, n.º 26. São Paulo, 07 de outubro de 1919. AEL.

<sup>418</sup> A Plebe, Ano 03, n.º 25. São Paulo, 05 de outubro de 1919. AEL.

Estes casos são representativos deste processo de adaptação do patronato às mudanças impostas pela nova legislação, que passou a ocorrer em todo o país, inclusive com os casos de acidente de trabalho registrados na *Lumber Company*. A companhia norte-americana desenvolveu estratégia bastante eficiente para a resolução favorável das ações por acidente de trabalho, objetivando eximir-se dos custos com os inquéritos judiciais e indenizações trabalhistas.

Os inquéritos instaurados em decorrência dos acidentes de trabalho permitem elencar uma série de indivíduos que ocupavam cargos considerados estratégicos para a resolução favorável à empresa de demandas judiciais.

Vamos nos deter em três funções primordiais e que surgem de forma recorrente nas questões trabalhistas: o subdelegado, o escrivão e o tabelião.

De acordo com a nova lei, assim que ocorresse um acidente de trabalho, o chefe da seção, o gerente, ou o proprietário da empresa, deveria comunicar o sinistro às autoridades policiais. Essa notificação era realizada, normalmente, através de um formulário próprio da empresa, o qual apresentava informações básicas, como o nome, salário e idade do acidentado, local, hora e circunstância em que o acidente adveio. No mesmo documento, eram arroladas as testemunhas do acidente, também de acordo com o critério do patrão. Outra exigência da nova lei era de que a empresa deveria prestar os socorros médicos e hospitalares ao acidentado, sendo assim, o médico responsável também preenchia um formulário no qual descrevia os ferimentos, bem como sua gravidade.

Em seguida, o formulário era encaminhado para a autoridade policial – delegado ou subdelegado – o qual deveria realizar as diligências necessárias para averiguar se as declarações prestadas no formulário da empresa condiziam com a realidade dos fatos. Outra função da polícia era inquirir as testemunhas.

Ato contínuo, a autoridade policial deveria encaminhar a documentação referente ao acidente – relatório da empresa, relatório médico e inquérito policial concluído – ao promotor público, que analisava o caso e emitia parecer antes de encaminhar o conteúdo do processo ao juiz de direito da comarca onde a empresa estava estabelecida.

Sendo assim, o primeiro ato após a ocorrência de um acidente consistia em sua comunicação, que, no caso da *Lumber*, era feita pelos demais trabalhadores – colegas de trabalho do acidentado – ao Encarregado pelos Acidentes de Trabalho, cargo de suma importância e destaque na estrutura

organizacional da empresa. Após a chegada do encarregado pelos acidentes ao local do sinistro, o trabalhador vitimado era transportado até o hospital da companhia; caso a presença do encarregado não fosse possível, os próprios trabalhadores transportavam o companheiro para receber os socorros médicos necessários.

Neste momento iniciava-se a estratégia patronal. A primeira etapa dependia do próprio encarregado, cuja atuação era fundamental para a condução do inquérito policial e respectivo processo judicial, segundo as intenções e objetivos da companhia. O encarregado era o primeiro a ouvir os operários e a construir uma versão para o acidente, a qual era constituída tanto por fatos relatados a ele pelas testemunhas quanto por subterfúgios, conforme os interesses imediatos da empresa. Também era sua função preencher o “Relatório Sobre Acidente no Trabalho”, um formulário padrão que trazia as informações básicas sobre o acidente e sobre o operário, preenchido pelo encarregado e encaminhado ao subdelegado, que o anexava ao inquérito. Era notório o condicionamento da conclusão dos inquéritos às informações inicialmente fornecidas pelo relatório da empresa, resultando, muitas vezes, no arquivamento do processo. O mesmo indivíduo deveria compor o rol das testemunhas e, com a atribuição de selecioná-las, ele evidentemente optava por aquelas que mantinham relação mais amistosa aos interesses da empresa, em detrimento de outras menos “confiáveis”.

O operário José Kasubeck era um dos milhares de imigrantes que chegaram a região do planalto contestado em busca de uma vida melhor. Proveniente da Polônia, encontrou trabalho na *Lumber Company*, onde fora empregado na seção de empilhação; ali era responsável pela organização das madeiras já serradas para o embarque. José residia no distrito de Três Barras e tinha 43 anos de idade, quando, no dia 11 de junho de 1927, sofreu um acidente de trabalho. Naquela tarde, ele estava no pátio da serraria, envolvido com a sua função – organizando as tábuas recém-serradas em pilhas sobre estaleiros, onde aguardariam o transporte em trens. Por volta das 15h30min, o estaleiro no qual José trabalhava se desfez, lançando o trabalhador ao solo e, em seguida, uma das tábuas do alto da pilha deslizou e caiu sobre ele, atingindo sua mão esquerda. O resultado foi uma fratura do rádio, três centímetros acima do pulso.<sup>419</sup>

Durante longo período – inclusive quando José Kasubeck sofreu o acidente – o encarregado pelos acidentes na *Lumber* era o imigrante norueguês Haakon Smargraw.

---

<sup>419</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Vítima: José Kasubeck. Canoinhas, 11 de junho de 1927. AFJC.



**Imagem 35: Trem descarrilado. Em primeiro plano Haakon Smargraw. Imagem que compõem o acervo do Museu de Três Barras.**

No Relatório preenchido por ele e que serviu de gênese para o inquérito posterior, Haakon declarou que “do acidente ocorrido não houve dolo nem malícia e que quando [José Kasubeck] trabalhava no serviço de empilhamento, desmanchando-se uma das pilhas, *deixou-se prender* por uma das tábuas”. [Grifo meu].

Esta afirmação (que era recorrente nos processos) repercutia nas declarações posteriores de muitas testemunhas e era ratificada quando o próprio encarregado era inquirido. Por outro lado, o operário acidentado declarou que foi atingido por uma das tábuas que “caiu de cima da pilha”. Aqui está uma discrepância sutil, porém determinante entre os depoimentos do operário e do encarregado. Ao contrário do que afirmara o trabalhador acidentado, para Haakon, a tábua não caiu sobre o operário, mas sim foi ele quem “deixou-se prender”.

Para os autos do processo e para a legislação em vigor, havia uma diferença considerável entre, por exemplo, pegar “por descuido” na serra circular e “deixar-se apanhar por sua própria imprudência” por ela. O encar-

regado pelos acidentes expressava em suas declarações as intenções da companhia em negar qualquer responsabilidade e conseqüente ônus por conta do acidente, ou seja, havia a tentativa de transformar cada acidente em um momento de estupidez e desatenção da própria vítima, situando-o entre a falta de competência e a má fé do operário, que, segundo a interpretação da empresa, poderia ter forçado um ferimento leve para usufruir de seus direitos.<sup>420</sup>

Após transitar pelo encarregado dos acidentes, a documentação inicial era encaminhada ao subdelegado de polícia de Três Barras, que instaurava o inquérito. Este, após receber a comunicação do acidente por meio do formulário preenchido pelo encarregado, dirigia-se até a sede da empresa e ali inquiria as testemunhas e a própria vítima do acidente de trabalho.

Reuniram-se para os depoimentos acerca do acidente de José Kasubeck, tomados no hospital da empresa, o subdelegado, o escrivão, o operário acidentado, os peritos (médico e enfermeiro), o funcionário da companhia encarregado pelos acidentes e as testemunhas (em alguns casos o próprio diretor gerente da companhia também estava presente). Certamente, ser inquirido dentro das instalações da empresa representava um elemento coercitivo de significativa relevância no contexto das relações estabelecidas entre aquelas pessoas. Ao ser inquirida pelo subdelegado, cada testemunha sabia que as declarações dadas naquele momento poderiam significar facilidades ou dificuldades futuras dentro da companhia, o que transformava a ocasião em um palco de lutas, pressões e negociações.

Nas declarações das testemunhas, todos colegas de José Kasubeck, foi possível identificar a recorrência de afirmações presentes na fala do encarregado, uma nítida “contaminação” das declarações dos operários. As causas do acidente foram atribuídas a uma falha de conduta do próprio acidentado. Enquanto as declarações da vítima afirmavam que ele havia “sido apanhado” pela tábua, seus colegas de trabalho, alinhados às declarações do patrão, relacionaram a causa do acidente a termos como “descuido”, “distração”, “pressa”, “infelicidade” e “precipitação” de José Kasubeck.<sup>421</sup>

---

<sup>420</sup> Este tipo de estratégia não foi identificado entre os operários da *Lumber*. No entanto, certamente eles possuíam um conhecimento construído sobre o modo como deveriam agir para usufruírem de certas vantagens oferecidas pela legislação em vigor.

<sup>421</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho de José Kasubeck, *op., cit.* A explicação mais plausível para este fato relaciona-se ao que era prioridade dentro das necessidades dos operários, ou seja, a sua subsistência e de sua família. Nesse contexto, cada atitude tomada, cada palavra proferida, exigia certa reflexão, pois poderia colocar em risco as condições que possibilitavam esta subsistência. Ao legitimar as declarações da empresa, estas testemunhas resguardavam-se de

A inquirição das testemunhas era realizada pelo subdelegado de polícia de Três Barras. Ao longo dos anos, houve significativa rotatividade na titularidade desse cargo, devido a diferentes motivações. Contudo, é razoável afirmar que as indicações para provimento desse cargo atendiam aos interesses do chefe político local e, com raríssimas exceções (como veremos adiante), trabalhava de acordo com os desígnios da *Lumber Company*.

Conforme relatado anteriormente, as autoridades policiais disponibilizavam todos os serviços necessários para a manutenção dos interesses econômicos da empresa na região, atuando, inclusive, no sequestro de inimigos da companhia; na expulsão de posseiros das terras da empresa; na proteção ao patrimônio da empresa e de seus aliados e na repressão à organização dos trabalhadores.

Ademais, a atuação de tais autoridades em alinhamento com os interesses da *Lumber* também era primordial para a manutenção e sustentação do procedimento de resolução favorável das ações judiciais por acidente no trabalho.

Ao inquirir as testemunhas, o delegado – nesse contexto, o subdelegado de Três Barras – empregava um arcabouço formado por expressões, palavras e gestos, uma linguagem pouco familiar aos operários, de tal forma que incumbia-se de (e ao escrivão também) moldar explicitamente as declarações prestadas pelas testemunhas aos interesses da *Lumber*. O delegado, ao construir a primeira versão do fato, promovendo a escolha de certas circunstâncias e elementos e prescindindo de outros, tornava-se o sujeito recriador de cada acidente, autor de cada processo. Suas escolhas determinavam o critério a partir do qual era recriado o evento que dera origem ao processo e, assim, suas significações. Deveria determinar o número e nomear as testemunhas (o que, na realidade, ocorria por indicação do encarre-

---

quaisquer retaliações por parte da companhia. Por outro lado, conforme mencionado anteriormente, a *Lumber* lançava mão de inúmeros artifícios para “negociar” com os trabalhadores, associando o processo de imposição de uma nova disciplina industrial à concessão de “favores” (o seu aparato institucional), que construíam neste mesmo grupo a ideia de uma relação da qual teriam benefícios. Os operários da *Lumber*, mesmo insatisfeitos com suas condições de trabalho e vida, usufruíam de “vantagens” concedidas pela companhia, comparativamente às demais alternativas de trabalho na região. Ao mesmo tempo em que a *Lumber* oferecia aos operários este leque de “vantagens”, estes prestavam sua deferência, e uma das maneiras consistia em declarações favoráveis à empresa nos inquéritos por ações trabalhistas, ou seja, havia “deveres” e “funções”, um preço a ser pago. Esta conduta e o apelo a concepções coletivamente construídas de identidade e pertencimento teriam como retribuição compensações, que poderiam variar desde a conservação do emprego até a melhoria da qualidade de vida do operário e de sua família. Assim, parece razoável afirmar que esta situação era percebida “de cima” como um ato de concessão e “de baixo” como uma conquista. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum, op. cit.*, p. 45.

gado pelo acidente, ratificando a sua conexão), promover as diligências, intimar aos patrões, finalizar o inquérito e repassá-lo à Promotoria.

Após as diligências efetuadas pelo subdelegado, eram nomeados os peritos médicos responsáveis pelo acompanhamento do processo judicial, funções de extrema relevância para o sucesso do *modus operandi* adotado pela *Lumber*. O médico que chefiava o hospital da empresa era o doutor Oswaldo de Oliveira, o qual era responsável pelo atendimento e avaliação dos operários acidentados, bem como pela emissão dos relatórios médicos que seriam anexados ao inquérito judicial. Portanto, as informações prestadas por ele (causa do acidente, gravidade dos ferimentos, tempo de afastamento do trabalho, se a lesão era temporária ou permanente, etc.) eram decisivas para o destino do trabalhador e da própria ação legal. Além disso, há um fato ainda mais relevante. Oswaldo de Oliveira também era – na maioria absoluta dos processos – nomeado pela Justiça o médico perito do caso, sendo o responsável pela avaliação do operário após o período de tratamento. O acúmulo dessas duas funções proporcionava à empresa uma enorme vantagem, pois ele fornecia legitimidade (além dos documentos médicos, também pelo seu prestígio social e político frente àquela comunidade) às alegações da *Lumber* e manipulava as informações de modo a beneficiar a empresa nas ações judiciais.

As funções de tabelião e escrivão<sup>422</sup> também eram de fundamental importância para que a *Lumber* conseguisse manter um controle razoável sobre o desfecho das ações judiciais por acidente no trabalho. Ao longo dos anos, houve muitas substituições na titularidade desses cargos, as quais eram realizadas de acordo com os critérios determinados pelas articulações políticas provenientes do coronelismo, bem como dos interesses imediatos da *Lumber*. Eram funções que permitiam – algumas vezes de forma sutil, outras, nem tanto – a condução do inquérito policial e a estruturação do processo crime privilegiando fatos e versões, que poderiam resultar na redução dos valores das indenizações devidas pela companhia ou na inexigibilidade de quaisquer pagamentos.

Convenientemente, a companhia mantinha relações estreitas com tais. A título de exemplo, há o caso de Oscar João dos Santos, o qual atuou como escrivão em muitas ocorrências por acidente de trabalho. Tanto antes quanto depois de ocupar este cargo, Oscar também exercia a função de farmacêutico da *Lumber*, trabalhando no hospital da empresa, sob as ordens de Oswaldo de Oliveira, junto ao qual também foi nomeado, em muitos

---

<sup>422</sup> Função cuja atuação, ao redigir as declarações das testemunhas, poderia permitir a alteração do teor dos depoimentos proposadamente, com o objetivo de favorecer a companhia.

processos, para a atribuição de perito responsável pela realização dos exames de corpo de delito e avaliação dos ferimentos dos operários acidentados, relatando informações fundamentais para a definição da gravidade do ferimento e do tempo de recuperação, utilizadas no cálculo do valor da indenização a ser paga pela empresa. Além disso, naqueles casos em que atuou como escrivão, quem o substituiu na função de enfermeiro e perito auxiliar na avaliação dos feridos foi seu irmão, Cyriaco João dos Santos.

Além deles, José Linesky também fora nomeado escrivão, após ter ocupado a função de subdelegado de polícia de Três Barras.

Ademais, Sizenando Ribeiro da Silva atuou como tabelião e, posteriormente, foi contratado como advogado da companhia.

Contudo, um caso emblemático sucedeu com os irmãos Abelardo Fernandes Guedes e Euclides Fernandes Guedes. Ambos ocuparam os dois cargos, ou seja, atuaram tanto como escrivães quanto tabeliães. Euclides – que também atuou como Oficial do Registro Civil do distrito de Três Barras – foi localizado no cargo de tabelião no processo por acidente de trabalho do operário Francisco Lourenço Garcia, ocorrido em 16 de abril de 1925. O acidente de Francisco, relatado no primeiro capítulo, ocorreu quando ele foi atingido, na região do pescoço, pelo cabo de aço dos guinchos, lançando-o a vários metros de altura. Ele perdeu a capacidade da fala, mas, mesmo assim, a sentença judicial determinou que o operário deveria receber apenas as meias diárias, ou seja, metade do salário referente aos dias em que esteve afastado do trabalho. Esse montante era de 26\$400 (vinte e seis mil e quatrocentos réis). No recibo referente ao valor devido ao operário, último documento anexado ao processo, em manuscrito, constava a seguinte declaração do tabelião: “... reconheço ser verdadeiras e de próprio punho as assinaturas de Victorino Kosorosky, Oscar João dos Santos e Ceslau Sepala, feitas perante mim Tabelião Euclides Fernandes Guedes, das que me reporto por fê”.<sup>423</sup> Todavia, uma única informação do recibo era datilografada, exatamente o valor, inserido na parte superior do documento. É plausível supor que em casos como este, e contando com a participação do tabelião, os dados referentes ao valor pago poderiam ser inseridos após a efetivação das assinaturas, com o repasse de valor inferior ao acidentado, ou, inclusive, a ausência de quaisquer repasses.

Outro processo que contou com a atuação dos irmãos Guedes – Abelardo como escrivão e Euclides como tabelião – foi o caso do acidente de trabalho do operário Affonso Augusto. A *Lumber* promoveu um acordo com o operário acidentado, mediante o qual ele estaria “inteiramente pago e

---

<sup>423</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Vítima: Francisco Lourenço Garcia, *op. cit.*, p. 18.

satisfeito e não poderia em tempo algum voltar a reclamar indenização pelo acidente”. A escritura de celebração do acordo contou com José Linesky (o subdelegado de polícia) como testemunha, o qual assinou a rogo. A leitura da escritura produz a impressão de que o operário não estava presente quando ela foi redigida e, talvez, nem soubesse de sua existência. É admissível supor que esta – e talvez muitas outras – escritura pode ter sido forjada pelo tabelião, com a participação ou conivência dos demais indivíduos que atuaram no caso.

A atuação de Euclides Fernandes Guedes em favor das necessidades da *Lumber* nos processos decorrentes por acidente de trabalho assume outra dimensão ao procedermos à análise do caso de José Kasubeck, cujo acidente ocorrera em junho de 1927. Euclides testemunhou no processo em favor da companhia – no dia 11 de agosto de 1928 – e afirmou que conhecia o operário e que “viu aquele trabalhando como foguista do engenho da companhia *Lumber* desde o mês de fevereiro de 1928”. O agora Escrivão de Paz afirmou ainda que aquela função do operário só poderia ser desempenhada por pessoa em bom estado físico, pois dependia de grande força.

Concluiu afirmando que:

“O operário José Kasubeck assim pareceu-o encontrar-se restabelecido da lesão física recebida por ocorrido do acidente de trabalho; que se não fosse assim o referido operário não poderia exercer o cargo de foguista; soube também que José Kasubeck depois de sinistrado esteve no Hotel Mirandel de Três Barras e que por ocasião era igualmente hóspede do hotel um charlatão que se intitulava médico; que o depoente como Escrivão de Paz do distrito de Três Barras exerceu aí também as funções de Tabelião e de Escrivão de Polícia, que assim, durante o tempo de oito anos que exerce esses cargos, em inúmeros casos de acidente no trabalho, nos quais têm sido vítimas operários da embargante, sendo que essa **nunca** embaraçou ou impediu o procedimento oficial para a conclusão do inquérito; que também a embargante sempre diante de qualquer caso de acidente no trabalho procura terminar por acordo o respectivo processo, sendo as respectivas escrituras de acordo lavradas por ele depoente como Tabelião e as quais depois tem sido homologadas pelo Juiz desta Comarca”.

<sup>424</sup> [Grifo meu].

---

<sup>424</sup> Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho: Vítima: José Kasubeck, *op. cit.*, p. 121.

O objetivo do depoimento era invalidar a exigibilidade de indenização ao operário, usando o fato deste ter retornado ao trabalho na empresa como forma de provar sua sanidade física e, assim, desonerar a empresa do pagamento de indenização. Além disso, o fato de Euclides sugerir a suposta consulta do operário com um ‘charlatão’, pretendia justificar a demora na convalescença do operário acidentado. Por fim, sua própria participação como testemunha gera contradição com as reiteradas afirmações sobre a atuação idônea da empresa.

Contudo, o desfecho do processo de José Kasubeck ocorreu de forma surpreendente, e sua análise reforça o argumento que identifica as relações sub-reptícias estabelecidas entre a companhia e as autoridades locais, especialmente aquelas envolvidas nas ações trabalhistas.

Transcorrido certo período exercendo a função de fogueiro do engenheiro, o operário migrou da região de Três Barras para a capital do estado do Paraná, Curitiba. Aliás, esse circuito migratório foi largamente utilizado pelos trabalhadores da *Lumber*, pois há muitos relatos de antigos trabalhadores que estabeleceram residência na capital paranaense. Dois motivos podem ser facilmente identificados. Em primeiro lugar, o objetivo era obter melhor colocação no mercado de trabalho, a expectativa por salário e um modo de vida melhor; em segundo lugar, o vultoso grupo de imigrantes e descendentes de poloneses e ucranianos que colonizaram a região de Curitiba, o que certamente influenciou a decisão dos operários em migrarem, pelas possíveis facilidades que redes étnicas de solidariedade poderiam fornecer aos recém estabelecidos.

Devido ao desfecho do processo de José Kasubeck – que fora instaurado em 11 de junho de 1927 –ter ocorrido somente em meados de 1931, o operário e sua família não residiam mais em Três Barras, pois haviam migrado para Curitiba. Por conseguinte, a maneira mais adequada para resolução das questões burocráticas, acerca do recebimento da indenização pelo acidente de trabalho, consistia em José Kasubeck nomear um procurador na região de Três Barras, alguém que pudesse representar seus interesses e que fosse de sua inteira confiança. Quão surpreendente foi identificar o procurador nomeado pelo operário, qual seja, Euclides Fernandes Guedes, escrivão distrital de Três Barras e testemunha da *Lumber* no litígio.

Ainda mais surpreendente foi identificar o documento de levantamento da quantia da indenização. Ou seja, a companhia, quando condenada em última instância ao pagamento da indenização não dispo de recursos jurídicos à sentença transitada e julgada, depositou a quantia de 2:008\$200

(dois contos, oito mil e duzentos réis) no cartório do tabelião Sizenando Ribeiro da Silva, ex-advogado da *Lumber*:

“Aos 09 de Maio de 1931, em meu cartório, compareceu perante mim escrivão o cidadão Euclides Fernandes Guedes, que dou fé ser o procurador de José Kasubeck, e por ele foi dito que, vinha levantar a importância de 2:008\$200, proveniente de indenização arbitrada e juros de mora, de conformidade com a conta deste processo (...), por haver recebido dita importância de minhas mãos em cartório, lavrei este termo que assinamos. Sizenando Ribeiro da Silva, Euclides Fernandes Guedes”.<sup>425</sup>

A *Lumber Company* utilizou um conjunto amplo e variado de estratégias para lidar com os acidentes, as quais consistiram no cálculo proposital das indenizações em montante inferior ao devido, mediante interpretações premeditadamente equivocadas do regulamento de acidentes; procrastinação do pagamento de indenizações e da celebração de acordos; fraudes no ato do pagamento das indenizações, já que muitos operários eram analfabetos e quem assinava os acordos, em substituição aos reclamantes, eram o próprio subdelegado ou outras autoridades locais; rápida homologação de acordos com valores a menor, aproveitando as prementes necessidades de sobrevivência dos trabalhadores feridos (e sem trabalho) e de suas famílias – após a homologação desses rápidos acordos em montante inferior ao efetivamente devido, a empresa recusava-se a efetuar o pagamento de outros valores, argumentando que o trabalhador já havia aceitado o acordo, e procurava caracterizá-lo como um aproveitador; readmissão de operários acidentados, o que permitia à empresa argumentar que o ferimento decorrente do acidente era insignificante, pois o mesmo já havia retornado ao trabalho (muitas vezes com fortes dores, ou com sua capacidade laboral reduzida e seu salário tolhido); laudos periciais fornecidos em juízo pelo médico da empresa, Oswaldo de Oliveira, invariavelmente nomeado perito legal para avaliação dos ferimentos dos trabalhadores – caracterizando, evidentemente, conflito de interesses – o qual normalmente subjugava propositalmente as limitações dos trabalhadores; e, finalmente, ausência de comunicação de acidentes às autoridades competentes.<sup>426</sup>

---

<sup>425</sup> Idem, p. 127.

<sup>426</sup> TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “O pessoal da *Lumber!*”, *op. cit.*

Contudo, esse conjunto de estratégias dependia da atuação de autoridades locais, algumas descritas anteriormente. Evidentemente, seu poder econômico consistia em argumento irrefutável perante as autoridades. Entretanto, a empresa, mediante atuação política – preponderantemente através de seu médico, Oswaldo de Oliveira – exercia poder suficiente para influenciar a nomeação, manutenção ou exoneração de autoridades, de acordo com seus interesses.

Outra motivação para exercer controle sobre tais autoridades era a possibilidade de influenciar as disputas fundiárias ainda latentes naquela área, extremamente relevantes para a manutenção dos interesses econômicos da *Lumber Company* – em função da extração da madeira – em toda a região do planalto contestado

### **4.3.2 As demandas fundiárias da *Lumber Company* na região do planalto contestado**

As disputas fundiárias na região do planalto contestado sempre culminaram em tensão, conflitos e violência. Nesses casos, a *Lumber Company* reafirmava seu despotismo e utilizava o apoio do grupo que lhe fornecia o suporte político necessário e, conseqüentemente, das autoridades por ele nomeadas.

A questão envolvendo o arrendamento da área de terras do fazendeiro Francisco dos Santos Sobrinho, na localidade de Pardos, a partir de março de 1918, (analisada no 3º. Capítulo) e a exploração da madeira pela *Lumber Company*, foi apenas um dos casos em que a companhia mobilizou sua força política, sua milícia armada e seu poderio econômico-financeiro.

Com a inexorável exaustão das reservas de madeira dos Pardos, a *Lumber Company* voltou sua atenção para outra área, na região do Campo das Moças. A partir de 1919, a empresa realizou a expulsão de posseiros do local e iniciou os procedimentos de extração. Nesse contexto, Luiz Vieira, um antigo posseiro e habitante daquela área, impetrou ação judicial – em conjunto com outros moradores da localidade – e obteve ganho de causa em primeira instância.<sup>427</sup>

Esse fato ratifica o enfraquecimento do poder da companhia, após os eventos relacionados à conquista política da facção de Rauhen e sua ascensão ao cargo de superintendente municipal de Canoinhas.

A *Lumber* recorreu ao Superior Tribunal de Justiça.

---

<sup>427</sup> As informações são provenientes do Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. Gaveta 688, p. 86. APESC.

Acerca das dimensões do terreno em litígio, suas medidas atingiam dois quilômetros de norte a sul e treze quilômetros e meio de leste a oeste. Com relação às construções ali existentes, havia uma casa habitada pelo próprio posseiro e por sua família, além de ranchos, paióis de depósito, currais e cercas. O terreno era entrecortado por diversos arroios, inclusive o rio das Moças, que designava a posse. Contudo, o rio Iguaçu era a principal fonte para obtenção de água. As vias internas conduziam até às margens do rio Iguaçu, também o principal meio para acesso às vilas de Rio Negro e Porto Amazonas (mais tarde, Porto União). Este percurso durava alguns dias, fosse realizado por embarcações a vapor ou por balsas, em qualquer estação do ano.

Na região do Campo das Moças, o coronel Arthur de Paula e Souza realizou a “compra” de uma área que havia pertencido à família Cordeiro. Em 10 de fevereiro de 1910, parte do mesmo terreno foi vendida à *Lumber Company*. A duplicidade de escrituras de propriedade do terreno, parte legitimada pelo estado do Paraná e parte legitimada pelo estado de Santa Catarina, fez com que a disputa se arrastasse até meados de 1919. Conquanto a assinatura do Acordo de Limites, ocorrida em 1916, o controle sobre parte dos terrenos do Campo das Moças permaneceu em litígio entre os adquirentes catarinense e a companhia *Lumber Company*.<sup>428</sup>

O argumento da companhia consistia no direito de propriedade sobre as seis glebas legitimadas pelo estado do Paraná, antes da sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal, favorável ao estado de Santa Catarina. Para tanto, era necessário que o governo de Santa Catarina expedisse um novo título de propriedade, a partir da lei e das divisas em vigor após a assinatura do acordo entre os dois estados.

A decisão do Superior Tribunal de Justiça acolheu o argumento da *Lumber Company*, dando-lhe ganho de causa na contenda, em detrimento da reivindicação dos posseiros estabelecidos naquela área e que não possuíam documentos comprobatórios. A sentença foi promulgada em 19 de dezembro de 1921.

---

<sup>428</sup> A indefinição quanto aos marcos limítrofes entre Paraná e Santa Catarina (até 1916), favoreceu a atividade de grilagem em grande parte da área sob litígio. Muitos oficiais da Guarda Nacional registravam terras contestadas pelos catarinenses em cartórios paranaenses. Na região do médio vale do Iguaçu, o coronel Fabrício Vieira atuou neste sentido. Já Arthur de Paula operou no vale do rio Paciência, apropriando-se de vastas áreas de campos e ervais nativos através de sua milícia particular, em sintonia com as autoridades públicas, tais como delegados, juízes, promotores e titulares de cartórios.

Em 1923, após a disputa pelo terreno dos Pardos e do Campo das Moças, a *Lumber Company* moveu ação<sup>429</sup> contra um grupo que pretendia confirmar a propriedade sobre um imóvel denominado “Valinhos-Coxilhão” (essa grande área em litígio fazia divisa, por um lado, com o terreno do Campo das Moças, e, por outro lado, com a estrada que partia daquela área para a vila de Canoinhas). Entre os componentes do grupo encontram-se Otávio Xavier Rauen e Urbano Lessa. Esses dois, juntamente com os irmãos Mendes, atuavam no jornal *O Democrata* e compunham o núcleo rígido da facção que se opunha ao grupo de Oswaldo de Oliveira e da *Lumber Company*, desde a disputa (e da “reconciliação”) em torno da eleição de 1918 para a superintendência de Canoinhas.

O objetivo da ação era anular o registro daquele imóvel, que havia sido realizado em 23 de abril de 1923. A companhia foi representada pelo advogado Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos, notório adversário político do então governador Hercílio Luz.

Rauen e os demais querelados contrataram como defensor o desembargador Honório Hermeto Carneiro Cunha, residente em Florianópolis.

Entre os argumentos da *Lumber* para requerer a anulação, constava a incompatibilidade legal de cargos providos pelo capitão João Allage – o mesmo que fora nomeado, pelo próprio Rauen, subdelegado de polícia de Colônia Vieira, no ano de 1920, seu aliado de longa data e que – como visto anteriormente, cometeu inúmeros despotismos enquanto exercia aquele cargo – que exercia concomitantemente os cargos de oficial geral de hipotecas e imóveis da comarca de Canoinhas e de conselheiro municipal (vereador) daquele município. Segundo o conteúdo da ação, Rauen, Lessa, e os outros cinco proprietários do terreno, procuraram o cartório do tabelião Benedito Therézio de Carvalho – cunhado de Rauen – e ali mandaram lavar e assinaram uma escritura de divisão amigável do imóvel Valinhos – Coxilhão. A propriedade do referido imóvel, na ocasião partilhado, deu-se pelo instituto jurídico do usucapião, obtido por Bertholdo Mendes de Queiroz e Thomaz Padilha.

Rauen e seu grupo partilharam a área de 4.551 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e um) hectares em quinhões desiguais e sem avaliação. Após a divisão, fizeram a transcrição da escritura de divisão, referente ao quinhão de cada um, no Registro de Imóveis de Ouro Verde.<sup>430</sup>

---

<sup>429</sup> Ação Ordinária da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company versus* Otávio Xavier Rauen, Urbano Cesar da Cunha Lessa e outros. Ouro Verde, 1923. AHMC.

<sup>430</sup> *Idem*, p. 26. Urbano Cesar da Cunha Lessa ficou com 2616 hectares (1081 alqueires); Otávio Xavier Rauen com 895 hectares (370 alqueires); Manoel Machado Nunes com 181 hectares (75

O advogado Nereu Ramos solicitou a anulação, rescisão e cancelamento das transcrições, afirmando que a área mencionada nas escrituras de divisão, apesar da designação diferente, integrava uma área das glebas de terras que, sob a denominação de Ribeirão, Rio Preto, São Sebastião e Escada, no município de Ouro Verde, pertenciam à companhia.

Um dos contendores com a *Lumber Company*, pela área sob litúgio, era Francisco Hamann, o qual, segundo a companhia, residia em Curitiba. Em função desse fato (de um dos querelados na ação residir fora do estado de Santa Catarina), a empresa requereu que a ação tramitasse na Justiça Federal, o que expõe uma tentativa de evitar que seus interesses estivessem a mercê da justiça estadual e, em última instância, do governador Hercílio Luz, que esteve à frente do comando estadual até maio de 1924 e que mantinha seu apoio ao “Raunismo” na região de Canoinhas.

No entanto, Francisco Hamann não foi localizado em Curitiba, onde a empresa afirmou que ele residia. Em contrapartida, o grupo representado por Rauen insistiu com veemência que Hamann não mais residia no Paraná, com o propósito de tramitar a ação em juízo local, sobre o qual detinha certa influência, a ponto de conseguir se opor à *Lumber*.

A empresa criticava os termos em que se deu o reconhecimento do usucapião<sup>431</sup> de Bertholdo e Thomaz, segundo ela, “precocemente” e com a justificação em segredo de justiça. E assim, “... viu-se a Companhia *Lumber* a braços com sete sócios em suas terras que ali entraram com a segurança e apurmo de quem penetra a própria casa.” Desse modo, a empresa considerou nulo o registro do imóvel, realizado a partir do “simples despacho” que concedia o usucapião a Thomaz e Bertholdo, especialmente porque João Allage, o oficial de registros, já havia registrado a mesma área para a *Lumber* quase um ano antes, “agindo, portanto, maliciosamente”, e o juiz de direito da comarca, Hildebrando da Silva Freire “por sua vez, com plena

alqueires); Francisco Hamann com 12 hectares (05 alqueires); Leopoldina Maria dos Santos com 121 hectares (50 alqueires); e Bertholdo Mendes de Queiroz e Thomaz Padilha com 363 hectares (150 alqueires) cada um.

<sup>431</sup> O Artigo 550 do Código Civil vigente determinava que “Aquele que por 30 anos sem interrupção, sem oposição, possuir como seu imóvel terá o domínio, independente de título e boa fé, que, em tal caso, se presumem, podendo requerer ao Juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.” Segundo a Sentença de Justificação de usucapião deste caso, “ficou cabalmente provado [pelos depoimentos de cinco testemunhas] a posse dos justificantes de mais de 30 anos, mansa e pacífica, sem oposição alguma, nem interrupção e na qual sempre foi mantida cultura efetiva e morada habitual, com área certa e limites determinados. Ficou provado que a área foi sempre ocupada por particulares, desde o tempo em que ela esteve sob a jurisdição da antiga Província do Paraná e atualmente estado de Santa Catarina”. *Ibidem*, p. 33.

ignorância da lei, praticou um ato nulo”. Assim, surgiram “de uma hora para outra, proprietários de quase dois mil alqueires da Companhia *Lumber! Original* e fulminante modo de tornar-se dono de propriedade alheia”.

O fato do grupo liderado por Rauen ter obtido o reconhecimento do usucapião, expedido pelo juiz da comarca de Ouro Verde, nos remete novamente ao processo de seleção de tais autoridades dentro das tramas do coronelismo, e, analogamente, podemos situar a nomeação de seu cunhado para o cargo de oficial de registro de imóveis, enquanto desempenhava a função de vereador de Ouro Verde naquele mesmo período. Mais adiante, o advogado da empresa deteve a atenção em outro fato curioso: os dois indivíduos que obtiveram o reconhecimento do usucapião (Bertholdo e Thomaz), acabaram ficando com apenas 150 (cento e cinquenta) alqueires cada um, ou seja, menos de 16% (dezesseis por cento) da área total reconhecida, sendo que o restante da área foi dividida de forma “amigável” entre os outros componentes do grupo.

Nos meses seguintes, permaneceu a disputa em torno da competência do juízo, com o grupo de Rauen reiterando que Hamann era morador do quarteirão Valinhos-Coxilhão, o que foi comprovado mediante declarações assinadas pelo delegado Antero Alves e pelo tesoureiro da superintendência, ambos os cargos sob a zona de influência de Rauen.

Em setembro de 1925, a justiça federal devolveu os autos ao juiz de direito de Ouro Verde e declarou-se incompetente para julgar a questão em função da não comprovação da residência de Francisco Hamann em estado diverso da requerente, a *Lumber Company*. Fato curioso é que Francisco Hamann, cuja definição do local de residência foi determinante para o fracasso da ação movida pela companhia, recebeu, na divisão, a irrisória área de doze hectares, (correspondente a 05 alqueires).

#### 4.5 Coronelismo, capital estrangeiro e luta de classe

A disputa pelos milhares de alqueires de terras da região do Campo das Moças, ainda no ano de 1919, repercutiu peremptoriamente sobre as tramas políticas de Canoinhas e Três Barras, influenciando definitivamente a relação das facções canoinhenses do Partido Republicano junto ao governador do estado de Santa Catarina.

“O governador, o Exmo. Sr. Dr. Hercílio Luz, de maneira alguma permitirá no esbulho de direitos adquiridos pelo seu povo, ou no sacrifício deste às conveniências de aventureiros prepotentes. ‘*Nem que seja preciso desapropriar a Lumber, o povo ficará no seu lugar*’ – é uma promessa do nosso ímpoluto Governador, que vem se cumprindo e que será cumprida. Estejam, pois, sossegados os nossos caros patrícios da margem esquerda do rio Paciência”.<sup>432</sup> [Grifo meu].

As disputas acerca da propriedade das terras que integravam a área do Campo das Moças, por parte da *Lumber Company* e com a intervenção contrária do estado de Santa Catarina, então chefiado pelo governador Hercílio Luz, foi determinante para promover o distanciamento entre as partes.

Após os eventos concernentes à “reconciliação” do Partido Republicano de Canoinhas, o grupo liderado por Otávio Xavier Rauen, apoiou o governador na campanha para conquistar a indicação do Partido Republicano Catarinense a um novo mandato frente ao governo do estado. Com a vitória de Hercílio Luz, o grupo que lhe oferecera apoio político na região de Canoinhas teve seu poder revigorado, sobrepondo-se mais uma vez aos interesses de Oswaldo de Oliveira e da *Lumber*:

“Essa plêiade de combatentes infatigáveis, composta por Urbano Silva, Xavier Rauen e Joaquim Mendes, é hoje a triunfadora do dia na política deste município, como foi ontem, quando travou-se a luta em prol da candidatura do atual Governador do Estado (...) não vacilou em apresentar e prestigiar o nome do nosso eminente chefe, Sr. Dr. Hercílio Luz, para o cargo de governador do Estado.”<sup>433</sup>

<sup>432</sup> O Democrata. Ano 02, n.º. 47. Canoinhas, 25 de dezembro de 1919. BPESC

<sup>433</sup> O Democrata. Ano 02, n.º. 67. Canoinhas, 19 de junho de 1920. BPESC.

Em conformidade com o padrão de atuação estabelecido pelo coronelismo, o grupo que apoiara o governador do estado, em âmbito local, desfrutaria de vantagens, em contrapartida à sustentação que oferecera: “Seria inconcebível que o chefe supremo da política catarinense deixasse de apoiar aqueles seus amigos sinceros e dedicados, que naquele momento difícil se bateram, a peito descoberto”.<sup>434</sup>

Houve tentativas frustradas da facção de Oswaldo de Oliveira em re-  
aproximar-se do governador do estado de Santa Catarina:

“(...) o Sr. Dr. Hercílio Luz, apesar de assediado constantemente, por insistentes pedidos pessoais e telegráficos, fechou-lhe os ouvidos, para dar demonstração pública do seu apoio ao pujante partido de que é hoje chefe supremo, neste município, o nosso amigo, Otávio Rauen”.<sup>435</sup>

Conforme exposição anterior, as vitórias de Rauen e o enfraquecimento político de Oswaldo e da *Lumber*, resultaram em derrota na questão litigiosa do Campo das Moças e, além disso, na perda de sua capacidade de influência sobre a nomeação e manutenção de autoridades.

No contexto sob análise, no qual o coronelismo e suas diretrizes definiam a nomeação de autoridades, inclusive as policiais, os ocupantes dos cargos de delegado e subdelegado eram homens da absoluta confiança dos superintendentes municipais.<sup>436</sup> Ao oferecer apoio e sustentação ao governador do estado, o superintendente – costumeiramente o principal coronel da região – recebia em contrapartida o direito de escolha dos titulares desses cargos, os quais, por sua vez, precisavam retribuir a confiança neles depositada e atuar de acordo com os anseios do chefe político local, fortale-

---

<sup>434</sup> Idem

<sup>435</sup> Ibidem.

<sup>436</sup> No que tange ao serviço policial, encontramos na mensagem do governador de Santa Catarina, do ano de 1919, uma referência ao relatório do Chefe de Polícia. Este afirmava que a polícia catarinense estava sem “aparelhos de proteção social”, com um serviço “primitivo” e “rudimentar”, e ressaltava a importância de ocupar os cargos daquela instituição com pessoas idôneas e com preparo técnico adequado, ou seja, a necessidade de profissionalização da polícia civil de Santa Catarina, até mesmo para oferecer maior autonomia às autoridades policiais. Se, por um lado, a mensagem reconhecia a dificuldade de se estabelecer uma polícia “de carreira”, por outro, destacava a necessidade de oferecer garantias aos ocupantes de cargos policiais, “especialmente dos delegados regionais”, o que resultaria em maior iniciativa e autonomia, “sem estarem continuamente sob o temor de incorrer no desagrado dos chefes políticos, nem sempre muitos justos na apreciação dos atos praticados pelas autoridades policiais” In: Mensagem do Governador de Santa Catarina, 1919, p. 37.

cendo a estrutura política na qual as autoridades policiais eram componentes fundamentais, um pilar estratégico de sustentação para tais redes políticas, muitas vezes com a utilização explícita de força armada.<sup>437</sup>

A perda da capacidade de influir em tais nomeações transcendia as questões políticas de cada localidade, incorrendo, inclusive, em impacto significativo sobre o domínio econômico de uma determinada facção, classe ou empresa, resultando na busca por soluções ágeis que minorassem os dispêndios financeiros.

José Murilo de Carvalho relata como as disputas em torno de nomeações repercutiam pela sociedade e atingiam o domínio de uma determinada classe.

“(…) a entrega do controle de cargos públicos aos coronéis tem evidentemente um sentido que vai muito além do político. Não é preciso, por exemplo, demonstrar que o papel de um juiz de paz, de um juiz municipal, de um delegado de polícia ou de um coletor de impostos está estreitamente vinculado à sustentação dos interesses econômicos dos donos de terra e dos grandes comerciantes. As tarefas do juiz e do delegado eram importantes para o controle da mão de obra (...). Ser capaz de oprimir ou proteger os próprios trabalhadores ou de perseguir os trabalhadores dos rivais, fazendo uso da polícia era um trunfo importante na luta econômica”.<sup>438</sup>

Após a vitória política da facção de Rauem, no ano de 1918, e, no ano seguinte, a exoneração de Oswaldo de Oliveira do cargo de intendente distrital de Três Barras, houve uma mudança na titularidade do cargo de subdelegado de polícia daquele distrito. O então subdelegado, Theófilo Becker, foi destituído do cargo. Em seu lugar, assumiu o tenente da Força Pública de Santa Catarina, Francisco Arruda Câmara Junior, transferido de Joinville e sem quaisquer vínculos com a empresa ou com as tramas políticas na região de Canoinhas. Além disso, para o cargo de 2º suplente de subdelegado, foi nomeado Francisco dos Santos Sobrinho, que, como vimos, mantinha contenda na justiça acerca da área arrendada por ele para a *Lumber Company*.<sup>439</sup>

<sup>437</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op. cit., p. 104-5.

<sup>438</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”, op. cit., p. 21.

<sup>439</sup> O Democrata. Edição de 04 de outubro de 1920, op. cit.

#### 4.6 Uma nova autoridade: o tenente Câmara

A reconstrução das articulações políticas da *Lumber Company* em um cenário profundamente marcado pelas tramas do coronelismo expõe a atuação da empresa em suas relações com os poderes em âmbito local e estadual.

Nesse contexto, a importância da força policial era indiscutível, conforme já examinado nos capítulos anteriores. A relação entre a companhia e a força policial local, havia sido construída com base na troca de favores e no atendimento das demandas da empresa, por parte destas autoridades, especialmente pelo subdelegado de polícia de Três Barras. Conforme exposto anteriormente, entre os anos de 1917 a 1920, os trabalhadores da *Lumber Company* deflagraram três greves (julho de 1917, março e junho de 1919). As alterações promovidas na legislação trabalhista incumbiram o subdelegado com novas competências, que elevaram seu poder dentro da organização dos inquéritos judiciais por acidente de trabalho.

Neste período, quem exerceu esse cargo foi Theófilo Becker, o qual foi substituído, em 04 de outubro de 1920, pelo tenente Francisco Arruda Câmara Junior, um forasteiro que não mantinha conexões com as tramas políticas locais e tampouco vivia sob o domínio econômico da *Lumber*.

Após sua exoneração, Theófilo foi imediatamente contratado pela companhia para exercer a função de chefe de seu corpo de segurança.

No dia 27 de outubro de 1920, o novo subdelegado, tenente Câmara, recebera “grave queixa contra o operário Hugo Bensch”<sup>440</sup> chefe do Setor de Caldeiras da companhia *Lumber*. Ele determinou ao terceiro sargento e ao praça de serviço na subdelegacia de Três Barras, que se dirigissem até a sede da empresa e intimassem o referido trabalhador a comparecer à sua presença. Feita a intimação e transcorrido o horário marcado para o depoimento, sem que o mesmo tivesse comparecido e tampouco justificado sua ausência, o tenente determinou ao 3º sargento Miguel Bezerra da Silva e ao praça Ildefonso Antonio de Almeida que, no dia seguinte, 28 de outubro, retornassem à *Lumber* e efetuassem a prisão de Hugo Bensch.

---

<sup>440</sup> A natureza da queixa não consta dos autos do processo e não pôde ser apurada. Contudo, em março de 1920, uma nota no jornal local congratulava Hugo Bensch pela passagem de suas bodas de prata. A nota por si só demonstra certa distinção de Hugo naquela localidade, além de ocupar um cargo de destaque dentro da hierarquia da empresa. Nos meses seguintes, ele foi promovido e passou a ocupar o cargo de chefe do Setor de Caldeiras: “Completará no dia 20 do corrente as suas bodas de prata o Sr. Hugo Bensch, contramestre das oficinas da *Lumber*. Nós teremos o prazer de abraçá-lo nesse dia, com os votos de felicidades que estendemos à sua exma. família”. In: A Semana. Ano 01, n. 1. Três Barras, 13 de março de 1920. BPESC.

No dia seguinte, por volta das 13h00min, os dois representantes da força policial de Três Barras retornaram à *Lumber* para efetuar a prisão. Dirigiram-se primeiro ao escritório central da companhia, para comunicar à diretoria a ordem que iriam cumprir. Enquanto os dois policiais parlamentavam com o Ernest Bischof, diretor geral da *Lumber* aproximou-se deles um numeroso grupo de trabalhadores da empresa. À frente deles encontrava-se Theófilo Becker, que interrompeu violentamente a conversação e “cerrando os punhos e proferindo palavras ameaçadoras, declarou não consentir que o operário Hugo fosse preso, custasse o que custasse”,<sup>441</sup> e disse ao sargento Miguel Bezerra da Silva: “se o senhor tentar levar a efeito a prisão, o senhor se sacrifica”.<sup>442</sup>

Em vista da situação, Miguel e Ildefonso retornaram ao quartel e comunicaram o ocorrido ao tenente Câmara. Este, imediatamente, mandou que o sargento Miguel levasse um telegrama ao delegado especial de Polícia<sup>443</sup>, em Canoinhas, capitão João de Deus Ferreira solicitando apoio.

Em seguida, o tenente Câmara determinou a intimação de Theófilo para comparecimento naquele mesmo dia, às 19h30min, na subdelegacia. Devido ao baixo efetivo com o qual contava, precisou postergar a ordem de prisão contra o operário Hugo, aguardando reforço proveniente da vila de Canoinhas, sede do município e distante doze quilômetros, para, no dia seguinte, efetuar a prisão. Os representantes da força policial retornaram à *Lumber* e efetivaram a intimação contra Theófilo Becker.

Na hora marcada, 19h30min, Theófilo não compareceu à presença do tenente Câmara, chegando cerca de meia hora mais tarde. No quartel, não havia sequer um único soldado.

---

<sup>441</sup> Processo Crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior. Réu: Theófilo Becker e outros. Canoinhas, 1920. AHMC, p. 06.

<sup>442</sup> Idem, p. 08.

<sup>443</sup> Os problemas entre a autonomia (e sua inexistência) da força policial e os desmandos do poder local, era uma questão antiga e bastante delicada. A Lei n.º 891, de 18 de agosto de 1911, dividiu o estado de Santa Catarina em cinco regiões. Canoinhas compunha a 5ª Região, juntamente com Lages, São Joaquim e Campos Novos. Cada região passava a ter um delegado especial, cargo ocupado obrigatoriamente por um oficial do Regimento de Segurança do Estado. Quando alocado em determinado município, ele exercia a função de delegado municipal de polícia. O objetivo era contrapor o poder estadual aos desmandos do poder local e tentar equilibrar esta relação tensa. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*, op. cit., p.106-7. Posteriormente, na mensagem proferida pelo Governador no ano de 1919, a preocupação com a ordem pública mantinha-se bastante visível, ao referenciar as dificuldades enfrentadas pela força pública devido à insuficiência de efetivo, considerado restrito, especialmente para atender a demanda crescente, resultante da incorporação de novos territórios em consequência do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina. *Mensagem do Governador de Santa Catarina do ano de 1919*, p. 37

#### 4.7 “Guri de óculos, em Três Barras, não se aprumava”

Encontramo-nos no dia 28 de outubro de 1920, dezenove horas e trinta minutos, o crepúsculo avançando sobre o planalto contestado. No quartel do destacamento policial de Três Barras, o tenente Francisco Arruda Câmara Junior, um jovem joinvillense, recém nomeado subdelegado de polícia daquele distrito, conversava com três moradores da localidade. O grupo parlamentava acerca dos últimos acontecimentos que haviam agitado a vila e colocado em lados opostos a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e a força policial local, e sobre como tais fatos reforçavam a evidente inexistência de deferência em relação à sua autoridade, tanto pela população local quanto pelas pessoas ligadas àquela empresa. Subitamente, os quatro homens perceberam a afluência de um numeroso grupo à porta da subdelegacia e o avanço de alguns integrantes à sala das audiências, onde se encontravam. Uma voz declarou rispidamente: “Estou aqui senhor tenente, me prenda agora!”. Ato contínuo, uma mão empunhando um revólver apareceu ao lado da porta e desferiu diversos tiros. O tenente Francisco Arruda Câmara Junior foi atingido por seis projéteis e morreu instantaneamente.<sup>444</sup>

O novo subdelegado, ao atuar num ambiente controlado por Theófilo Becker (ex-subdelegado) e tentar efetuar a prisão de um subordinado do mesmo, deflagrou uma disputa que nos fornece indícios para compreendermos a supremacia do poder privado da companhia *Lumber* e de seus colaboradores. O trabalhador Hugo, aparente causa da disputa entre a autoridade policial e Theófilo, havia sido contratado como chefe de uma das oficinas da empresa e “tinha sob suas ordens centenas de homens”, o que lhe proporcionava certo prestígio dentro da estrutura organizacional da empresa, e, de certo modo, poderia justificar a atitude de Theófilo de impedir a prisão a qualquer custo. Além disso, também é preciso considerar questões acerca de relações de solidariedade entre o grupo de trabalhadores que impediu a prisão, ou, ainda, entre Hugo e Theófilo. De todo modo, a atitude de impedir contundentemente a execução de uma ordem de prisão, desvelava por si só uma disputa de poder muito feroz entre Theófilo e o tenente Câmara. Ao arrebatarem um preso do poder da polícia dentro das instalações da empresa, esta disputa se elevou para um novo patamar, transpassando certos limites toleráveis desta rivalidade. Este ato de desrespeito às autoridades constituídas transformou-se em motivo de escárnio,

---

<sup>444</sup> Idem, p. 10.

pois “... logo depois de terem tomado o preso, saíram gritando que tinham tomado o preso do tenente”.<sup>445</sup>

Outro fator a ser considerado concerne à ascensão da impopularidade do novo subdelegado nas semanas em que ocupou este cargo. Além do fato do titular anterior da subdelegacia de Três Barras ter construído junto aos moradores da localidade, durante anos, uma relação de respeito e/ou temor, o tenente Câmara vinha agindo sobre um aspecto delicado, que dificultava sua aceitação perante aquela comunidade: o combate ao jogo. Seu antecessor, oficialmente, também não admitia a jogatina e era até mesmo elogiado por tal atitude, a qual estava conectada a um processo mais amplo de sanções impostas pela *Lumber*, que pretendia disciplinar sua força de trabalho e no qual ele atuava como executor. Como exposto anteriormente, esse processo incorria no cerceamento de antigos costumes dos moradores da região e dos próprios trabalhadores da *Lumber Company*, tais como o fechamento das bodegas em datas e horários específicos – dificultando o acesso do trabalhador ao álcool –, a utilização de armas de fogo e, também, a proibição do jogo. Theófilo personificava a institucionalização de uma nova disciplina, a qual, em diversas ocasiões, entrou em conflito com os costumes dos trabalhadores.

Porém, no caso do jogo, sua prática continuava sendo tolerada em Três Barras e em toda aquela região. Nos domínios de Theófilo, a excessiva repressão ao jogo poderia lhe trazer dificuldades na manutenção de seu controle sobre a população de Três Barras, o que explicaria certo consentimento em relação a esta questão – que também poderia existir em relação ao álcool e às armas – especialmente com amigos, conhecidos e trabalhadores da companhia. No entanto, a chegada do novo subdelegado rompeu estas redes de negociação e impôs uma nova forma de tratamento a esses temas. A repressão aos jogadores da localidade foi um elemento significativo de impopularidade. Alguns dias antes do crime, o tenente Câmara havia determinado a prisão do guarda do corpo de segurança da *Lumber*, Antonio Gaião, por suspeitar que o mesmo praticara jogos proibidos. Antonio era natural da Espanha, contava com 29 anos de idade e residia em Três Barras. Em suas declarações afirmou que:

“No dia 23 de outubro foi chamado para comparecer na subdelegacia de Polícia, onde estive preso por algumas horas por ordem do então subdelegado tenente Câmara por ter sido acusado de ser jogador. Ao prestar uma fi-

---

<sup>445</sup> *Ibidem*, p. 12.

ança de 200 mil réis e dado a palavra de honra que não era jogador foi posto em liberdade pelo referido tenente no mesmo dia”<sup>446</sup>.

Mais adiante, em seu depoimento, Antonio afirmou que o tenente Câmara determinou que um dos soldados do destacamento lhe desse uma surra. A intenção era, através da surra, torná-lo exemplo, e também seria uma demonstração de poder frente aos homens armados da *Lumber* na localidade. No entanto, o tenente foi dissuadido desta ideia por um soldado do destacamento, o qual afirmou que “ele [Antonio Gaião] não merecia apanhar”, o que também sugere que o soldado, há mais tempo naquela localidade e que estivera sob o comando de Theófilo, não percebia a jogatina como intolerável. Além disso, ele sabia que haveria consequências graves se agredissem um guardião da *Lumber Company*. No dia seguinte, Antonio retornou à subdelegacia para solicitar ao tenente que lhe devolvesse o valor da fiança, o qual lhe foi devolvido prontamente, e, na mesma ocasião, o tenente “lhe deu muitos conselhos, que ele se comportasse direito, pois teria a proteção da polícia se assim procedesse”<sup>447</sup>.

Do ponto de vista de Theófilo e de muitos moradores da localidade, o tenente Câmara estava cometendo diversas arbitrariedades. Em seu depoimento, afirmou que, na data em que os dois policiais tentaram prender Hugo nas oficinas da *Lumber*, ele lhes perguntou se tinham mandado de prisão, ao que responderam que não, razão (alegada por ele) pela qual impediu a prisão. Ainda segundo Theófilo, no mesmo dia, quando o delegado especial João de Deus Ferreira esteve em sua casa, chamou a atenção do mesmo para as arbitrariedades cometidas pelo então subdelegado, ocasião em que “o delegado especial disse que veio para Três Barras para evitar estas arbitrariedades, e que se o tenente não endireitasse, isto é, se continuasse a cometer arbitrariedades seria obrigado a sair”<sup>448</sup>. Theófilo retorquiu dizendo que “se ele continuasse da mesma maneira seria morto” e que o delegado especial providenciasse “para que o tenente não o perseguisse, pois ele não se deixaria acusar”. Raimundo Ayres, amigo de Theófilo, presente à conversação, afirmou que “chegava diariamente grupos de cinco, dez, vinte e mais pessoas com intenções de vir, rasgar, matar e frigar o tenente”<sup>449</sup>.

---

<sup>446</sup> Idem, *Ibidem*, p. 19.

<sup>447</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20.

<sup>448</sup> Idem, *Ibidem*, p. 25.

<sup>449</sup> Idem, *Ibidem*, p. 32.

Em suas declarações, o suplente de subdelegado, José Pacheco dos Santos Lima, afirmou que, no dia do assassinato, esteve no quartel conversando com Câmara, o qual lhe disse que “se achava em má situação, visto o povo estar desgostoso contra nós”.

Conforme o depoimento do guarda do corpo de segurança da *Lumber Company*, acusado de praticar jogatina, quatro dias após sua prisão, em 27 de outubro de 1920, ele “assinou um pedido que muitas pessoas dirigiam ao Dr. Governador do Estado, pedindo a retirada do tenente subdelegado de polícia desse distrito”. Paralelamente, Antonio Gaião auxiliava na organização do grupo que, faticamente, viria assassinar o tenente Câmara.

Muitas testemunhas e suspeitos declararam ter assinado ou ouvido falar deste pedido – que não consta do processo – o qual solicitava a transferência do tenente Câmara da subdelegacia de Três Barras.

A maioria dos integrantes do grupo, responsável pelo assassinato, acreditava que a ação que iriam executar não resultaria em algo tão grave como um assassinato.

O conjunto de relatos sugere que o objetivo inicial do grupo era surrar o tenente Câmara, prendê-lo na subdelegacia, e, no dia seguinte, fazê-lo embarcar à força em um trem para fora da vila de Três Barras. Outra testemunha, o enfermeiro do Hospital da *Lumber*, Fructuoso Moreira, afirmou que “no dia em que o tenente foi assassinado esteve quase o dia inteiro angariando assinaturas para dois telegramas de solicitação de remoção do tenente, ao Doutor Governador e ao Chefe de Polícia”.<sup>450</sup>

O fato de Theófilo e seus colaboradores sugerirem que não pretendiam executar o tenente, mas apenas exigir sua saída do cargo e da vila, objetivava atribuir a culpa ao grupo que participou do crime, o qual, dependendo da testemunha, poderia variar entre dez a sessenta componentes. Desse modo, o crime teria ocorrido quando algum, ou alguns indivíduos, integrantes do grupo, abandonaram o plano inicial. O propósito deste argumento era remover a premeditação do assassinato e parte da culpa atribuída a Theófilo. Apesar desta tentativa de manipular informações em seus depoimentos, o acusado Victor Daichmann, um negociante, casado, de 30 anos, que disponibilizou algumas armas utilizadas pelo grupo, forneceu a informação que faltava. Ele afirmou que após a morte do tenente:

“Tendo perguntado à Theófilo porque mataram o tenente, quando estava combinado fazê-lo embarcar no dia seguinte ao assalto e qual a razão de terem assinado a petição pedindo a remoção do tenente, teve de Theó-

---

<sup>450</sup> Idem, *Ibidem*, p. 33.

filo a seguinte resposta: ‘não estava disposto a falar com o tenente, *queria era matá-lo, e que isto não era nada*’”.<sup>451</sup> [Grifo meu].

Esse conjunto de informações nos fornece indícios para a compreensão do crime. Havia uma disputa de caráter pessoal entre o atual titular e o antigo ocupante do cargo de subdelegado distrital. Essa situação foi agravada quando o novo titular do cargo, um jovem forasteiro,<sup>452</sup> ordenou a intimação de um trabalhador que estava sob a responsabilidade de Theófilo, este um homem de quase quarenta anos e muito temido na localidade – ex-subdelegado e, naquele momento, chefe do corpo de segurança da *Lumber Company*. A tentativa de prisão desse trabalhador e a intimação de Theófilo, representaram uma afronta a este domínio, até então, e durante anos, incontestável naquela região. Além dessa afronta pessoal e à própria empresa, a crescente impopularidade do tenente perante a população local, ao cercear práticas costumeiras consideradas legítimas pelos habitantes da região, representou o ponto de ruptura definitivo para que se tomasse a decisão de “retirar” o tenente dali. Theófilo, movido por todas essas razões e com suporte na onipresença do poder e da força armada da *Lumber Company* (e talvez, com o consentimento dos diretores desta) em vez de prender e expulsar o subdelegado, decidiu executá-lo.

Essas substanciais justificativas, que compõem uma extensa lista de motivações para o crime, assim como a identificação do principal articulador e executor, além da lista dos cúmplices do crime,<sup>453</sup> desvelam o assassinato do tenente Câmara Junior. Caso encerrado!

#### **4.7.1 Olhando através de um crime**

---

<sup>451</sup> Idem, *Ibidem*, p. 41.

<sup>452</sup> O jornal *O Democrata* noticiou o crime classificando-o como “ato de covardia e banditismo”, um “crime monstruoso” que ceifara a vida do “distinto moço”, um jovem “bastante estimado pelo seu trato cavalheiresco”, um “correto oficial” da Força Pública Estadual. In: *O Democrata*, Ano 03, n.º 84. Canoinhas, 06 de novembro de 1920. BPESC.

<sup>453</sup> Indiciados pelo assassinato do tenente Câmara: 1) – Theófilo Becker, natural do Estado do Paraná, com 39 anos de idade, viúvo, comerciante; 2) – Manoel Soares Fabrício, com 37 anos de idade, casado, guardião da Companhia *Lumber*; 3) – Antonio Diogo, com 35 anos de idade, casado, guardião da Companhia *Lumber*; 4) – José Casado Dias, espanhol, solteiro, carpinteiro; 5) – Antonio Gaião, espanhol, com 39 anos de idade, solteiro; 6) – Victor Daichmann, com 30 anos de idade, casado, negociante, 7) – Avelino Pimenta, com 22 anos de idade, solteiro operário; 8) – Amazonas Deodato, casado, gaiteiro; 9) – Luiz José Guerra, com 39 anos de idade, casado, operário; 10) – Antonio Guerra, com 23 anos, casado, operário; 11) – José Lima, com 41 anos de idade, espanhol, solteiro, comerciante; 12) – Miguel Bezerra da Silva, com 40 anos de idade, casado, sargento da Força Pública, todos residentes no distrito de Três Barras.

As sugestões metodológicas da micro história possibilitam, através da atenção aos detalhes, àquelas pistas “infinitesimais”, captar uma realidade mais profunda e evidenciar a essência sobre a forma, de outro modo intangível,<sup>454</sup> aliada ao entrecruzamento de fontes e informações. Esses passos permitem a escolha e construção de uma linha de conduta diferenciada, reveladora de caminhos tortuosos, imbuídos de redes e tramas.

No caso do crime de Três Barras, algumas pistas conduzem a investigação para outra perspectiva.

Quando inquirido, em situação difícil, e sob forte pressão, após sua expulsão da corporação sob acusação de ter sido “conivente no bárbaro assassinato”<sup>455</sup> (pois afastou-se da subdelegacia na hora do assalto, após aviso de Theófilo), o sargento Miguel Bezerra da Silva revelou um detalhe crucial, sutilmente oculto, para a reconstrução dos eventos:

“... declarou que no dia do crime, às 19 horas, saindo do Quartel para ir à Estação passar um telegrama para sua mulher, passou nos fundos da casa de Theófilo Becker, ali parou por ter o mesmo Theófilo lhe chamado, perguntando-lhe em seguida se tinha ido buscar o **arquivo da polícia...**”. [Grifo meu].<sup>456</sup>

A princípio, a preocupação de Theófilo poderia parecer desmedida dentro do contexto já pormenorizado de querelas e insatisfação com a atuação do tenente. O desaparecimento ou a ocultação do arquivo da subdelegacia poderia caracterizar apenas mais uma infração de menor importância. No entanto, esse detalhe aparentemente acessório, quase inobservado, apresenta-se como elemento preponderante para acesso às minúcias que elucidam a motivação principal do homicídio. Além disso, conecta o crime às questões relacionadas ao coronelismo e ao expediente da nomeação de autoridades locais, absolutamente imprescindível para a manutenção do controle político e socioeconômico pela *Lumber* na região do planalto contestado.

Posteriormente, o jovem suplente do tenente Câmara, José Pacheco dos Santos Lima, com 21 anos, casado e proprietário de uma casa de negócios na vila de Três Barras, procurou o delegado especial João de Deus

<sup>454</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, *op. cit.*, p. 150.

<sup>455</sup> BCG, Boletim do Comando Geral do dia 15 de novembro de 1920. Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina, Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina.

<sup>456</sup> Processo Crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior, *op. cit.*, p. 56.

Ferreira, e espontaneamente apresentou declarações acerca dos fatos que antecederam o crime.

Segundo Pacheco:

“O Escrivão deste distrito, Mario Maccagi, lhe disse que dois dias antes do crime, Theófilo, ex-subdelegado de Polícia deste distrito, lhe tinha **mandado esconder o arquivo desta delegacia, que não era para entregar para o tenente**, e se ele lhe procurasse dissesse que estava em casa dele Theófilo”.<sup>457</sup> [Grifo meu]

O fato de Theófilo, já exonerado de seu posto, ainda emitir ordens e ter influência sobre o escrivão, por si só evidencia seu poder naquele ambiente, bem como demonstra a existência de conexões entre a empresa *Lumber* e as autoridades locais. Porém, a questão premente que se impõe, consiste em compreender o motivo da inquietação de Theófilo quanto ao acesso da nova autoridade aos documentos do período em que esteve à frente da subdelegacia.

Ao interar-se de que parte do arquivo da subdelegacia de Três Barras encontrava-se na casa de Theófilo, o tenente Câmara mandou intimá-lo para restituir o arquivo. A resposta foi negativa.

Mais tarde, naquele mesmo dia, Theófilo esteve no hospital da *Lumber* e disse ao farmacêutico Acyole Santa Ana “que se o tenente fosse a casa dele Theófilo, [buscar o arquivo] que ele o mataria”,<sup>458</sup> sendo que, nesse exato momento, um guardião da *Lumber Company* chegou apressadamente para lhe avisar que dois guardas estavam tentando prender o operário Hugo.

Cotejando todas as prováveis motivações do homicídio, o desaparecimento do arquivo da subdelegacia de Três Barras começa a adquirir relevância como elemento explicativo fundamental para a compreensão do crime.

E é exatamente nas declarações de Theófilo Becker, que encontramos informações elucidativas:

“Disse que no dia 28 de outubro, ao meio-dia, o tenente mandou intimar a ele acusado para comparecer à subdelegacia **a fim de entregar os livros pertencentes à mesma**, e que ele acusado entregara alguns livros ao 3º

---

<sup>457</sup> Idem, p. 68.

<sup>458</sup> Ibidem, p. 75.

sargento Miguel Bezerra da Silva, dizendo a este que o resto dos livros e o arquivo estavam com o escrivão de paz do distrito e que este era o único responsável”.  
[Grifo meu]

Ainda de acordo com seu depoimento, naquele mesmo dia, por volta das 13h00min, o delegado especial foi à sua casa com o intuito de obter informações sobre o arquivo da Polícia. Theófilo novamente afirmou que já entregara o que estava em sua posse e que o restante da documentação encontrava-se com Mário Maccagi.

A controvérsia em torno dos documentos da subdelegacia de polícia de Três Barras, referentes ao período em que Theófilo exerceu o cargo de subdelegado, ou seja, durante mais de quatro anos, pode ser analisada sob diferentes enfoques.

O fato do antigo titular do cargo ter removido os livros de registro da subdelegacia e transferido esses documentos para sua residência, pode resultar de uma simples afronta a autoridade constituída de seu substituto. Similarmente, é possível que a custódia dos livros em sua residência fosse uma prática corriqueira, que favoreceu seu trabalho enquanto exerceu aquele cargo, e, ao ser destituído, não efetuou a imediata restituição da documentação.

Contudo, a hipótese acima mencionada é terminantemente refutada após consideração do depoimento de Mário Maccagi, segundo o qual Theófilo “... lhe tinha mandado esconder o arquivo desta delegacia, que não era para entregar para o tenente, e se ele lhe procurasse dissesse que estava em casa dele Theófilo”.<sup>459</sup> Nesse contexto, a veemente recusa de Theófilo em restituir os livros excede aspectos de mera altercação ou afronta e expõe a possibilidade de ocultação de provas que poderiam evidenciar a prática de fraudes, crimes não investigados, manipulações e outras ilicitudes. Ou seja, uma verdadeira “caixa preta” das atividades policiais desenvolvidas na vila de Três Barras, entre os anos de 1917 a 1920, período caracterizado pela mudança de jurisdição (em consequência do Acordo de Limites), a intensa mobilização operária – com a deflagração de três movimentos grevistas vultosos –, o advento de uma Liga Operária na localidade, a ascensão da legislação trabalhista – que resultou na elevação dos dispêndios com indenizações trabalhistas infligidas à companhia *Lumber* –, além da execução de sequestros, coerção e ameaças aos adversários da empresa em toda a região.

---

<sup>459</sup> Idem, *Ibidem*, p. 114.

Portanto, ao tencionar ocultar atos ilícitos praticados durante o período em que exerceu o cargo de subdelegado, Theófilo objetivava resguardar sua mantenedora, a qual lhe acolheu prontamente após sua exoneração do cargo de subdelegado, lhe oferecendo a chefia de seu corpo de segurança.

Admissivelmente, em decorrência do acirramento da disputa política pela superintendência de Canoinhas e da contenda fundiária que indispsô o governo Hercílio Luz perante a companhia *Lumber*, o jovem tenente foi instruído a executar uma espécie de “caça às bruxas”. Sendo assim, pretendia reprimir aqueles que de alguma forma estivessem conectados aos interesses da empresa ou punir aqueles que haviam cometido alguma transgressão em favor dela.

Além disso, é preciso considerar que os acidentes de trabalho seriam investigados pelo novo subdelegado, o qual não permitiria quaisquer conivências ou facilitações, pelo contrário, certamente os inquéritos seriam conduzidos com rigor, impingindo à empresa um incremento nos custos com indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, além de fragmentar uma rede de indivíduos que auferiam vantagens mútuas com a manipulação dos processos.

Acerca do desfecho do inquérito, Theófilo e os demais indiciados foram presos provisoriamente, porém nenhum deles foi condenado pelo crime.

Ao findar esta narrativa, cumpre relatar que Theófilo Becker morreu na localidade de Morungava, município de Sengés, estado do Paraná, em 24 de outubro de 1928, vítima de um ataque cardíaco.<sup>460</sup> O município de Sengés localiza-se a cerca de trezentos quilômetros de Três Barras, na região nordeste do estado paranaense e naquela localidade a *Lumber Company* constituiu uma serraria, a qual iniciou suas atividades a partir de 1919 e operou até o final da década de 1950.<sup>461</sup> Possivelmente, Theófilo foi transferido de Três Barras para atuar neste outro empreendimento da companhia *Lumber*.

A título de epílogo, uma declaração proferida por Theófilo ao Sr. José Pacheco, então suplente do subdelegado assassinado, além de emblemática, permite vislumbrar os fatídicos eventos que sucederiam naqueles dias tenebrosos que se abatiam sobre Três Barras. Segundo ele, Theófilo teria afirmado que:

---

<sup>460</sup> Inventário de Theófilo Becker, *op.*, *cit.*

<sup>461</sup> CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta, op.*, *cit.*, p. 260.

“... **guri de óculos em Três Barras não se aprumava** (...), e que quando o governo soubesse estaria com os óculos quebrados e assim, quando viesse outro haveria de saber andar direito, porque senão aconteceria o mesmo”. [Grifo meu].<sup>462</sup>

---

<sup>462</sup> Processo Crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior, p. 125.

## Considerações Finais

A atuação da *Lumber Company* na região do planalto contestado, entre as décadas de 1910 a 1940, gerou profundas transformações. As relações econômicas, políticas, laborais e socioculturais foram drasticamente impactadas e alteradas.

O estudo da *Lumber Company* não representou um fim em si mesmo, mas tratou de questões que perpassaram sua existência e permitiram reflexões mais amplas, cujas conclusões podem ser generalizadas e aplicadas em âmbito global. Desse modo, o caminho percorrido – sempre seguindo os rastros deixados pela *Lumber* – conduziu a importantes avanços acerca do tema.

A história da *Lumber* desvela características da resistência dos pobres em sociedades cujo modo de vida era pautado em práticas coletivas, destituídas de relações econômicas e amparadas na exploração racional dos recursos naturais, em contraposição ao avanço das relações impostas pelo capital estrangeiro. A resistência pelos mais pobres perante a implantação de relações consideradas injustas pode se configurar de diferentes formas, desde a luta armada – como no caso da Guerra do Contestado – até movimentos pacíficos, de cunho reivindicatório, como as greves deflagradas pelos trabalhadores da companhia, que experimentaram distintas formas de exploração, as quais motivaram sua organização e luta. A luta por justiça em oposição à exploração suplantou barreiras que poderiam ocasionar entrave ao processo, como, por exemplo, a heterogeneidade de origens étnicas, tanto da população do planalto contestado, como dos trabalhadores da *Lumber*, que se mobilizaram contra os excessos da empresa. As questões étnicas não foram decisivas naquele contexto, pois um conjunto de práticas socioculturais compartilhadas pela população da região (e pelos imigrantes posteriormente estabelecidos) resultou em um processo de acobramento, o qual amenizou as diferenças étnicas e permitiu a elaboração de formas de resistência em consequência da exploração comum que lhes era impingida.

No caso dos trabalhadores da *Lumber*, a exploração vivenciada se manifestou, explicitamente, através dos acidentes de trabalho, os quais, em decorrência do processo industrial da empresa, altamente mecanizado, mas potencialmente violento, ameaçavam toda a mão de obra da empresa e impactavam sobre os trabalhadores e também suas famílias.

Com o intuito de reduzir seu impacto econômico resultante dos acidentes de trabalho, a *Lumber* executou estratégias visando a manipulação das ações judiciais referentes aos acidentes. Para tanto, a companhia preci-

sou realizar manobras também em âmbito político-partidário, atuando como um poder coronelístico, afinal, sua força paramilitar e seu controle econômico permitiam sua inserção nas tramas políticas locais. Dessa forma, obteve resultados favoráveis, mediante indicações de aliados para cargos públicos que asseguravam a manutenção de seu controle, inclusive, com a eleição de um funcionário – o médico Oswaldo – a um cargo no legislativo estadual. Quando sua influência sobre o processo político arrefeceu, a empresa utilizou um de seus métodos costumeiros: o assassinato. A execução do tenente Câmara expôs outra característica presente ao contexto de atuação da *Lumber*, ou seja, a precariedade do Estado, o qual, naquele contexto, ainda apresentava significativas limitações no exercício de suas competências legais.

A relação entre a mobilização dos trabalhadores e a política oligárquica mostrou-se mais íntima do que se poderia supor. O ecletismo da formação política do operariado – representado pelas distintas correntes ideológicas que configuravam o movimento operário brasileiro – também se expressou mediante a atuação de um dos representantes dos trabalhadores da companhia *Lumber*. Dídio Augusto, um mediador cultural, representava a conexão entre a classe trabalhadora e a política local. Enquanto representante dos operários, Dídio correspondeu a senda que propiciou aos trabalhadores infiltrarem-se na política oligárquica.

No ano de 1940, um decreto de Getúlio Vargas estatizou a *Lumber Company*. Através desse processo, materializado pelo Decreto n.º 2.436, de 22 de julho de 1940, (e após ser incorporada ao Patrimônio da União e sobreviver a um período de limbo administrativo), a empresa passou a ser gerenciada pelo exército brasileiro.

Alguns anos depois, através do Decreto n.º 32.431, de 17 de março de 1953, a área e as instalações onde a companhia operou foram transferidas para o Ministério da Guerra e, a partir de 1958, passaram a compor o Campo de Instrução Marechal Hermes – CIMH –, ainda ativo no município de Três Barras. O CIMH ocupa uma área de dez mil hectares, o qual foi criado pelo então Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, a partir de dois mil hectares, anteriormente pertencentes à *Lumber*, e da desapropriação de outros oito mil hectares, atingindo “89 lotes de particulares, plenamente cultivados”.<sup>463</sup>

Os problemas resultantes desse processo de desapropriação são muitos:

---

<sup>463</sup> Diário do Congresso Nacional (Seção I), p. 907. 20 de Março de 1980.

Desde a sua implantação, aquele campo militar se constitui em fator de intranquilidade e tensão social, porque os colonos expropriados não se conformaram ainda com a perda de suas terras. A situação foi agravada ainda quando da avaliação das terras pelos órgãos do Governo Federal, que além de estabelecer preço vil por hectare, o fizeram sem obedecer a qualquer critério. Lotes com as mesmas características e metragens foram avaliados por preços que oscilavam entre 50 centavos e 1 cruzeiro e 57 centavos o hectare, como se a qualidade da terra não fosse a mesma.<sup>464</sup>

Os contendores recorreram aos meios legais para reaver suas propriedades ou, ao menos, receber o valor justo pelas terras desapropriadas. Muitos aumentaram suas dívidas ao levantar os valores para quitação dos honorários dos advogados e, ao receberem suas indenizações, perceberam que a inflação havia corroído os valores, mesmo corrigidos, impossibilitando a “aquisição de áreas outras, semelhantes àquelas das quais foram as famílias desalojadas”.<sup>465</sup>

Posteriormente, na década de 1980, debates acerca da situação do campo de manobras foram travados no Congresso Nacional. Uma tentativa de políticos da região consistiu em requisitar a transferência do campo para outra área, onde não houvesse terras férteis e úteis para a atividade agropastoril. Outro argumento empregado versava sobre os empecilhos promovidos pela presença da área militar, dificultando a expansão urbana de Três Barras e a comunicação desse município com a vizinha Papanduva.

A indefinição permanece. Parte dos descendentes dos antigos donos de áreas desapropriadas pelo exército ainda contestam na Justiça o direito de reaver as terras ou a complementação do valor pago em função da desapropriação.

A gestão dos militares também é questionada, com acusações acerca da venda parcial de madeira das matas do CIMH e, recentemente, em meados do mês de abril de 2012, adveio denúncia de que os militares vêm arrendando parte da área do campo para formação de lavouras de soja e milho, desvirtuando o objetivo original de oferecer treinamento às forças armadas.<sup>466</sup>

---

<sup>464</sup> Idem, p. 908.

<sup>465</sup> Diário do Congresso Nacional (Seção I), p. 5832. Terça-feira. 03 de Agosto de 1982

<sup>466</sup> Correio do Norte, ano 65, n.º 3033. Canoinhas, 13 de Abril de 2012. BPESC.

O debate acerca da presença e das ações do exército na região representa apenas o capítulo mais recente dessa longa história que, de um lado, é caracterizada pelo predomínio dos interesses privados em detrimento das necessidades públicas, bem como pela ação do Estado como fomentador das tensões, da injustiça social e pelo ataque aos direitos da população mais pobre; e, por outro lado, pelo histórico de resistência e luta que marcou profundamente toda a região do planalto contestado.

## **FONTES**

### **Fontes Judiciais**

Inventário de Theófilo Becker. Canoinhas, Outubro de 1928. AHMC.

Inventário Francisco Jungles. Inventariante: Ana da Conceição Lima. 13 de Janeiro de 1919.

Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. Gaveta 688, p. 86. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

Processo Crime por Homicídio do Tenente Francisco Arruda Câmara Junior. Réu: Theófilo Becker e outros. Canoinhas, 1920.

Processo Crime por Homicídio de Francisco Jungles Filho. Réu: Pedro Jungles. Canoinhas, 1922. AHMC.

Processo Crime por Ofensa Física. Réu: Manoel Athanagildo de Souza. Vítima: Veríssimo Bueno da Rocha. Canoinhas, 1931.

Processo Crime por Agressão. Réu: Lourival Ribas. Canoinhas, 20 de outubro de 1923. AHMC.

Processo Crime por Homicídio de Pedro Alves e Marcolino de Lima. Réus: João Correia dos Santos e João Correia dos Santos Sobrinho. Canoinhas, 11 de maio de 1928

Queixa crime. Lauro Sodré Lopes (querelante), contra Otávio Xavier Rauen (querelado). Canoinhas, 09 de julho de 1925.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Simão Lubaczeski. Três Barras, 30 de março de 1922.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Antônio Anacleto. Três Barras, 31 de março de 1927.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Olyksecizek. Três Barras, 02 de setembro de 1931.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Velazo Calisto. Três Barras, 29 de Outubro de 1924. AHMC.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Francisco Lourenço Garcia. Três Barras, 16 de abril de 1925.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Miguel Guergond. Três Barras, 1º de setembro de 1927.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Mariano Puchinsky. Três Barras, 28 de abril de 1930.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Estanislau Lascosky. Três Barras, 29 de janeiro de 1927.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Ludovico Schmichek. Três Barras, 07 de novembro de 1938.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Thomas Yuck. Três Barras, 16 de dezembro de 1929.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Manoel de Oliveira. Três Barras, 27 de fevereiro de 1924.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Minervino. Três Barras, 09 de abril de 1931.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Stefano Novacoski. Três Barras, 28 de julho de 1925.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Francisco Mayeski. Três Barras, 13 de dezembro de 1923.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Odorico Bueno. Três Barras, 18 de abril de 1922.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Ludovico Rosalinski. Três Barras, 10 de novembro de 1920.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Osires de Andrade. Três Barras, 07 de julho de 1936.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: João Lada. Três Barras, 07 de junho de 1928.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Miguel Botwina. Três Barras, 31 de julho de 1936.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Theodolino de França. Três Barras, 15 de dezembro de 1928.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Januário Alvarenga. Três Barras, 08 de maio de 1929.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Alfredo Alves. Três Barras, 06 de junho de 1927.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Acidentado: Sizenando Naizer. Três Barras, 07 de julho de 1948.

Inquérito Judicial por Acidente no Trabalho. Patrão: *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Vítima: José Kasubeck. Canoinhas, 11 de junho de 1927.

Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910.

Ação Ordinária da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company versus* Otávio Xavier Rauen, Urbano Cesar da Cunha Lessa e outros. Ouro Verde, 1923.

### **Jornais**

A Comarca

A Greve.

A Pátria

A Plebe

A Razão

A Semana

Correio do Norte

Diário da Tarde

Folha da Tarde

Folha do Norte

Gazeta do Povo

Jornal do povo

O Comércio

O Democrata

O Grito Operário

O Imparcial

O Rio Negrense

O Timoneiro do Norte

O Trabalho

## **Documentos da *Lumber Company***

COMPANHIA *Lumber*. Produção de Alberto Botelho. 39 minutos, mudo, preto e branco.

Edital da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Porto União, 15 de fevereiro de 1935.

Livro de Funcionários da *Lumber*. Consultado no acervo do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras.

Relatório da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Exercício do ano de 1919.

Relatórios Mensais da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Balancete do mês de abril de 1917.

## **Entrevistas**

Entrevista Eduardo Wachinski, 90 anos. Alto das Palmeiras. Canoinhas-SC

Entrevista Franceline Nogath, 86 anos. Rio dos Pardos. Canoinhas-SC

Entrevista Gregório Rocha, 84 anos. Taquarizal. Canoinhas-SC.

Entrevista Juca Bueno, 80 anos. Rio D'Areia do Meio. Canoinhas-SC.

Entrevista Leopoldo Padilha, de 96 anos. Três Barras – SC

Entrevista Miguel Cardoso, 50 anos. Pedras Brancas. Canoinhas-SC

Entrevista Paulo Nogath, 91 anos. Rio dos Pardos. Canoinhas-SC

## **Fontes Diversas**

BCG, Boletim do Comando Geral do dia 15 de novembro de 1920. Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina.

Censo Demográfico de 1920

Correspondência entre o Engenheiro Chefe do 13º Distrito e o Inspetor Federal das Estradas, interino – José Estácio de Lima Brandão. 27 de abril de 1915. Documento avulso. Acervo do Ministério dos Transportes.

Diário do Congresso Nacional

IBGE. Tendências Demográficas. Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000.

Mensagem do Governador de Santa Catarina, 1919.

Registros da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. 1ª Seção, Municipalidades, DEAP/PR, p. 47 e 100.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARAÚJO, Maria Celina D'. *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2003
- ASSUMPÇÃO, Herculano T. *A campanha do Contestado*, vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.
- AUGUSTO, Dídio. *In Memoriam*. União da Vitória: Uniporto - Gráfica e Editora, 1994 (Coleção Vale do Iguaçu).
- AUGUSTO, Dídio. *Poesias*. Uniporto Gráfica e Editora. União da Vitória, 1970.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- BEZERRA, Rafael Ginane; SALLAS, Ana Luisa Fayet. “Da trajetória de um fotógrafo e da legibilidade da fotografia: esboço interpretativo sobre o trabalho de Claro Jansson”. *Discursos fotográficos*, Londrina, v.4, n.5, p. 59-80, jul./dez. 2008.
- BRANDT, Marlon. *Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo, SC: do Contestado à colonização*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFSC. Florianópolis, 2007.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Tese (Doutorado

em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. “*Nós não tem direito*”. Costume e Direito a Terra no Contestado (1912-1916). Niterói. Dissertação (Mestrado em História). UFF. Niterói, 2002.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

DIACON, Todd A *Milenarian vision, capitalist reality*. Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916. Durham: Duke University Press, 1991.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: ULBRA, 2004.

FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: a recusa dos excluídos*. Porto Alegre/ Florianópolis: Ed. UFRGS/ Ed. UFSC, 1995.

FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: folclore na história da guerra do Contestado*. Curitiba: UnC, 1995.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLLOW, Daniel. “Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais”. *Educação e Realidade*, v. 29, n.º 02, jul.-dez. 2004; p. 179-200.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde de Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERREIRA, Oliveira S. *Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci*. Brasília, Editora Universidade de Brasília; São Paulo, Hucitec, 1986.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *O Contestado: O sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida*. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”: In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917 – 1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GRENDI, Edoardo. “Repensar a micro-história”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998.

HANISCH, Ana Lúcia; BALBINOT JUNIOR, Alvadi Antônio; VOIGT, Gilcimar Adriano; CUBAS, Rafael. “*Estrutura e composição florística de uma área de caíva com extração de erva-mate e pastejo animal no Planalto Norte Catarinense*”. Anais do II Seminário sobre Inventário Florestal. Blumenau, 2011.

HASSON, Roland. *Acidente de trabalho e competência*. Consequência da sucessão das normas no tempo. Curitiba: Juruá, 2002.

KAUCTZ, Charlene Aparecida. *A cultura na vila Eduwirges: um estudo antropológico*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade do Contestado. Canoinhas, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. *Cotidiano operário e complexo fabril: fábrica com vila operária em Paracambi/RJ*. CEMOBA: Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense: Rio de Janeiro: 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero & Brasília: Editora da UnB, 1988.

LINEBAUGH, Peter. “Crime e industrialização: a Grã-Bretanha do século XVIII”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) *Crime, violência e poder*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

LOBO, Eulália. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. São Paulo: Campus, 1997.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Colonização e conflitos no sul do Brasil: estudos sobre os Campos de Palmas*. Texto apresentado e debatido na disciplina de Movimentos Sociais e Experiências II, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. “Uma história da vila operária: na perspectiva de gênero e classe (dispositivo de controle social?)”. Primeira República – Salvador – BA. Fazendo Gênero 8 – *Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

MONTEIRO, Duglas Teixeira, *op., cit. Os Errantes do Novo Século: Um Estudo sobre o Surto Milenarista do Contestado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e o Contestado”. In: FAUSTO, Boris [et all] (org.) *O Brasil Republicano, 2: Sociedades e Instituições (1889-1930)*. 5. Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro*. Departamento de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro: UFF, s/d.

OLIVEIRA, Roberta Baltazar; LARA, Larissa Michele. “O fandango na cultura popular paranaense: origem e caracterização”. CESUMAR. Jan-Jun. 2004. Vol. 06 n. 01.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAOLI, Maria Célia. “São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)”. *Espaço e Sociedade: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. N. ° 33, ano XI, 1991, p. 27 a 41.

PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado: episódios e impressões*. Rio de Janeiro, 1916.

PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Dicionário Político Catarinense*. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. *O poder legislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984)*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Documentos. Volume II: Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. Utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Rogério Rosa. “Das ordens à disciplina: a relação do Exército brasileiro com as vilas na região do Contestado”. In: MACHADO, Paulo Pinheiro; ESPIG, Márcia Janete. (Orgs.). *A Guerra Santa Revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado*. 1ª ed. Florianópolis: UFSC, 2008, p. 13-31.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2001.

RODRIGUES, Rogério Rosa. *Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis. Editora da UFSC, 1997.

SEYFERTH, Giralda. “Aspectos da proletarização do campesinato no vale do Itajaí (SC): os colonos operários”. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.) *Cultura e Identidade Operária*. Aspectos da cultura da classe operária, Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional: Marco Zero, 1987, p. 103-120.

SEYFERTH, Giralda. “Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora da UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhauss*. Petrópolis: Vozes, 1939, p. 114.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *O Mercado de Animais de Carga no Centro-Sul do Brasil Imperial: Novas Evidências*. Est. econ., São Paulo, 38(2): 319-347, abr.-jun. 2008, p. 320.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Critica. 2. Ed. 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formaçõ da classe operário inglesa*. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TOKARSKI, Fernando. *Cronografia do Contestado: apontamentos históricos da região do Contestado e do sul do Paraná*. Florianópolis: IOESC, 2002.

TOLEDO, Edilene. “A trajetória nos anarquistas no Brasil na Primeira República”. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil. A formação das tradições*. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1830-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. “*O pessoal da Lumber!*” Um estudo acerca dos trabalhadores da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910 – 1929. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

VALDERRAMA, Berna Bruit & OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. “Novos usos e significados das vilas operárias da antiga fábrica Brasital”. *Revista do Centro de Preservação Cultural / USP*: São Paulo, n.º 5, nov. 2007/abr.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na região do Contestado (1906-1916)*. Porto Alegre. Tese (Doutorado em História). PUC/RS. Porto Alegre, 2009.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: O movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2004.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba: Editora dos Professores, 1967.

WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.